

Defesa Nacional



AGOSTO
1957

NÚMERO
517

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLIV	BRASIL — RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 1957	N. 517
----------	---	--------

SUMÁRIO

	Págs.
Homenagem a Caxias (Editorial).....	6
Caxias e o desenvolvimento econômico regional — Engenheiro Tupy Corrêa Pôrto	7
Acêrca da cultura e saúde de Caxias — Almirante C.A. de Oliveira Belle... ..	9
O Duque de Caxias e a Aeronáutica — Coronel Aviador Armando de Menezes	17
Caxias e uma grande operação antiguerrilha — Major Francisco Ruas Santos	19

CULTURA PROFISSIONAL

Estudo de situação no RI — Tenente-Coronel Wolfgang Teixeira de Mendonça, Instrutor da ECEME (Da Revista "Coletânea").....	27
Ajustagem do Tiro de Artilharia pelo combatente de qualquer arma — Capitanes Carlos Gomes da Silva e Rubens Mario Jobim — 5ª Sessão Teórica	63
Concurso de admissão à ECEME em 1954 — "Uma solução à prova de Conhecimentos Técnicos e Táticos peculiares à Arma de Cavalaria"....	68
Dobragem de cartas — Major J.R. Darden.....	73

CULTURA GERAL

Aspectos da fisiografia do Brasil — Professor Nilo Bernardes, do Conselho Nacional de Geografia (2ª Parte).....	77
Concurso de admissão à ECEME em 1954 — "Uma solução à prova de línguas estrangeiras — Espanhol".....	101
Potencial econômico da Bacia Paraná-Uruguaí — José Yamashiro.....	103

DIVERSOS

Brasília, o projeto vencedor — Lúcio Costa (Transcrito da "Revista Brasileira")	111
Monumento ao Expedicionário do Brasil.....	121

BRASILIANAS

Distribuição percentual, por atividade do produto doméstico bruto em diferentes países. Os nossos motores na história. Carburadores produzidos em larga escala no Brasil. Indústria moageira em Goiás. Comércio do Brasil com os países da área de Conversibilidade Limitada. Fábulo do futuro petrolífero do Brasil (Do noticiário). Carregamentos de óleo bruto recebidos pela Refinaria Presidente Bernardes, desde 20-IX-556 até 5-IV-557. As jazidas de minério de manganês do Amapá (Do Boletim da ADESG).....	139
--	-----

NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR

O que deve ser mudado — Capitão Engenheiro Jurandyr Caripuna Maués (Discurso pronunciado pelo Chefe da 14ª CR, na oportunidade da inauguração da nova sede da organização). Definições meteorológicas....	149
---	-----

ATOS OFICIAIS

Decretos, leis, portarias, avisos e notas até 18 de julho de 1957.....	159
--	-----

Homenagem a Caxias

CAXIAS, Patrono do Exército !

Ser privilegiado que foi grande sem esforço, admirável sem querer provocar admiração, nos seus menores atos, nas suas ações mais singelas !

Desempenhou os cargos os mais diversos e sua gestão em cada um dêles foi sempre feliz, podendo mesmo ser apontada como parâmetro em todos os casos. Sua estrela-guia foi o Bem-Servir à Pátria, em qualquer circunstância e sem medir sacrifícios, com o maior desprendimento. Do respeito que tinha por seus compatriotas, basta exemplificar com o fato sintomático de não perseguir nenhum adversário político.

Guerreiro, mas não militarista, procurou resolver os casos mais complicados de revoltas contra o poder central, da maneira mais humana e compreensiva. Venceu tôdas as batalhas que disputou, quer como militar, quer exercendo função civil !

Conseguir ser coerente consigo mesmo em tôda sua existência.

CAXIAS, seu destino foi ser Grande !

A DEFESA NACIONAL, solidarizando-se com todo o Exército na passagem do 154º aniversário de seu patrono, quer também participar com uma modesta homenagem ao grande vulto nacional. Assim, apresentamos, nesse número, quatro artigos em que representantes dos três ramos das Forças Armadas e um distinto engenheiro, como lídimo representante das atividades não militares, focalizam aspectos da vida do Grande General que mais de perto se relacionam com suas respectivas atividades.

Temos, pois, a grande satisfação de oferecer aos nossos leitores a palavra do Ilmo. Sr. Engenheiro Tupy Corrêa Pôrto, a do Sr. Alte Luiz A. de Oliveira Bello, a do Cel Av Armando Menezes e a do Major Francisco Ruas Santos.

CAXIAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

Engenheiro TUPY CORRÊA PORTO

Dentre as facetas da atuação civil de Caxias, na Administração Pública, mesmo sem contar com o seu período de Chefia de Gabinete do Governo Imperial, um aspecto merece destaque maior.

É o que diz com o desenvolvimento econômico regional, em bases objetivas e realistas, face à escassez de recursos. Vamos apreendê-lo no exame, embora sumário, da grandiosa obra pacifista que o nosso Condestável realizou na então Província Maranhense.

Ao chegar, Caxias, ao Maranhão, a dívida interna provincial era elevada, achando-se o funcionalismo em atraso e os fornecedores não encontrando, no erário, a contrapartida financeira dos serviços de há muito prestados. Isto, ao princípio de 1840, no mês de fevereiro.

Em maio de 1841, porém, muito outra era a situação. Sobre a cobertura normal dos gastos de custeio que realizara, o Duque de Caxias conseguira fomentar certas iniciativas, que bem lhe atestam o sentido de visão de estadista nato.

De início, cuidou da Reforma Administrativa, passando a exigir um conjunto de atos de prestações de contas, que iam às próprias Municipalidades, o de que é bem exemplo a Lei Provincial n. 89, de junho de 1840.

No setor educacional, cuidou de elevar o nível do magistério, através da exigência de prévio concurso de títulos e provas, só dispensável, a critério superior, quando comprovado ser o pro-

fessor, lente do Liceu. Cuidou, igualmente, da organização das Congregações e da programação do ensino, em nítidas diretrizes de objetividade e civismo.

A agricultura teve o incentivo, descentralizado pela ação das Câmaras Municipais, de sorte não apenas a se recompor dos efeitos danosos da luta fratricida que terminara. Também o crescimento da lavoura teve o seu incentivo, mediante atos fiscais assecuratórios de ordem indireta.

Nos transportes, compreendeu, muito bem, a natureza especial da rica área maranhense, transição entre a Hiléia, o Agreste Nordestino e o Centro-Oeste Brasileiro.

Ali, onde o rio é bem um elemento congregador de importância, Caxias procurou incentivar a navegação fluvial, inclusive com a adoção do tipo a vapor.

Concedeu prêmios às empresas que se organizassem, em moldes recomendados, e cuidou da própria limpeza de alguns rios, além de obras de acostagem permitidas pelos escassos recursos.

No setor dos caminhos públicos, realizou obras de reparo e conservação das incipientes estradas carroçáveis, sendo de notar o sentido de cuidados maiores àqueles que, um século após, seriam os troncos rodoviários maranhenses.

Até mesmo da abertura de canais, cuidou Caxias, buscando o exemplo de obras semelhantes no estrangeiro, para aplicá-lo no projeto do canal do Arapapá. Nesse ponto é que se verifica o descortino do estadista que soube

ver, de longe, a importância da rede viária no conjunto de empreendimentos vitais considerados de economia social básica.

Notam-se, assim, três diretrizes principais da ação dinamizadora de Caxias no desenvolvimento econômico regional: a elevação do nível de instrução, o fomento

agrícola e o desenvolvimento dos transportes em geral.

Só esses aspectos, mais não fossem os outros, de projeção nacional e internacional, bastariam para colocar o Condestável do Império em posição vanguardeira no conjunto de Administradores regionais que já teve o nosso País.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, de dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última folha e INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

ACERCA DA CULTURA E SAÚDE DE CAXIAS

Alto. L. A. DE OLIVEIRA BELLO

Foram bem proporcionadas a educação e instrução que recebeu na infância e na juventude, o cadete Luiz Alves de Lima, que no futuro iria ser o glorioso Duque de Caxias.

A educação lhe fôra proporcionada no lar pela mãe e avó, senhoras de bons princípios morais e religiosos de molde antigo, isto é, austero e tradicional na família.

A instrução foi-lhe ministrada em três fases diversas, a elementar pelo tio, padre Luiz de Freitas Bello, irmão de sua mãe, morador na fazenda de S. Paulo, onde o jovem nasceu, e foi criado nos primeiros anos na companhia da avó, que era sua madrinha. A propedêutica, adquiriu, já cadete, no Seminário de S. José no morro do Castelo, variada, porém pouco desenvolvida. E a superior, cursou-a na Academia Real Militar, já alferes, durante três anos, revelando inteligência e aplicação, logrando aprovações plenas e bom conceito.

Nos tempos de D. João VI no Brasil, o ensino aí não era vulgarizado, nem de alto teor, pois o povo mal saía das brumas do obscurantismo dos três séculos do regime colonial, mas os estudos superiores serviam, como base apreciável, para futuro desenvolvimento por quem tivesse inteligência, aplicação e perseverança em querer instruir-se.

E foi o que fêz realmente Luiz Alves de Lima utilizando-se destes três elementos essenciais, aliados ao seu grande poder de compreensão, assimilação e lucidez de espírito e conjugados à propensão para a vida militar, tão cedo insinuada pelo pai e avó, oficiais de alto mérito. Infelizmente, sem culpa sua,

a ativa vida profissional, que iniciava aos dezenove anos e iria continuamente preocupar o espírito durante quase toda a sua existência, limitaria as oportunidades para uma distensão maior da sua instrução.

Mas isto não deve significar que ela se mantivesse deficiente e lhe criasse dificuldades no desempenho das variadas tarefas e missões militares, administrativas e, especialmente, políticas que ocuparam a sua variada atividade e condicionaram-lhes as proveitosas e adequadas atuação e atitudes. A experiência que cedo lhe proporcionou oportunidades de lidar com os homens e conhecê-los, e a prática da profissão, através dos obstáculos, dificuldades, imponderáveis das campanhas em que tomou parte, e muito aprendeu, mesmo sem mestres e sem leituras, foram, ao correr dos anos, desenvolvendo, aprimorando, atualizando a instrução geral que assimilara, e estruturando a sua cultura.

E foi com esta cultura assim temperada na realidade da vida, e não nas fantasias sociais e nas ilusões ideológicas, tomadas de empréstimo a intelectuais advenas, filósofos ou literatos, que o grande Caxias, com a sua clarividência, nobre e firme caráter, consciente cumprimento de deveres, inteligente tolerância, desprendimento de posições, mercês e vaidades, e com idéias próprias, honestas e patrióticas, soube, e pôde, prestar à Nação os mais sublimados serviços que um cidadão de seu teor, em um cenário de tão variadas atividades, poderia satisfazer sem ambições, nem almejados proveitos pes-

soais. Bastavam-lhe a certeza dos acertos e a consciência dos deveres cumpridos.

Herdara do pai, o ilustre marechal Francisco de Lima e Silva, ex-Regente do Império, varão probo, austero, íntegro, e patriota, a sobriedade na conduta social e política, no falar e no escrever, a discrição e a polidez, e por isso, só se manifestava nas ocasiões oportunas, ou quando invocavam suas opiniões e pareceres, revelando-se, assim, algo diferente dos parlamentares e homens públicos de seu tempo, em geral, expansivos, palavrosos, amigos de jornalistas e alguns mesmo, versáteis e trêfegos que chamavam a atenção popular para si.

Esta sua sincera, inteligente e hábil conduta, não sintonizando com a de muitos homens públicos, era apreciada pelo Imperador que lhe votava apreço e o tendo em seu Conselho Extraordinário, procurava ouvi-lo com frequência. Caxias, liberal do idéias, como todos os Lima e Silva, porém conservador na política, que garantia a soberania nacional e a estabilidade do regime, nunca negou ao Soberano a sua cooperação, quer no apaziguamento de brasileiros desavindos, quer na defesa da Nação contra aguerridos inimigos, e fiel a tais princípios, no desempenho cabal de importantes missões, logrou abafar três motins, sem violências, pacificar quatro províncias, desarmando adversários, sem crueldades e injustiças, derrotar e vencer três bravos lutadores e inimigos do Brasil, sem humilhá-los, e aprisioná-los porque fugiram e abandonaram a luta.

Na política nacional, com o seu moderado senso e o seu amor à concórdia, apesar de ser um general altivo, sempre pugnou pelas soluções que concorressem para a harmonia, o abrandamento de paixões e exigências, o respeito aos interesses nacionais e o esquecimento de vaidades e recalques, tão nocivos à serenidade de espírito no encaminhamento das boas, ou melhores decisões.

Com a sua cultura tão comprovada nos êxitos e vitórias que logrou, e aleivosamente diminuída por insinceros parlamentares, políticos e jornalistas, só para o melindrar, pois nenhum deslize à sua moral, capacidade de ação, e caráter ímpoluto poderiam apresentar, verdadeiramente, seguiu o seu privilegiado destino.

Dentre os bravos generais sul-americanos, Caxias, foi sem nenhum menoscabo a eles, nem panegirismos, em seu tempo, o mais notável, apesar da sua modéstia, pois, profissional que se fez nas lutas, através de todos os postos até o último, enquanto que Bolívar, Flôres, Mitre, San Martín, Sucre, os Santander, Urquiza, Belgrano, os mais importantes, foram patriotas e generais de fortuna, ou aventura, que a política e as supremas necessidades da pátria, os elevaram a tão excelsas alturas de Chefes. Artigas, se não fôsem as desventuradas circunstâncias de sua vida política, bravo e patriota que era, talvez se emparelhasse com aqueles. Todos lutaram, venceram, foram bravos e heróis, porém, sem dúvida, Caxias superou-os; nunca sofreu o amargor duma derrota, o vexame de uma retirada, nem decaiu do elevado prestígio que a Nação e o povo sempre lhe conferiram.

E esta eminência e superioridade ele logrou com o seu lícido espírito, independência de caráter, e a cultura que soube assimilar, desenvolver e aproveitar sempre no melhor sentido.

Bem caldeado de vigorosos elementos étnicos portugueses e brasileiros, com algumas pitadas de longínquo sangue francês, possuía complexão robusta e sã, biotípico tendendo para o normolíneo que até aos cinqüenta anos pôde preservar com a sua vida movimentada. Mas quando entremeou-a com as missões políticas e foi se tornando sedentário, engordou, e a esbeltez do corpo foi cedendo a uma indesejada obesidade. E para corrigi-la, ou impedir o seu avanço, Caxias empregava andanças no rosilho que trouxera do Rio Grande e lhe fora apresentado.

Sobrevieram-lhe, também, algumas perturbações do fígado que procurava sofrer, quando podia, na fazenda de sua filha, no Desengano, ou em estações minerais, porque vinha esmaecendo a cor rósea de sua tez, herdada da mãe, clara e alourada.

Quando assumiu em fins de 1766 o Comando-Geral das Forças Nacionais em Operações no território paraguaio, para lutar contra o mais feroz inimigo de sua pátria, aos sessenta e três anos e quatro meses de idade, já o seu metabolismo não ritmava sincrônico com alguns órgãos, porém não lhe trazia preocupações, podendo entregar-se, em chelo, às novas e pesadíssimas tarefas, sobremodo dificultosas que iriam tomar conta de seu espírito e de seu corpo, distante da base de recursos.

As frequentes marchas, inspeções sucessivas, mudanças do quartel-general, intempéries do tempo, péssimos caminhos e estradas, insuficiência de medicamentos para as epidemias reinantes, súbitas variações climáticas, nutrição má e restrita, águas salobras, dificuldades higiênicas, incompreensões de ordens, tarefas e missões, deficiência de materiais bélicos, murmúrios das tropas contra a estagnação em regiões incôfortáveis, por fim, hostilidades do inimigo, fracamente reprimidas, tudo isso, num complexo quase diabólico, acabou reagindo sobre o metabolismo de Caxias, cujos primeiros vestígios ocultou do seu médico, e até dos próprios oficiais de seu estado-maior, para que não fossem divulgados.

Côscio de seus deveres e das importantes responsabilidades que lhe cabiam e numa incômoda subordinação a um chefe estranho que muito hesitava, pouco agia, preferia calar, e não se apercebia dos males que esta sua atitude vinha causando, quer aos combatentes, seus subordinados, quer ao prestígio moral dos países aliados, Caxias ressentia-se e até receava ser envolvido noutra ação semelhante ao combate de Curupaiti, em que o inimigo, já bem enfraquecido, retirou-se do campo da luta sem ser perseguido.

General sempre vencedor e decisivo, não julgava acertado que o Exército brasileiro, com efetivo três vezes maior que o do exército argentino, e possuindo generais e chefes bravos e dignos, continuasse a ser comandado por um chefe, ilustre, também digno e bravo, porém mais político que militar, que pensava mais nos interesses de sua pátria e nos seus, como Chefe de Governo, que nos reais objetivos da presente guerra, que culminavam com a derrota completa e irreparável do inimigo, cruel e ambicioso, que cobicava dominar os territórios e povos vizinhos, num sonho alucinante de déspota insatisfeito.

A ausência do Conde de Porto Alegre do teatro da ação, em tratamento no Rio Grande do Sul, devendo ser o seu eventual substituto, muito o preocupava também porquanto receava algum sério abalo na saúde e até já vinha pensando em exonerar-se, mas recalcitava em decidir-se uma vez que a Nação lhe exigia, mesmo com árduos sacrifícios, os seus mais laboriosos e indispensáveis serviços.

Apreensivo com o mal que sentia avizinhar-se, e já havia dado súbito alarma que, em tempo, foi atalhado e mantido mais ou menos em sigilo, Caxias vendo oficiais, comandantes e praças, sucumbirem devido a enfermidades epidêmicas e sem recursos médicos, sem notícias da família e mesmo das autoridades do Brasil, e que lhe chegavam assaz demoradas, e, mais, com o espírito roído pelo cravo da atitude pouco compreensível de Mitre, comandante-geral dos Exércitos e dirigentes da guerra, e que nenhum plano cabível apresentava, ou sugeria, parecendo não se aperceber da gravidade da sua atitude, resolve, alegando tudo isto, dirigir ao Ministro da Guerra hábil carta, solicitando a sua exoneração, na qual só não fazia referências àquela atitude, a fim de não pensarem que já vinha resingando com Mitre.

Na realidade não seria a sua saúde que o preocupava, mas todos os outros motivos alegados, principalmente os relativos ao general Porto Alegre e ao comandante-general

dos Exércitos, que continuava calado, ou evasivo.

O Conselho de Ministros tomou ciência do assunto de sua carta e na dificuldade de encontrar substituto para Caxias, tão credenciado quanto ele, desconfiando que o verdadeiro motivo da exoneração não fosse o seu benigno mal, sugeriu ao Imperador que lhe reiterasse a sua grande confiança e negasse a exoneração, sendo o Ministro da Guerra incumbido de comunicar-lhe a decisão, o que fez.

Entrementes, as coisas assim se passavam e a carta do ministro caminhava, algo de máxima importância estava ocorrendo, à revelia de qualquer ação de Caxias. Subitamente o general Mitre é forçado a reassumir o governo de seu país e dirigi-lo, pois a sua alta investidura estava ameaçada, afasta-se de todas as altas funções que vinha exercendo no teatro da guerra, e Caxias automaticamente é investido nelas como o seu direto substituto e único.

Esta ocorrência constituiu um grande bem para o Brasil, maior ainda para todas as forças que iriam entrar em grandes atividades, e também para Caxias que poderia prestar novos e maiores serviços à Pátria, glorificando-a mais do que já tinha feito.

Confirmado no alto cargo e em todos os seus postos, tão satisfeito fica que se esquece da saúde e entrega-se, em cheio, à execução de um plano genial que concebe e irá envolver, doravante, quase em ação simultânea, todas as forças em um vastíssimo teatro de operações, dentro do prazo de um ano, através de obstáculos e dificuldades de várias naturezas. A estratégia será sua e as execuções táticas são por ele delineadas. Caberá aos generais, e às próprias forças, a imensa tarefa da sua realização. A princípio, considerado inexequível o plano, que iria exigir tantas improvisações e esforços inauditos, à proporção que estes e aquelas foram sendo efetivados com êxito, começou-se a compreender a sua magnitude, possibilidade, previsão e acerto, e uma onda de esperança es-

praçou-se por aquele remanso de tédio e descrença que afeta todas as forças de combate que permanecem inativas enquanto o inimigo age, se reforça e ameaça.

Enquanto isto assim se passava nos pantanais do Paraguai e Caxias se fazia compreender melhor por todos os seus subordinados de terra e mar, na Corte de Pedro II, os demagogos do Parlamento, da imprensa e da praça pública, girando num mundo de incompreensões, deblateravam e censuravam Caxias porque não avançavam as forças, não enforcavam logo Solano Lopes, prendiam madame Lynch, aprisionavam uns guaranis desvalrados e os enviavam para o Rio de Janeiro para que ficasse mesmo provado que os brasileiros não estariam veraneando à beira das lagoas e esteiros paraguaios... Era esta a mentalidade política e popular do Brasil em 1867, que, de lá para cá, não mudou muito.

Nada havia para admirar em tal atitude, pois, em todos os tempos, a política encanta, hipnotiza, conquista, persuade, envenena, convence, corrompe e, também, mata, e a opinião pública, manifestada através da imprensa, na sua ingenuidade, ignorância dos fatos, inconstância e ingratidão, revela-se incapaz de compreender o que não vê, nem presente, e, de ambas, é uma eterna vítima.

Por felicidade de Caxias os ecos das descabidas censuras, por via de cartas e jornais platinos, chegavam amortecidos ao conhecimento das tropas, e nada inflavam no seu ânimo, nem nas decisões dos generais, ávidos todos em prosseguir para vante com todos os sacrifícios, aniquilar o inimigo e firmar a paz.

Iniciada a ação conjunta dos exércitos, em janeiro de 1868, após vencer-se dificuldades quase insuperáveis, a esquadra nacional pelo rio acima, e as tropas em perfeita forma, no labirinto dos setores recolhidos e Caxias à frente de uma Divisão, todos com o pensamento na Pátria, os anseios da vitória final e a satisfação do dever cumprido, começam a execução do grandioso

plano de operações, tal como fôra concebido.

O primeiro êxito obtido, logo a 19 de fevereiro, com a passagem da esquadra, rio acima, sob renhido bombardeio da fortaleza de Humaitá, considerada inexpugnável pelo inimigo, e, em seguida, a tomada do reduto do Estabelecimento, pelas forças da Divisão de Caxias a 2 de março, surpreenderam Solano Lopes que, perplexo, e apavorado com a nova tática brasileira, foge, com alguma tropa, para o Chaco Timbó e, acossado, investe por invios caminhos, desconhecidos dos nossos generais, e estáca nas Cordilheiras para descanzo e reorganização dos infelizes fiéis que o acompanharam e ainda o defendiam.

Caxias prossegue na fiel execução de seu plano, e a projetada manobra napoleônica, do envolvimento do inimigo pelos flancos, realiza-se, como previra, culminando em Itaipu na Loma Valentin, como um golpe supremo de aniquilamento das restantes forças adversárias, que, espavoridas e cruéis, fogem seguindo o exemplo del supremo, o seu grande alioz. Destarte, com outros êxitos sucessivos, dentro do ano previsto, estavam abertos os caminhos que permitiriam o próximo investimento da Capital do Paraguai, debilitadas as forças inimigas e arrasadas as suas defesas mais poderosas.

O mês de dezembro de 1863 iria assinalar na historia desta memorável guerra, sem dúvida a mais renhida, longa e gloriosa da América do Sul, as mais fulgurantes vitórias ganhas por um exército valeroso, sob a direção e comando de um dos maiores generais do Continente, e esta fase de êxitos e triunfos, passara a ser conhecida pelo nome de Dezembroada.

Depois de uma vergastada cruenta, perseverante, diabólica, delirante, qual uma fantástica cavalcada de guerreiros romanos, preñe de bravura e heroísmos, em que Itororó, Villieta e Avahy, ergueram-se como marcos imperecíveis, a 5 de janeiro de 1863, Caxias e suas gloriosas forças, estenuadas mas vencedoras, entram em Asunción, on-

de vencem diminutas resistências, apossam-se da cidade e nela permanecem como senhores.

Destarte, estavam alcançados os primeiros e principais objetivos do genial plano de Caxias, o fracionamento e debilitação das forças inimigas, o arrasamento de poderosas fortificações, a desmoralização del supremo, o ditador e chefe dos adversários, audacioso, cruel e hipertrofiado, porém agora fugitivo, e a ocupação de Asunción e a franquia das águas do Paraguai até além do Apa. E o que restava a fazer, e não seria muito, isto é, o aniquilamento dos combatentes restantes, ou rendição e desarmamento, e a captura de Solano Lopes e seus generais, ou fuga do território pátrio, não poderia ser enquadrado em um plano especificado porque tudo dependeria de circunstâncias e contingências especiais, variáveis com a atuação do inimigo, agora acuado e mal provido de recursos.

No entender de Caxias, a guerra estava virtualmente ganha e as operações que a deviam encerrar, em breve prazo, não exigiriam mais a sua direção e presença, e entre os generais e bravos, que comandavam forças tão heroicas, haviam alguns que o poderiam substituir bem. Havia cumprido, mais uma vez, os seus deveres com a pátria e satisfeito o compromisso de levá-las à vitória sem intromissão de influências estranhas e equívocas, do que poderia considerar-se liberto, tanto mais quanto continuava com a saúde abalada e em perigo de agravação.

Antes de novos investimentos para desentocar, perseguir e liquidar o grande inimigo, agora escondido, tornou-se mister conceder confortável descanso às suas forças fustigadas com tantos esforços e sacrificios, desde a abertura do selvagem caminho do Chaco até os combates e as batalhas que lhes coroaram de louros, afirmando o valor delas e de seus generais, e honrando a pátria.

E foi, exatamente, quando também procurava recuperar energias físicas desgastadas com excessos durante a vertiginosa Dezembroada,

que o seu metabolismo, que tanto se reativara, reagiu de modo imprevisível e súbito, e Caxias fôra acometido, quando contrito, ouvia e assistia um Te Deum na matriz de Asunción, de um novo insulto apoplético, que alarmou o próprio médico, seu amigo particular, e emocionou todos os subordinados.

Caxias não ignorava a possibilidade de uma recidiva do mal esclerótico que vinha minando seu organismo, porém as múltiplas injunções da guerra impediam que pensasse em si, e observasse as justas restrições que o médico lhe indicava, pois no seu espírito predominavam a pátria, a honra, a dignidade pessoal, os compromissos assumidos ao aceitar a subida investidura de Chefe-Geral, os anseios da vitória final e a compensação de uma paz justa, digna e duradoura. Como iria, então, pensar na sua saúde, ou na sua pessoa?

Atalhado o mal de Caxias, desencanadas as forças, reinando disciplina, harmonia, respeito e paz, entre elas e o povo da cidade ocupada, receando o médico um novo espasmo que pudesse vitimar o herói e vencedor, ou inutilizá-lo, insistiu pelo seu imediato afastamento dos campos da luta e consequente regresso ao Brasil. E foi assim, diante tão triste perspectiva, que Caxias, depois de haver transmitido todas as suas altas funções de Chefe-Geral das forças de terra e mar em operações no Paraguai, ao bravo marechal Guilherme Xavier de Souza, deixou o maior teatro de guerra em que, qual um general de trinta anos, fez flamejar, pela última vez, a sua invencível espada, que seria o maior padrão de glória da sua vida, dedicada à pátria desde a juventude ao pórtico da velhice.

Ao passar por Montevideu tomou conhecimento de sua exoneração final, que solicitara em Asunción, e ao agradecer-lhe, informou ao Ministro da Guerra a sua próxima chegada ao Rio de Janeiro no pequeno vapor São José, prestes a partir.

Por isto foi com chocante surpresa que desembarcou aí, como um passageiro vulgar, ou incógnito, a quem, só parentes, furtivamente vão

receber. Nenhum representante do Ministro, nenhum do Imperador, nem amigos políticos, nem mesmo os abelhudos homens de imprensa. Assim, desembarcava, como se fôsse um proscrito, a quem, por complacência, se concedesse a mercê de vir morrer em sua terra. Sentiu-se Caxias com este descaso, intencional ou displicente, mas compreendeu que a política, esta megera sem entranhas, continuava a envenenar o ambiente com seus enredos e recalques, e o Imperador, distraído com os filósofos e poetas, aos quais tentava imitar com os seus espondeus mal metrificadas. Todavia, chocado com a indiferença de todos, inclusive o povo, sempre alvissareiro e versátil, não pensou como Leônidas, nas Thermópilas, que renegou os ossos à pátria. Com a experiência e prática que possuía, e mais a consciência cristã que guiava os seus sentimentos, previa que a Nação iria precisar, mais uma vez, da sua espada, ou da sua clarividência, e ele não deveria negá-las. Quanto aos seus ossos, eles ficariam bem guardados juntos ao da sua inesquecível Duquesa, o que se realizaria quando Deus o julgador justo e magnânimo, assim determinasse.

Caxias não errou, sofreu outras picardias dos políticos e a indiferença do Marco Aurélio brasileiro, e como bom cristão que era, sem conservar rancor, porém sem esquecê-las apenas no íntimo, até que um dia, em sua residência, onde vivia confinado, lamentando com a família, a perda da esposa, do filho tão belo e jovem, e a impossibilidade de montar no seu "vermelho", para as suas andanças circunvizinhas, recebe a visita de credenciado emissário imperial, convidando-o a comparecer à presença de Sua Majestade, no Paço Imperial.

Caxias respeitava D. Pedro II, como respeitara o pai, por serem os Chefes da Nação e não por encanto pessoal. Fôra ajudante do Batalhão do Imperador, vira Pedro I várias vezes, pudera compreendê-lo, manteve-lhe fidelidade por uma questão de princípio patriótico, porém nunca solidarizou-

se com seus desacertos. Tivera contacto maior, e mais frequente, com o último Imperador, fora seu Ajudante-de-Campo e Conselheiro Extraordinário, manifestara-lhe sugestões, e opiniões quanto consultado, conhecia-lhe os acertos e equívocos, a atuação do lápis fatídico, e os esquecimentos e distrações intencionais, respeitava-o, era-lhe fiel, mas prezava mais a Pátria que a ele, de quem tinha mágoas antigas e recentes.

Mas esquecia-se de todas elas, no momento em que o Imperador lhe solicitava os seus serviços, porque era à Nação que os prestava, e esta não seria a culpada dos erros e maldades dos homens, fossem do Governo, fossem do povo. Assim pensando, apresentou-se a Pedro II que lhe solicitou assumir a chefia do Governo, formando ministério de sua confiança, porque ele iria afastar-se do país para tentar cura para o mal que lhe vinha fazendo sofrer.

Caxias acedeu, assume o Governo na primeira Regência da princesa Isabel, e encontra a política, a imprensa e a opinião pública, quase alucinadas com a questão religiosa entre os bispos do Pará e Pernambuco e o Grande Oriente Maçônico do Brasil, do qual ele era um dos Grandes Irmãos. Recebeu assim o que, hoje, vulgarmente se chama "um abacaxi" mas não esmoreceu. Tanto porfiou com senso, habilidade e dignidade, que logrou solucionar, a contento e em harmonia, o intrincado presente que o Imperador lhe oferecera. E quando, cerca de um ano depois, este regressou, após variada, extensa e divertida viagem, encontrou todo o país calmo, ativo e ressonando politicamente pois o esperava para reiniciar as suas diversas ministeriais, tão ao gosto geral.

Desta forma, com a saúde perclitante porém sem gravidade, o insigne Duque de Caxias, espada invencível e sentinela vigilante do regime, modelo de patriota, com sua clarividência, habilidade, prestígio e moderação, sem influências nefastas de ortodoxos cristãos e maçônicos, atendendo somente aos

interesses da Nação e aos anseios de justiça e paz do povo, restituiu-a ao Imperador em plena paz com a Igreja, com os políticos e com a opinião pública, o que, em tais circunstâncias, somente Caxias poderia realizar.

Afastado do poder, ano e meio depois, por vontade e novas nuvens políticas se adensando, sem um apoio confiante de D. Pedro II, Caxias recolhe-se, em caráter definitivo, ao lar, ausentando-se de todas as funções efetivas e honorárias que vinha exercendo, e passa a viver repassando na consciência justa e cristã, toda a variada e interessante história de sua vida, na qual a maior parte das fases coincide com a história do Império, ao qual ajudou a fundar, consolidar, firmar defender e suportar, não sendo o seu arquiteto, porém, com o grande Tamandaré, uma das suas colunas mestras, interpostas aos alicerces e à cúpula. Dai as responsabilidades que sempre coube a ambos, que, por felicidade do Brasil e grande honra para eles, enquanto ativos e presentes, souberam resguardar, oferecendo, aos coevos e pósteros, os melhores exemplos de amor pátrio, fidelidade ao regime, respeito ao Soberano e acatamento à opinião pública, mesmo quando equivocada, embora, intimamente, não se solidarizassem com os enganos.

Que a consciência de Caxias era pura e sabia decantar o bem e estigmatizar o mal sem ferir, deu sempre provas disso, esforçando-se por ser bom, justo, complacente, honrado, digno, nobre, grato, quer no caráter, quer nas ações. Guardando mágoas, o que é humano, perdoo sempre os que o fizeram sofrer e nunca as retribuiu com rancor. Extraordinário em vida, cristão sincero e discreto, varejou a consciência para penitenciar-se de pecados que houvesse cometido, mas constatou que nunca se mergulhara nos enleios das competições, vaidades, maldades e hipocrisias, e que, se de fato pecou, foi o inconsciente que o impeliu.

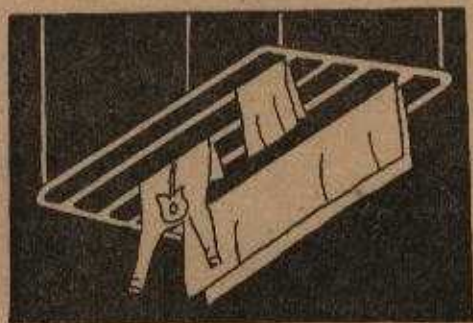
Não pretendemos santificá-lo, nem absolvê-lo, tão somente apon-

tar a sua elevada personalidade moral, pois, até o presente, nenhum deslize pôde ser arguido contra a sua honra pessoal, social, militar e cívica, o que consagra, nos tempos enevoados do Império, e nos turvos do presente, um raro caso de exceção. E isto constitui, por certo, um laureado padrão de glória numa Humanidade tão impura e incoerente, e numa nacionalidade ainda

imperfeita e não definitivamente estruturada.

Concluindo: Caxias confirmou o que Goethe escreveu "O caráter de um homem é o seu destino". Realmente, foi o seu excepcional caráter que lhe guiou na rutilante trajetória de sua vida. Glória à sua imperecível memória. O Brasil que tanto se orgulha de tão sublimado filho precisa produzir similares.

IANKI ENXUGADORES DE ROUPA



Patente: 2.927.

RUA BARÃO DE IGUATEMI, 421 — TEL. : 34-7354
 (PRÓXIMO DOS FUNDOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO)
 (JUNTO DA CERVEJARIA MAUBIN, LTDA.)

De suspensão ao teto por cordas e roldanas.

O EXTENSIVEL, construído em ALUMÍNIO, fechado tem 0,85 x 0,60, pode abrir até 1,80 x 0,60

E OS ESMALTADOS A BRANCO, OU CONSTRUÍDOS EM ALUMÍNIO, com varas internas e em várias medidas.

N.B.: Todas as peças destes enxugadores podem ser substituídas no local, quando necessário.

O DUQUE DE CAXIAS E A AERONÁUTICA

Coronel Aviador ARMANDO DE MENEZES

Pode parecer estranho, aos menos avisados, que se possa ligar o nome do grande Cabo de Guerra e Patrono do Exército Brasileiro a uma Força Armada que se veio firmar, definitivamente, só depois da I Guerra Mundial.

A Aeronáutica, que é o conjunto de meios capazes de fazer a guerra no ar, na sua mais simples e despretensiosa definição, teve para honra dos Aviadores do Brasil, a sua primeira oportunidade, nos céus da América do Sul, em 1867.

Em plena guerra, o então Marquês de Caxias, Comandante Supremo das Forças Aliadas em Operações, tomou a iniciativa de empregar aerostatos "destinados a permitir a observação do inimigo, que os matos fronteiros escondiam, conforme se lê na magnífica "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", do General Tasso Fragoso.

Diz ele, que a primeira ascensão foi feita em 24 junho. O balão subiu a 330 metros, sendo o mesmo preso a duas cordas que estavam agarradas por soldados. Foi tripulado por um engenheiro polaco que levou, em sua companhia, um paraguaio, conhecedor da região.

No dia 12 de julho, o tal engenheiro e o Capitão de Estado-Maior de 1ª classe Francisco Cesar da Silva Amaral fizeram outra subida, tendo o oficial feito algumas retificações, nas posições do inimigo, marcadas na carta, que levava consigo.

As 14.30 do dia seguinte, o Capitão Amaral e o 1º Tenente de Engenharia Cursino do Amarante integraram a tripulação da aereo-

nave. O General Tasso Fragoso informa que "a atmosfera clara, facultava a excelente observação à direita. Do lado esquerdo, isto é, do lado de oeste, os raios solares eram recebidos diretamente e obstavam ao exame das posições fortificadas, as quais se projetavam na mata que as guarnecia pela retaguarda".

A 20 e 21, novas ascensões foram realizadas levando respectivamente os Capitães Amaral, Conrado e Madureira, que afirmaram não ter consignado nada de anormal no campo inimigo.

No início do movimento do grosso do Exército, Caxias tentou utilizar o balão em marcha e nesse dia foi feita outra ascensão no ponto em que estacionava a vanguarda. A falta de hidrogênio e a sua conseqüente indisponibilidade fez com que o General determinasse o recolhimento desse material aos depósitos de Tuiuti.

Essa simples narrativa do emprego de material de guerra no ar do Teatro de Operações estabelece um marco fundamental daquilo que seria, mais tarde, a Aeronáutica Brasileira...

Foi essencialmente uma iniciativa de caráter militar e operacional, para fins de melhoria das informações a respeito das posições inimigas, conseguidas por outros meios.

O autor citado afirma que os guaranis fizeram fogo contra os balões e se utilizaram de fogueiras, a fim de não ser permitida a observação... Bem poderíamos dizer que ali nasceram a Artilharia Antiaérea e os meios de Camuflagem...

E até mesmo o Acompanhamento em Combate tentou o grande militar brasileiro, quando em seu movimento, procurou levar os aerostatos.

Nada disso tem grande valor, levando em consideração a época atual. Mas se considerarmos que noventas anos são passados, que nessa oportunidade o próprio gabarito do pensamento humano era bastante diferente do que se poderia hoje conceber, essa ação empresta ao grande Soldado as auras de genialidade. Genialidade essa que só pode dar um justificado orgulho, livre de qualquer pecha de ufanismo ou de outro sentimento de despropositado entusiasmo...

Não se conhece, como veio Caxias a ter conhecimento das possibilidades de empregar meios aeronáuticos em suas atividades de guerra.

O autor não dá, também, o nome do engenheiro polaco, a fim de se tentar averiguações mais amplas sobre o mesmo. No entanto, é preciso que se dê o devido valor ao Chefe, que não repeliu a idéia que certamente lhe foi oferecida e, pelo que é dito, serviu para os seus fins.

É preciso que se seja dotado de dons quase divinatórios para se tentar, em plena mata de Tuiuti, determinar a ascensão de balões. Designar oficiais, prontos

para acompanhar o talvez aventureiro, que para ali fôra em busca de paga ou da realização de um sonho, para o qual ainda não houvera encontrado palco!

São cogitações! São divagações que se acaba fazendo, deixando a imaginação se empolgar pelas cenas dos primeiros encontros entre os homens que nessa época procuravam ir além do normal, que era ainda tôco e primitivo, pensando utilizar o ar para fins militares...

E esses dons divinatórios, juntos a uma perfeita capacidade de chefe, dêsse nobre militar, a mais alta expressão de soldado e organizador, nas lutas ferozes da então atrasada América Latina...

O estudo, senão mesmo a leitura mais ligeira, na vida de Luiz Alves de Lima, o Duque de Caxias, nos faz, Aviadores do Brasil, solidários aos nossos companheiros do Exército, na ocasião em que festejam, mais uma vez, a data consagrada ao grande patriótico.

Será honroso para a nossa Aeronáutica permitir que seus fundamentos e sua formação tenham raízes nos heróicos tempos em que brasileiros de terra e mar, sob o comando único do maior e mais perfeito Chefe Militar do Sul do Continente, irmanaram-se para a defesa da Pátria ameaçada por valoroso inimigo.

O MUNDO DAS FLAMULAS

FLAMULAS E CARTAZES EM GERAL

"Jorcal" Publicidades Comércio e Indústria Ltda.

Rua Magé e Barros, 93 (Sobrado) — End. Telégr. "Jorcal" — Telefone: 28-6893

RIO DE JANEIRO

CAXIAS E UMA GRANDE OPERAÇÃO ANTIGUERRILHA

MAJ FRANCISCO RUAS SANTOS

A RENOVAÇÃO NA HISTÓRIA E O VALOR MILITAR DE CAXIAS

Embora o fato histórico apresente a característica de inapelável unicidade, o processo de sua apreciação é essencialmente dinâmico.

O estudioso de História está sempre à procura de novos pontos de vista onde colocar-se, a fim de focalizar os fatos históricos segundo ângulos de interesses também novos. É justamente isso que permite valorizar continuamente os estudos de História, em particular os da história pragmática ou aquela que mais inspiração nos traz na vida quotidiana.

Na ocasião em que esta revista busca homenagear a figura de Caxias, parece indicado revivê-la em fatos, que se já são bastante conhecidos, podem ser encarados de um ponto de observação pouco explorado.

Apreciando as ações pacificadoras no Rio Grande do Sul, em 1842/1845, do ponto de vista da guerra de guerrilhas, delinearemos uma das muitas facetas da extraordinária e multiforme capacidade militar de Caxias.

UMA GRANDE REVOLUÇÃO PERDIDA

Fugiríamos ao propósito desse trabalho se fôssemos resumir sequer a longa série dos acontecimentos mais importantes da interessantíssima Revolução Farroupilha, desde a sua eclosão em 1835 até o momento em que entra em seu palcos o Barão de Caxias.

Tracemos, tão somente, como num gráfico, a curva da evolução do movimento farroupilha.

Entre 1835 e 1842, haviam os Farrapos fracassado na conquista da bacia lacustre do Rio Grande do Sul, a cobiçada presa que lhes daria, com a posse de Rio Grande e Porto Alegre, possibilidades de sobrevivência e poder de negociação face ao Império. Também não haviam conseguido firmar-se em Santa Catarina.

Obrigados, então, em 1842, a operar com o grosso de suas forças ao sul da linha rio Ibicuí-rio Jacuí, só podiam, os valorosos Farrapos, tirar e receber recursos de luta da campanha rio-grandense, da uruguaia e da argentina, desde, porém, que contassem com a boa vontade dos caudilhos que dominavam as duas últimas. Tais recursos traduziam-se, principalmente, em cavalos, gado, armas e munições de que todos, aliás — farrapos e caudilhos estrangeiros — necessitavam grandemente nesses dias tumultuosos.

Mais remota era a possibilidade da obtenção de recursos no exterior. Nessa ocasião, a causa rebelde estava por um fio...

A REVOLUÇÃO E O IMPÉRIO

Apesar disso, para o governo central, o conflito já se estendera demasiado, de modo irritante.

No estado de ebulição em que se encontrava o Prata naquela quadra, nenhum estadista poderia estar seguro de que seus limites políticos não se alterassem profundamente no porvir. Surgiria ali um novo estado, englobando Corrientes, Entre Rios, o Uruguai e o Rio Grande do Sul Farroupilha? Con-

solidaria Rosas sua posição no Prata e estenderia a mão aos Farrapos?

Na imprecisão das respostas estava o perigo para a unidade nacional brasileira.

Com o fim da Balaiada e concluída, de modo fulminante, a pacificação de São Paulo e Minas, tinha o governo central, disponível, a espada do vencedor desses movimentos, o enérgico e experiente general de 39 anos, Luís Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias.

Dando-lhe o comando do exército legalista do Rio Grande do Sul e a presidência dessa província, o governo do Rio de Janeiro armava-o com os necessários poderes, análogos aos dos atuais comandantes de teatros de operações.

Caxias disporia de autoridade operacional sobre as forças terrestres e navais, e de autoridade territorial sobre todo o Rio Grande do Sul.

A SITUAÇÃO QUANDO CAXIAS ASSUME O COMANDO

No esboço da fig. 1 está, aproximadamente, a situação militar no Rio Grande do Sul, quando Caxias assume, no dia 9 de novembro de 1842, o seu novo comando em Pôrto Alegre.

As forças terrestres legalistas totalizavam cerca de 12.000 homens das três armas, dos quais 8.000 disponíveis para operar. A força naval do Império constava de canhoneiras e outras embarcações, estacionando na baía lacustre.

Quanto aos Farrapos, não excediam de 3.500 homens, quase todos cavalarianos. O seu número pouco importa. Melhor será meditarmos sobre essas palavras de Giuseppe Garibaldi, que entre eles combatera e não os esquecera:

"Eu vi corpos de tropas mais numerosas, batalhas mais disputadas, mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da

bela cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras aprendi a desprezar o perigo e combater pela causa sagrada das nações. Quantas vezes fui tentado a patentear ao mundo os feitos assombrosos que vi realizar por essa viril e destemida gente, que sustentou, por mais de nove anos, contra um poderoso império, a mais encarniçada e gloriosa luta!

Não tenho escrito semelhante prodígio por falta de habilitações, porém, a meus companheiros d'armas, por mais de uma vez, tenho comemorado tanta bravura, nos combates, quanta generosidade na vitória, tanta hospitalidade, quanto afago aos estrangeiros, e a emoção que minha alma, então ainda jovem, sentia na presença e na majestade de vossas florestas, da formosura de vossas campinas, dos viris e cavalleirescos exercícios de vossa juventude corajosa, e, repassando pela memória as vicissitudes de minha vida entre vós, em seis anos de ativíssima guerra, e de prática constante de ações magnânimas, como em delírio brado:

Onde estão agora esses belicosos filhos do Continente, tão majestosamente terríveis nos combates? Onde?

Bento Gonçalves, Neto, Canabarro, Teixeira e tantos valentes que não lembro?

Oh! Quantas vezes tenho desejado nestes campos italianos um só esquadrão de vossos centauros azevados a carregar uma massa de infantaria com o mesmo desembaraço como se fosse uma ponta de gado!" (1)

Seja porque os Farrapos eram todo poderosos a cavalo, seja porque os deslocamentos baseavam-se nesse nobre animal, assumia o cavalo, na campanha gaúcha, uma importância transcendental.

As operações de movimento implicavam em três cavalos por homem, e deviam apoiar-se em invernadas onde revezar os animais e fazer a remonta.

(1) Carta a Domingos José de Almeida, ex-integrante do governo farroupilha, escrita em Modena, aos 10 de setembro de 1859. (Cf. Tasso Fragoso, "A Revolução Farroupilha", Biblioteca do Exército, 1939, p. 290.)

Assumindo o Comando, Caxias só podia contar, ao todo, com 7.000 cavalos e, assim mesmo, a partir de janeiro de 1843. Não davam para dotar seus cavalheiros, em número de 2.600. Estava em inferioridade numérica e, também, qualitativa, face aos Farrapos.

O PLANO INICIAL DE CAXIAS

Com tais condicionantes e mais a de assumir logo a ofensiva contra os Farrapos, Caxias estabeleceu um plano de campanha, apresentado ao Ministro da Guerra a 24 de novembro de 1842, assim resumido:

— guarnecer a linha do São Gonçalo (curso d'água que une a Lagoa Mirim à dos Patos), com canhoneiras e uma tropa de cavalaria;

— partindo do vale do Jacuí, com o grosso, executar golpes de mão continuados sobre o inimigo.

Espera travar uma batalha decisiva com os Farrapos até março de 1843, forçando os remanescentes a internarem-se no Uruguai.

Devemos observar que a tropa destinada aos golpes de mão seria constituída de 1.200 homens selecionados, dos quais 600 caçadores a cavalo.

Caxias começou a executar seu plano a 11 de janeiro de 1843, de modo espetacular, transpondo o São Gonçalo com uma coluna de 1.800 homens e conduzindo 5.000 cavalos, a fim de reunir-se ao grosso, então na região de Cachoeira. Iludiu a vigilância dos Farrapos e, num risco calculado, escondeu-se entre a serra de Tapes e a margem esquerda da Lagoa dos Patos, reunindo-se ao grosso a 11 de fevereiro, em segurança.

Nessa ocasião, deixou guarnecida a linha fluvial Lagoa Mirim — São Gonçalo — Lagoa dos Patos — rio Jacuí com lanchões e canhoneiras, e ocupadas as localidades de Rio Grande — S. José do Norte e Porto Alegre (esboço da figura 1)). Corroborando as idéias do seu plano inicial, declarou ao Ministro da Guerra (ofício de 5 de fevereiro de 1843) que tentará "um golpe vio-

lento sobre o grosso dos rebeldes", em coordenação "com os partidários de Bento Manuel, que muito prometem fazer no Município de Alegrete, logo que eu dali me aproxime".

Não precisamos seguir aqui as peripécias da execução do plano de Caxias. Desejamos apenas salientar o espírito ofensivo do jovem general e sua compreensão realista do problema com que se defrontava, no que tanto se distinguia dos seus antecessores. Um outro e curioso traço pessoal revelado foi sua capacidade inovadora, imaginando montar infantes.

DOIS ANOS DE CERCO E PERSEGUIÇÃO

Caxias conservar-se-ia dois anos quase, ininterruptamente, na sua campanha de perseguição aos Farrapos. Sua idéia inicial de perseguir os sem tréguas, foi seguida à risca e a despeito de inúmeros fatores adversos.

Tendo começado a campanha com uma só coluna, Caxias viu ser necessário operar com duas e logo com três, que se encontravam, a 17 de novembro de 1843, nas regiões de Santana do Livramento, Bagé e S. Gabriel, e Piratini e Canguçu. Ocupava então, além das localidades do início da campanha, as de Pelotas, Caçapava, Alegrete e Cruz Alta. Enquanto isso, os Farrapos, ora reunidos, ora divididos, refugiavam-se no Uruguai, quando se viam muito pressionados ou faltos de cavalos; e dali voltavam, quando refeitos. Apoiavam-se em Rivera e seus partidários, enquanto Caxias buscava coordenar suas ações com as de Oribe e seus sequazes, então em luta com os riveristas.

A 19 de agosto de 1844, estavam os Farrapos divididos em pequenos grupos de 50, 80 e 100 homens, expulsados pela campanha, para mais facilmente fugir ao cerco legalista. Caxias dividiu também suas forças, sempre em segurança, ocupando o centro da área de operações com o seu grosso.

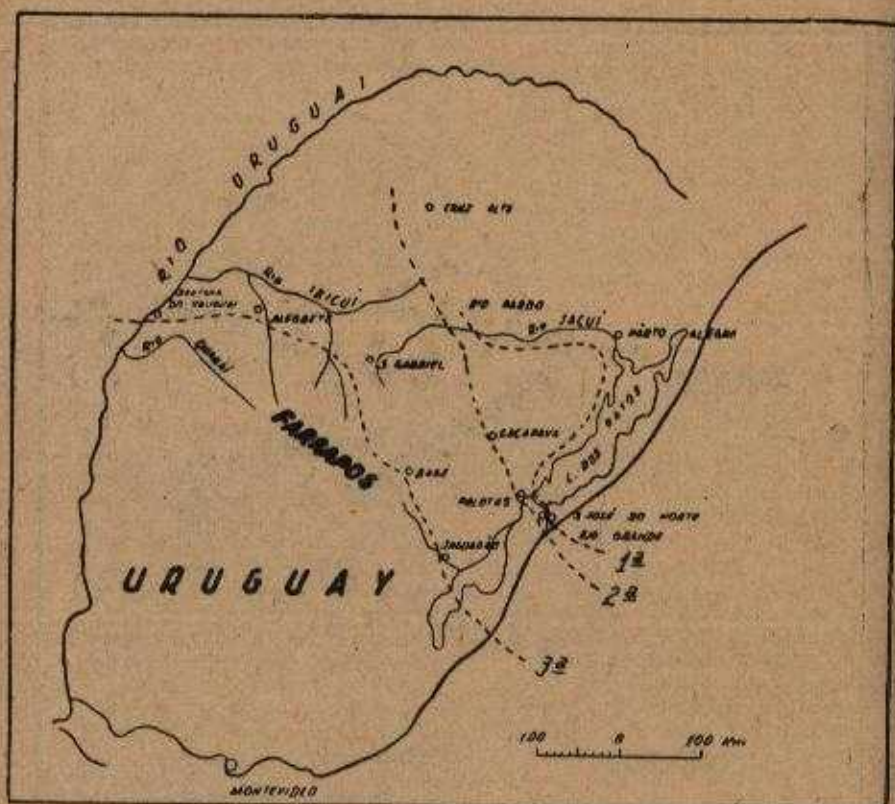


Fig. 3

Meses depois, completamente baldos de recursos e certos de que o Barão não lhes daria nenhuma trégua, côscios do perigo rosista, os Farrapos depõem as armas.

A GRANDE GUERRA DE GUERRILHAS

Se procurarmos resumir as operações dos Farrapos nos dois anos do comando de Caxias, veremos que apresentaram as seguintes características :

- surpresa ;
- ataque e retraimento rápido ;
- quase nenhum combate convencional em busca da decisão.

E as finalidades de suas operações eram :

- destruir os meios do adversário, principalmente os que lhe permitiam operar (cavalos em particular) ;

- desgastar o moral e os recursos de toda a ordem dos legalistas.

Em poucas palavras, faziam a guerra de guerrilhas.

O Barão de Caxias, tendo iniciado a campanha com um plano convencional, sem jamais deixar a ofensiva, fez, em síntese, o seguinte, notadamente após a surpresa de

S. Gabriel, o combate de Ponche Verde e outros incidentes :

- diminuiu progressivamente, e ao máximo, a região em que operavam os Farrapos (comparem-se os esboços das figuras 1 e 2) ;

- adaptou-se, aos poucos, ao tipo de operações reclamado pelos guerrilheiros farrapos, até subjugalos por completo.

O autor das "Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias", contemporâneo desses acontecimentos, interpretou bem, muito embora com impropriedade da linguagem, a grande operação de cerco realizada por Caxias até a vitória. As três linhas fortificadas, que vê avançando na direção da fronteira até a compressão dos Farrapos sobre o território oribista, podem ser entrevistas como *linhas de fase* da grande operação de cerco levada a cabo pelo Barão de Caxias, (esboço da fig. 3).

Já, então, a capacidade militar de Caxias, assim revelada, despertava incontida admiração. Mais ainda hoje, quando percebemos, através dos mil e um incidentes de uma campanha difícil, uma idéia fixa de vencer, aliada à extraordinária capacidade de adaptação ao gênero de luta do mais valeroso dos adversários encontrados pelo futuro Patrono do Exército Brasileiro.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

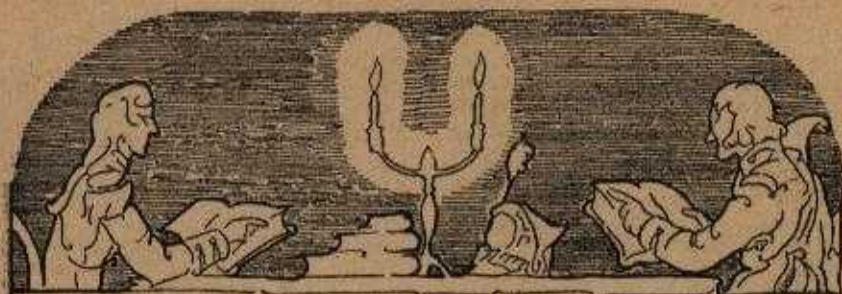
Telefone : 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência : 43-1112 — Diretoria : 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)



CULTURA PROFISSIONAL

ESTUDO DE SITUAÇÃO NO RI

WOLFANGO TEIXEIRA DE MENDONÇA
Ten-Cel de Inf, Instrutor da ECEME

(Da revista "Coletânea" — Jul 56)

Quando um Regimento de Infantaria em campanha recebe uma missão, tem início para o seu Cmto — Cmt e EM — um ciclo novo de atividades, que se traduz por um desdobramento de estudos e de atos, relacionados com a concepção, a preparação e a conduta das operações.

Esse conjunto de ações chamado "Trabalho de Comando", em suas linhas mais gerais, pode ser materializado pelos seus 3 aspectos mais importantes: Estudos de Situação, Decisão, Ordem de Operações.

Os Estudos de Situação têm por finalidade possibilitar ao Comandante tomar sua Decisão, pela escolha da linha de ação mais favorável ao cumprimento da missão. Subseqüentemente, o EM a esmiúça, transformando-a em Ordem de Operações, o que exige, por vezes, certas decisões complementares.

Aprovada a Ordem pelo Cmt, é ela expedida para execução pelos elementos subordinados. A partir daí, o Cmt e o EM conduzem o combate, atualizando seus Estudos de Situação, ou fazendo novos, em face de fatos novos surgidos, tomando novas decisões e expedindo novas ordens, sempre que a evolução dos acontecimentos determinar sua necessidade.

E esse mesmo ciclo torna a repetir-se, vezes sem conta, até o cumprimento final da missão.

É difícil sistematizar-se, num Regimento, a maneira de conduzir o Trabalho de Comando, e, particularmente, o Estudo de Situação, o que é extremamente variável, dependendo de muitos fatores, entre os quais preponderam: o tempo disponível para início da missão, o local onde foi recebida a ordem e, sobretudo, a personalidade do Comandante.

NOTA — O presente artigo, visa apresentar, no quadro do Trabalho do Comando, o Estudo de Situação do Cmt do RI, focalizando, em particular, o estudo da Missão e do Terreno, à luz de um caso concreto. Destina-se, sobretudo, aos camaradas de fora da ECEME.

Todavia, pode-se obter excelente rendimento num EM/RI, com simplificação do trabalho e economia de tempo, padronizando hábitos de trabalho em equipe e definindo as participações pessoais dos diversos elementos, tanto nos Estudos de Situação e Ordens como nos reconhecimentos. Uma ação de comando adequada deve possibilitar a realização metódica, ordenada e num mínimo de tempo, de planejamentos e reconhecimentos simultâneos, o funcionamento eficiente do Estado-Maior, decisões rápidas e oportunas e o máximo de preparativos para o cumprimento da missão por parte dos subordinados.

O Cmt do RI recebe a ordem do escalão superior

- geralmente, no PC da DI;
- às vezes em seu próprio PC, por intermédio de oficial do EM/DI;
- excepcionalmente, em observatório favorável aos reconhecimentos para a nova missão.

Nesta oportunidade, enquanto o Cmt do RI recebe ordens do Cmt da DI, ou seu representante, os membros do EM/RI mantêm contactos com seus correspondentes do EM/DI, buscando informar-se a respeito da missão e da situação.

Em circunstâncias normais, poderá ser adotado o seguinte

ROTEIRO PARA O TRABALHO DE COMANDO

1 — Após receber a missão, interpretar-la e ambientar-se na situação (inimigo, unidades vizinhas, reforços, apoios, condições de execução, etc.) o Cmt do RI, antes de se desloca para realizar o reconhecimento:

a. Inicia seu planejamento:

(1) Planeja a utilização do tempo disponível.

(2) Inicia o Estudo de Situação (rápido e tão completo quanto o permita o tempo a isto destinado):

(a) Analisa o Terreno (numa carta, esboço ou fotografia aérea) sob os 5 aspectos:

- Acidentes capitais;
- Observação e campos de tiro;
- Abrigos e cobertas;
- Obstáculos;
- Vias de acesso.

(b) Conclui sobre a influência do terreno:

- nas possíveis ações do inimigo;
- na própria missão.

(c) Estuda o inimigo (valor, localizações, dispositivo e possibilidades) e os próprios meios.

(d) Formula sua decisão inicial, ou plano de manobra, dando ao EM a diretriz para o planejamento e, aos Cmts subordinados, os elemen-

tos essenciais para que possam começar seus próprios reconhecimentos e planos.

b. Toma providências relacionadas com:

(1) O deslocamento da unidade, se for o caso (para onde, quando, como);

(2) O reconhecimento a ser executado (observatórios, escolha de itinerário, horário, participantes, processos de reconhecimento — simultâneo ou sucessivo, individual, ou em grupos, — tarefas para os subordinados, segurança);

(3) A futura emissão da ordem de operações (como, onde, quando e a quem deve ser transmitida);

(4) A coordenação com as unidades vizinhas e de apoio, no sentido de obter a maior convergência de esforços.

2 — Terminada esta fase inicial de trabalhos, o Cmt do RI, acompanhado de seu séquito, se desloca para o primeiro observatório escolhido e

a. faz o reconhecimento do terreno (introduzindo alterações em sua decisão inicial, se necessário; esse reconhecimento, sempre que possível, deve ser simultâneo com os dos comandantes subordinados);

b. completa sua decisão (recebe sugestões dos subordinados, com-

pleta o Estudo de Situação, altera sua decisão inicial, se necessário, estabelece o Conceito da Operação e prepara a ordem);

c. emite a Ordem de Operações (geralmente no próprio local de reconhecimento e verbal-ditada; aqui se trata, essencialmente, dos parágrafos 1 e 3 da O OP, acompanhados, sempre que possível, de um Calco de Operações sumário — pelo menos um exemplar para cada elemento da manobra; posteriormente, essa ordem verbal deverá ser confirmada por uma O OP escrita, completa).

3 — Em seguida, o Cmt do RI:

a. Fiscaliza e orienta os preparativos para a execução da ordem (pessalmente ou por intermédio de seu EM);

b. Conduz o combate (atualizando o Estudo de Situação inicial, ou realizando novos, e intervindo

no combate, por meio de novas ordens, sempre que necessário).

Do exposto, verifica-se que os Estudos de Situação se localizam, no conjunto do Trabalho de Comando, antes da Decisão, e, posteriormente, na conduta do combate.

Destarte, os Estudos de Situação não cessam, realizam-se continuamente e são permanentemente revistos e atualizados. Constituem um método de raciocínio, u'a maneira ordenada, lógica e objetiva de se chegar a uma Decisão, pela análise e pela síntese dos fatores que a condicionam: missão, terreno, inimigo e meios.

O método de Estudo de Situação preconizado pelo C-101-5, traduzido e adotado pela ECEME em 1956, a título experimental, é interpretado e desenvolvido pela Secção de Infantaria, conforme o memento que se segue.

MEMENTO DE ESTUDO DE SITUAÇÃO DE COMANDANTE DE RI (*)

1) MISSÃO

A missão recebida pode estar expressa em termos específicos de ações a realizar ou por sua finalidade. Em qualquer caso, o objetivo do estudo da missão é estabelecer as ações a realizar e sua finalidade.

Para o estudo da missão pode ser adotada a seguinte sequência:

a. Enunciado.

Enunciar todas as ações prescritas.

O enunciado da missão é, normalmente, tirado da O OP do escalão superior, em seus §§ 2 e 3, e do Calco de Operações.

Contém as ações prescritas ou a realizar.

b. Finalidade.

É o "para que" da missão. Algumas vezes, a missão é expressa pela

sua finalidade, cabendo ao Cmt deduzir as ações a realizar.

A finalidade da missão é o que ela vai permitir, após seu cumprimento no quadro da missão ou da manobra do escalão superior.

c. Ações deduzidas.

Só interessam as ações táticas a partir do início do cumprimento da missão, ou as preliminares deste cumprimento, excluídos os deslocamentos, as medidas administrativas, os reconhecimentos e as ligações. Enuncia-las na sequência de sua realização.

d. Prioridades das ações.

Se a missão comportar várias ações, estabelecer prioridades (por ordem de importância das ações) ou uma sequência para sua realiza-

(*) NOTA — As observações em grifo não fazem parte do estudo de situação do comandante. Figuram aqui com a finalidade didática de dar orientação sobre a maneira de apreciar certos aspectos do estudo de situação no âmbito do RI.

ção no tempo. Encarar, então, os dois casos:

— se as ações forem simultâneas, a prioridade será dada pela importância;

— se as ações não forem simultâneas, a prioridade será dada pela sua natural sequência de realização no tempo, não sendo preciso, neste caso, defini-la.

e. Condições de execução.

— Tempo disponível para o início do cumprimento da missão.

— Limites da zona de ação.

— Outras.

No final do estudo da missão, todos os tópicos acima são condensados em uma redação única, contendo claramente todas as ações a realizar (prescritas e deduzidas) na ordem de prioridade de realização, e a finalidade da missão. Esta redação final constituirá o texto do § 1 — Missão, do Estudo de Situação do Comandante.

2) SITUAÇÃO E LINHAS DE AÇÃO

Neste parágrafo, se procura estabelecer as possibilidades do inimigo e as nossas linhas de ação, na sequência seguinte:

a. Considerações que afetam as possíveis linhas de ação

Analisar todos os fatos que possam influir nas ações do inimigo e nas linhas de ação da unidade.

A análise de cada fato comportará uma exposição, na qual o fato será clara e sumariamente levantado e uma conclusão, na qual é deduzida a influência que o fato poderá ter sobre as possíveis ações do inimigo e sobre o cumprimento da missão da Unidade.

Serão analisados sucessivamente:

(1) Características da região de operações.

(a) Condições climáticas e meteorológicas.

i — Situação existente:

Crepúsculos;

Fases da lua;

Condições atmosféricas;

Vento (direção e velocidade);
Outros elementos.

ii — Efeitos sobre as possíveis ações do inimigo:

Concluir sobre a influência das condições citadas sobre as possíveis ações do inimigo.

iii — Efeitos sobre a nossa missão:

Concluir sobre a influência das condições citadas sobre o cumprimento da missão pela unidade, particularmente em relação aos seguintes pontos:

— condições de visibilidade (horas de luz durante o dia, faixa de maior claridade à noite, duração da noite, etc.);

— movimentos pelas estradas e através do campo;

— temperatura;

— emprego dos fumígenos, etc.

iv — Efeitos sobre o emprego das armas atômicas ou QBR:

Concluir sobre a existência de condições favoráveis ou desfavoráveis aos efeitos das armas atômicas empregadas pelo inimigo ou por nossas forças.

(b) Terreno.

i — Situação Existente:

Este subparágrafo constitui a base para determinar as influências do terreno sobre as possíveis ações do inimigo (ii) e sobre a missão da unidade (iii).

Aprecia-se o terreno sob os cinco aspectos fundamentais seguintes:

ACIDENTES CAPITAIS.

Citar, das mais aproximadas para as mais afastadas e da esquerda para a direita, todas as regiões que ofereçam acentuada vantagem para o inimigo e para a própria unidade, tais como: pontos ou regiões dominantes, gargantas e desfiladeiros, áreas edificadas, localidades, nós de vias de transporte, cruzamentos, etc.

A citação do acidente capital se faz em função da natureza da missão a realizar. Encara-se, sobretudo, a significação da posse do acidente capital quanto às próprias operações e quanto às do inimigo, e, apenas

os acidentes de interesse para o escalão considerado.

OBSERVAÇÃO E CAMPOS DE TIRO.

Estudar as elevações e a vegetação quanto às possibilidades de observação e de tiro, para ambos os contendores.

COBERTAS E ABRIGOS.

Verificar, para ambos os contendores, as condições de desenfiumento e disfarce provenientes da existência de vegetação e elevações, casario, etc.

OBSTÁCULOS.

Verificar a existência de obstáculos naturais e artificiais, tais como: pântanos, mata densa, rios profundos, terrenos pouco consistentes e obstáculos de outra qualquer natureza, inclusive minas.

VIAS DE ACESSO.

Enunciado.

Estudar os caminhos naturais favoráveis ao inimigo para o interior de nossas posições e os favoráveis a nós, para o interior da posição inimiga, e concluir sobre os mais favoráveis, comparando-os sob os aspectos de:

- orientação para o objetivo;
- aproximação de meios;
- tomada do dispositivo;
- apoio de fogos;
- progressão (CC e Inf);
- deslocamento das armas de apoio.

ii — Efeitos sobre as possíveis ações do inimigo:

Concluir sobre regiões, direções e linhas favoráveis ou desfavoráveis à realização de cada uma das possíveis ações do inimigo.

iii — Efeitos sobre a missão da unidade:

Concluir sobre regiões, direções e linhas favoráveis ou desfavoráveis ao cumprimento da missão da unidade.

iv — Efeitos sobre o emprego de armas atômicas e (ou) QBR:

Concluir sobre a proteção que o terreno oferece contra os efeitos de armas atômicas (ou QBR).

(2) Situação do inimigo.

Analisar, principalmente:

- Atitude, valor e composição das tropas empenhadas;
- Valor e composição das tropas em condições de serem empregadas como reforço.

NOTA — Nos trabalhos escolares, sempre que nada é dito em contrário, a organização do inimigo é idêntica à nossa.

(a) Composição — Indicar identidade, armamento e tipo de organização da força oponente. Incluir informações sobre a ordem de batalha, relativas a unidades de Infantaria, Cavalaria, Blindados e Artilharia.

(b) Valor — Observar os efetivos, a eficiência de combate, as forças e deficiências específicas e o número das unidades inimigas oponentes.

(c) Dispositivo — Indicar a localização das forças inimigas, incluindo, quando possível, elementos de apoio de fogo. Pode ser consignado numa carta ou calco.

(d) Atividades importantes — Considerar as atividades atuais que podem indicar as ações futuras do inimigo. Se for razoável admitir que o inimigo tem conhecimento de nossa situação ou das operações por nós projetadas, deve-se salientar este fato.

(e) Situação logística — Considerar a capacidade do inimigo para apoiar logisticamente suas forças.

(f) Reforços — Considerar as unidades inimigas não empenhadas, suscetíveis de serem empregadas em tempo de afetar o cumprimento de nossa missão.

(g) Peculiaridades e deficiências — Indicar peculiaridades e deficiências inimigas que afetarão sua eficiência de combate, favorável ou desfavoravelmente.

(3) Nossa situação.

(a) Composição — Elementos de que dispõe a unidade (orgânicos e em reforço).

(b) Efetivo — Considerar os efetivos reais das unidades.

(c) Dispositivo — Geralmente consignado numa carta ou calco.

Situação e disponibilidade dos diversos elementos orgânicos, e em reforço, para a operação.

(d) *Situação Logística* — Considerar as condições de apoio logístico para a operação.

(e) *Moral* — Para o conjunto da unidade ou para certos elementos componentes.

(f) *Instrução* — Como para moral.

(g) *Apoios* — Verificar quais as unidades que apoiarão o RI.

(h) *Unidades vizinhas e interpostas* — Sintetizar, para as unidades enquadrantes e interpostas, as operações que vão realizar.

(i) *Condições de tempo e espaço* — Considerar a largura de frente e a profundidade da Z Ag, prazo disponível para início da ação, distâncias e tempos de percurso dos diversos elementos que vão ser empregados e duração provável da operação (se for o caso).

(j) *Outras informações*:

Concluir sobre:

— Número de Btl's (e Cias Fzo, se for o caso) necessários para mobilizar a frente;

— Valor da reserva, face à frente e à profundidade da operação;

— Partes fracas do nosso dispositivo;

— Flancos descobertos;

— Se há ou não premência de tempo para a montagem da operação;

— Quando deslocar os elementos subordinados;

— Valor do apoio de Art, Mtr P (fraco, forte, etc.);

— Capacidade de choque e manobra, função particularmente do número de blindados que intervirão na operação, etc.;

— Valor relativo dos meios face às tropas empenhadas ou que podem reforçar.

b. Possibilidades do inimigo.

Coerente com as "Considerações que afetam as possíveis linhas de ação" (2ª) e de acordo com o "Manual do Oficial de Estado-Maior — 2ª Secção", estabelecer as possibi-

lidades do inimigo na seguinte sequência:

(1) Enunciado.

Considerar todas as possíveis ações do inimigo, capazes de afetar o cumprimento da missão, definindo, sempre que possível e para cada uma delas: que, onde, quem e quando.

(2) Probabilidade relativa de adoção — Citar somente a (s) possibilidade (s) cuja probabilidade de adoção seja elevada.

c. Nossas linhas de ação.

Cada linha de ação significa uma forma ou maneira de cumprir a missão e deve levar em conta:

— as ações a realizar;

— o estudo do terreno;

— a situação e as possibilidades do inimigo;

— a situação dos meios a empregar.

Em princípio, cada linha de ação responde às perguntas:

— Que (ações);

— Quem (escalão que decide: geralmente omitido);

— Quando (início da ação);

— Onde (direções, regiões, etc.);

— Como (dispositivo, esforço, etc.);

— Para que (eventualmente).

O enunciado de uma linha de ação não tem forma rígida.

As linhas de ação nitidamente inferiores são eliminadas.

3) ANÁLISE DAS LINHAS DE AÇÃO OPOSTAS

Este parágrafo tem por finalidade obter dados comparativos sobre as nossas linhas de ação; para isto, cada linha de ação é analisada separadamente, fazendo-se reagir sobre ela cada possibilidade do inimigo.

Não deverão ser consideradas as possibilidades que afetem idênticamente as linhas de ação, uma vez que não poderão servir de fator de comparação.

Desta maneira, determinam-se os resultados prováveis de cada linha de ação em relação à possível atuação do inimigo.

Convém obedecer ao seguinte desenvolvimento:

a. Citar as possibilidades do inimigo que não serão consideradas por afetarem idênticamente as nossas linhas de ação.

b. Síntese da 1ª linha de ação a ser considerada, versus:

(1) Possibilidade N. 1 do Inimigo.

— Resultados prováveis.

(2) Possibilidade N. 2.

— Resultados prováveis.

(3) Possibilidade N. 3.

— Resultados prováveis.

c. Proceder de maneira idêntica com as demais linhas de ação.

4) COMPARAÇÃO DE NOSSAS LINHAS DE AÇÃO

A finalidade deste parágrafo é concluir qual a linha de ação mais favorável para o cumprimento da missão.

a. Fatores preponderantes.

Relacionar, dentre os fatores que surgiram até este ponto do estudo de situação, aqueles que terão importância decisiva na seleção da melhor linha de ação.

Normalmente, as diversas linhas de ação devem ser comparadas, face aos seguintes fatores:

— Terreno

— Dispositivo do inimigo

— Nosso dispositivo

— Possibilidades do inimigo

Para cada um destes fatores, fazer uma síntese das principais vantagens e desvantagens de cada linha de ação e concluir qual a mais favorável, ou, se todas elas se equivalem e qual a que oferece maiores vantagens às operações futuras.

Finalmente, face às conclusões parciais obtidas, estabelecer qual a linha de ação mais favorável ao cumprimento da missão.

b. Comparação das linhas de ação.

(1) Terreno.

(a) Linha de Ação N. 1.

— *Resumo das principais vantagens e desvantagens.*

(b) Linha de Ação N. 2.

— *Idem.*

(c) O Terreno favorece a Linha de Ação... ou, se for o caso, as linhas de ação se equivalem.

(2) Dispositivo do inimigo.

— *Idem.*

(3) Nosso dispositivo.

— *Idem.*

(4) Possibilidades do inimigo.

— *Idem.*

(5) Qualquer outro fator.

— *Idem.*

c — Conclusão.

A linha de ação... é a mais favorável.

5) DECISÃO

Adotar a linha de ação mais favorável, expressando-a de forma clara, concisa, precisa e completa. O Cmt decide sobre toda a missão recebida, com todos os detalhes até onde for possível, e em suas linhas gerais, daí em diante.

Para cada ação decidida, definir precisamente:

— Quem — refere-se ao escalão que decide e, neste caso, é geralmente omitido; pode expressar as unidades fundamentais que vão constituir o dispositivo.

— Que — ação da unidade, ou de um de seus elementos.

— Quando — início previsto para a ação.

— Onde — posição ou região da qual, para a qual ou sobre a qual será realizada a ação. No ataque, é a direção do esforço da unidade e o objetivo principal; na defesa, é a posição a ser defendida. No movimento retrógrado, são as posições a serem ocupadas sucessivamente.

— Como — define o esquema da manobra, dispositivo ou elemento executante, esforço, etc. Complementa o Quem.

— Para que — algumas vezes se indica a finalidade da ação.

A decisão define a responsabilidade do Cmt no planejamento da operação e na sua conduta.

OBSERVAÇÕES

1. No RI, a maneira de realizar o estudo de situação pode variar.

Duas são as principais formas de sua realização :

a. Pelo Cmdo do RI (Cmt e EM) como um todo, sob a orientação direta do Cmt do RI, tendo em vista chegar a uma decisão em curto prazo.

Trata-se de uma reunião de EM, realizada normalmente à retaguarda, no PC do RI, e é a forma mais frequentemente adotada.

É realizado pessoalmente pelo Cmt do RI, assessorado pelos membros do seu EM, particularmente o S2 e S3, assumindo cada um destes elementos a função de assessor principal quando for focalizado assunto de sua especialidade.

Várias normas podem ser estabelecidas para a participação dos elementos de EM no estudo de situação do Cmdo do RI.

Nos trabalhos escolares da ECEME, até o ano em curso, tem sido obedecida, para o escalão RI, a seguinte norma :

(1) Cmt — Decisão.

— Interpretação da missão.

Tem autoridade para interferir, aceitando, modificando ou rejeitando as partes que lhe forem apresentadas.

(2) S1 — "Nossa situação" (situação da unidade, particularmente no tocante a efetivos, recomplemento e moral).

(3) S2 — Subparágrafo ii de "Condições Climáticas e Meteorológicas" e de "Terreno".

— Situação do inimigo.

— Possibilidades do inimigo.

(4) S3 — Subparágrafos i e iii de "Condições Climáticas e Meteorológicas" e de "Terreno".

— Nossa Situação (Composição, dispositivo, instrução, apoio, condições de tempo e espaço, unidades vizinhas e interpostas).

— Nossas linhas de ação.

— Análise das linhas de ação opostas.

— Comparação das nossas linhas de ação.

(5) S4 — Nossa Situação (principais aspectos logísticos a merecer a atenção do comandante).

— Comparação de nossas linhas de ação (prioridade de nossas linhas de ação, sob o ponto de vista logístico).

b. Estudo de situação do EM, feito sob a orientação do Cmt do RI e coordenado pelo Chefe do EM do RI (Subcomandante), seguido do Estudo de Situação do Cmt (este iniciado ou não simultaneamente com aquele).

Neste caso, normalmente adotado quando se dispõe de bastante tempo para o início da missão, o Cmt interpreta a missão, faz a ambientação sumária e estabelece a diretriz para o Estudo de Situação do EM; posteriormente, incorpora ao seu estudo as conclusões por ele aprovadas dos estudos realizados pelos membros do seu EM.

2. As participações acima definidas não estabelecem compartimentos estanques, permitindo intercâmbio de opiniões entre os membros do EM, em busca de uma solução de conjunto, orientado pelo Cmt.

Assim, por exemplo, o S2 pode participar, também, da "Análise das linhas de Ação Opostas"; qualquer membro do EM, inclusive o Cmt das Armas de apoio, pode participar da "Comparação de Nossas Linhas de Ação" e o S1 poderá ser chamado a participar da "Comparação de Nossas Linhas de Ação", particularmente quando não for igual à situação dos elementos subordinados no tocante a efetivos, recomplementos e moral.

Quando for o caso, os efeitos sobre emprego de armas atômicas ou QBR poderão ser estudados pelo S2, pelo S3 ou pelo oficial de Guerra Química.

3. Em qualquer dos casos acima, o estudo de situação, no escalão RI, normalmente não é escrito. É um processo mental, em que cada parágrafo constitui uma etapa, representando este Memento uma espécie de lembrete ou lista de verificação.

O Caso concreto que será estudado a seguir, constituirá uma aplicação e nêle se focalizarão, particularmente, entre os fatores de De-

cisão, a Missão, de importância óbvia, e o Terreno onde ela terá de ser cumprida.

APLICAÇÃO EM UM CASO CONCRETO

RESUMO DA SITUAÇÃO

A 2ª DI, atuando na direção Jardinópolis — Orlândia — S. Joaquim (Ver esboço n. 1), com a missão de cerrar sobre o Rio Sapucahy, na região de S. Joaquim, atingiu, na 2ª parte da jornada de 19 de março, o corte do Rib. do Agudo. O 2º Esquadrão Rec Mec e o GT-4, em 1º escalão, mantém contacto com o inimigo, que vem retardando sua progressão desde o Rio Pardo. (Ver esboço n. 2).

Às 191500 Mar, em seu PC, na região de Est. Guayuvira, o Cmt da 2ª DI comunicou ao do GT-6 sua decisão de retomar o movimento para S. Joaquim às 200700 Mar com os GT-4 e GT-6 em 1º escalão, os quais deverão apossar-se, respectivamente, de Fazenda Cavalo e de cota 825 de Signal.

A W da 2ª DI, em contacto com o inimigo, acha-se o 2º R Rec Mec, que reiniciará o movimento para o N às 201100 Mar.

O 2º Esqd Rec Mec e os elementos do 1º escalão do GT-4 (1º e 2º BI) acham-se detidos. O inimigo defende a região de Orlândia e tem realizado tiros ajustados de armas automáticas e concentrações de Mrt, inclusive 4.2, e de Art 105.

As OT ao S da Rv 428 estão ocupadas; as demais parecem desocupadas. Foram assinalados CC inimigos a W de Orlândia.

Movimentos normais nas estradas que do Rib. do Agudo se dirigem para S. Joaquim. Foram assinalados, ainda, movimentos de tropas e trabalhos de OT na margem N do Rio Sapucahy. A E de Orlândia foram identificadas as 8ª e 7ª/25ª RI Vermelho.

O Esboço n. 2, consigna as informações disponíveis sobre o inimigo, até 191400 Mar, no que interessa ao GT-6.

O GT-6 (Tipo I), reunido na região de Est. Guayuvira, está motorizado e tem a seguinte composição:

6º RI;
6º GO 105 AR;
101º BCC Me;
2ª/851 G Can Au AA 40 AP;
3º/2º BE Cmb + 1º/101 BE Cmb.

O Córrego Itú, Córrego do Diamante e o Rib. do Rosário são obstáculos para CC, pela natureza de suas margens.

O solo é firme, permitindo o movimento de viaturas através do campo.

Tempo bom. Brisa leve do quadrante SE.

ICMN 0435 FCVC 1830

ICMC 0502 FCVN 1857

Não há previsão de emprego de armas atômicas ou QBR por nossas forças nem pelas do inimigo.

INTERPRETAÇÃO DA MISSÃO

1 — Interpreta-se a missão, determinando:

— seu enunciado (tirado dos parágrafos 2 e 3 da O Op e do Calco Op);

— a finalidade (que papel representa a unidade na manobra do escalão superior? ou melhor, para que foi atribuída aquela missão pelo escalão superior?);

— as ações a realizar (impostas pela ordem e as deduzidas);

— a prioridade das ações (apenas quando houver simultaneidade entre elas);

— condições de execução (particularmente zona de ação e prazo para início da missão).

Essa análise será, em seguida, consolidada em redação única, sem parágrafos (quando houver documento "Estudo da Situação", pouco comum no regimento).

2 — Pelo Resumo da Situação e pelo Esboço, fica-se sabendo que :

— a DI pretende retomar o movimento para S. Joaquim às 0700 ;

— continuará atuando por GT, com 2 GT em 1º escalão ;

— o GT-6 deverá apossar-se de Alt de Signal e o GT-4, da Fazenda Cavado ;

— o limite entre os 2 GT de 1º escalão inclui Orlândia para o GT-4 ;

— o flanco W do GT-6 não terá cobertura (será descoberto) ;

— o inimigo defende o corte do Rib. do Agudo, tendo detido o 2º Esqd Rec Mec a W de Orlândia.

Poderia ter sido feita, então, a seguinte interpretação :

— Enunciado : Conquistar cota 825 de Signal, em condições de prosseguir para S. Joaquim. Início às 200700 Mar ;

— Finalidade : Assegurar o prosseguimento para S. Joaquim ;

— Ações a realizar : Atacar ; ultrapassar o 2º Esqd Rec Mec ;

— Condições de execução : Z Ac (Ver Esboço ns. 1 e 2).

— Prazos : São 191530 e o ataque será iniciado às 200700 Mar. Disparamos, pois, de 15h 30, das quais 5 de luz (com visibilidade de 5000 m).

Obs. :

(1) Ficar em condições de prosseguir não constitui desde já ação tática a realizar, nem imposta, nem deduzida : Significa que se devem tomar medidas e disposições para realizar uma ação futura (prosseguir), cuja execução fica dependente de nova ordem, podendo até ser atribuída a outro elemento.

(2) Não houve necessidade de estabelecer prioridades entre as ações por que elas são sucessivas.

ESTUDO DO TERRENO

A finalidade primordial deste estudo consiste em determinar a maneira mais adequada de utilizar o terreno, a mais conveniente forma de a ele se adaptar para cumprir a missão. Deve, portanto, ser examinado objetivamente, em função da missão recebida, e não com o simples fito de encher memento.

Quer se trate de atacar, defender, retrair ou retardar, é preciso levar em consideração a influência ponderável do terreno nas operações, por isso que a maneira "como" a Infantaria combate depende, sobretudo, do terreno "onde" ela combate, ou, por outras palavras, é o terreno que traça a manobra. Isto não quer dizer que seja ele, sempre, o fator preponderante, ou determinante da escolha da linha de ação ; pode, algumas vezes, acontecer que a manobra melhor traçada, que melhor aproveite as características da região de operações, não seja a melhor maneira de cumprir a missão, em virtude da existência de outros fatores mais importantes, tais como a premência do tempo, a situação inicial dos meios, o inimigo ou mesmo condições atmosféricas ou climáticas ; mas, ainda assim, dentro da linha de ação escolhida, deve ser o terreno aproveitado ao máximo, em benefício da manobra.

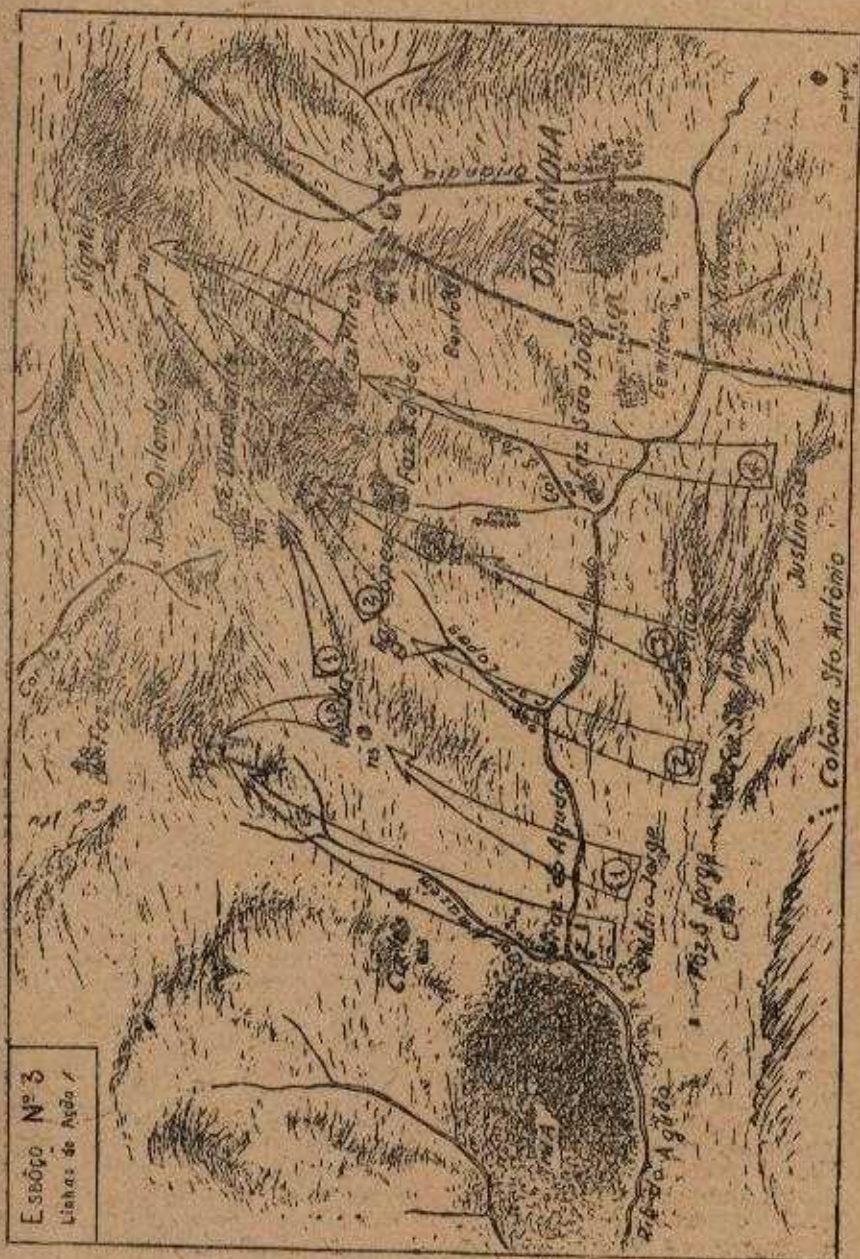
O Estudo do terreno, como vimos, compreende uma parte analítica (i), versando sobre os 5 aspectos militares (acidentes capitais, observação e campos de tiro, abrigos e cobertas, obstáculos e vias de acesso) e uma parte conclusiva, tratando da influência do terreno sobre as operações do inimigo (ii), sobre o cumprimento da própria missão (iii) e sobre o emprêgo de armas atômicas e QBR (iv).

Realizemos, então, o estudo analítico, dentro da situação criada. (Ver esboços ns. 2 e 3).

ACIDENTES CAPITAIS

Acidente capital é uma região cuja posse apresenta acentuada vantagem para as operações do inimigo e para o cumprimento da missão da própria unidade ; sua escolha difere, em consequência, no ataque e na defesa. Os acidentes capitais devem ser compatíveis, portanto, com o escalão e com a operação.

Na prática, para regimentos e unidades menores, acidentes capitais são, normalmente, regiões dominantes, ou localidades, porque a sua posse permite, principalmente,



observar e atirar sobre o inimigo, além de outras vantagens secundárias, como abrigos e cobertas para movimentação dos meios e domínio das vias de acesso.

Na área de interesse do GT-6 podem ser encontrados os seguintes acidentes capitais:

— *Altura de Venda*: Permite o aprofundamento da defesa, barrando a progressão nas direções de Fazenda Diamante e de Fazenda Itú; favorável à montagem de contra-ataques. Permite a progressão, seja sobre cota 800 de Fazenda Diamante, seja sobre Alt S de Fazenda Itú.

— *Cota 705 S de Fazenda S. José*: Permite o aprofundamento da defesa; barra a progressão para a região de cota 800; favorável à montagem de contra-ataques. Permite a progressão sobre cota 800 de Fazenda Diamante e sobre região de Fazenda Pires.

— *Orlândia*: Embora fora da Z Aç do GT-6, possibilita ação do inimigo sobre o flanco E.

— *Cota 775 S de Fazenda Itú*: Permite atuar sobre Venda ou mesmo sobre cota 800 de Fazenda Diamante e aprofundar a defesa do Rib. do Agudo. Dá segurança ao flanco W do GT.

— *Cota 800 de Fazenda Diamante*: Permite barrar a progressão para cota 825 de Signal, aprofundando a defesa do Rib. do Agudo; favorável à montagem de contra-ataque sobre cota 705, Fazenda Pires e Venda. Permite progredir para cota 825 de Signal.

— *Região de Fazenda Pires*: Permite aprofundar a defesa do Rib. do Agudo, e atuar sobre cota 800 de Fazenda Diamante; dá cobertura em relação a Orlândia. Permite prosseguir sobre cota 800 de Fazenda Diamante e sobre cota 825 de Signal.

— *Cota 825 de Signal*: Ponto dominante da região; facilita a defesa; barra o acesso a S. Joaquim, separando esta região da de Orlândia; objetivo do RI. Permite prosseguir para S. Joaquim.

OBSERVAÇÃO E CAMPOS DE TIRO

As possibilidades de observação e de campos de tiro estão na dependência das alturas e da vegetação.

Na defesa, procuram-se "posições" que ofereçam as melhores possibilidades de observação e de tiro; no ataque procuram-se "vias de acesso" que ofereçam essas vantagens.

Em princípio, essas vantagens estão relacionadas com os acidentes capitais. Esta parte da análise do terreno deve ser feita em função do escalão.

Assim, é óbvio que o problema não se apresenta sob o mesmo aspecto para um comandante de pelotão de fuzileiros e um comandante de RI; para este interessam, apenas, os aspectos gerais do problema, não se tratando de escolher locais para instalação de observatórios ou de armas.

No caso em estudo, na ausência de maiores indicações sobre a vegetação, poder-se-ia dizer que:

— Há facilidade de observação em qualquer direção, com domínio de vistas pelo inimigo no compartimento do Rib. do Agudo.

— O inimigo tem possibilidades de observação até a linha Alt S de Fazenda S. Jorge — Alt de Fazenda Sto. Antônio — Justino.

— Nossas possibilidades de observação vão até a linha Fazenda Pires — Cota 800 de Fazenda Diamante — Alt S de Fazenda Itú. O objetivo do RI (cota 825 de Signal) só é visto, inicialmente, da região de Justino.

— São regiões favoráveis à observação:

Cota 825 de Signal, que permite, também, vistas para o compartimento do Rio Sapucahy, Cota 800 de Fazenda Diamante e Alt. S de Fazenda Itú.

— A E do Md A, os campos de tiro são bons e extensos, particularmente para armas automáticas instaladas nas alturas balizadas pela estrada 434, que têm facilidades de cruzar fogos sobre o Rib. do Agudo.

COBERTAS E ABRIGOS

Cobertas e abrigos constituem a resposta às possibilidades de "observação e campos de tiro" do adversário.

No ataque, se procuram as "vias de acesso", e, na defesa, "as posições", que ofereçam as melhores possibilidades de cobertas e abrigos.

Para o escalão RI, o problema deve ser encarado em seus aspectos gerais, de interesse para a manobra do conjunto da unidade, relacionados com as condições de desenfioamento e proteção, provenientes da existência de vegetação e elevações, casario, etc.

No caso em estudo, na ausência de maiores indicações sobre a vegetação, poder-se-ia dizer:

— A linha Cota 800 de Fazenda Diamante — Alta, de Fazenda Itú oferece ao inimigo boa proteção para reuniões, instalações e PB, particularmente nas regiões de Fazenda Diamante, João Orlando, Fazenda Itú e Joaquim Júlio.

— A garupa de Fazenda Sto. Antônio oferece boa proteção para reuniões, instalações e para armas orgânicas de apoio, particularmente a W nas regiões de Fazenda S. Jorge, Fazenda Sto. Antônio e Colônia Sto. Antônio.

OBSTACULOS

Trata-se de verificar a existência de obstáculos naturais e artificiais, tais como: pântanos, matas densas, encostas escarpadas, rios profundos ou de margens íngremes, terrenos pouco consistentes, campos de minas, arame farpado, obstáculos contra carros ou outro qualquer.

A significação do "obstáculo" está intimamente relacionada com as noções de "acidentes capitais" e de "vias de acesso": avalia-se o seu valor pelas restrições que possam opor ao movimento de homens a pé, de veículos sobre rodas e sobre lagartas — os três tipos de movimentos terrestres que se encontram em combate.

O defensor incorpora o obstáculo à defesa, procurando bloquear os 3 tipos de movimento, enquanto o

atacante se esforça em determinar a via de acesso mais livre de obstáculos, ou por eles protegida.

Embora campos de minas e outros obstáculos representem "atividade" do inimigo, é mais razoável que o seu estudo seja feito junto com o dos obstáculos naturais, pela oportunidade de uma apreciação conjunta de seus efeitos sobre "vias de acesso" e "acidentes capitais".

— No caso em estudo, o Cmt do GT-6 veria:

Md A: obstáculo para viaturas e homens a pé; assegura proteção inicial ao flanco W do atacante e do defensor.

Os Córregos do Itú e do Diamante e o R.b. do Rosário, obstáculos para CC pela natureza de suas margens, dificultam, de certo modo, uma atuação na direção geral NW — SE.

Há campos de minas descontinuos na margem N do R.b. do Agudo, particularmente nas regiões de passagem.

VIAS DE ACESSO

Entendem-se por vias de acesso, os caminhos naturais que conduzem aos acidentes capitais. O Cmt de RI procura determinar, no ataque, as vias de acesso mais favoráveis à conquista de seus objetivos e, na defesa, as vias de acesso que o inimigo pode utilizar para conquistar as posições que o RI defende; conseqüentemente, a noção de via de acesso está ligada ao valor do elemento de manobra que vai utilizá-la, ou, por outras palavras, o Cmt do RI procura, no ataque, vias de acesso que conduzam suas peças de manobra (BI e, eventualmente, Cia Fzo) aos acidentes capitais que devem ser conquistados e, na defesa, as vias de acesso que o inimigo poderá utilizar e que possam ser barradas por seus BI (e, eventualmente Cia Fzo).

O atacante, naturalmente, escolhe a "via de acesso" que o conduz ao objetivo nas melhores condições de "observação e campos de tiro", e de "abrigos e cobertas", evitando os "obstáculos" ou os aproveitando como proteção. O defensor avalia, da

mesma maneira, as vias de acesso disponíveis para o inimigo.

Para a determinação da melhor via de acesso, após analisá-las individualmente, é necessário compará-las, sob os aspectos já referidos: orientação para o objetivo, aproximação de meios, tomada de dispositivo, apoio de fogos, progressão (CC e Inf) e deslocamento de armas de apoio.

No caso, em estudo, o Cmt do GT-6 encontraria as seguintes vias de acesso (Ver esboço n. 3):

— Para o interior das próprias posições:

1ª: Venda — Colônia Sto. Antônio;

2ª: Cota 705 — Elias — Colônia Sto. Antônio;

3ª: Cemitério — Justino.

— Para o interior das posições inimigas:

1ª: Fazenda S. Jorge — Venda — Cota 800 de Fazenda Diamante — Cota 825 de Signal, permitindo ir, também, de Venda para Alt. S de Fazenda Itú.

2ª: Colônia Sto. Antônio — Fazenda Lopes — Cota 800 de Fazenda Diamante — Cota 825 de Signal.

3ª: Elias — Cota 705 — Cota 800 de Fazenda Diamante — Cota 825 de Signal.

4ª: Justino — Fazenda Pires — Cota 825 de Signal.

— Existe, ainda, no flanco W:

Mário Jorge — Carlos — Alt. S de Fazenda Itú.

Como as vias de acesso existentes para o interior das próprias posições não apresentam interesse para o GT-6, que não se acha em posição, seu Cmt passaria à análise e comparação das vias de acesso que lhe permitem atingir o objetivo, processo mental de seleção que não aparece escrito, por desnecessário, no documento Estudo de Situação do Cmt do GT, quando também este existir.

Analisemos essas vias de acesso:

— Fazenda S. Jorge — Venda — Cota 800 de Fazenda Diamante — Cota 825 de Signal: Servida por

uma rodovia; é larga, de declive suave, favorável ao emprêgo de Inf e CC; conduz sucessivamente à Venda, cota 800 e cota 825, permitindo, também, ir de Venda às Alt. S de Fazenda Itú; desborda cota 705 pelo N.

— Colônia Sto. Antônio — Fazenda Lopes — Cota 800 de Fazenda Diamante — Cota 825 de Signal: Corredor amplo, dominado inicialmente pelo casario do Córrego Lopes, lateralmente pelas Alt. de Venda e de cota 705 e, ao fundo, pelas Alt. de Fazenda Lopes e cota 800 de Fazenda Diamante. Pode tornar-se demasiadamente largo pela inclusão de uma ou ambas as cristas enquadrantes. Dispõe de uma rodovia; conduz, sucessivamente, às regiões de Fazenda Lopes, Cota 800 e Cota 825. Inicialmente é desfavorável à progressão tanto de CC como de Inf, devido às minas e ao casario.

— Elias — Cota 705 — Cota 800 de Fazenda Diamante — Cota 825 de Signal: Inicialmente é larga; depois se estrangula na região de Fazenda S. José. Servida por rodovia até cota 705. Conduz, sucessivamente, às cotas 705, 800 e 825. Inicialmente, é favorável à progressão da Inf e CC; depois, torna-se desfavorável para CC, devido ao estrangulamento de Fazenda S. José e ao acíve mais acentuado entre esta região e cota 800 de Fazenda Diamante. Permite ir, também, à região de Fazenda Pires.

— Justino — Fazenda Pires — Cota 825 de Signal: Corredor, inicialmente apertado, atraído para Orlandia. Servido por uma rodovia, a partir de Bento, para cota 825. Atingida a região de Fazenda Pires, exige o domínio de cota 800 de Fazenda Diamante para o prosseguimento para cota 825 de Signal. É favorável à progressão de Inf e CC.

— Mário Jorge — Carlos — Alt. S. de Fazenda Itú: Amplo corredor balizado pelo Córrego de Armazém. Inicialmente apoiado a W no Md A e no casario de Fazenda do Agudo, leva diretamente às Alt. S de Fazenda Itú, não conduzindo ao objetivo. Inicialmente é pouco favorável à progressão de CC, de-

vido à existência de campos de minas, casario e Md.

Comparando agora essas vias de acesso, poderemos concluir que das quatro que conduzem ao objetivo do GT, a melhor é a 1ª, porque:

— é a única que permite atuar no flanco do dispositivo inimigo, conduzindo a uma ação de desbordoamento, evitando a cota 705;

— é a mais favorável à progressão da Infantaria e dos carros;

— é a única que possui rodovias desde o início, favorecendo o deslocamento das armas de apoio.

As condições de aproximação de meios e de tomada de dispositivo (P Atq, Pos de Mrt P e LP) são aproximadamente iguais para as 3 primeiras, ficando a 4ª em inferioridade. Quanto à observação e apoio de fogos, há pequena vantagem para a 3ª, após a conquista de cota 705.

Feita a análise dos aspectos militares do terreno, podemos agora abordar os aspectos conclusivos do estudo.

Os efeitos sobre as possíveis ações do inimigo (ii) devem ser encarados com objetividade, em função do tipo de operação prescrito na missão.

Assim, por exemplo, se a missão é atacar, deve-se ver:

— como o terreno permite ao inimigo opor-se inicialmente à nossa progressão, com indicação, se houver, das regiões mais favoráveis à defesa;

— como o terreno favorece o aprofundamento da defesa;

— as regiões que, perdidas pelo inimigo, comprometem a integridade de sua posição, pontos-chave;

— como o terreno favorece as ações ofensivas da defesa;

— perdidas as atuais posições, quais as outras linhas naturais, em profundidade, que favorecem a instalação de novas posições;

— como o terreno favorece o retardamento de nossa progressão, após o rompimento da posição.

Se a nossa missão é defensiva, deve-se ver:

— como o terreno se apresenta ao inimigo para abordar a nossa posição (estradas, etc.);

— como o terreno se apresenta ao inimigo para o ataque à nossa posição (vias de acesso mais favoráveis, regiões de transposição de cursos d'água, etc.);

— como o terreno permite ao inimigo internar-se na posição e prosseguir (posse de acidentes capitais, vias de acesso no interior da posição, etc.).

Da mesma maneira, devem os efeitos sobre a própria missão (iii) ser encarados em função do tipo de operação. Assim, por exemplo, se a missão é atacar, deve-se ver como o terreno se apresenta, tendo em vista a articulação dos meios para o ataque, o desembocar do ataque e seu aprofundamento no interior da posição do inimigo (facilidades de progressão, melhor via de acesso, regiões a conquistar intermediariamente, regiões que asseguram o rompimento da posição ou seu desbordoamento, objetivo principal ou parte principal do objetivo, facilidades de prosseguimento, etc.), e a segurança do ataque (regiões a conquistar, etc.).

Se a missão é defender, deve-se ver as regiões favoráveis à instalação da segurança da posição, as que barram as vias de acesso que permitem abordar a posição, as favoráveis ao aprofundamento da defesa, as regiões ou direções favoráveis às ações ofensivas da defesa, etc.

Quanto ao emprego de armas atômicas ou QBR, deve-se concluir sobre a proteção que o terreno oferece aos seus efeitos, bem como quanto às regiões favoráveis ao seu emprego.

Esses aspectos conclusivos do estudo do terreno — sua parte essencial — para o caso concreto em tela, podem ser vistos no documento Estudo de Situação do Cmt do GT-6, a seguir transcrito, à guisa de subsídio, e com a ressalva de que, no Regimento de Infantaria, é raro, e desnecessário, fazê-lo por escrito.

(Classificação sigilosa)

ESTUDO DE SITUAÇÃO DE COMANDANTE

6º RI

Colônia Santo Antônio

192330 Mar

Crt: S. Paulo, 1/50.000 — Or-
lândia.

1) MISSÃO

Atacar às 200700 Mar para con-
quistar cota 825 de Signal, ultrapas-
sando o 2º Esqd Rec Mec.

Ficar em condições de prosseguir
para S. Joaquim.

2) SITUAÇÃO E LINHAS DE AÇÃO

a. *Considerações que afetam as
possíveis linhas de ação.*

(1) Características da região de
operações.

(a) Condições meteorológicas.

i — Situação existente.

ICMN — 0435.

ICMC — 0502 — Amanhece.

FCVC — 1830 — Anoitece.

FCVN — 1857.

— Lua cheia a 20.

— Tempo bom.

— Céu limpo.

— Brisa leve do quadrante SE.

ii — Efeitos sobre as possíveis
ações do inimigo.

iii — Efeitos sobre a nossa mis-
são.

— As condições climáticas e me-
teorológicas interferem igualmente,
tanto para o inimigo como para nós.

— A fase da luta facilita deslo-
camentos e ações noturnas.

— Há boa visibilidade para o
tipo de todas as armas e boa transi-
bilidade através do campo para
Vtr.

— Há condições favoráveis para o
emprego de fumígenos por nossas
forças e desfavoráveis para o in-
imigo.

— Temos 1300 h de luz por dia.

(b) Terreno.

i — Situação existente:

— Acidentes capitais.

Alturas de Venda.

Cota 705 S de Faz. S. José.

Orlândia.

Cota 775 S de Faz. Itú.

Cota 800 de Faz. Diamante.

Região de Faz. Pires.

Cota 825 de Signal.

— Observação e Campos de Tiro.

Há facilidade de observação em
qualquer direção, com domínio de
vistas pelo inimigo no comparti-
mento do Rib. do Agudo.

O inimigo tem possibilidade de
observação até a linha Alt. S de Faz.
Jorge — Alt. de Faz. Sto. Antônio
— Justino.

Nossas possibilidades de observa-
ção vão até a linha Faz. Pires —
Cota 800 de Faz. Diamante — Alt. S
de Faz. Itú. O objetivo do RI (cota
825 de Signal) só é visto, inicial-
mente, da região de Justino.

Regiões favoráveis à observação:
Cota 825, Cota 800 de Faz. Dia-
mante e Alt. S de Faz. Itú.

Cota 825 permite vistas também
sobre o compartimento do Rio Sa-
pucahy.

A E do Md. A os campos de tiro
são bons e extensos, particular-
mente para armas automáticas ins-
taladas nas alturas balizadas pela
Estr. 434, que têm facilidades de
cruzar fogos sobre o Rib. do Agudo.

— Cobertas e Abrigos.

A linha Cota 800 de Faz. Dia-
mante — Alt. de Faz. Itú oferece
boa proteção para reuniões, insta-
lações e PB, particularmente nas
regiões de Faz. Diamante, João Or-
lando, Faz. Itú e Joaquim Júlio.

A Garupa de Faz. Sto. Antônio
oferece boa proteção para reuniões,
instalações, e para as armas orgâ-
nicas de apoio, particularmente a
W, nas regiões de Faz. S. Jorge,
Faz. Sto. Antônio e Colônia.

(Classificação sigilosa)

(Classificação sigilosa)

— Obstáculos.

Md. A: Obstáculos para viaturas e homens a pé.

Assegura proteção ao flanco do atacante e do defensor.

O Cor. do Itú, o Cor. do Diamante e o Rib. do Rosário, obstáculos para CC pela natureza de suas margens, dificultam, de certo modo, uma atuação na direção geral NW SE.

Campos de minas descontínuos na margem N do Rib. do Agudo, particularmente nas regiões de passagens.

— Vias de acesso.

Para o interior das próprias posições:

1ª: Venda — Colônia Sto. Antônio.

2ª: Cota 705 — Elias — Colônia Sto. Antônio.

3ª: Cemitério — Justino.

Para o interior das posições inimigas:

1ª: Faz. S. Jorge — Venda — Cota 800 de Faz. Diamante — Cota 825 de Signal, permitindo ir, também, de Venda para Alt. S de Faz. Itú.

2ª: Colônia Sto. Antônio — Faz. Lopes — Cota 800 de Faz. Diamante — Cota 825 de Signal.

3ª: Elias — Cota 705 — Cota 800 de Faz. Diamante — 825 de Signal.

4ª: Justino — Faz. Pires — Cota 825 de Signal.

Existe, ainda, no flanco W:

Mário Jorge — Carlos — Alt. S de Faz. Itú, não conduzindo ao objetivo do GT.

ii — Efeitos sobre as possíveis ações do inimigo:

— O ponto-chave da posição inimiga é cota 800 de Faz. Diamante.

— As regiões de cota 705 e de Venda permitem aprofundar a defesa.

— O divisor Cota 775 S de Faz. Itú — Cota 800 de Faz. Diamante

— Faz. Pires permite aprofundar

ainda a defesa do Rib. do Agudo e facilita a realização de contra-ataques.

— A região de cota 825 é favorável à defesa, conjugada ou não com as alturas que enquadram o Rib. do Rosário.

— A região de cota 800 permite atuar sobre Bento.

— A cota 775 S de Faz. Itú permite atuar sobre cota 800 de Faz. Diamante.

— Constituem direções favoráveis à realização de ações ofensivas:

Venda — Colônia Sto. Antônio.
Cota 705 — Elias — Colônia Sto. Antônio — Cemitério — Justino.

iii — Efeitos sobre nossa missão:

— O divisor cota 775 S de Faz. Itú — Cota 800 — Faz. Pires limita as possibilidades de apoio de fogos dos Mrt P; limita, também, as possibilidades de observação de posições iniciais, exceto a E, na direção Justino — Cota 825 de Signal.

— A posse de cota 800 invalida a defesa do Rib. do Agudo e abre a melhor via de acesso para cota 825.

— Para atingir a região de cota 800 de Faz. Diamante, há duas direções principais:

Elias — Cota 705 — Cota 800 e Faz. S. Jorge — Venda — Cota 800, das quais a melhor é a 2ª, por dispor de estrada e desbordar cota 705.

— A posse de cota 705 abre uma via de acesso para cota 800 e para Faz. Pires.

— A posse de Venda permite prosseguir seja sobre cota 800, seja sobre cota 775 Faz. Itú.

— A posse da região de Faz. Pires cobre o flanco W.

— A posse de cota 825 concretiza o cumprimento da missão.

(2) Situação do inimigo.

(a) Composição.

— Identificações feitas:

A W do Md. A — Elm do 5º R Rec Mec;

(Classificação sigilosa)

(Classificação sigilosa)

Na garupa de Venda — 1ª/25º RI;

Na garupa de Cota 705 — 2ª/25º RI;

A E do Cor. S. João — 4ª/25º RI;

Na região de Orlândia — 5ª/25º RI;

A E de Orlândia — as 8ª e 7ª/25º RI.

(b) Valor — Tropa empenhada.

O inimigo apresenta em nossa ZAç o valor de 3 a 5 Cia Fzo e Bld,

apoiados por Art. 105.

(c) Dispositivo.

Ver Esboço n. 2.

(d) Atividades importantes.

— O inimigo deteve o 2º Esqd

Rec Mec em nossa ZAç e os 1º e

2º/4º RI a E e procura impedir a

ação de nossas patrulhas com A Au

e Mrt.

— Tem atuado com Art 105. As

OT ao S da Rv. 428 estão ocupadas;

as demais parecem estar desocupadas.

— Movimentos normais nas Rv.

que do N conduzem para o S.

(e) Logística.

Não há indícios para concluir sobre

sua situação, porém, pelo resultado

de suas operações, parece boa.

(f) Reforços.

— BI (?) em Faz. Pontal.

— Inf e CC de valor desconhecido

na região de Lareira.

— Elm de valor desconhecido no

corte de Sapucahy.

(g) Peculiaridades e deficiências.

— A defesa inimiga no Rib. do

Agudo enfraquece à medida que se

aproxima do Md A.

Conclusão:

Trata-se de uma defesa em larga

frente, que enfraquece para W.

— O flanco inimigo se apoia no

Md A.

(3) Nossa situação.

(a) Efetivos: Os elementos orgânicos

e de reforço com efetivos praticamente completos.

(b) Composição: 6º RI, 6º GO

105 AR, 2º/851º G Can Au AA 40

AP, 101º BCCMe, 3ª/2º BE Cmb,

1ª/101º BE Cmb.

(c) Dispositivo: O tempo disponível

para o início do Atq e as Rv existentes

facilitam a tomada do dispositivo do ataque.

(d) Logística. A operação pode ser

apoiada logisticamente.

(e) Moral. Bom.

(f) Instrução. Ótima.

(g) O 2º Esqd Rec Mec apoiará o

desembocar do ataque de suas atuais

posições, reforçando os Elm do Esc Atq.

(h) Condições de tempo e espaço:

— A frente do GT-6 é de cerca de 12 km;

sua parte utilizável, entretanto, se reduz a 7,5 km,

pela existência do Md A.

— Até a região de cota 825, a profundidade

é da ordem de 8 km; até a cota 800 é da ordem de 4 km.

— Duração provável:

Até cota 800: — 4 km à Vel de 100 m em 5 min = 200 min ou 3 h 20 min;

parada no objetivo: 1 de Btl: 1 h 30 min. Total: 5 horas para conquistar cota 800 e prosseguir para cota 825.

De cota 800 à cota 825: percurso: 4 km a 7 km por hora — 35 min; parada no objetivo: 2 h. Total: 2 h 35 min, ou 2 h 30 min.

Conclusão: é provável que se conquiste cota 800 por volta de 1030 e cota de Signal aproximadamente às 1230.

— Prazo para início da ação:

Para o início do cumprimento da missão, dispõe o RI de 15 h 30, das quais 5 h de visibilidade superior a 5000 m, além de 54 min correspondentes aos crepúsculos náuticos, de visibilidade entre 400 e 5000 m.

(1) Unidades vizinhas e interpostas.

— O 4º RI, a E, vai prosseguir para o N, a 200700.

(Classificação sigilosa)

(Classificação sigilosa)

— O 2º R Rec Mec vigia o corte do Rib. do Agudo de Md A para W e só prosseguirá para o N a 201100.

— Conclusões :

Número de Btl necessários para o Esc de Atq — Até 3 (para mobilizar a Fr), com frente de cerca de 2000 m cada um.

— Pela largura excessiva de ZAç, deve ser escolhida uma frente de ataque mais compatível com os meios disponíveis.

— Valor da Res face à Fr e à Prof de Atq : 1 Btl.

— F1 descobertos : o F1 W, depois do Md A ; o F1 E pode vir a ficar descoberto, particularmente, a partir de cota 800.

— Dispomos de tempo suficiente para montagem da operação.

— O apoio de Art é satisfatório.

— Capacidade de choque de manobra : aumentada pelo reforço de BCCMe.

b. Possibilidades do inimigo.

(1) Enunciado.

(a) Defender suas atuais Posições particularmente a E do Cor. do rio, com o valor de até 5 Cia Fzo Bld apoiadas por Art.

(b) Reforçar sua defesa :

1) Nas atuais Pos. :

— com Elm de Inf e CC de valor desconhecido, de Lareira, a partir de 191430 Mar ;

— com o BI de Faz. Pontal a partir de 191440 Mar ;

— com Tr. de valor e natureza desconhecidos do corte do Rio Saçahy a partir de 191445 Mar.

2) No divisor de Faz. Diamante :

— com os mesmos elementos acima, a partir de 1425, 1540 e 1445, respectivamente.

(c) Atuar ofensivamente no F1 com Elm de Inf e CC de Lareira e no F1 E com remanescentes Def. de Orlândia.

(d) Realizar ação retardadora, nas atuais Pos. e em Pos. sucessi-

vas, particularmente em cota 825 de Signal e em S. Joaquim.

(e) Retrair para o N antes do início de nosso Atq.

(f) Atq com Bld de valor indeterminado antes de nosso Atq.

(2) Probabilidade relativa de adoção :

- Defender ;
- Defender reforçado ;
- Atuar nos F1 ;
- Realizar Aç retardadora ;
- Retrair ;
- Atacar.

c. Nossas linhas de ação.

(1) Linha de ação 1.

— Atq. com 3 BI Ref. em 1º Esc. nas Direções :

Faz. S. Jorge — Venda — Faz. Itú ;

Elias — Cota 705 — Cota 800 de Faz. Diamante e

Justino — Faz. Pires, para conquistar as Alt. de Faz. Itú, cota 800 e Faz. Pires ; esforço ao centro.

— Posteriormente, coberto, se necessário, no flanco W e em Faz. Pires, prosseguir na direção cota 800 — Cota 825 de Signal, para se aposar desta região, principalmente com o BCC Me.

(2) Linha de ação 2.

— Atq. com 2 BI Ref. e 101º BCC Me. Ref. em 1º Esc. nas Direções : Mário Jorge — Carlos Alt. de Faz. Itú ;

Elias — Cota 705 e

Faz. S. Jorge — Venda — Cota 800 de Faz. Diamante, para conquistar respectivamente as Alt. de Faz. Itú, cota 705 e cota 800 de Faz. Diamante ; esforço na última direção.

— Prosseguimento, como na L Aç. 1.

(3) Linha de ação 3.

— Como a L Aç. 2, com 3 BI Ref. 1º Esc.

(4) Linha de ação 4.

— Atq. com o 101º BCCMe Ref. e 1 BI Ref. nas direções :

Faz. S. Jorge — Venda — Cota 800 de Faz. Diamante e

(Classificação sigilosa)

(Classificação sigilosa)

Elias — Cota 705, para conquistar, respectivamente, Alt. de Venda — Cota 800 e cota 705; esforço a W.

— Atuar com BI Ref. na esteira de 101° BCCMe Ref., a partir de Venda, para se apossar de Alt. de Faz. Itú.

— Prosseguimento como L Aç. 1.
(5) Linha de ação 5.

— Atq. com 3 BI Ref. e o 101° BCCMe em 1° Esc. nas direções:

Mário Jorge — Carlos — Alt. S de Faz. Itú;

Elias — Cota 705;

Justino — Faz. Pires e

Faz. S. Jorge — Venda — Cota 800 de Faz. Diamante, para conquistar, respectivamente, as Alt. S de Faz. Itú, cota 705, Faz. Pires e cota 800 de Faz. Diamante; esforço na última direção.

— Prosseguimento como na L Aç. 1.

3) ANÁLISE DAS LINHAS DE AÇÃO OPOSTAS

Não serão consideradas as ações de retrair e de atacar.

a. L Aç. 1 (Ataque com 3 BI em 1° escalão) versus:

— Defender com os meios atuais.

Ataque de penetração contra a parte mais forte do inimigo, sendo imposta a conquista sucessiva de cotas 705 e 800 (esforço).

— Defender reforçado.

O inimigo tem possibilidades de reforçar a sua defesa, seja na região de cota 705, seja na região de Bento. Causará maiores dificuldades ao ataque se reforçar a 1ª, pois cota 800 será mais difícil de ser conquistada.

— Reforçar e aprofundar.

O ataque principal terá que vencer as resistências inimigas, frontal e sucessivamente.

— Atuar no flanco W.

O ataque principal está coberto pelo ataque na direção de Alt. S de Faz. Itú.

— Atuar no flanco E.

O ataque Justino — Faz. Pires realizará a proteção face a Orlândia.
b. L Aç. 2 (desdobramento com BCC coberto com 1 BI em cada flanco) versus:

— Defender com os atuais meios.

O Atq. principal desborda o inimigo mais forte e conduz, pela via de acesso mais favorável à Inf e CC, diretamente sobre cota 800.

— Defender reforçado.

Apesar do terreno permitir o reforço das atuais posições, o Atq. tem possibilidades de desenvolver-se a contento.

— Reforçar e Aprofundar.

A via de acesso à cota 800 é suficientemente larga para permitir a manobra desbordante do ataque. O Esc. Atq. é suficientemente forte para prosseguir.

— Atuar no F1 W.

Está coberto pelo ataque sobre Alt. S Faz. Itú.

— Atuar no F1 E.

Devido à distância e ao ataque sobre cota 700, o Atq. principal também está coberto.

c. L Aç. 3 (desdobramento com 3 BI em 1° escalão).

As mesmas considerações feitas para a linha de ação 2, com menor probabilidade de êxito, por ser o ataque principal mais fraco.

(BI Ref. e não BCC Me. Ref.)

d. L Aç. 4 (desdobramento com o BCC e 1 BI em 1° escalão inicialmente, cobertura do flanco W a partir de Venda).

As mesmas considerações feitas para a linha de ação 3, exceto quanto à cobertura do flanco W, que não existirá a partir de Venda.

e. L Aç. 5 (desdobramento com o BCC Me. e 3 BI em 1° escalão) versus:

— Defesa das atuais posições (inclusive Def. Ref.).

Como na linha de ação 2 e mais: o ataque, por ser mais potente, apresenta maiores possibilidades de êxito.

(Classificação sigilosa)

(Classificação sigilosa)

— Reforçar e Aprofundar.

A ausência de reserva dificulta a conduta do combate.

— Atuar no flanco W.

Está coberto pelo ataque sobre altura S de Faz. Itú.

— Atuar no flanco E.

Duplamente coberto o ataque principal.

4) COMPARAÇÃO DAS NOSSAS LINHAS DE AÇÃO

a. *Fatores preponderantes.*

Os fatores que influem na escolha da linha de ação mais favorável são: terreno, dispositivo do inimigo, possibilidades do inimigo e nosso dispositivo.

b. *Comparação das linhas de ação.*

(1) Terreno.

L Aç. 1:

Vantagem:

— Caminho mais curto para cota 800.

Desvantagens:

— Não aproveita a melhor via de acesso para cota 800.

— O terreno estrangula a via de acesso principal.

— Não conduz diretamente a cota 800, havendo perda de tempo, na conquista forçada de cota 700.

L Aç. 2 e L Aç. 3:

Vantagens:

— Aproveita a melhor via de acesso para cota 800 (esforço).

— Conduz diretamente à cota 800.

Desvantagem:

— Via de acesso mais longa que na linha de ação 1.

L Aç. 4:

Vantagem:

— Como as linhas de ação 2 e 3.

Desvantagens:

— Como as linhas de ação 2 e 3.

— Não aproveita a via de acesso de W.

L Aç. 5:

Vantagem:

— Como as linhas de ação 2 e 3.

Desvantagens:

— Como as linhas de ação 2 e 3.

— Utiliza mais de uma via de acesso para cobrir o flanco E.

Conclusão:

O terreno favorece as linhas de ação 2 e 3.

(2) Dispositivo do inimigo.

L Aç. 1:

Vantagem:

— Fixa o inimigo em toda a frente.

Desvantagem:

— Ataque frontal (principal) sobre a parte mais forte da defesa.

L Aç. 2 e L Aç. 3:

Vantagens:

— Ataca sobre a parte mais fraca, desbordando a parte mais forte do dispositivo inimigo com o ataque principal.

— Procura cercar o inimigo e ameaçar sua retaguarda.

Desvantagem:

— Nenhuma.

L Aç. 4:

Vantagem:

— Como as linhas de ação 2 e 3.

Desvantagem:

— Não protege inicialmente o flanco W do ataque principal.

L Aç. 5:

Vantagem:

— Como as linhas de ação 2 e 3.

Desvantagem:

— Recalca o inimigo na via de acesso de E, ao invés de fixá-lo.

Conclusão:

O dispositivo inimigo favorece as linhas de ação 2 e 3.

(Classificação sigilosa)

(Classificação sigilosa)

(3) Nosso dispositivo.

L Aç. 1 :

Vantagem :

— Reserva forte de CC : BCCMe
—).

Desvantagens :

— 3 BI no escalão de ataque, em
— grandes largas.

— Não será empregado o BCCMe
— escalão de ataque, o que redun-
— drá em perda de tempo.

— Maiores probabilidades de per-
— para o Esc. Atq.

— Dificulta o prosseguimento.

L Aç. 2 :

Vantagens :

— Escalão de ataque potente e
— m grande impulsão, possibilitando

— atingir cota 800 em curto prazo
— (ataque principal à base de CC).

— Boa reserva de Infantaria
— (BI).

— Menores possibilidades de per-
— s para o escalão de ataque.

— Facilita o prosseguimento.

Desvantagem :

— Dificuldade de controle e de
— ordenação (ataque de desborda-
— mento).

L Aç. 3 :

Vantagens :

— Boa reserva de CC.

— Menores possibilidades de per-
— s para o escalão de ataque.

Desvantagens :

— Escalão de ataque menos potente
— e na linha de ação 2.

— Prazo mais longo para atingir
— objetivo.

— As mesmas dificuldades de
— ntrôle e coordenação que na linha
— ação 2.

— Dificulta o prosseguimento.

L Aç. 4 :

Vantagens :

— Boa reserva ; inicialmente, a
— mais forte.

— É a que oferece menores possi-
— bilidades de perdas para o escalão
— de ataque.

— Facilita o prosseguimento.

Desvantagens :

— Escalão de ataque fraco.

— Exige parada em Venda para
— mudança de dispositivo.

— Flanco W descoberto inicial-
— mente.

— Dificuldade de controle e co-
— ordenação.

L Aç. 5 :

Vantagens :

— Escalão de ataque o mais forte.

— Facilita o prosseguimento.

Desvantagens :

— Ausência de reservas.

— Máximas dificuldades de con-
— trôle e coordenação.

— Emprego de 2 elementos de
— manobra na mesma missão de cobrir
— o flanco E do ataque principal.

Conclusão :

— Nosso dispositivo favorece a li-
— nha de ação 2.

(4) Possibilidades do inimigo.

L Aç. 1 :

Vantagem :

— Segurança da manobra.

Desvantagem :

— Dá tempo ao inimigo para acio-
— nar suas reservas :

L Aç. 2 :

Vantagens :

— Idem quanto à linha de ação
— 1, acrescentando :

— Dá menos tempo ao inimigo
— para acionar suas reservas (CC no
— escalão de ataque).

— O escalão de ataque, mais po-
— tente, responde melhor à possibili-
— dade do inimigo reforçar a posição
— desde a sua orla.

Desvantagem :

— Possibilidade de intervenção do
— inimigo no flanco E do ataque prin-
— cipal após a conquista de cota 800.

(Classificação sigilosa)

(Classificação sigilosa)

L Aq. 3 :

Vantagem :

- Segurança da manobra.

Desvantagens :

- Como na linha de ação 2.
- As vantagens da L Aq. 2, exceto a primeira.

L Aq. 4 :

Vantagens :

- Segurança da manobra.
- Da menos tempo ao inimigo para acionar suas reservas (BCC no escalão de ataque).

Desvantagens :

- Ausência de cobertura inicial no flanco W.
- Como a linha de ação 2.

L Aq. 5 :

Vantagens :

- Segurança da manobra.
- Como na linha de ação 2.

Desvantagem :

- Ausência de reserva.

Conclusão :

As possibilidades do inimigo favorecem a linha de ação 2.

CONCLUSÃO FINAL

A linha de ação 2 é a mais favorável.

5) DECISÃO

Atacar a 200700 Mar, na Direção Faz. S. Jorge — Venda — Faz. Diamante, com o 2º BI a W, o 101º BCCMe Ref. ao C, o 1º BI a E e o 3º BI (—) em Res., para conquistar as alturas de Faz. Diamante; posteriormente, coberto, se necessário, na região de Faz. Pires e no F1 W, prosseguir na direção Faz. Diamante — Signal, com 1 ou 2 Btl, para se apossar da cota 825 de Signal.

Cel Cmt 6º RI.

(Classificação sigilosa)

BIBLIOGRAFIA

- C 101 — 5, tradução da ECEME.
- ED 1103-55 — ECEME.
- ED 1104-56 — ECEME.
- 6910 B — USAR — Operations, Estimate — Instructor — Set 1956 — Fort Benning.
- Troop Leading Procedure — Fort Benning, 1956.
- Reference Material, Tactics Infantry Regiment Employment, April 1956.

- Terrain, a Key to Victory — Maj Kenneth M. Ruddy — The Infantry School Quarterly April, 1955.

Abreviaturas :

- QBR — (Armas) Químicas, Biológicas e Radioativas;
- ICMN — Início crepúsculo matutino náutico;
- ICMC — Início crepúsculo matutino civil;
- FCVC — Fim crepúsculo vespertino civil;
- FCVN — Fim crepúsculo vespertino náutico.

AJUSTAGEM DO TIRO DE ARTILHARIA PELO COMBATENTE DE QUALQUER ARMA

Instrução ministrada aos oficiais do 12º RC, no
3º RACav 75, em Bagé — RS — no período
de 3 a 18 Mar 55, sob a direção do Sr. Co-
ronel Art Osmar de Almeida Brandão, Cmt
do 3º RACav 75, pelos Capitães Art Carlos
Gomes da Silva e Rubens Mario Jobim.

5ª SESSÃO TEÓRICA

Assunto :

I — Tiro sobre Zona

A — Introdução

B — Conduta do tiro pelo observador :

- a. na fase de ajustagem ;
- b. na fase de eficácia.

C — Término da missão

II — Escolha da munição

I — Tiro sobre zona :

A — Introdução :

O tiro sobre zona é empregado contra pessoal ou material capaz de furtar-se, pela mobilidade de que é dotado, aos efeitos do fogo.

Tem-se com ele em vista bater uma dada área, de surpresa, com um tiro rápido, que neutralize prontamente o inimigo nela localizado, causando-lhe, no maior grau possível, desmoralização, destruições e baixas.

Deve ser conduzido com presteza, particularmente se se vai concentrar grande quantidade de tiros, partindo de elementos provenientes de ajustagem sobre o próprio alvo.

A ajustagem, nesse caso, será tão rápida quanto o admita a precisão desejada, a fim de que se passe à eficácia antes que o inimigo fuja aos efeitos do tiro, evacuando a região ou se abrigando.

Da natureza e importância do alvo dependem o modo de batê-lo, o tipo de munição a empregar, e a densidade de tiro a pedir pelo observador.

O Observador deve escolher um ponto de ajustagem bem definido, sobre o qual ajustará o tiro.

Utilizará para esse fim um detalhe bem característico do terreno, ou parte do próprio alvo, situado sempre que possível no centro da zona a cobrir pelo fogo, ou em suas proximidades.

A fim de preservar a surpresa, o tiro poderá ser ajustado num ponto situado nas vizinhanças da zona a bater, e transportado depois para o alvo.

Esta providência é tanto mais aconselhável quanto maior fôr a mobilidade do alvo.

B — Conduta do tiro :

Como o tiro de precisão, o tiro sobre zona comporta duas fases :

— fase de ajustagem ;

— fase de eficácia.

a — *Fase de ajustagem :*

1. Finalidade :

Enquadrar o alvo numa profundidade conveniente, com o feixe centrado no alvo, ou obter tiros em bom alcance.

Busca-se um enquadramento inicial em alcance, reduzindo-o depois progressivamente.

Normalmente, a ajustagem é iniciada com rajadas de centro.

Pode-se também recorrer a rajadas de bateria, para facilitar a observação, ou de uma única peça, para poupar munição.

Se o observador julgar conveniente, pedirá o tiro por salva na ajustagem.

2. Observação do tiro :

Segundo a ajustagem seja conduzida com uma peça ou mais (centro ou bateria) a observação do tiro será feita como a do tiro isolado (tiro percutente).

3. Elementos ajustados :

Na conduta do tiro ajustam-se os seguintes elementos :

(a) Direção e distribuição :

Determina-se o desvio do centro do conjunto de arrebentamentos em relação à linha de observação.

Esse centro é conduzido para a linha de observação e nela mantido como se fôsse um único arrebentamento, pelo mesmo processo utilizado no tiro de precisão.

A ajustagem é iniciada normalmente sem alteração do feixe.

Após a rajada inicial, o observador pode alterar o feixe, conforme achar conveniente, designando, na mensagem subsequente, "FEIXE TANTOS METROS" ou "FEIXE CONVERGENTE", conforme queira os arrebentamentos numa dada frente em metros, que estimou, ou em um único ponto.

(b) Alcance :

Obtida a primeira observação do alcance, o observador faz um lance em centenas de metros, no sentido conveniente, para enquadrar seguramente o alvo.

Obtido o enquadramento inicial, o observador quebrá-lo-á sucessivamente ao meio (ou em partes proporcionais) até obter a quebra de um lance de 200 ou 100 metros (conforme o enquadramento procurado), uma rajada (salva) em bom alcance.

A quebra proporcional é feita para obtenção de maior rapidez na ajustagem.

Normalmente não são feitas correções menores que 50 metros.

O enquadramento na ajustagem depende da natureza e dimensões do alvo ou, então, do grau de conhecimento que se tem de sua localização.

Assim, os seguintes enquadramentos devem ser procurados :

200 metros. Para :

- Alvos profundos ;
- Alvos mal definidos ou localizados sem exatidão ;
- Alvos fugazes, isto é, que possam se furtar rapidamente ao tiro.

100 metros. Para :

- Alvos pouco profundos e bem definidos ;
- Ou de qualquer dimensão, se estiverem próximos de força amiga ;
- Ou quando devam participar da eficácia outras baterias.

O enquadramento de 100 metros presta-se para a maioria dos alvos.

Contra alvos fugazes é admissível entrar na eficácia com enquadramento maior que 200 metros, ou mesmo sem enquadramento, desde que seja possível ao observador estimar, com segurança, o lance a dar.

Para bater alvos em movimento, escolhe-se um ponto futuro da rota e ajusta-se nele o tiro, desencadeando a eficácia quando o alvo passar nesse ponto.

4. Observação de uma salva ou rajada percutente :

Uma rajada ou salva pode ser observada quanto :

- ao desvio em relação à linha de observação ;
- ao alcance.

(a) *Observação do desvio :*

O observador mede o desvio em milésimos, do centro do grupo de arrebetamentos em relação à linha de observação.

A observação é anunciada de modo idêntico à do tiro isolado. Isto é :

"(TANTO) DIREITA (ESQUERDA)" (EM milésimos) "BOA DIREÇÃO"

Considera-se o centro do grupo de arrebetamentos como um arrebetamento isolado.

(b) *Observação do alcance :*

A salva ou rajada, quanto ao alcance, é sempre observada em relação à linha de observação :

"CURTA (LONGA)"

"BOM ALCANCE"

"NÃO OBSERVADO"

5. Mensagem para a Central de Tiro :

Da mesma forma que para o tiro de precisão, são enviadas correções em direção (metros) e alcance (centenas de metros) no sentido conveniente.

Exemplo :

Distância de observação — 2000 metros

(1) Observação da salva ou rajada :

"30 DIREITA. NÃO OBSERVADO"

Correção enviada à Central de Tiro :

"ESQUERDA 60. REPITA ALCANCE"

(2) Observação :

"2Ø ESQUERDA. LONGO"

Correção :

"DIREITA 4Ø. ENCURTE 2ØØ"

(3) Observação :

"BOA DIREÇÃO. CURTO"

Correção :

"REPITA DIREÇÃO. ALONGUE 1ØØ"

(4) Observação :

"BOA DIREÇÃO. BOM ALCANCE"

"REPITA DIREÇÃO — EFICÁCIA — REPITA ALCANCE"

b — Fase da eficácia :

Inicia-se quando o tiro está ajustado (direção e alcance corretos), ou há certeza de obter tiros eficazes no próximo lance.

1. Direção :

Ao entrar na eficácia, deve-se alterar a direção, a fim de colocar o centro dos arrebentamentos na linha de observação.

Qualquer correção necessária para centrar a bateria, quando a ajustagem é conduzida com uma peça, é feita pela Central de Tiro.

A direção será considerada correta, quando os tiros das peças do centro enquadrarem o centro do alvo.

2. Distribuição :

Emprega-se geralmente na eficácia o feixe paralelo na Artilharia leve e média. Feixe paralelo é aquele em que os planos de tiro são paralelos. É o obtido assim que o Comandante da linha de fogo aponta a Bateria.

Na Artilharia pesada, deve-se usar o feixe normal. Feixe normal é aquele que bate eficazmente a máxima frente.

Se necessário, o observador pode pedir o aumento ou redução da largura do feixe, na mensagem subsequente, da seguinte maneira :

"FEIXE (TANTOS) METROS"

(Estima a frente que deseja pela fórmula do milésimo ou outro processo)

"FEIXE CONVERGENTE"

(Quando desejar os arrebentamentos convergentes em um ponto)

Quando a frente do alvo for demasiada para ser batida eficazmente com o feixe normal, e não possam ser empregadas baterias adicionais, o alvo é batido por transportes sucessivos, cabendo a Central de Tiro essa disposição.

3. Alcance :

A eficácia é iniciada no centro do enquadramento obtido, ou no alcance de uma rajada (salva) em bom alcance.

Algumas vezes pode ser desencadeada em alcance diferente do correspondente ao centro do enquadramento obtido na ajustagem.

É o caso da ajustagem num alvo auxiliar numa crista, na orla anterior de um bosque, ou num ponto de ajustagem fora do centro do alvo, em que será feita uma correção para entrar na eficácia.

A menos que o observador tenha enviado em sua mensagem inicial outra modalidade de eficácia, ou a tenha pedido ao iniciar a eficácia, uma Bateria atirará com alça única e um Grupo com alça do centro, salvo se uma grande área tiver de ser neutralizada.

Quando o observador quiser que uma Bateria atire em várias alças, transmitirá ZONA ou ZONA 1.

Em ZONA, será batida uma profundidade de 200 metros em 5 alças diferentes, na ordem especificada na figura (1).

Em ZONA 1, será batida uma profundidade de 100 metros em 3 alças diferentes, conforme mostra a figura (2).

Quando todo Grupo realiza a eficácia, pode acontecer que a missão seja cumprida:

- em alça única (alça do centro);
- em alças escalonadas de 1/2 C (1/2 garfo = 50 metros) ou 1 C (1 garfo = 100 metros): uma Bateria na alça do centro, outra na longa e a terceira na curta.

("C" é o número de milésimos a introduzir na alça para variar o alcance em 100 metros ou jardas).

O observador será notificado na mensagem retorno dessa disposição, pela informação:

"ESCALONAR 1 C (1/2 C)"

"ALÇA DO CENTRO"

Durante a eficácia, os alcances ineficazes são eliminados e outros alcances podem ser acrescentados para bater eficazmente o alvo.

Durante a eficácia, a direção e o alcance podem ser modificados de acordo com o movimento do alvo ou com informações adicionais sobre sua localização.

Essa modificação é feita sob a forma de correção e de modo análogo ao da face de ajustagem.

Exemplo:

"DIREITA 50 — REPITA EFICÁCIA — ALONGUE 100"

De qualquer modo, o observador não deve interromper a eficácia, para enviar pequenas alterações que não tragam grande compensação material no efeito do tiro.

Se a eficácia for precisa mas insuficiente, o observador enviará:

"REPITA DIREÇÃO, REPITA EFICÁCIA, REPITA ALCANCE"

C — Término da missão:

Quando o observador julgar que a eficácia desencadeada produziu o efeito desejado, enviará MISSÃO CUMPRIDA, seguida de um breve relato do efeito obtido.

Exemplo:

"MISSÃO CUMPRIDA, INFANTARIA DISPERSADA"

Pode acontecer que a eficácia desencadeada tenha produzido o efeito desejado, mas que poderia ser feita uma pequena correção tendo em vista aumentar a precisão na relocação do alvo.

ZONA

1 garfo {	Alça	2	} 200 metros
	"	5	
	"	1	
	"	4	
	"	3	

(Figura 1)

ZONA 1

1/2 garfo {	Alça	2	} 100 metros
	"	1	
	"	3	

(Figura 2)

Neste caso, o observador anuncia a correção, seguida imediatamente de **MISSÃO CUMPRIDA**.

Exemplo :

"ALONGUE 50, MISSÃO CUMPRIDA, INFANTARIA DISPERSADA"

II — *Escolha da munição*

A — *Projétil :*

O tipo do projétil e a ação da espoleta são geralmente omitidos, e a Central de Tiro prescreve granada explosiva com espoleta instantânea. Quando o observador quer um projétil ou granada diferente, pode pedir.

Exemplo :

"FUMÍGENA"

B — *Espoleta :*

O observador deve levar em consideração a natureza do alvo para escolher a espoleta mais eficaz.

a. *Espoleta instantânea :*

Esta espoleta provoca o arrebatamento do projétil no momento do impacto.

É eficaz contra pessoal a descoberto e contra material, e pode ser empregada nas ajustagens.

Quando o observador não menciona, na mensagem inicial de tiro, o tipo de espoleta que deseja, a Central de Tiro utiliza espoleta instantânea.

b. *Espoleta com retardo :*

O projétil provido de espoleta com retardo penetra no solo antes de rebentar, produzindo ação de mina (arrebatamento abaixo da superfície do solo), ou ricocheteia antes de explodir.

No ricochete, o projétil percute o solo antes de explodir, e ganha novamente altura, arrebatando no ar, próximo do chão, com aspecto idêntico ao do tiro de tempo.

Na ação de mina, o arrebatamento se manifesta por uma pequena coluna de terra arremessada para o ar.

1. O tiro em ricochete é eficaz contra pessoal a descoberto ou em abrigos sem sólida cobertura superior.

2. O projétil, munido de espoleta com retardo, é eficaz para obter penetração em casamatas, espaldões, abrigos-caverna, ou abrigos a céu aberto.

3. Se o observador quer bater o alvo utilizando espoleta com retardo solicita na mensagem inicial de tiro :

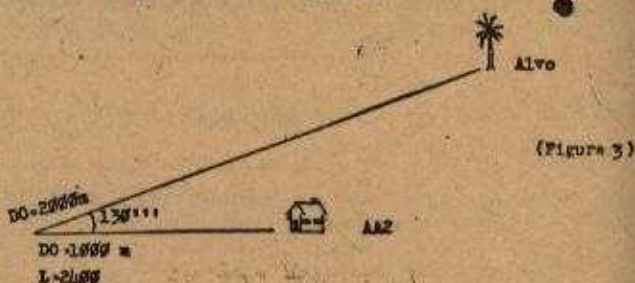
"ESPOLETA RETARDO"

c. *Espoleta de tempo :*

É utilizada para produzir o arrebatamento do projétil no ar, e empregada, de preferência, contra pessoal desabrigado ou abrigado em trincheira.

EXEMPLO**1 - Tiro sobre Zona**

- a. Alvo: Grupo de cavalos de mão.
 b. Observador: Cnt. do 1º Pelotão.
 c. Posição relativa observador, alvo e alvo auxiliar nº 2, constante da figura 3.



MENSAGEM	RESULTADO	OBSERVAÇÃO		NOTA
		Direção	Alcance	
Observador para a Central de Tiro (mensagem inicial): AQUÍ COMANDANTE DO 1º PELOTÃO - MISSÃO DE TIRO - LANÇAMENTO 2278 - DO AA2 - ESQUERDA 138 - ALONGUE UM MIL - GRUPO DE CAVALOS DE MÃO - AJUSTAREI.		10 Esquerda.	Curto	Transporte - Desvio inferior a 600m CORR DIR: 11cm X 130m = 130 CORR ALC: 2000m - 1000m = 1000
Central de Tiro para o observador: PRETA E VERMELHA - POR 6 - CONCENTRAÇÃO A 18. CENTRO ATIROU.				
Observador para a Central de Tiro: REPITA DIREÇÃO - ALONGUE 1000.		8 Esquerda.	Longo	O pequeno desvio persistiu. Deve ser corrigido.
Central de Tiro para o observador: CENTRO ATIROU.				

MENSAGEM	RESULTADO	OBSERVAÇÃO		NOTA
		Direção	Alcance	
Observador: DIREITA 20' - ENCURTE 200. Central de Tiros CENTRO ATIROU.		Bom Di- reção.	Curto	$\frac{8+9}{2} = 9''''$ 9'''' X 2Km/20m. (Correção apro- ximada para dezena de me- tros).
Observador: REPITA DIREÇÃO - ALONGUE 100. Central de Tiros CENTRO ATIROU.		Bom Di- reção.	Longo	
Observador: REPITA DIREÇÃO - EFICÁ- CIA - ENCURTE 50'. Central de Tiros: PRETA NA EFICÁCIA - VER- MELHA NA EFICÁCIA - PRE- TA ATIROU - VERMELHA A- TIROU.		Bom Di- reção	Curto	A eficácia foi um pouco cur- ta, mas obte- ve o efeito desejado. O observador mandou corre- ção para loca- ção correta na prancheta.
Observador: ALONGUE 50' - MISSÃO CUM- PRIDA - CAVALOS DE MÃO DISPERSADOS.				

CONCURSO DE ADMISSÃO A ECEME EM 1956

UMA SOLUÇÃO A PROVA DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS E TÁTICOS PECULIARES À ARMA DE CAVALARIA"

DOCUMENTO N. 1

SITUAÇÃO GERAL

Anexos : — Carta RG do Sul, escala
1/50.000, folhas de Ale-
grete, Guaçu-Boi, Arroio
Pal-Passo e Severino Ri-
beiro.

— Croqui n. 1.

— A 3ª DC após ter transposto
Rio QUARAI, na região de AR-
GAS, recebeu a missão de pros-
eguir na direção QUARAI-ALE-
GRETE a fim de :

— conquistar a região de ALE-
GRETE ;
— manter o corte do Rio IBIRA-
PUITAN.

Sob pressão, e em ligação com a
DC e o 1º RC Policial, manobrar
a retirada, de forma a impedir
que o inimigo atue a W do Arr.
INHANDUI antes de D + 8.

2 — Em consequência, o Cmt da
DC decidiu :

— lançar o 3º R Rec Mec para
reconhecer a zona de ação da
DC, particularmente o Arr.
INHANDUI, a cidade de ALE-
GRETE e o corte do Rio IBI-
RAPUITAN ;

— nas direções Esta. da HAR-
MONIA Q(92-74) — S. ROSA

Q(96-84) — FLORENCIO ME-
LO Q(06-92) — ALEGRETE
e MARIA C. SERPA Q(90-
84) — Est. RIVADÁVIA COR-
REA Q(08-78) — Est. VASCO
ALVES Q(12-90) — ALEGRE-
TE, conquistar :

— as passagens do Arr. INHAN-
DUI nas regiões 750 NW de
Granja S. EMILIA Q(02-88),
1 km NE de ADOLFO BEUL-
KE — Q(02-80) e 7 km SW
de Est. RIVADÁVIA COR-
REA ;

— as alturas do ponto cotado 142
Q(16-98), do ponto cotado 171
Q(18-96) e de ZEFERINO NU-
NES Q(18-94) ;

— ALEGRETE ;

— conduzir a maioria dos meios
a cavaleiro da Estr. Nova
URUGUAIANA - ALEGRETE.

DOCUMENTO N. 2

DADOS COMPLEMENTARES

1 — TERRENO

a) Estradas

São de solo natural e apresentam bom estado para o tráfego.

b) Vegetação

A vegetação ciliar assinalada na carta, ao longo de alguns cursos d'água, dificulta bastante o movimento de elementos a pé, impedindo o movimento a cavalo.

c) Cursos d'água

Com exceção do Arr. INHANDUI e do Rio IBIRAPUITAN, os demais não constituem obstáculos.

d) Natureza do solo

O solo permite o movimento fora das estradas, exceto nos trechos assinalados como "terreno encharcado".

2 — CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

Amanhece às 0600 horas e anoitece às 1900 horas.

Noites escuras.

Previsão do tempo para as jornadas de D e D+1: tempo bom.

3 — TROPA

a) A 3ª DC está completa, bem instruída e tem experiência de combate. O estado físico é bom e o moral elevado.

b) A organização do GT/9º RC é a seguinte:

(1) 9º RC

(a) um Esquadrão de Comando, com:

— Secção de Comando

— Pel CAC 37 mm com três secções a duas peças

— Pel de Informações e Operações

— Pel de Comunicações

(b) um Esquadrão de Serviços, com:

— Secção de Comando

— Pelotão de Transportes

— Pelotão de Serviços

— Secção de Saúde

— Secção de Veterinária

(c) um Esquadrão de Petrechos Pesados, com:

— Secção de Comando

— dois Pelotões de Metralhadoras com duas secções a duas peças

— um Pelotão de Morteiros, com duas secções a duas peças

(d) três Esquadrões de Fuzileiros, com:

— Secção de Comando

— três Pelotões de Fuzileiros, com: três Grupos de Combate, com:

— uma Esquadra de Fuzileiros

— uma Esquadra de Exploradores

— uma Secção de Morteiros de 60 mm a três peças

(2) 9º G Can 75 Cav

(3) 3ª Cia de Engenharia de Combate do 3º BE

(4) 1ª/3ª/1º G Can Au AA 40 AP

c) O GT/7º RC tem organização idêntica à do GT/9º RC.

DOCUMENTO N. 3

Anexos : — Calco n. 1.

— Uma folha em branco de papel calco (Solução ao Trabalho Pedido n. 1).

PRIMEIRA SITUAÇÃO PARTICULAR

1 — As 0715 horas de D, o Cmt da 3ª DC foi informado da reunião de uma tropa de Cav (1 RC?) na região assinalada no calco n. 1 e do início de trabalhos de OT nas regiões de passagens 2,5 km SW de FLORENCIO MELO e de cota 191 Q(12-88).

2 — As 0800 horas de D, a situação da 3ª DC é a constante do calco n. 1:

A) GT/M-3

Acha-se detido no corte do Arr. INHANDUI, a NW de Granja S. EMILIA.

Fêz prisioneiros dos 1º e 2º RC inimigos.

Ao cerrar sobre o 1º/3º R Rec Mec passou a contar com o seu reforço.

B) GT/7º RC

Os 2º e 3º Esqd Fzo acham-se detidos por fogos de armas automáticas, partidos das alturas NW e NE de CASA BRANCA Q(08-86) e das encostas S. de Cox. CHARRUA Q(10-86).

O 1º Esqd Fzo, empregado na cobertura do flanco W., não conseguiu conquistar a cota 173 de INHAME Q(06-86), sendo detido por fogos de armas automáticas, partidos desta cota.

Os 1º e 3º Esqd Fzo fizeram prisioneiros do 3º RC inimigo, nas regiões 750 m E de INHAME e 1 km NE de CASA BRANCA, respectivamente.

C) GT/8º RC

Em marcha pela estrada que de S. ROSA conduz à passagem do Arr. INHANDUI, a NE de ADOLFO BEULKE. Tem a sua testa imediatamente a E desta passagem. Não

vai ultrapassar, sem ordem, o entroncamento de estradas 3 km ESE da referida passagem.

D) GT/9º RC

Em marcha ao longo da estrada que passa por Est. RIVADAVIA CORREIA. Tem a sua testa atingindo o entroncamento 2.250 m NNE desta estação, o qual não ultrapassará sem ordem.

E) 1º/2º/3º R Rec Mec

Está em contato com resistências e elementos de vigilância do inimigo, no corte do Arr. INHANDUI.

F) 3º/3º R Rec Mec

Informa que se acha detido e que o terreno em ambas as margens da Sanga dos RODRIGUES, a jusante de ABRAÃO SOUTO Q(10-86), é pantanoso e que o leito da sanga é lodoso.

G) 3º R Rec Mec (— 1º e 3º Esqd e 1º Pel/2º Esqd).

Vai se reunir na região assinalada no calco.

3 — As 0815 horas de D, o Cmt da 3ª DC transmitiu ao Cmt do GT/9º RC, por meio de um oficial de seu EM, as seguintes ordens e informações verbais:

— Ultrapassar, o mais cedo possível, o GT/7º RC e conquistar cota 191 Q(12-88), onde ficará em condições de prosseguir na direção cota 191 — ALEGRETE ou sobre a região de FLORENCIO MELO.

— O GT/7º RC (— 1 Esqd Fzo) passará à reserva após ser ultrapassado. O 1º/7º RC continuará cobrindo o flanco W, face à região de INHAME.

- O GT/8º RC prosseguirá para a região do entroncamento 3 km ESE da passagem do Arr. INHANDUI (a NE de ADOLFO BEULKE).
- O GT/M-3 manterá o corte do Arr. INHANDUI, fixando o inimigo à sua frente.
- O 3º R Rec Mec (—) será lançado, após a conquista da cota 191, para reconhecer as regiões de FLORENCIO MELO e ALEGRETE.
- O GT/M-3 sofreu ligeiras perdas em um ataque de três aviões inimigos, por volta de 0745 horas de D.

4 — Em consequência, o Cmt do GT/9º RC decidiu:

- Ultrapassar o 3º/7º RC no início da segunda parte da jornada de D e atacar na direção CASA BRANCA — cota 191, com o 1º Esqd Fzo a W e o 2º Esqd Fzo a E.

5 — TRABALHO PEDIDO N. 1

A) Na folha em branco de papel calco (Solução ao Trabalho Pedido n. 1), anexa, complete a decisão do Cmt GT/9º RC no que se refere a objetivo(s) a conquistar.

B) Ainda na mesma folha, assinala:

- por meio de seta(s) a(s) direção(ões) que melhor conduz(em) à conquista desse(s) objetivo(s);
- limite entre os Esqd;
- linha de partida;
- localização inicial do 3º Esqd;
- em amarelo, a linha além da qual não devem ser localizados os cavalos de mão.

C) Na folha de papel almaço responda:

- que oficiais acompanham o Cmt do GT/9º RC no reconhecimento tendo em vista a realização do ataque? Qual a razão da presença de cada um?
- quais são os elementos (unidades ou subunidades) que devem ser considerados no Plano de Fogos para o apoio

ao ataque, pelo menos até a conquista do(s) primeiro(s) objetivo(s)?

- quem coordena esse Plano de Fogos?

SOLUÇÃO: — do Pedido n. 1, letras A e B: — no calco; do Pedido n. 1, letra C:

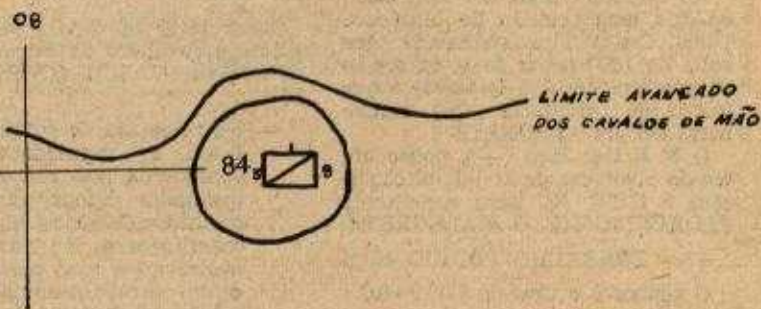
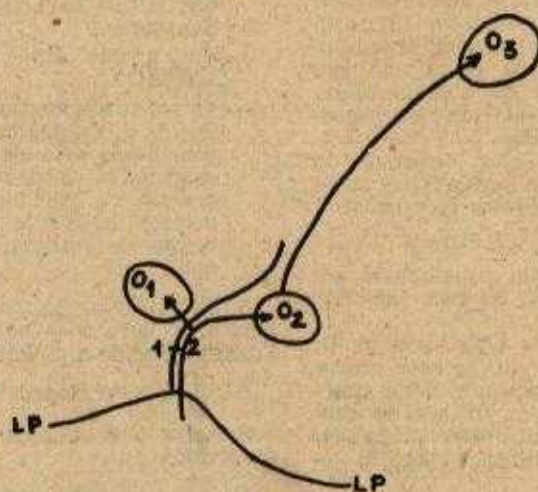
O Cmt do GT/9º RC é acompanhado no reconhecimento, pelos seguintes oficiais:

- o S2;
- o S3;
- Cmt dos 1º e 2º Esqd Fzo, Cmt do Esqd Petrechos, o Oficial de Comunicações, o Cmt do 9º G Can 75 Cav, o Cmt da 3ª Cia Eng Cmb/3º BE; Razões da presença de cada um:
- S2 para se pôr a par dos detalhes da situação do inimigo na frente do GT;
- S3 para se pôr a par da situação dos elementos a serem ultrapassados, para auxiliar o Cmt do GT no reconhecimento tendo em vista a confirmação, modificação ou substituição das decisões e planos que este tenha elaborado;
- Cmt dos 1º e 2º Esqd Fzo para que possam, desde logo, ter uma idéia da zona de ação em que vão atacar, para abreviar a expedição de ordens e para terem o esclarecimento oportuno de qualquer dúvida;
- Cmt do Esqd Petrechos, Cmt do 9º G Can 75 Cav e Cmt da 3ª Cia Eng Cmb/3º BE tendo em vista o apoio ao ataque;
- Oficial de Comunicações, a fim de colher elementos para o Plano de Com e estabelecer, desde logo, os entendimentos necessários com os diferentes elementos a serem ligados.

No Plano de Fogos do GT/9º RC, para o apoio ao ataque, devem ser considerados:

- 9º G Can 75 Cav
- Esqd Petrechos/9º RC
- 7º G Can 75 Cav
- Esqd Petrechos/7º RC
- 3º/7º RC

Quem coordena o Plano de Fogos é o Cmt do GT/9º RC.

Uma Solução ao Trabalho Pedido nº 1Carta: RSEscala: 1:50000Fôlhas: ALEGRETE, GUACU-BOI, ARROIO PAI-PASSO,
SEVERINO RIBEIRO

DOCUMENTO N. 4

Anexo : — Uma fôlha em branco de papel calco (Solução ao Trabalho Pedido n. 2).

SEGUNDA SITUAÇÃO PARTICULAR

1 — O ataque do GT/9º RC foi coroado de pleno êxito, sendo feito grande número de prisioneiros do 3º RC inimigo.

2 — Às 1700 horas de D a situação do 9º RC é a seguinte :

A) 3º Esqd Fzo

Lançado a cavalo, anteriormente, para se apossar da cota 191, está ultimando a sua limpeza, após vencer a quase nula resistência que grupos isolados de homens ofereceram. Já está barrando as principais vias de acesso.

Alguns elementos dispersos do inimigo, fugiram para o N, ao longo do fundo das ravinas aí existentes.

B) 1º e 2º Esqd Fzo

A cavalo, estão atingindo as encostas SW e SE da cota 191, respectivamente.

3 — Ainda às 1700 horas de D, o Cmt do GT/9º RC recebeu ordem para manter, durante a noite, o objetivo conquistado, ficando em condições de, ao alvorecer de D + 1, prosseguir na direção cota 191 — ALEGRETE.

Ao mesmo tempo, foi informado de que uma reunião de blindados (uma Cia?) fôra assinalada, por volta de 1600 horas de D na região do ponto cotado 171 Q (18-96) e que tropas de Infantaria estão desembarcando em ALEGRETE.

O 3º R Rec Mec (—), pouco antes do alvorecer de D + 1, ultrapassará o GT/9º RC para reconhecer FLORENCIO MELO e ALEGRETE.

4 — TRABALHO PEDIDO N. 2

O senhor é o Cmt do GT/9º RC :

a) na fôlha em branco de papel calco (para Solução ao Trabalho Pedido n. 2), assinale :

— por meio de uma seta, a principal direção a barrar ;

— por meio de círculo(s) a(a) região(ões) onde vai instalar a defesa ;

— linha onde será instalada a segurança da posição.

b) na fôlha de papel almaço, responda :

— que missão deve ter o Pel de Sapadores ?

— que missão deve ter o Pel Can AC ?

— na retomada do movimento, a D + 1, a Vanguarda deve ser constituída pelo elemento que estabeleceu a segurança da posição ou por um dos elementos instalados defensivamente à retaguarda ? Por quê ?

SOLUÇÃO : — do Trabalho Pedido n. 2, letra a — no calco ; do Trabalho Pedido n. 2, letra b :

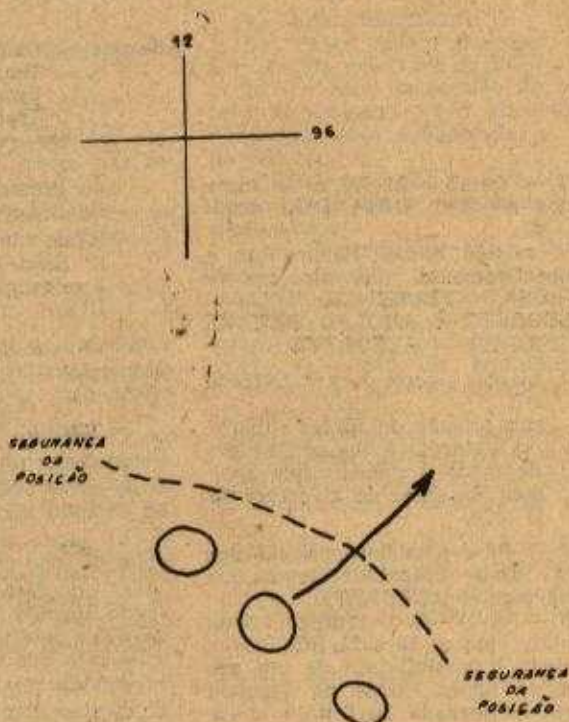
Missão do Pel Sapadores :

Reforçar a 3ª Cia de Eng Cmb do 3º BE.

Missão do Pel Can AC :

Estabelecer a DAC, particularmente a cavaleiro da estrada ALEGRETE-Est. VASCO ALVES — cota 191.

— Na retomada do movimento, a D + 1, a Vanguarda deve ser constituída por um dos Esqd instalados defensivamente na posição. Os elementos que constituem os PA devem permanecer em suas posições até serem ultrapassados pelos primeiros elementos do escalão de combate da Vg, não só para manterem a continuidade da observação e segurança, mas também para que tenham um relativo descanso.



Uma Solução ao Trabalho Pedido nº 2
Carta: R.S.
Escala: 1:50000
Folhas: ALEGRETE, GUACU BOI, ARROIO PAI PASSO,
SEVERINO RIBEIRO



DOCUMENTO N. 5

- Anexos : — Calco n. 2.
 — Uma fôlha em branco de papel calco (Solução ao Trabalho Pedido n. 3).

1 — Os 15 e 21 RC estão instalados no Arr. INHANDUI, desde D + 6.

A missão d'esses Regimentos é, respectivamente, nas direções de S. ROSA — FLORENCIO MELO — ALEGRETE e ADOLFO BEULKE — cota 191 — ALEGRETE :

— manter o corte do Arr. INHANDUI ;

— sob pressão de forças superiores, retardar a sua progressão, de modo a impedir que abordem Px antes do alvorecer de D + 14.

2 — Px é uma nova posição que está sendo preparada tendo em vista manter ALEGRETE.

3 — A D + 9, o inimigo tomou contato com os 15 e 21 RC.

Dada a possibilidade de um ataque de fortes forças na segunda parte da jornada de D + 10, o escalão superior autorizou ambos os RC, mediante entendimentos a serem estabelecidos pelos seus Cmt, a se retraírem a partir de 1200 horas de D + 10.

4 — O 15 RC, que se encontra reforçado pelo 2º/5º R Rec Mec defende o corte do Arr. INHANDUI com os 1º e 2º Esqd Fzo (cada um com dois Pel em 1º escalão), e vigia o restante da frente com o 2º/5º R Rec Mec.

O 3º Esqd Fzo, em reserva, está terminando a organização dos núcleos "a", "b" e "c".

O Esquadrão de Petrechos Pesados apóia os 1º e 2º Esqd Fzo, com prioridade para o 1º Esqd.

5 — TRABALHO PEDIDO N. 3

O senhor é Cmt do 15 RC

a) indique na fôlha em branco de papel calco (Solução ao Trabalho Pedido n. 3, o seguinte :

— linhas sucessivas do terreno, convenientes ao retardamento

do inimigo e que facilitem a ligação a ser feita pelo 21 RC ;

— locais de reunião dos 1º e 2º Esqd Fzo, tendo em vista o retraimento do Arr. INHANDUI.

b) Na fôlha de papel almaço, responda :

(1) No caso de retraimento diurno :

(a) ao se retrair do Arr. INHANDUI, que missão o senhor atribuirá ao 3º Esqd Fzo ?

(b) onde serão grupados os cavalos de mão dos 1º e 2º Esqd Fzo ?

(c) no caso do Regimento estar sendo atacado, como, em princípio, deve ser determinada a hora de retraimento dos diferentes Esqd ?

(d) no âmbito dos Esqd de 1º escalão como se processa o retraimento ?

(e) algum elemento dos Esqd em linha deve permanecer em contato com o inimigo ? Justifique em poucas linhas a sua solução.

(2) No caso de retraimento noturno :

(a) como se deve processar o retraimento dos Esqd de 1º escalão ?

(b) quando deve ter início o retraimento ?

(c) normalmente, qual é o valor do escalão de contato ?

(d) qual a finalidade do escalão de contato ?

(e) como o escalão de contato cumpre essa finalidade ?

(f) quando se retrairá o escalão de acolhimento ? Por quê ?

(3) Tanto no retraimento diurno, como no noturno, como o senhor vê a atuação do Pel de Sapadores ?

SOLUÇÃO: — do Trabalho Pedido n. 3, letra a, ver calco; — letra b:

1 — No caso de retraimento diurno:

(a) missão do 3º Esqd Fzo:

— cobrir o retraimento dos elementos de 1º escalão nas regiões "a", "b" e "c";

— retardar o inimigo entre as regiões de Cob e o corte da Sanga do JACARÉ;

— após acolhido na nova posição (Pe), Res do 15 RC.

(b) Os cavalos de mão dos 1º e 2º Esqd Fzo serão grupados nos locais de reunião dos respectivos Esqds.

(c) O Esqd menos empenhado terá prioridade para o retraimento.

(d) O retraimento dos Pel em linha é feito sob a proteção do Pel Reserva.

(e) Não, porque o retraimento é feito sob a proteção do escalão de acolhimento destacado pelo Regimento, e porque se o retraimento diurno é impossível disfarçá-lo.

2 — No caso de retraimento noturno:

(a) Simultaneamente.

(b) Pouco após o anoitecer, em hora fixada pelo Cmt do RC.

(c) O valor do escalão de contato, normalmente, não ultrapassa, dentro de cada subunidade, a 1/3 do seu efetivo.

(d) O escalão de contato tem a dupla finalidade de resistência e de dissimulação.

(e) Para cumprir a sua finalidade, o escalão de contato deve manter a atividade normal da frente por meio de fogos, patrulhas e emprego dos meios de comunicações.

(f) O escalão de acolhimento, retrai-se, em princípio, pouco antes do amanhecer.

Deve permanecer em posição durante a noite, mesmo após o retraimento do grosso, a fim de cobrir o retraimento do escalão de contato.

(g) Tanto no retraimento diurno como no noturno, o Pel de Sapadores deve reforçar o Esqd Reserva para as ações de Cob e retardamento.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

DOBRAGEM DE CARTAS

Autor: Major J. R. Darden

Quem já foi obrigado a ler uma carta debaixo de chuva, ou com vento forte, sem dispor de uma superfície plana para apoiá-la, ou já teve que lê-la sob uma capa com o fim de esconder do inimigo a luz de uma lanterna, há de concordar que teria sido mais fácil dobrá-la, reduzindo-a a uma nona parte de seu tamanho. Não seria também melhor que na leitura ou identificação de qualquer ponto ou trecho de terreno, fôsse possível folheá-la, como a um livro, ao invés de desdobrá-la? Pois não é difícil preparar uma carta nestas condições. Para isso, necessita-se tão somente de uma lâmina de barbear e de fita adesiva (durex) ou cola.

O processo consiste no seguinte:

1. Estender a carta, aberta, sobre a mesa, com o Norte para a frente.

2. Dobrá-la ao meio: a borda inferior sobre a superior (dobra 1).

3. Tornar a dobrar a carta em três partes iguais (dobra 2 e 3; 4 e 5) paralelas à dobra n. 1. (n. 1 fig. 1).

4. Abri-la com a face para cima e na sua posição normal; depois girá-la de modo que o Leste fique para a frente, e dobrá-la do modo indicado no n. 2 (margem inferior sobre a superior) (dobra 6). Dobrar em seguida em três partes iguais, paralelas à dobra 6. (dobra 7 e 8, 9 e 10). (Fig. 2).

5. Desdobrar a carta, (Norte para a frente). Ela se encontra agora dividida em 36 partes iguais. Com a lâmina, cortar a carta de

acôrdo com a fig. 2. (linhas cheias).

6. Em seguida, com os dedos formar uma prega à altura da dobra 2 e rebatê-la sobre a dobra 3. Operar do mesmo modo com a dobra 4 e rebatê-la sobre a 5. (número 2 fig. 1).

7. Sem alterar a parte já dobrada, girar a carta de modo a que o Leste fique para a frente. Formar uma prega na altura da dobra 7 e rebatê-la sobre a 8. Em seguida proceder de modo idêntico com a dobra 9 e dobrá-la sobre a 10. (número 2 fig. 1).

8. Colar pelas costas, a 1ª prega, a proceder do mesmo modo com a 2ª (n. 3 fig. 1). Ao invés de colar, podem unir-se as bordas dos cortes, por meio de fita plástica. Os setores assim preparados poderão ser folheados como se fôsssem páginas. A carta agora está pronta para ser usada. Acha-se reduzida a 1/9 de seu tamanho original, e não necessita ser desdobrada para nela ser achado qualquer ponto ou trecho do terreno bastando, para isso, folhear as abas para cima, para baixo, para a esquerda e para a direita.

9. Para tornar mais rápida uma consulta ou referência, pode-se designar e marcar as 3 secções de cada faixa do seguinte modo: A1, A2 e A3 para faixa superior; B1, B2 e B3 para a faixa do meio; C1, C2 e C3 para a faixa inferior, (fig. 2). Quando dobrar, para cima ou para baixo, as abas centrais referentes a uma das letras, é necessário fazer o mesmo com as abas direita e esquerda, para que a carta, quando folheada, apresente a mesma faixa.

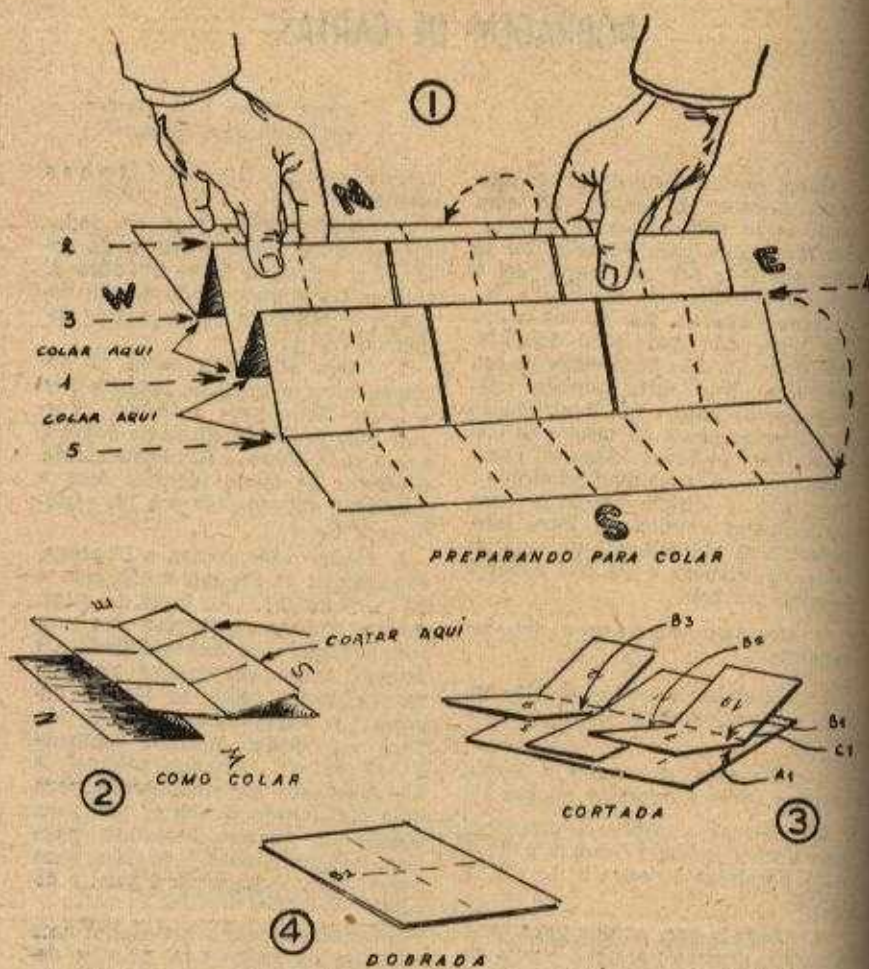


Fig. 1

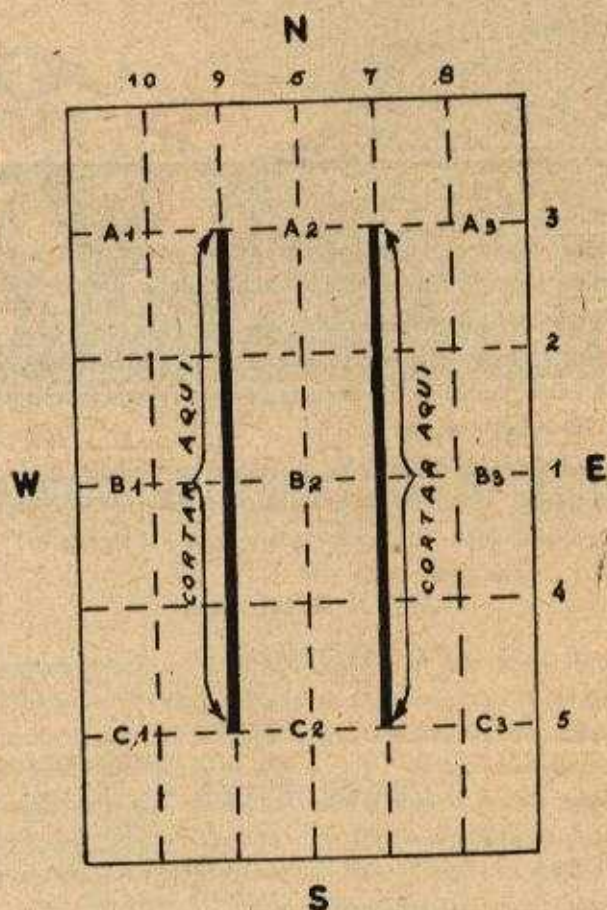


Fig. 2

Por exemplo :

A faixa A ficará à vista quando todas as abas forem viradas de cima para baixo.

10. Depois de usada a carta, é necessário, trazer as abas às posições originais para que ela fique perfeitamente dobrada. (n. 4 figura 1). Se desejado, a carta poderá ser conduzida em uma cader-

neta de bolso. Neste caso depois de proceder de acôrdo com o n. 8, dobrá-la para 1/36 de seu tamanho, e colá-la, por um dos cantos, à caderneta. Ao ser utilizada, a carta terá de ser aberta até ao tamanho 1/9.

É conveniente treinar o processo utilizando-se uma fôlha de papel, antes de aplicá-lo a uma carta.



ASPECTOS DA FIOGRAFIA DO BRASIL

Prof. NILO BERNARDES, do C.N.G.

2ª PARTE

SUMARIO

C — A Hidrografia :

- I — Perfis : A Hidrografia e o Relêvo
- II — Regimes Fluviais: A Hidrografia e o Clima

D — A Vegetação

E — Os Solos :

- I — Os Solos Tropicais
- II — Apreciações sobre alguns Solos do País
- III — Vegetação e Solos em relação à utilização da Terra
- IV — O Problema da Conservação dos Solos e das Florestas

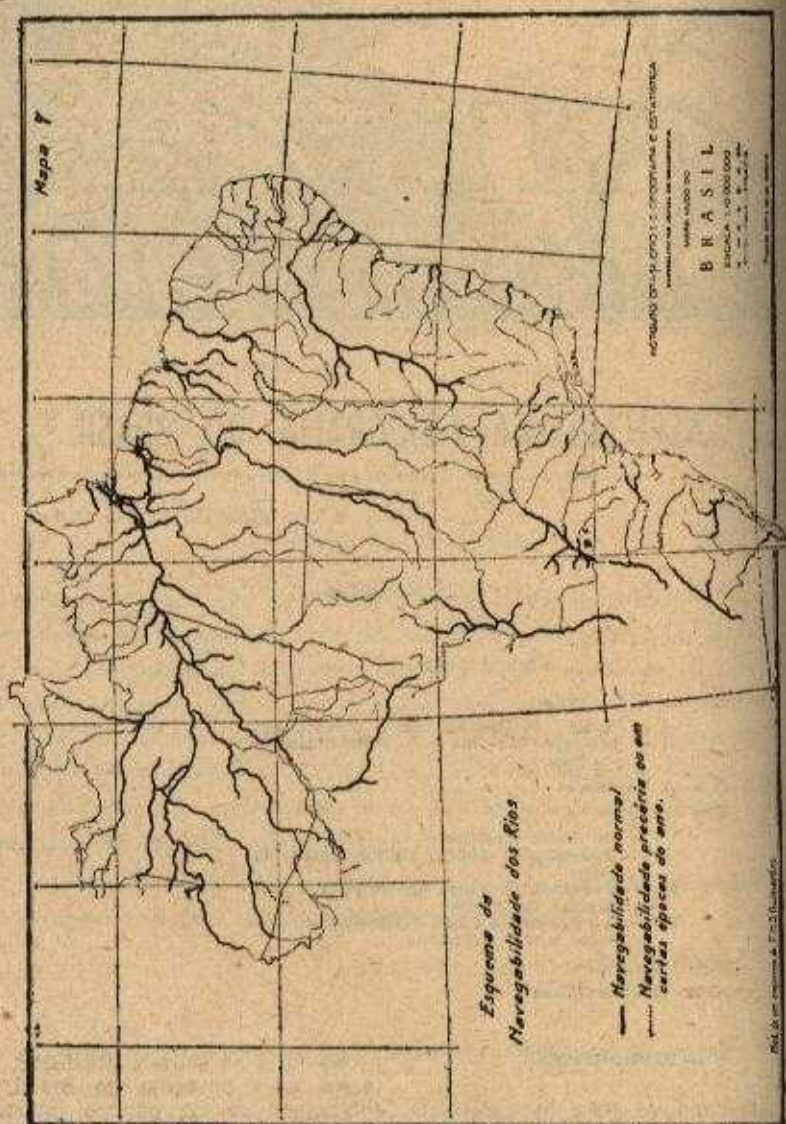
F — Conclusão

Notas Bibliográficas

C — HIDROGRAFIA

Atentando-se para as características gerais da vasta rede fluvial do Brasil (mapa n. 7), pode-se perceber que seu papel nas comunicações interiores é menor do que comumente se pensa, ressaltando-se, apenas, o caudal amazônico e alguns de seus afluentes.

No sul e no sudeste brasileiro, as áreas mais povoadas do Brasil, a drenagem se faz para o interior, dadas as condições do relevo. Os rios têm suas nascentes junto à costa e suas águas percorrem imensas distâncias até alcançarem o mar. Por este motivo, o papel histórico dos mesmos nas penetrações foi essencial mas, para o contato



do "hinterland" com o mar, sua função é completamente nula.

O sistema fluvial Paraná-Paraguai, de grande importância econômica para a América do Sul, na verdade favorece muito à Argentina, mas relativamente pouco ao Brasil. O Paraná, ademais, é um eixo fluvial no sentido norte-sul, atravessando uma região cujo povoamento se processa no sentido leste-oeste.

O rio São Francisco, que possui um enorme trecho navegável e costuma ser apresentado como um traço de união entre o norte e o sul, infelizmente, atravessa uma região pobre, com poucos recursos conhecidos e que exige um tremendo esforço de valorização.

Na região norte contamos com uma rede de drenagem que permite o estabelecimento de uma boa rede de comunicações fluviais. Lamentavelmente, no entanto, os grandes afluentes amazônicos que emanam do Brasil Central não permitem o fácil acesso a esta região. Tal dificuldade decorre da principal característica da quase totalidade dos grandes rios brasileiros.

— Perfis: A Hidrografia e o Relevo

Associando a rede hidrográfica às grandes feições do relevo, observa-se que, na maior parte dos casos, nossos cursos d'água são rios de planalto. Depreende-se daí que eles percorrem regiões mais ou menos planas descendo depois, ora mais, ora menos rapidamente, para atingir o oceano. O perfil longitudinal dos rios, adquire, então, características peculiares conforme a região: francamente navegáveis nas planícies e cortados por quedas ou rápidos nas descidas finais do planalto.

Numerosos afluentes de ambas as margens do Amazonas, correm pelas encostas baixas e suaves do planalto brasileiro, ao sul, e guiano ao norte; no contato das rochas cristalinas com a grande planície terciária eles formam uma série de corredeiras ou cachoeiras que interrompem a navegação por embar-

cações de grande porte e dificultam a transposição por canoas.

Na Amazônia, apenas o grande rio e alguns de seus afluentes, como o Purus e o Juruá, são rios de planície em toda sua extensão no território brasileiro. Seus perfis longitudinais são suaves, sem ruptura no lento declive, o que torna possível a grande extensão navegável existente.

Um rio cujo perfil longitudinal é típico dos rios de planalto é o São Francisco. Depois de um trecho superior de declive ligeiramente acentuado, passa a apresentar uma longa extensão em que a descida se faz lentamente, correspondendo a uma espécie de "plataforma" no desenho do perfil: é o trecho navegável compreendido entre Pirapora, em Minas Gerais e Juazeiro, na Bahia. Deste ponto em diante acentua-se a descida cujo máximo se dá na Cachoeira de Paulo Afonso. Algo de semelhante, porém, menos nítido, encontramos no Araguaia e no Tocantins.

Os rios da bacia do Paraná apresentam uma particularidade que se deve à estrutura geológica, imposta pela presença dos grandes lençóis quase horizontais de rochas efusivas (trapp) a que já fizemos alusão: na sua descida para o Plata eles formam extensos degraus interrompidos por numerosas quedas d'água correspondentes aos pontos em que os caudais encontram dificuldades para se aprofundar no terreno. Algumas destas quedas são particularmente importantes: Cachoeira Dourada, Cachoeira dos Marimbondos, Salto das Sete Quedas ou Guaira, Cataratas do Iguaçu, etc. Estes repetidos saltos e corredeiras dificultam a navegação em quase toda a bacia, apesar do volume d'água dos grandes afluentes. A mesma situação se repete no alto curso do Uruguai. Deste modo, o perfil longitudinal do Paraná, prolongado pelo Rio Grande, um dos seus formadores, apresenta um grande contraste com o do Paraguai, com o qual constitui o segundo sistema fluvial sul-americano. Com efeito, o Paraguai é um rio

tipicamente de planície, apresentando-se navegável até as proximidades da região das cabeceiras (Cáceres, ponto extremo de navegação, está situada no contato da planície com o planalto). O mesmo acontece com os seus principais afluentes no curso superior, os quais formam como que um leque na região do Pantanal.

Os rios que demandam diretamente o litoral leste do Brasil (Doce, Jequitinhonha, etc.) são relativamente pouco extensos e entalam a região da encosta do planalto oriental. Descem rapidamente para o mar, apresentando, pois, um perfil acentuado, com numerosas corredeiras. Por este motivo apresentam possibilidades de navegação apenas em curtos trechos de seu curso inferior. Ao longo do paredão constituído pela Serra do Mar, os rios não apresentam nenhuma importância no conjunto do país, ressalvadas as modestas proporções do Ribeira (São Paulo) e do Itajaí (Santa Catarina). Na chamada depressão central do Rio Grande do Sul encontra-se o Jacuí, cuja extensão, para o conjunto do país, não é das maiores: este rio é talvez o único que, fazendo exceção à regra, coloca o interior de uma região, relativamente desenvolvida, em contato direto com um porto marítimo.

Contemplando-se um mapa dos trechos fluviais navegáveis do Brasil, pode-se portanto resumir como Lambert: "O Brasil tem a infelicidade de que os rios melhor utilizáveis estejam mal situados e os rios que estão bem situados sejam mal orientados e de péssimas condições de navegabilidade". (1)

Tão grande inconveniente que o relevo apresenta à navegabilidade fluvial há de ter uma compensação, ainda que parcial. Com efeito, as frequentes rupturas de declive no perfil dos rios, representadas por corredeiras e quedas d'água na descida do planalto, significam uma ri-

queza em potencial hidráulico. A Divisão de Águas do M. A. avalia em 13,5 bilhões de CV o total de nosso potencial hidráulico (2). Como não podia deixar de ser, este potencial está desigualmente distribuído. Feliz ou infelizmente, conforme o ponto de vista, a maior concentração encontra-se na área economicamente mais desenvolvida, no chamado sudeste brasileiro e no planalto meridional.

A bacia do Paraná com seus numerosos desníveis bruscos, a que já nos referimos, é particularmente dotada neste particular. Avalia que 50% das nossas possibilidades de energia hidráulica esteja concentrada nesta área que corresponde a 10%, apenas, da superfície do país. Junto à Serra do Mar, especialmente considerando-se a transposição de cursos d'água, encontramos enormes possibilidades. Os grandes rios que rumam para o norte, em virtude do declive suave do planalto, não apresentam grandes concentrações de potenciais, malgrado os volumes d'água que representam; mesmo assim, porém, os desníveis que se dão na passagem para a planície amazônica apresentam certa importância que, entretanto, não corresponde aos dados oficiais mais otimistas.

No Nordeste, não só devido à intermitência dos rios como à topografia suave e de baixa altitude, só se pode contar, mesmo, com os cursos hidráulicos de Paulo Afonso.

II — Regimes fluviais: A Hidrografia e o Clima

Um outro fator importante a se levar em conta tanto para a navegação como para a energia, é o regime dos rios, isto é: o modo de variação de suas descargas durante o ano. Nossos cursos d'água não contam com lagos cujo extravasamento contribua para a regularização das descargas, como acontece em muitos rios do globo. Não temos também rios de regime nival,

(1) J. Lambert, "Le Brésil — Structure Sociale et Institutions Politiques", Libr. A. Colin, Paris, 1953, Cap. IV — "Les Bases de l'Economie Brésilienne".

(2) Considerando-se apenas as quedas de 5.000 CV para cima.

em que a lenta fusão de gelos e neves das montanhas garante um fluxo mais ou menos constante depois das cheias de primavera; isto sucede com os rios das regiões temperadas ou com os que descem das altas montanhas das regiões tropicais. (O Amazonas, de certo modo, constitui uma exceção).

Nossos rios têm suas descargas determinadas, exclusivamente, pelo regime pluviométrico. Como predomina no país o caráter tropical de estações chuvosas separadas por aguda estiagem, a maior parte dos rios apresenta um grande contraste de vazão durante o ano. A época de grandes cheias, que se verifica geralmente nos meses de janeiro a março, alterna-se com vazantes rigorosas, cujo auge é em setembro. O Nordeste, contudo, foge a esta regra: como predominam as chuvas de outono e inverno, é nesta época que se dá a vazão máxima dos rios.

O Amazonas, centro de uma vasta bacia que se estende pelos dois hemisférios, apresenta condições especiais. A constância de um grande volume d'água normal é garantida pelas chuvas abundantes — a diferença de precipitações que se observa durante o ano em grande área da bacia não chega a caracterizar uma estiagem rigorosa — e pelo fenômeno de interferência, que consiste na alternância das cheias dos afluentes originários do sul, em fevereiro, com as dos tributários da vertente norte, em junho. A grande cheia anual que se registra no Amazonas tem início em março, atingindo o auge em fim de maio ou junho. Deve-se esta cheia ao acréscimo nas precipitações que se registra na área do Rio Negro e Solimões durante este período. É interessante saber-se que, nesta época, Marajó e ilhas vizinhas são alagadas, não pelas águas da cheia do Amazonas, que encontram no delta estuário facilidade de vazão, mas pelas águas das copiosas chuvas outonais que também aí se registram.

A hidrografia nordestina é o oposto da amazônica. Quando o perio-

do de seca começa a acentuar-se, os rios "cortam", isto é: não apresentam mais um escoamento contínuo, restringindo-se, então, a grandes poças que vão se reduzindo com a continuação do estio; os pequenos cursos d'água, então, têm um regime que se aproxima do torrencial: quase que se limitam a escoar as águas caídas durante uma chuvada. O único rio perene do Nordeste oriental é o São Francisco que, na verdade, provém de outra região. No Nordeste Ocidental, contudo, não somente as chuvas, mais abundantes que a leste, como também a porosidade das extensas formações sedimentares que funcionam como reservatórios, contribuem para a manutenção dos cursos fluviais durante todo o ano.

O regime tropical, característico da maior parte dos rios brasileiros, apresenta sérios inconvenientes. São problemas muito conhecidos os resultantes das pequenas vazões de estiagem, mormente nos anos em que as chuvas se atrasam ou são mais escassas do que o normal: a navegação torna-se mais difícil, além de diminuir os trechos acessíveis, e a produção de energia hidrelétrica ressentir-se, o que exige grande margem de segurança no cálculo da energia realmente aproveitável.

D — A VEGETAÇÃO

O Brasil, dada sua grande superfície, sua variedade de climas e de rochas, apresenta, como não podia deixar de ser, paisagens vegetais bastante diferenciadas. Entretanto, não é difícil encontrarmos ainda agora quem, tomando ao pé da letra o dito muito em voga há décadas atrás de que "o Brasil é um país de florestas", acredite ser a meta o tipo de vegetação dominante no território nacional. Na verdade, pouco menos da metade da nossa terra é coberta por formações florestais, pois segundo o cálculo feito pelo botânico e fitogeógrafo alemão Luetzelburg elas reco-

brem apenas 44,17% do total da superfície do país. (3)

Procurando, pelo mapa da vegetação do Brasil, elaborado pelo Conselho Nacional de Geografia (mapa n. 8), compreender, de relance, os principais tipos de vegetação do Brasil e sua distribuição geográfica, podemos grupá-los nas nove seguintes formações:

1. Floresta equatorial amazônica (Hiléia)
2. Florestas tropicais
3. Floresta de Araucária
4. Campos (Campinas)
5. Campos cerrados (cerrados)
6. Caatingas
7. Palmeiras (zona dos Cocais)
8. Complexo do Pantanal
9. Vegetação litorânea

Vejamos em traços gerais as características e a distribuição de cada formação. (4)

1. *Floresta Amazônica.* A mata amazônica, também conhecida por Hiléia Amazônica (5) é "uma floresta pluvial, megatérmica, densa, alta, de folhagem permanente e sempre verde". Apresenta andares muito intrincados de arbustos e subarbustos e as altas copas das grandes árvores tocam-se a uma altura de 10 a 30 metros. As lianas e epífitas tornam ainda mais intrincado o ambiente. O calor e a umidade condicionam a vida vegetal e animal intensa.

Embora aparente uniformidade, a floresta amazônica pode ser dividida em dois tipos principais: a mata inundável da Várzea (*coágapó*) e a mata de terra firme (*coá-etê*). Nas várzeas encontram-se também grandes áreas de campos alagáveis (*campinaranas*).

A Hiléia recobre uma área bem maior do que a planície sedimentar propriamente dita, avançando muito em ambas as margens do vale pelas suaves encostas dos dois planaltos (o guiano e o brasileiro) e galgando os primeiros contrafortes andinos em território peruano. A Hiléia não se apresenta uniforme e continua em toda sua área de ocorrência: apresenta numerosas manchas e reentrâncias de vegetação campestre ou ainda de formações arbustivas e arbóreas, não florestais. Sobre os solos amazônicos faremos uma referência especial mais adiante.

Estima-se em uns 3.615.000 km² a superfície em que predomina a floresta amazônica. (6)

No seu conjunto, apesar de todas as penetrações ligadas ao extrativismo, mal foi arranhada, pode-se dizer pela ocupação estável. É um mundo formidável a desafiar nossa capacidade técnica e organizadora. Assinalando a importância enorme que sua ocupação efetiva tem para o Poder Nacional, dispensamo-nos de tocar aqui em todos os seus apaixonantes problemas particulares, ligados à sua valorização, que constituiriam matéria para mais de uma conferência especializada.

2. *Florestas tropicais.* São florestas também densas, de clima úmido, porém de porte mais baixo que a amazônica. Apesar de apresentarem algumas árvores de grande porte, não encontramos nelas gigantes vegetais como os que se desenvolvem na Amazônia.

Distinguimos duas grandes áreas: a mata da encosta atlântica e a mata da bacia do Paraná. Além dessas, outras áreas menores existem, esparsas pelo interior, em tôr-

(3) Cf. Horácio Peres S. de Matos, Conf. inéd. Cálculo feito em 1923, baseado no trabalho de Gonzaga de Campos.

(4) Note-se que estamos tratando da vegetação original, não tendo importância, no caso, a que se considera secundária, ou seja, resultante da ação do homem.

Por serem rúscitas, estas notas não discriminam as áreas de ocorrência como seria de desejar; esta ideia, contudo, melhor se tem examinando o mapa n. 8.

(5) Designação dada por Humboldt. Do grego: *hylé*: floresta densa. O termo Hiléia tornou-se extensivo às florestas equatoriais.

(6) Lúcio de Castro Soares, Limites Meridionais e Orientais da área de ocorrência da Floresta Amazônica em Território Brasileiro: Rev. Bras. Geografia, ano XV, n. 1, jan-março 1953.



no de serras isoladas — como as matas do interior nordestino — ou em manchas de solos particularmente apropriados — como no chamado "Mato Grosso" de Goiás.

A mata da encosta atlântica estende-se em faixa contínua desde Natal até o centro do Rio Grande do Sul. No litoral nordestino, ela é relativamente estreita, o que é compreensível pela existência do clima semi-árido do interior. Do Recôncavo Baiano para o sul, até a Ribeira do Iguaçu em São Paulo, apresenta grande largura, que, aliás, não ultrapassa a casa dos 300 quilômetros. Mais ao sul, torna-se novamente estreita, limitando-se a recobrir a encosta escarpada do planalto e o seu sopé.

Trezentos quilômetros não é realmente muita distância em um país vasto como o nosso. Entretanto, esta faixa florestal desempenhou, e de modo mais restrito ainda desempenha, um papel importante no povoamento do território brasileiro. Por um lado, forneceu aos primeiros agricultores a madeira e o solo humoso junto ao litoral, tal como se desejava. Mas por outro lado foi, em muitas áreas, a barreira de difícil transposição que até este século não fôra totalmente vencida (no va e do rio Doce, por exemplo).

A disposição desta mata, ao longo do litoral, tornou-a mais facilmente exposta à ação destruidora do homem. Em muitas regiões, como em todo o sudeste brasileiro (7), muito pouco dela existe atualmente.

As matas da bacia do Paraná, também do tipo pluvial tropical, devido a razões ainda não explicadas definitivamente, desenvolvem-se quase que somente na margem esquerda daquele grande rio. Em território argentino é, justamente, um trecho desta formação que constitui (no território de Misiones) a única área florestal de importância do país vizinho. Essa floresta teve

grande importância para o povoamento que se processou neste meio século que acabamos de atravessar. Como é sabido, muito pouco resta em nossos dias desta outrora pujante formação vegetal. Seu desaparecimento quase total foi a paga elevada pelo mais intenso período de progresso que tivemos, tanto em São Paulo quanto nos demais Estados sulinos.

3. Floresta de araucária. É a formação dominante no planalto meridional, mercê do seu clima mais frio. Sua característica principal é a abundância do chamado pinho do Paraná (*Araucária angustifolia*) que ocorre associado, geralmente, à imbuia, ao cedro e à erva mate. Seu limite inferior de altitude parece ser a cota de 500 metros. Para o norte do Estado do Paraná, o pinheiro ocorre em altitudes bem mais elevadas, formando grupamentos isolados no alto das serras de Paranapiacaba, da Mantiqueira e no planalto do sul de Minas. A região da mata de Araucária — *araucarilândia* — como a tem chamado — corresponde "quase ao modo" ao clima subtropical de altitude (Cfb) a que já aludimos atrás; ao que parece, a existência do pinheiro está condicionada à ocorrência regular de geadas. Isto tem reflexos no tipo de solo e daí o fato dos agricultores considerarem as terras de pinheiro com qualidades inferiores às da mata subtropical que freqüentemente se estremeia com os pinhais, ocupando os vales mais profundos. (8)

A importância econômica da floresta de araucária é muito bem conhecida; infelizmente, vão sendo abatidos sistematicamente os melhores pinhais sem que se cogite de sua restauração pelo replantio.

Nas matas de araucária a pequena variedade de espécies e a densidade de pinheiros facilita a exploração desta madeira; nas outras florestas, a multiplicidade de espécies

(7) Vale do Paraíba, sudeste de Minas Gerais e sul do Espírito Santo, principalmente.

(8) A floresta de pinheiro é do tipo acicular (folhas aciculares); no sul do Brasil é interessante fazermos sempre a diferença designando sempre a floresta do tipo tropical por "floresta latifoliada" (de folhas largas).

na menos econômica a extração de uma determinada madeira que ocorre esparsamente, perdida entre meros outros indivíduos.

No centro do Brasil, entre estas grandes áreas florestais: a da Amazônia, a do Litoral leste e a do planalto meridional predominam formações campestres cujos aspectos variam desde as campinas (campos limpos), constituídas somente por gramíneas baixas, até os campos cerrados, formados por árvores quase sempre retorcidas, ora em juntas, ora mais esparsas, lembrando a paisagem da savana. Nessas zonas de campos, frequentemente ocorre a mata sob a forma de pequenos bosques fechados, denominados "capões", ou de longas faixas ao longo dos rios, constituindo as "matas ciliares" ou "matas de galeria". Especialmente nas zonas de campos limpos, estes trechos de mata emprestam um aspecto todo peculiar à paisagem. Queremos, ainda, lembrar que no conjunto da América do Sul os campos, de todos os tipos, constituem a formação predominante.

4. *Campos*. É uma formação baixa ou rasteira, composta principalmente de gramíneas e ervas, com ausência, ou quase ausência, de espécies arbóreas. Quando existem arbustos, em tufos, quebrando a homogeneidade do tapete de gramíneas, dá-se à formação o nome de "campo sujo" em contraposição ao de "campo limpo" do primeiro caso. Embora estes tipos de campos existam em grandes áreas do Planalto Central, onde, frequentemente, fazem transição para os campos cerrados, é no sul do Brasil que podemos encontrar os campos limpos naturais mais típicos. A famosa campanha gaúcha, ou "campos da fronteira", onde se cria o melhor gado de corte do Brasil, é uma zona desses campos limpos. É próprio chamar-se esta zona de "pampa", como se faz frequentemente, por analogia com o campo argentino: esta zona plati-

na tem características próprias de topografia e solo, bem melhores, aliás, e a generalização do termo induz a uma impressão errônea.

Além de diversas zonas de campo limpo do planalto meridional (campos de Lajes, de Guarapuava e de Palmas, Campos Gerais do Paraná e São Paulo, campos de Vacaria no Rio Grande do Sul e Campos de Vacaria no sul de Mato Grosso) encontramos grandes manchas dos mesmos até na Amazônia.

A qualidade dos campos limpos como pastagens naturais varia de lugar para lugar, mas, inegavelmente, as zonas do Sul que acima citamos são bem melhores que as do Brasil Central.

5. *Campos Cerrados*. Além do andar rasteiro de ervas, gramíneas e pequenos arbustos, o que caracteriza os campos cerrados — comumente designados apenas por "cerrados" — é o andar arbóreo. As árvores são baixas, xeromorfas, com altura e espaçamento variáveis de local para local. Quando elas se apresentam mais altas, menos retorcidas e mais juntas, a formação tem um aspecto mais fechado, que não é o característico, e recebe o nome de "cerradão". Na estação seca, que é bem nítida na região dos cerrados, quase todas as árvores perdem as folhas e a maior parte dos indivíduos do andar rasteiro fenece.

Os campos cerrados mais característicos ocorrem nos altos chapadões de Mato Grosso e Goiás, em que o solo, ainda que horizontal, é poroso e não retém a água junto à superfície. Também no norte e oeste de Minas (nos extensos chapadões do Triângulo Mineiro, por exemplo) encontramos a predominância do cerrado. As áreas de campo limpo que, no Planalto Central, se entremeiam com cerrados, diferem muito pouco em composição do tapete de gramíneas desses.

Além da estação seca pronunciada e da profundidade do lençol d'água, muito contribuem para o aspecto xeromorfo (9) as queima-

(9) Trata-se de uma vegetação, em largos traços, xeromorfa, mas não xerofítica, note-se bem: as árvores têm copa reduzida, folhas grandes, espessas e escuras, e tronco com casca grossa.

das que anualmente o homem realiza ao findar a estação seca (agosto).

Tanto os cerrados comuns como os campos limpos naturais, constituindo um tipo de vegetação aberta e desimpedida, foram sempre regiões onde a circulação fez-se facilmente, permitindo a ocupação relativamente rápida de grandes áreas à base da criação extensiva de gado.

Para as regiões que acima citamos este fator tem importância ainda hoje, ligado, naturalmente, à suavidade do relevo. No planalto Central encontramos, com frequência, as pequenas estradas vicinais que, como eles lá dizem, são "abertas a pneu".

Chamamos a atenção para a enorme área que os campos cerrados ocupam no interior do país, embora considerando-se que estão entrementados por algumas manchas florestais. A forma predominante de ocupação dos mesmos é a pecuária, como dissemos, mas infelizmente não constituem eles a pastagem ideal: o rigor da estação seca (as gramíneas e ervas tornam-se impróprias para forragem) e a má qualidade dos solos, a que adiante faremos alusão, além da vegetação em si, cujas gramíneas são de baixo teor nutritivo e apresentam-se em tufos, com o solo à mostra nos intervalos, são todos fatores a se levar em consideração. O fato de que os cerrados e campos limpos associados compreendam uma grande superfície do Brasil é de grande importância para a economia nacional; entretanto, os estudos realizados sobre seus solos e suas modalidades de aproveitamento estão ainda em fase inicial com caráter polêmico, pouco se podendo afirmar a respeito. (10)

6. As caatingas. Trata-se de uma vegetação xerofítica, característica do interior dos Estados nor-

destinos. Embora comumente se pense que as caatingas são formações que existem apenas sob o clima semi-árido, a verdade é que elas ocorrem também nas zonas climáticas vizinhas em que as precipitações são mais abundantes, superando, por vezes, os 700 mm anuais. O caráter xerofítico destas formações resulta da rigorosa e prolongada estação seca que suportam.

Existem vários tipos de caatinga, com fitofisionomia bastante diferenciada.

A descrição da caatinga como uma floresta sem folhas na estação é apenas parcialmente verdadeira, porquanto nem sempre predomina o caráter arbóreo (11). Geralmente, a caatinga é composta de árvores, arbustos, cactáceas e bromélias. A frequência de plantas espinhentas com folhas pequenas e duras e adaptações para armazenamento d'água evidencia a característica xerofítica desta formação. Na longa estação seca dá-se a queda das folhas de árvores e arbustos, com exceção de apenas algumas espécies.

O solo da caatinga embora muito variado é comumente raso, não havendo praticamente lençol d'água subterrâneo para alimentação das plantas.

As caatingas — que ocupam toda a metade sul do Piauí, os Estados nordestinos (com exceção do litoral leste) e o interior da Bahia até o norte de Minas Gerais — interrompem-se no sopé das serras nordestinas; nestas zonas, a maior umidade propiciou o desenvolvimento de matas, cujo solo é de grande importância para a ocupação com base na agricultura. E nestas zonas serranas que se verificam as maiores densidades demográficas do sertão. A atividade econômica predominante nas caatingas é, como se sabe, o pastoreio; entretanto, o ser-

(10) Veja-se, sobre estas questões:

Leo Waibel — A Vegetação e o uso da Terra no Planalto Central: Rev. Bras. Geogr., ano X, n. 3, jul-set 1948, e também:

Fábio M. S. Guimarães — O Planalto Central e o Problema da Mudança da Capital do Brasil: Rev. Bras. Geogr., ano XI, n. 4, out-dez, 1949.

(11) Luetzelburg (Phillip von) estabeleceu 12 tipos de caatingas, sendo 3 de caráter arbóreo e 9 de caráter arbustivo.

nejo, sempre que possível, aproveita as situações mais favoráveis e solo e umidade para fazer sua voura de subsistência. O problema da vida na caatinga, especialmente na zona semi-árida, é muito conhecido: armazenamento da água para a longa estigem regular e revisão para a resistência nos anos em que se verificam as secas prolongadas calamitosas.

7. *Palmeirais (zona dos cocais).* Inclui-se sob esta denominação as associações quase homogêneas de babaçu e carnaúba que cobrem uma grande área nos Estados de Maranhão e Piauí, entre a Hléia Amazônica e as caatingas nordestinas.

Os babaçuais ocorrem sobretudo no Maranhão, nas terras altas do sul e, mais concentradamente, na baixada. Os carnaubais concentram-se sobretudo no Piauí, ocorrendo também em grandes grupos disseminados pelo nordeste semi-árido.

O babaçu, com muita freqüência, entremela-se na faixa oriental da floresta amazônica, ocorrências que escapam portanto da área dos cocais propriamente ditos. O valor econômico dos babaçuais deve-se, sobretudo, à sua relativa homogeneidade, apresentando-se fortes concentrações de indivíduos por área. Esta densidade de ocorrência é muitas vezes prejudicial, porquanto a concorrência em área tira o rendimento da produção por palmeira.

8. *Complexo do Pantanal.* Na falta de melhor termo é este que vem sendo empregado para designar a vegetação existente na planície do Paraguai, no Estado de Mato Grosso. É difícil definir-se em poucas palavras esta paisagem vegetal que é, na verdade, complexa.

Não se trata, conforme o termo deixa supor, de uma região constantemente embrejada. O alagamento somente se dá durante as cheias anuais do rio, que se verificam no semestre de verão (outubro a março). Nas partes mais baixas, correspondendo à planície regularmente inundada pelo Paraguai e seus afluentes, predomina um ti-

po de campo cujas gramíneas renovam-se anualmente com a retirada das águas, formando um pasto tenro que alimenta numeroso gado. Os campos constituem o aspecto predominante, mas nas partes a salvo da inundação, nos pequenos diques naturais que se formam na margem dos rios, desenvolve-se a mata ciliar. Nos topos das suaves elevações que não submergem na cheia surgem campos cerrados e mais ao norte aparecem trechos de mata considerados do tipo amazônico. Frequentemente, em grupos esparsos, desenvolvem-se palmeiras, tais como o carandá, o buriti, etc.

A boa qualidade dos pastos que brotam após o escoamento das águas, torna o Pantanal uma região de alto valor para o Estado de Mato Grosso.

9. *Vegetação Litorânea.* Grupam-se aqui: as formações de: a) mangues, que existem na zona sob ação da maré cheia; b) restingas, que se desenvolvem nas planícies arenosas e que têm um caráter xerofítico; e c) de campos praiados, como os existentes na costa arenosa do Rio Grande do Sul.

Os coqueirais que dão uma característica pitoresca às praias nordestinas, por uma extensão mais ou menos grande, não constituem vegetação original; resultaram da introdução entre nós de espécies orientais.

E — OS SOLOS

Passemos, agora, a tratar do problema dos solos, um dos assuntos mais em foco no momento e dos mais palpantes do país. Seria truismo argumentar, aqui, sobre o papel preponderante que, na soma dos aspectos geográficos que estamos analisando, este fator exerce para o realce do Poder Nacional. Truismo não menor seria proclamar a necessidade de um melhor conhecimento e maior salvaguarda deste recurso natural básico que é o solo. Entretanto, dos fatores que estamos focalizando, o solo é o menos conhecido; por outro lado, a conservação desta riqueza funda-

mental é uma das coisas mais negligenciadas entre nós.

Em se falando de pouco conhecimento, não se quer dizer que o estudo dos solos tenha sido, entre nós, olvidado. Ao contrário, em algumas Instituições têm-se procurado desenvolver ao máximo o estudo desta matéria, e alguns profissionais têm a ela dedicado, "teimosamente", podemos afirmar, o melhor de sua capacidade.

Entretanto, quase sempre se têm voltado para questões de caráter mais particular (frequentemente de experimentação) do que geral. Faltam-nos ainda as bases de uma classificação, mesmo sumária, e o respectivo mapeamento dos nossos principais grupos de solos, de modo a abranger o âmbito do território nacional. O que se tem feito, comumente, é deduzir tipos gerais de solo segundo características físicas, de acordo com as formações geológicas. No momento, o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CENEP), contando com a colaboração da F.A.O., que para isto destacou um técnico de renome, prepara turmas de especialistas que se abalarão a esta tarefa, pesada, mas urgentemente necessária, de reconhecer e estabelecer os principais grupos de solo do Brasil.

Das instituições que se dedicam aos estudos de pedologia (12), incontestavelmente, a que mais se tem destacado é o Instituto Agronômico de Campinas, do Governo do Estado de São Paulo. A ele devemos a primeira tentativa de classificação, sob critério moderno, dos solos paulistas, iniciada sob a direção de Paul Vageler e apresentada finalmente por José Setzer (13).

I — Os Solos Tropicais

Por influência do exagerado ufanismo, tão em voga há alguns anos

atrás e ainda remanescente em certos setores, os nossos solos seriam dos "melhores do mundo". Aliás, era esta a idéia corrente, mesmo na Europa, sobre solos tropicais: "a produtividade é fantástica", "em se plantando dar-se-á nela tudo", a vegetação natural pujante seria o atestado autêntico da "feracidade" do solo.

Como toda a superestimativa, esta também não podia deixar de produzir resultados danosos, os quais se verificaram e ainda se verificam entre nós.

Vários autores estrangeiros, ligados ou não a instituições nacionais, têm apresentado contribuições esparsas sobre o assunto, trabalhos realizados em outras regiões de ambiente geográfico semelhante ao nosso têm repercutido entre nós e, no momento, a idéia que se tem de solos tropicais é de profundo desencanto.

A verdade é que houve uma reviravolta de conceitos, por parte de numerosos estudiosos. A fertilidade dos solos tropicais é ilusória, afirma, em nossos dias a maioria dos autores de trabalhos sobre as regiões tropicais. E assim, no caso particular do Brasil, várias idéias antigas vão sofrendo completa revisão.

A Amazônia, por exemplo, parecia a muitos o futuro celeiro do mundo, aguardando uma população numerosa que, afrontando o calor e vencendo as endemias, viesse colher as benesses de um solo prodigioso, enriquecido milenarmente pela floresta luxuriante; apenas as várzeas, periodicamente inundadas, seriam impróprias para a agricultura. Com os modernos conceitos, e especialmente depois da divulgação do trabalho de Pierre Gourou (14) esta região torna-se modesta em suas possibilidades. Uma vez abatida a floresta de terra-firme e deixado a descoberto o solo,

(12) Pedologia — ciência do solo. Outro termo, empregado sobretudo entre os técnicos de língua espanhola, é edafologia.

(13) Os solos do Estado de São Paulo, ed. do Conselho Nacional de Geografia, 1949.

(14) Observações geográficas na Amazônia: Revista Brasileira de Geografia, ano XI, n. 3, jul-set, 1949, págs. 355-408.

guas abundantes lavam a terra, deixando, em pouco tempo, apenas um areão quase imprestável, sendo-se necessário o abandono local por outro. Deste modo, o autor recomenda a utilização das terras, que, dada a renovação feita pelos aluviões das cheias, são, então, o verdadeiro patrimônio agrícola da região. Lamentavelmente, estas várzeas não representam senão uns 60.000 km² sobre um total aproximado de 1.000.000 km² de planície amazônica.

Como os solos das regiões interfluviais, de um modo geral, os do rio são, em sua quase totalidade, extremamente vulneráveis. Há, porém, um certo exagero nas reações às suas condições de fertilidade.

Em que reside e em que consiste a pobreza e esta mediocridade? O fator fundamental, como é óbvio, é o clima; resumindo as idéias, podemos dizer:

a) a exuberância das florestas tropicais e tropicais é ilusória, maior ou menor grau, solo e esta vivem em um ciclo, estando continuamente o que reabastecendo;

b) os elementos de fertilidade na verdade, reduzidos, pois há uma pobreza em bases necessárias ao alimento das plantas; daí os baixos rendimentos agrícolas observados;

c) as precipitações abundantes e temperaturas elevadas determinam uma lixiviação intensa, uma abatida a floresta, removendo os elementos nutrientes e aumentando a acidez.

Como já vimos, grande parte do território brasileiro não apresenta a vegetação original de florestas, escapando portanto a estes conceitos. Entretanto, há um fato caracteristicamente tropical que apresenta importância geral para o Brasil: trata-se da laterização, ou me-

lhor, latolização, como preferem os modernos pedólogos.

Setzer (15) assinala que dos grandes grupos de solos zonais (16) ocorrem, no Brasil, os lateríticos (latossolos) e os solonchaks (solos salinos do nordeste semi-árido). Os latossolos, que abrangem a quase totalidade do país, têm larga predominância de sesquióxidos de ferro e de alumínio, mal hidratados, sobre a sílica, em relação ao que ocorre na rocha matriz.

A tendência destes solos é para a formação da laterita, verdadeira rocha, irreversível em solo, que consiste em uma concreção ferruginosa, originando frequentemente uma crosta na superfície do solo ou pouco abaixo da mesma.

Esta concreção, que no interior do Brasil é muito conhecida por *canga* (*tapanhoacanga*) ou por *taúá*, ocorre com frequência, maior do que se pode imaginar, em largas áreas do país, especialmente em Minas Gerais, no Centro-Oeste e na Amazônia (onde forma espessas camadas pouco abaixo do solo).

II — Apreciações sobre alguns Solos do País

Já vimos como, na planície amazônica, a pujança da floresta induziu à crença numa riqueza quase inesgotável do solo da terra firme. Naturalmente, a contestura do solo também contribui enormemente para este fato, pois a vasta planície é composta em grande parte por rochas ultra-arenosas.

Também, dada a natureza da rocha matriz e o seu modo de decomposição pode-se, de imediato, caracterizar as possibilidades agrícolas quase nulas de muitas regiões. Assim os terrenos algonquianos (séries de Minas e Itacolomi especialmente) são geralmente pobres, sãofaros, dando um solo minguado e pedregoso. Frequentemente a rocha apresenta-se desnuda.

(15) Pequeno Curso de Pedologia: Boletim Geográfico, ns. 59 a 69, dez., 1948.

(16) Solos zonais — solos decorrentes do clima, independentemente da rocha matriz.

As grandes chapadas do Planalto Central, cuja topografia é ideal para a agricultura mecanizada, quando não são revestidas por uma camada de canga que impede ou dificulta o trabalho da terra, são constituídas por solos rasos, pobres com cascalho de quartzo. As terras aproveitáveis encontram-se, então, nos vales, onde também a vegetação natural é constituída por matas. Aproveitamos este momento para lembrar que a maior horizontalidade da superfície favorece o processo de laterização.

Os solos derivados dos arenitos, com raras exceções, apresentam possibilidades bem medíocres. Muitos deles, como por exemplo o chamado arenito Botucatu em São Paulo e parte do Sul de Mato Grosso, após poucos anos de utilização dão como resultado um areão quase inútil.

O chamado arenito Bauru constitui uma relevante exceção, pois seu cimento, isto é, a substância que liga as partículas arenosas, é calcáreo. Por este motivo, grandes áreas dos espigões areníticos do oeste paulista tornaram-se zonas agrícolas famosas.

A acidez elevada, causada pela umidade excessiva, torna o aproveitamento racional de grande parte das nossas baixadas litorâneas difícil e onerosa, embora possível; é o caso, por exemplo, da Baixada Fluminense, disposta junto a um grande centro de consumo. É excepcional o caso da baixada de Campos, onde se formou um solo argiloso, fértil, pela acumulação milenar dos aluviões transportados do planalto pelo rio Paraíba.

Na bacia do rio São Francisco, bem como no leste de Goiás, ocorrem em largas áreas os terrenos calcáreos grupados na série Bambuí (período Siluriano). Os calcáreos são conhecidos no mundo inteiro, pelas excelentes qualidades dos solos que originam em sua decomposição. Infelizmente, a maior

parte de nossos calcáreos aflora sob um clima subúmido em que a estação seca é rigorosa em extremo, donde a evolução incompleta sofrida pelos solos na maior parte da área de ocorrência. Suas possibilidades não são das melhores, portanto.

As rochas do complexo cristalino brasileiro (gnaisses, granitos e rochas associadas) originaram dois tipos principais de solos muito conhecidos do grande público e denominados vulgarmente de *salmourão* e de *massapé*.

O *salmourão* é medianamente fértil, mais raso, mais arenoso e mais ácido que o *massapé*. É pobre em fósforo e cálcio, mas quase sempre é rico em potássio.

O *massapé* é argiloso, fôfo, profundo, humoso e escuro. É proverbial sua fertilidade em algumas regiões onde vem sendo cultivado há anos, como, por exemplo, no Recôncavo Baiano e na faixa úmida do nordeste.

Os extensos lençóis e diques de rochas efusivas básicas (17) que cobrem grande área da bacia do Paraná, formaram em certos lugares o famoso solo *terra-roxa*, cujas qualidades são, por todos, conhecidas. A esse respeito, algumas noções, muito difundidas, precisam ser retificadas. Em primeiro lugar é preciso se distinguir a *terra-roxa legítima* da *terra-roxa misturada*. A primeira resulta diretamente da decomposição das rochas básicas, enquanto que a outra apresenta um alto teor de areia por se ter formado de mistura com a decomposição de arenitos intercalados. Estas são, portanto, mais frágeis do que as primeiras. Calcula-se que dos 62.000 km² de *terra-roxa* do Estado de São Paulo apenas uns 5.000 km² são do solo legítimo.

Outra noção errônea que se tem vulgarmente, refere-se à área dos solos de que estamos falando. É sabido que eles estão ligados à existência dos derrames diabásicos

(17) Estes lençóis são comumente conhecidos por "trapp" e as rochas predominantes são diabásicas, basaltos, basálticos e meláfiros. Dique é um afloramento de rocha que se desenvolveu em sentido sobretudo vertical, aproveitando uma fenda da crosta terrestre.

como se trata aqui de um dos maiores derrames de lava do globo, abrangendo boa parte dos três Estados mais meridionais, ocorrendo ainda em São Paulo, sul do Mato Grosso, Goiás e Triângulo Mineiro, o público é levado a julgar como sendo este o âmbito total das fabulosas terras. Nada mais errado. Ao sul do paralelo 24º, aproximadamente, o solo é outro. As condições climáticas reinantes não são as mesmas que mais ao norte e as temperaturas mais brandas condicionaram a formação de um solo mais claro, menos profundo, com menos matéria orgânica (a vegetação é de araucárias predominantemente). Em Mato Grosso e Goiás, onde a estiagem é mais acentuada, a laterização é também mais acentuada, além de encontrarmos uma decomposição menos profunda.

Ainda outra noção errada e perniciosa é a de que estes solos são inexauríveis: as extensas áreas de terra-roxa cansada em São Paulo proclamam o contrário. Trata-se de solos vulneráveis como outros quaisquer e que foram tremendamente castigados pela incuria insuflada pela ambição de lucros fáceis.

A maior área de ocorrência destes solos não corresponde a São Paulo como poder-se-ia supor, mas ao norte do Paraná.

Em outros pontos do Brasil central ainda encontramos algumas manchas de solos com boas qualidades para o cultivo. É o caso, por exemplo, da famosa Mata da Corda, no leste do Triângulo Mineiro, cujo solo, produzido pela decomposição de tufos vulcânicos, mostra-se fértil, rico sobretudo em fósforo.

No interior de Goiás, ao norte de Goiânia, encontra-se o chamado "Mato Grosso" de Goiás, onde tem se desenvolvido nestes últimos anos uma das mais importantes zonas agrícolas do país. Os solos aí são bastantes produtivos (ao menos nos primeiros anos de cultivo) e resul-

tam da decomposição de rochas básicas intrusivas. A área abrangida pelos mesmos quase que se equiva- le à do Estado de Sergipe (20.000 km²).

Os solos do sertão nordestino, via de regra, são salinos, classificáveis entre os do grupo "solonchak" (18).

Como já dissemos, ao tratar da vegetação, são comumente rasos, especialmente nas áreas de relevo mais suave do peneplano cristalino. Como a alta evaporação supera a precipitação, os sais solúveis ascendem à superfície determinando a salinização do solo. Por conseguinte, os solos do nordeste são altamente alcalinos, contrastando com o resto do Brasil, em que a acidez, em graus variáveis, é a regra. A irrigação das terras semi-áridas deve ser, portanto, realizada com cautela, a fim de não agravar a tendência para a salinização. Um solo muito aproveitado pelos nordestinos e habitantes das margens do São Francisco é o das chamadas "vazantes", o solo ribeirinho beneficiado pelas enchentes periódicas.

Apesar da variedade de tipos do solo quanto ao seu valor agrícola, o que tem servido, no Brasil, como indicador para a escolha de terras agricultáveis é o tipo de vegetação existente. Este fato nos conduz a uma outra ordem de considerações.

III — Vegetação e Solos em relação à utilização da Terra

A característica fundamental das atividades agrárias no Brasil é a relação estreita entre as modalidades de utilização da terra e os grandes tipos de vegetação. Um dos defeitos congênitos, se assim podemos nos expressar, de nossa economia rural é a dissociação radical entre agricultura e pecuária que vem se mantendo desde os primórdios do povoamento: os solos de mata destinam-se à lavoura enquanto que as regiões de formações campestres, campos limpos e campos cerrados,

(18) Solonchak é uma expressão russa, significando aumentativo de "salgado".

são utilizadas, quase que somente para a criação. Ambas as atividades são, aliás, de caráter extensivo em quase todo o território nacional.

A princípio, o que se desejava era o resultado fácil e abundante, proporcionado pelas terras sempre novas, carregadas do húmus acumulado pela mata; e o gado seria também mais facilmente criado nas zonas de vegetação aberta já existentes, sem necessidade de se formar pastos artificiais. O caráter extensivo das duas atividades condunava-se com a tendência inicial. Depois, a tendência foi se tornando a regra geral e as nossas atividades agrárias não fugiram jamais a essa rotina e, mesmo quando surgiu uma nova cultura — o café — que avassalou todo o sudeste brasileiro, ela sentiu-se sempre atraída pelo "bafô de sertão" das terras florestais virgens. A prosperidade agrícola tem se deslocado sempre acompanhando o rumo da floresta, quer no Leste, quer no Sul, quer no Centro-Oeste. É o "progresso cigano", como insistia Monteiro Lobato.

Raramente pensou-se em regenerar as terras agrícolas que se mostravam cansadas, ou melhorar os pastos nativos que, quase sempre, não têm qualidades para uma pecuária de caráter mais intensivo. O que se continua a fazer é queimar, anualmente, a vegetação florestal secundária para preparar a terra para a lavoura e os campos, para matar as pragas e renovar o capim.

É interessante saber-se que o estabelecimento de imigrantes europeus em pequenas propriedades somente em raros casos veio alterar esta situação: não se conseguiu a generalização, entre nós, de um sistema nos moldes europeus em que a agricultura e criação se fazem associadamente.

Enquanto as nossas reservas florestais mais aproveitáveis vão desaparecendo sob novas culturas, as terras cansadas da retaguarda vão se tornando imprestáveis ou sendo transformadas em pastos. A par

disso, a mentalidade ainda dominante é a de que os solos de campos são imprestáveis para a agricultura, apenas porque não são capazes de fornecer um lucro fácil com a simples semeadura. Felizmente não faltam, no próprio país, os exemplos isolados em que a aplicação de capital, técnica e esforço, desmente tal mentalidade perniciosas.

A verdade é que poucos solos virgens ainda restam e para compensar a impossibilidade de continuar sua expansão, a nossa agricultura terá que se tornar intensiva.

Compreendendo-se a subordinação destas duas atividades aos grandes tipos de vegetação, pode-se explicar as diferenças contrastantes de densidade demográfica que se observa entre as zonas de campo e as de mata do Brasil. Uma vez que, para a criação extensiva basta apenas um pequeno número de braços, as zonas campestres apresentam sempre densidades demográficas baixas. Paralelamente a este esquema, outros reflexos econômicos se fazem sentir: como não podia deixar de ser, nas zonas florestais agrícolas desenvolve-se uma rede mais densa de comunicações, o comércio é mais intenso; as cidades são maiores, mais numerosas, mais ativas, e geralmente, surge a atividade industrial variada que vem culminar a prosperidade da região.

IV — O Problema da conservação do Solo e das Florestas

A conservação dos recursos naturais básicos não constitui, evidentemente, um problema particular do Brasil. Mas, lamentavelmente, os abusos entre nós praticados são tais que, com frequência, encontramos paisagens humanizadas "precoceamente decadentes" em zonas que há (trinta ou quarenta) anos eram assinaladas nos mapas como "sertão despovoado". No planalto do Rio Grande do Sul, para citar exemplo de região onde a agricultura é considerada das melhores do país, encontra-se com frequência trechos em que o solo

é tão duramente castigado que, após trinta e cinco anos de cultivo, a única vegetação espontânea que se forma é um capinzal utilizado somente para pasto.

A ocupação da terra no Brasil tem sido acompanhada sistematicamente pela dilapidação do patrimônio solo-floresta.

Além da falta de recursos florestais que se faz sentir, a eliminação total das matas provoca uma alteração no regime das águas pluviais que caem ao solo. Esta alteração pode ser sensivelmente atenuada mantendo-se uma outra cobertura vegetal fechada, embora de pequeno porte. Encontrando o solo desnudo, as águas rolam pela superfície, infiltrando-se em proporções mínimas. A consequência desse escoamento rápido, sem armazenamento no subsolo, é a erosão acelerada sob todas as formas, o regime torrencial dos cursos d'água, com enchentes calamitosas, e o transporte de volumes anormais de aluviões que provocam entulhamento dos rios.

A devastação generalizada das matas, entre nós tem se realizado com dois objetivos principais: produção de madeira, lenha e carvão vegetal e expansão das áreas agrícolas em busca de solos virgens. Tanto em um como em outro caso a situação adquire aspectos calamitosos.

A nossa pobreza em recursos energéticos desenvolveu o negócio fácil e lucrativo de transformar hectares de mata em lenha ou carvão, segundo a fórmula do extrativismo mais puro a que os geógrafos alemães denominaram "rapinagem econômica". A encosta escarpada da serra da Mantiqueira é um exemplo de como tem agido o espírito imediatista. Devido ao declive acentuado e aos vales profundos que a entalham, esta zona de encosta escapou ao desflorestamento quase total que a cafeicultura do século passado provocou no vale do Paraíba. Porém, como estava situada entre dois grandes centros urbanos — Rio e São Paulo — que experimentaram o surto ur-

bano-industrial entre as duas guerras mundiais, esta faixa florestal foi rapidamente destruída no intervalo de apenas vinte e cinco anos. Em nenhum momento sequer pensou-se em controlar tal derrubada ou realizar a restauração pelo reflorestamento.

Nas matas de araucárias do sul do país, as serrarias vêm trabalhando incessantemente em uma progressão paulatina para o oeste: na retaguarda ficam apenas os pinheiros raquíticos e esparsos, sem se cogitar, igualmente, do replantio para o futuro. Daí a afirmação dos que se preocupam com o assunto de que em breve estaremos comprando tábuas de pinho no exterior.

O modo como que se pratica a agricultura entre nós é inquietante. Seus efeitos, manifestados de longa data, levam-nos a meditar sobre o futuro da nossa lavoura, quando a exaustão do solo for completa. Não tem faltado quem procure alertar a opinião pública a respeito. Contudo, o estado de indiferença é ainda geral.

Já nos referimos à rotina de nossa agricultura. O sistema de agricultura anual mais praticado entre nós é o de rotação de terras; tal sistema de queimar e cultivar cada ano um trecho de terra diferente do anterior, o que dá uma pequena produção por área realmente trabalhada. Não se cogita da adubação da terra, pois que cada trato cultivado em um ano entra em pouso no ano seguinte. Enquanto houver mata nas proximidades esta vai sendo derrubada para novas roças. Por outro lado, quando se trabalha em uma propriedade de tamanho insuficiente, a repetição do cultivo em ciclo curto de rotação de terra, leva o solo ao esgotamento completo. O espantoso é que esta prática é generalizada até mesmo entre cerca de 60% dos descendentes de europeus que nos últimos cento e vinte anos vieram para o sul do Brasil.

Além da falta de adubação, as práticas elementares de conservação são inteiramente desconhecidas pelos nossos lavradores. O

problema é ainda agravado pela vulnerabilidade do solo nas regiões quentes e úmidas, a que já aludimos.

A derrubada para o cultivo em novas áreas é necessária. A queimada para remover os restos da floresta abatida é admissível e assim se faz em todo o globo. O que não se compreende é que o fogo atue cada vez que se precise plantar e, sobretudo, que não se pense em deixar reservas de mata cuja falta se faz sentir depois. (19)

A ocupação de novas áreas nos dias atuais, continua, tal como no século passado, a não obedecer às normas elementares de uma agricultura racional: é por isso que o progresso intenso que nelas se verifica pode ser considerado como ilusório. O chamado "Mato Grosso" de Goiás, para onde afuem numerosas famílias anualmente, vai sendo talhado para dar lugar a uma agricultura efêmera que se confirmará com o passar dos anos. A devastação quase que total no Norte do Paraná já produz seus efeitos. O lençol d'água subterrâneo tem diminuído, e as fontes e poços baixado sua vazão, causando problemas de abastecimento. (20)

Um dos aspectos mais ilusórios da marcha de nossos "caçadores de humo" é a esperança de que estão trabalhando em um solo inesgotável. Por isso se pratica, por outro lado, qualquer espécie de cultivo sem se atender para as reais possibilidades da região. As culturas anuais espaçadas, por exemplo, causam em solo pouco consistente um tremendo desgaste pela erosão.

Já houve quem dissesse que, no Brasil, tem se praticado mais uma "mineração intensa do solo" do que propriamente agricultura.

Não insistiremos mais sobre o assunto, que é apaixonante e de variados aspectos. Preferimos recomendar a leitura de alguns trabalhos indicados em anexo. Lembra-

mos, entretanto, que o problema é reconhecido de longa data, pois, já em 1815 José Bonifácio chamava a atenção para a necessidade de se reflorestar "os cumes e ladeiras junto à Costa" porque as enxurradas e barrancos de areias... vão entupindo e arruinando nossos rios e barras e esterilizando progressivamente terrenos outrora produtivos...; para tanto (reflorestar) "basta patriotismo e uma falsa de bom senso comum". (21)

V — CONCLUSÃO

Constituído por um imenso território, que se alarga nas proximidades do equador e se estende em apenas uns 6% de sua área total ao sul do trópico de Capricórnio, o Brasil é o maior dos países tropicais. Acresce ser também o país tropical em que se tornou mais preponderante a europeização. Não é sem razão, portanto, que as demais nações nos contemplam com uma indagação e nós mesmos constantemente nos perguntamos: conseguiremos estabelecer aqui a primeira grande potência tropical do globo?

O interesse das nações do hemisfério norte pelas regiões de baixa latitude recrudescceu em função, principalmente, dos problemas do pós-guerra. Visando, sobretudo, continuar assegurando a complementação de espaços econômicos, elas não menosprezam, entretanto, outros aspectos, como seja a possibilidade para expansão do povoamento europeu. Daí os repetidos planos não só para o incremento de determinados artigos que lhes interessam, como também para elevação do nível social das populações das regiões coloniais. A par disso, vieram ao plano do debate comum velhas e novas idéias sobre as regiões intertropicais. Dentre as obras que alcançaram maior sucesso no pós-guerra destaca-se o

(19) Veja-se as referências de T. Lynn Smith à nossa "fire agriculture" em "Brazil — People and Institutions".

(20) Cf. R. Moack — "Devastação das Matas do Paraná e sua solução". Revista do Cons. Nac. de Economia, ano II, n. 13, maio de 1953.

(21) Apud H. Peres S. de Matos, Conf. inéd.

vro do geógrafo francês Pierre Pourou, "Les Pays Tropicaux". As conclusões nos são realmente desalentadoras.

O fator dominante, do qual derivam todos os demais que condicionam o ambiente tropical é, evidentemente, o clima das baixas latitudes.

Durante muito tempo, contudo, o que constituiu maior preocupação foi a influência direta do clima sobre o organismo humano; o processo de aclimação que este problema envolve preocupa ainda hoje o europeu que deseja emigrar, mas não representa para nós que aqui vivemos questão de importância. Toda uma vasta gama de opiniões foi emitida a respeito da influência climática, mas respostas conclusivas a alguns problemas não são obtidas, pois muitas observações são contraditórias. Os deterministas mais extremados afirmam, por exemplo, que a luz solar excessiva, o calor, a umidade e a falta da sucessão das estações do ano têm tido efeito adverso sobre o homem branco, causando degenerescência e debilidade orgânica e diminuindo a atividade psíquica.

Esta opinião radical e simplista é negada por uma ponderável corrente de modernos autores: para estes o clima não deve ser responsabilizado isoladamente e os males dos europeus nas baixas latitudes se devem, principalmente, às doenças tropicais, aos hábitos inadequados de higiene, vestuário, alimentação, e, também, ao contato com população indígena de baixo padrão cultural. Com o progresso da técnica e, sobretudo, da ciência médica, estes males podem ser evitados. O clima não será, pois, senão em uma escala desprezível, o adversário direto do homem já aclimatado nos trópicos. Mas o problema da salubridade é o primeiro obstáculo a ser vencido: a luta contra os complexos patológicos tropicais, em que muitos estatistas nacionais se glorificaram, é a grande batalha que apenas enfrentamos.

Devemos, ainda, observar que o clima das baixas latitudes não é uniforme. E este fato, já vimos, transparece muito bem em um território tão vasto como é o do Brasil. Sendo assim, o problema admite pois suas nuances que não podem ser desprezadas. Assim é que muitos geógrafos, alemães sobretudo, preferem distinguir duas faixas nas regiões tropicais: os *trópicos interiores* e os *trópicos exteriores*. Não são muito precisas as características de cada uma. Alguns entendem por trópicos exteriores apenas a faixa de transição para as regiões subtropicais, onde já se faz sentir a diferença entre os meses quentes e os meses frios. Outros (Rudolf Lüggs) estendem-na exageradamente fazendo-a coincidir com o clima tropical propriamente dito de estação seca. A esta noção, aliás, vem se juntar a divisão muito comum na América tropical espanhola onde se distinguem as *tierras calientes*, *tierras templadas* e *tierras frias*, reflexo das diferenças de altitude. As nossas regiões onde ocorrem os climas tropicais de altitude seriam, pois, tropicais exteriores. Admite-se que não sejam de grande monta os obstáculos ao estabelecimento de colonos europeus nessa faixa; mas nos trópicos interiores, a umidade constante e a fraca variação térmica anual comportam sérios inconvenientes nas condições ecológicas.

Boa parte do Brasil intertropical, justamente onde se localiza a região mais desenvolvida do país, graças às altitudes elevadas do planalto, escapa ao efeito mais desagradável do clima tropical que é o calor úmido. Dizer, então, que o clima é "salubérrimo", "ameno" ou "paradisíaco", pouco significa. O regime pluviométrico e, mesmo, o térmico são essencialmente tropicais e as condições de solo e vegetação são tropicais, e, como agente economizante, o homem enfrenta esta realidade.

Isto nos leva a indagar se a natureza tropical constitui um empecilho para que possamos construir aqui uma nação economicamente

desenvolvida e forte, capaz de obter do solo sustento adequado para uma população numerosa.

Como vimos, os solos das regiões quentes e chuvosas são considerados pela maioria dos autores, intrinsecamente pobres e externamente vulneráveis. Firmou-se, então, uma corrente de opiniões, segundo a qual o uso do arado e, ainda mais, o do trator, seria inconveniente, por aumentar os riscos a que estão expostos estes solos; o que se depreende é que seria aleatória a mecanização da agricultura tropical. Apenas certas práticas agrícolas estariam em acordo com o meio geográfico. Gourou, inegavelmente grande conhecedor das regiões tropicais, chega a recomendar as culturas arborecentes e a rizicultura inundada como as formas econômicas adequadas para a ocupação; é o que ele chama a vocação dos países tropicais.

Em uma bela síntese sobre o Brasil o sociólogo Jacques Lambert frisa que, não obstante as temperaturas médias mais brandas que ocorrem no planalto brasileiro, as nossas pastagens naturais, excetuando-se os campos meridionais, são pobres, de baixo valor nutritivo e os pastos artificiais não estariam livres, de todo, deste mal, sendo difícil, pois, a manutenção de raças finas apuradas.

Constitui ponto quase pacífico que a aplicação pura e simples de métodos agrícolas europeus nas regiões intertropicais é condenável por agravar a degradação dos solos. Nesta ordem de idéias multiplicam-se as restrições que se fazem à região do globo que habitamos.

Na realidade, a natureza do mundo tropical ainda é muito discutida e pouco conhecida. Basta ver que os limites propostos para estas regiões são quase tantos quantos os autores que as têm estudado. Todavia, à medida que progredem os conhecimentos, consolida-se uma opinião: a ocupação adequada dos países tropicais depende, estritamente, de compreensão global de

sua ecologia, da interação de suas múltiplas componentes.

A ciência europeia dia a dia surpreende-se com a necessidade de revisão de antigos conceitos. Assim, por exemplo, uma idéia muito comum entre os europeus é a de que não é possível intensificar a agricultura com a aplicação de adubo animal em climas quentes e úmidos. Foi, portanto, com grande surpresa, que o grande geógrafo alemão Leo Waibel, apesar de seu profundo conhecimento dos trópicos, encontrou nas culturas de fumo da baixada tropical do Recôncavo Baiano, o emprêgo usual de adubo animal. Nesta região, que vem sendo cultivada desde os primórdios da colonização lusa, encontramos densidades demográficas das mais elevadas do país (mapa n. 9). Por outro lado, Dom Luís Bramão, grande especialista em solos e que esteve entre nós a serviço da F.A.O., mostrou-se muito otimista a respeito do problema de erosão e degradação dos solos no Brasil, assinalando, entre outros fatos, que a profundidade de decomposição é extremamente favorável à regeneração, ainda que onerosa, dos mesmos.

Enfrentando a realidade não devemos ser pessimistas como outrora fomos otimistas. A questão está em descobrir e aplicar as técnicas adequadas, tanto no saneamento e nos hábitos da vida, quanto no aproveitamento econômico. Como bem disse Pierre Monbeig, "a domesticação da natureza tropical pela raça branca apenas começou".

Do exato entendimento da natureza do mundo intertropical é que nós, brasileiros, dependemos para corrigir os erros sabidamente praticados nas áreas de povoamento antigo e orientar a valorização das zonas de fraca ocupação; realizaremos, assim, algo de sólido e estável, compatível com a nossa realidade geográfica. De outro modo, estaremos agindo sem conhecimento do meio em que vivemos; estaremos desambientados — inadaptados, portanto.

Por isso creio não ser fora de propósito enfeitar estas considerações

ções esparsas com algumas frases bastante significativas de Leo Walbe — “vejo a evolução futura do Brasil com mais otimismo do que quando iniciei minhas viagens e conforme pensam muitos brasileiros e estrangeiros”. “Os nossos conceitos de geografia foram desenvolvidos na zona temperada e muitas das nossas doutrinas se aplicam somente, ou principalmente, a estas zonas. A fim de compreender mais claramente a natureza dos trópicos e as suas diferenças básicas das zonas temperadas deveríamos desenvolver uma disciplina que se chamaria “Geografia Tropical”. Onde haverá maior oportunidade para fazer isto que no Brasil, o maior país tropical do mundo?”

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Muitos dos trabalhos diretamente relacionados com o assunto estão citados em pé de página. Visando uma orientação geral para leitura suplementar, citaremos alguns outros.

Como fonte de informações sobre problemas mais específicos ou mais limitados em área são de inestimável auxílio às coleções de publicações periódicas especializadas. Das principais revistas geográficas existentes no país, duas são editadas pelo Conselho Nacional de Geografia (C.N.G.) e duas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (A.G.B.):

- *Revista Brasileira de Geografia* (C.N.G.), iniciada em 1939; existe publicado um índice geral abrangendo os dez primeiros anos.
- *Boletim Geográfico* (C.N.G.), iniciado em 1943, com 118 números publicados; no número 83 encontra-se um índice geral da matéria referente aos números anteriores.
- *Boletim Carioca de Geografia* (A.G.B.) Seção Regional do Rio de Janeiro, iniciado em 1948.
- *Boletim Paulista de Geografia* (A.G.B.) Seção Regional de São Paulo, iniciado em 1949.

Não se dispõe de uma obra geral, atualizada, abrangendo toda a fisionomia do Brasil. A primeira tentativa no gênero foi de:

DELGADO DE CARVALHO, Carlos — *Fisiografia do Brasil: Conferência na Escola do Estado-Maior do Exército*, 1923 (não foi completada a publicação).

As obras mais importantes pelo conjunto de interpretação e constantemente consultadas pelos geógrafos, ainda são:

DENIS, Pierre — *Amérique du Sud — Le Brésil*, *Geographie Universelle*, Tome XV, 1^e partie, Lib Armand Colin, Paris, 1927.
PRESTON JAMES — *Latin América* — New York, 1942.

Embora não totalmente correlacionada com o assunto, mas cuja leitura é sempre útil:

DEFFONTAINES, Pierre — *Geografia Humana do Brasil*, Livraria da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1952.

Sobre a geologia, encontra-se uma única obra geral sobre o Brasil, trabalho técnico de inestimável valor, mas cuja leitura torna-se muito difícil para o leigo que deseja apenas se informar dos grandes traços da estrutura do território nacional. Vale, entretanto, como fonte de informações de interesse específico:

OLIVEIRA, A. I., e LEONARDOS, O. H. — *Geologia do Brasil*, 2^a ed., Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1943.

Recomendamos, entretanto, no que toca à geologia econômica, e cuja leitura é bastante acessível:

FROES ABREU, Sílvia — *Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira*, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1945.

Embora ultrapassado após as descobertas realizadas nos últimos anos, o opúsculo acima dá um bom panorama do problema.

No que diz respeito a solos, não existe igualmente nenhuma obra ou mapa geral, mas entre os inu-

eros trabalhos de âmbito limitado, quase todos muito especializadas, apontamos dois, por interessarem áreas relativamente grandes importantes do país:

UQUE, José Guimarães — Solos e água no Polígono das Secas, Publ. n. 148, série I-A, M.V.O.P. D.N.O.C.S., Tip. Minerva, Fortaleza, 1949.

ETZER, José — Os Solos do Estado de São Paulo, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1949.

Em numerosas obras de cunho regional encontramos referências, do ponto de vista geográfico, aos solos. Mas seria fastigioso enumerá-los aqui.

Quanto ao problema da erosão há vários artigos nas duas primeiras publicações citadas inicialmente. Veja-se, por exemplo:

TERMBERG, Hilgard O'Reilly — Brasil Devastado: Bol. Geográfico, Ano IX, n. 100, jul. 1951, páginas 333-339.

No Boletim Geográfico do C.N.G. encontramos algumas sínteses, cujas citações servirão como extensão e melhoria do que aqui foi tratado. Citamos:

GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares — Esboço Geológico do Brasil: "Bol. Geográfico", Ano I, n. 3, jun., 1943.

Idem — Relêvo do Brasil: — "Bol. Geográfico", Ano I, n. 4, julho, 1943.

BERNARDES, Lysia M. C. — Clima do Brasil. "Bol. Geográfico", Ano IX, n. 103, outubro, 1951, Ano IX, n. 105, dez., 1951.

BEZERRA DOS SANTOS, Lindalvo — Estudo Esquemático da Vegetação do Brasil: "Bol. Geográfico", Ano IX, n. 104, nov., 1951.

Complementando o que dissemos nas "Considerações finais" da conferência, recomendamos ainda:

BOLEO, Joaquim de Oliveira — A Falsa Concepção da Esterilidade das Terras Tropicais e de nelas se desenvolver uma Civilização Superior: "Bol. Geográfico", Ano XI, n. 113, mar-abr., 1953. (Transcrito de "Brasília", vol. VI, Coimbra, 1951.)

GOUROU, Pierre — Os problemas das regiões tropicais: "Bol. Geográfico", Ano VI, n. 65, agosto de 1948. (Transcrito de "Les Cahiers d'Outre-Mer", janeiro-março, 1948.)

SILVEIRA, J. Dias — Considerações em torno da Geografia Tropical: "Bol. Paulista de Geografia", n. 8, jul., 1951.

WABEL, Leo — O que eu aprendi no Brasil: "Rev. Bras. de Geografia", Ano XII, n. 3, julho-setembro, 1950, págs. 69-78.

O QUE O BRASIL PRECISA SABER

Um dos aspectos do monopólio estatal do petróleo que o Brasil mais precisa conhecer é aquele que diz respeito ao volume considerável de divisas que, sob a forma de lucros e dividendos, teríamos de exportar se outra fôsse a política por nós adotada.

Como deve ser do conhecimento público, os lucros da PETROBRAS no último exercício financeiro foram da ordem de um bilhão e 800 milhões de cruzeiros, tendo concorrido para esse resultado não somente o beneficiamento do óleo bruto de procedência estrangeira, como ainda o aproveitamento do petróleo nacional, cuja produção, em 1956, ultrapassou a casa dos quatro milhões de barris, representando um alívio nos compromissos cambiais do Brasil, que ninguém poderá subestimar.

Não existisse a PETROBRAS e era certo que esses quase dois bilhões de cruzeiros saíam do país. Existindo, porém como existe, a PETROBRAS, os seus lucros não se evadem nem tomam destinos obscuros, pois eles aqui mesmo se reproduzem em novas atividades de vital interesse para o Brasil. Este é o ângulo pelo qual a empresa tem de ser encarada. Não basta saber quantos poços ela perfura em cada ano ou em cada mês. O necessário é ter bastante compreensão técnica para medir os benefícios que ela proporciona ao país com um produto que, sob a influência do capital estrangeiro teria o efeito nocivo de escravizar e empobrecer.

(Da Revista PETROBRAS.)

CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME EM 1956

"UMA SOLUÇÃO A PROVA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS — ESPANHOL"

TRADUZIR :

INFLUENCIA DEL TERRENO Y DEL CLIMA EN LAS OPERACIONES MILITARES"

Para acelerar la retirada será conveniente disponer de una red de caminos y sendas apropiadas, que los zapadores prepararán con antelación. Los caminos y sendas solo podrán ser utilizados durante el día si la aviación propia tiene el dominio local del espacio, de lo contrario deberá realizarse la marcha retrógrada a través del monte por líneas hábilmente preparadas; los caminos y sendas a seguir por cada unidad deben ser señalados con precisión. Las marchas de noche tienen menor endimimiento. Dada la estrechez de ciertos caminos y de las sendas conviene disponer una rigurosa disciplina de tránsito.

Para impedir o demorar la persecución desbordante del enemigo es necesario interceptarle todos los caminos y sendas que la faciliten. Las interceptaciones presentarán dificultades para ser rodeadas si junto a ellas grupos con armas automáticas y aún tropas mecanizadas contienen al adversario.

Si el comando ha resuelto resistir en una nueva posición, dependerá de la situación táctica, de sus intenciones y de la profundidad del manto arbóreo, que esta quede comprendida en el monte o fuera de él.

Una resistencia en el monte sólo es apropiada si la nueva posición tiene adelante un curso de agua de orillas despejadas sobre el cual se puedan efectuar fuegos de eficacia y obligue en consecuencia al enemigo a efectuar nuevos preparativos para el ataque y si la persecución desbordante ha sido contenida. En dicho caso se tratará de aumentar los obstáculos naturales del curso de agua y adoptar un dispositivo que permita la concurrencia de los fuegos de todas las armas sobre el mismo.

NOTA — Será levada em consideração a redação em português para a tradução em aprêgo.

VERTER :

NAPOLEÃO I nasceu em AJACCIO (Córsega) a 15 de agosto de 1769. Foi aclamado Imperador através de um plebiscito. Combateu com entusiasmo contra toda Europa coligada e suas admiradas tropas obtiveram, sem dificuldade, sob suas ordens, extraordinárias vitórias. Cem vezes abusou de seu valor, escolhendo os lugares mais expostos para, dos mesmos, sustentar o ardor dos combatentes. Quando a glória de sua onipotência parecia quase inextinguível, foi ele vencido em WATERLOO (Bélgica), no dia 18 de junho de 1815 e, ante seu próprio assombro, os ingleses o aprisionaram e o recolheram a SANTA HELENA, onde o surpreendeu a morte ao entardecer de 5 de maio de 1821.

"UMA SOLUÇÃO"

TRADUÇÃO :

"INFLUENCIA DO TERRENO E DO CLIMA NAS OPERAÇÕES MILITARES"

Para acelerar a retirada, será conveniente dispor de uma apropriada rede de caminhos e picadas — de antemão preparadas pelos sapadores. As estradas e picadas somente poderão ser utilizadas durante o dia caso nossa aeronáutica mantenha o domínio do ar na região, pois caso contrário, o movimento retrógrado deverá ser feito através do terreno boscoso e por linhas cuidadosamente preparadas; as estradas e picadas a serem percorridas por cada unidade devem ser assinaladas com precisão. As marchas à noite apresentam menor rendimento. Em virtude da estreiteza de certas estradas e das picadas, convém estabelecer uma rigorosa disciplina de trânsito.

Para impedir ou retardar a perseguição desbordante do inimigo, é necessário barrar-lhe todas as estradas e picadas que facilitem essa ação. Essas posições, que têm por objetivo barrar o passo ao inimigo, tornar-se-ão facilmente desbordadas se nelas forem dispostos grupos com armas automáticas e mesmo tropas mecanizadas.

Caso o comando resolva resistir em uma nova posição, seu estabelecimento no interior do terreno boscoso ou fora dele será função da situação tática, de suas intenções e da profundidade da vegetação.

Uma resistência no terreno boscoso somente será adequada se a ação desbordante houver sido contida e se a nova posição apresentar, à frente, um curso d'água de margens descobertas — sobre o qual possam realizar fogos eficazes, obrigando pois ao inimigo a levar a efeito novos preparativos para o ataque. No caso suposto — existência do curso d'água à frente da nova posição, dever-se-á, não só reforçar os obstáculos naturais nêle existentes, como adotar um dispositivo que permita concentrar sobre ele os fogos de todas as armas.

VERSÃO :

Napoleón I nació en Ajaccio (Córcega) en 15 de agosto de 1769. Fué aclamado Emperador por un plebiscito. Combatió con entusiasmo contra toda Europa coligada y sus admiradas tropas obtuvieron sin dificultad extraordinarias victorias bajo sus órdenes. Cien veces abusó de su valor, escogiendo los lugares más expuestos para desde ellos sostener el ardor de los combatientes. Cuando la gloria de su omnipotencia parecía casi inextinguible, fué vencido en Waterloo (Bélgica) el 18 de junio de 1815 y ante su propio asombro le apresaron los ingleses y le recluyeron en Santa Elena, donde le sorprendió la muerte al atardecer del 5 de mayo de 1821.

POTENCIAL ECONÔMICO DA BACIA PARANÁ-URUGUAI

Por JOSÉ Yamashiro

Os governadores dos sete estados integrantes da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás) acham-se neste momento interessados na realização da próxima Conferência de Governadores, cuja sede poderá ser Florianópolis ou Porto Alegre. Nos escritórios da sede da Comissão, em São Paulo, trabalha-se intensamente na organização do conclave, que deverá ser realizado em novembro.

A região da bacia, que é uma das mais importantes e certamente a mais rica do Brasil, mereceu da parte da referida Comissão alguns estudos fundamentais, indispensáveis para futuros planejamentos econômicos. A nossa reportagem se baseia em grande parte em documentos publicados pela CIBPU, especialmente *Condições Geográficas e Aspectos Geo-econômicos da Bacia Paraná-Uruguaí*, estudo elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, a pedido da Comissão citada.

Aproveitamento: Dos vários projetos de obras estudados pela Comissão destacam-se as usinas hidrelétricas de Urubupungá e Itaipura, cujos estudos estão sendo executados pela firma Edisonbrás S.A., subsidiária da Edison de Milão. Em conferência recentemente pronunciada no Instituto de Engenharia, o Engenheiro Cláudio Marcelo, diretor-técnico da Edison de Milão, expôs e discutiu as várias soluções preliminares estudadas para aproveitamento daquelas quedas excepcionais, por meio de uma ou duas barragens com usi-

nas independentes e sistemas de eclusas para assegurar a navegação entre o Alto Paraná e o Tietê.

Nas diferentes soluções apontadas, a potência aproveitável, apenas com regularização diária de descarga, varia de 905.000 a 1.450.000 kw, com produção de energia de 6.170.000.000 a 9.620.000.000 kwh.

O custo preliminar da primeira instalação em Urubupungá é sensivelmente inferior aos preços habituais de instalação dessa natureza. Segundo o Engenheiro Marcelo, o preço do quilowatt-hora instalado em Urubupungá é da ordem de Cr\$ 150, quando atinge a 12 cruzeiros nas instalações recentes de Donzère e Mondragon, na França, e tem tido um custo superior a seis cruzeiros nas mais econômicas instalações brasileiras.

Os estados-membros contribuem com verbas nunca menores do que 0,5 por cento das respectivas rendas estaduais para os trabalhos da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí. Todavia, dado o vulto dos trabalhos (muitos estudos fundamentais ainda estão por fazer), a Divisão de Planejamento, chefiada pelo Prof. Paulo Mendes da Rocha, procura concentrar seus esforços em determinados projetos que, pela sua importância econômica, merecem prioridade. Os estudos e projetos referentes às usinas hidrelétricas e à navegação fluvial incluem-se entre os primeiros que estão sendo atacados pela aludida divisão.

Para compreender bem a importância desses trabalhos, devemos conhecer, embora perfunctoriamente, os aspectos geo-econômicos

da Bacia. É o que tentaremos fazer nas linhas seguintes, baseados em grande parte no estudo realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Em sua conclusão sobre o estudo geográfico da região da Bacia do Paraná-Uruguaí, o Prof. Dirceu Lino de Mattos, presidente da Comissão de Estudo Geográfico da Associação dos Geógrafos Brasileiros, observa entre outras coisas:

● Do ponto de vista das condições naturais, a Bacia Paraná-Uruguaí define-se como um extenso planalto sedimentar, de relevo tabular, soerguido a altitudes moderadas e delimitado a leste pelo maciço cristalino da Serra do Mar e da Mantiqueira. O seu clima varia do tropical, de verão chuvoso e inverno seco, para o mesotérmico úmido, de verão ameno e inverno relativamente rigoroso.

A sua vegetação é caracterizada por duas paisagens dominantes: a de campos e a de matas. A paisagem de campos passa do tipo de campos limpos, no sul, para o de campos cerrados, no norte, com todas as gamas de transições determinadas por condições naturais e humanas.

● Do ponto de vista das condições humanas, a Bacia do Paraná-Uruguaí caracteriza-se: a) pelo seu contingente de imigrantes e seus descendentes, originando áreas com características técnico-culturais bem individualizadas (italianos e japoneses em São Paulo; eslavos no Paraná; alemães em Santa Catarina e Rio Grande do Sul); b) pelo predomínio de uma população essencialmente ligada às atividades rurais (agricultura, criação, extrativismo vegetal); c) pela grande mobilidade horizontal e vertical da sua população.

● Do ponto de vista da sua vida econômica é uma região de economia essencialmente agrícola e pastoril, aí compreendidas as formas de atividades ligadas à exploração florestal.

● Quanto aos problemas básicos por ela enfrentados e que exigem solução para que possa realizar plenamente o seu destino histórico, destacam-se, por ordem de prioridade:

1) Melhoria dos sistemas de circulação e transportes terrestres; 2) desenvolvimento do crédito agrícola através de novas modalidades que deverão ser cuidadosamente estudadas; 3) desenvolvimento eficiente duma campanha em favor da conservação dos recursos florestais e do solo, mediante a orientação da sua exploração econômica; 4) aproveitamento progressivo do potencial hidráulico da região; 5) sugerimos também que se promova uma política de irrigação, particularmente na porção central e setentrional da bacia (S. Paulo, Goiás e Mato Grosso).

A estiagem prolongada que caracteriza o clima dessas regiões afeta profundamente tanto as atividades agropastoris quanto a vida dos solos e a açudagem, com o respectivo equipamento de irrigação poderá compensar satisfatoriamente a insuficiência, não quanto ao volume, mas quanto à distribuição das chuvas.

Geografia: A rigor a bacia do Paraná-Uruguaí não constitui uma unidade geográfica. As zonas que a integram pertencem a quadros geográficos distintos. Sua orla setentrional é dominada pelo clima tropical e sua extremidade meridional por um tipo de clima que se avizinha do temperado sem inverno. As condições climáticas prevalentes, em cada um dos compartimentos, corresponde uma paisagem vegetal distinta. Ao norte, principalmente nos Estados de Goiás e Mato Grosso, ocorrem com grande predominância os cerrados e no sul, particularmente nas terras altas do Paraná e Santa Catarina, dominam as matas de araucárias. Os campos gerais constituem também uma feição particular da região sulina.

A paisagem topográfica do Triângulo Mineiro e sul de Goiás não lembra a do sul de Minas e ambas

não possuem aqueles traços que caracterizam a campanha gaúcha. O planalto paranaense, com sua sucessão de escarpas, distingue-se bastante do planalto paulista e este, pela movimentação de suas formas, opõe-se ao de Goiás.

Geologicamente a região constitui o domínio de imensos pacotes sedimentares enquadrados por formações cristalinas. Considerada a sua extensão geográfica, pode-se dizer que esta é uma região de geologia relativamente uniforme. As formações sedimentares constituídas por depósitos paleozóicos e mesozóicos são dominantes. Os terrenos cristalinos e cristalofiliares ocupam uma área relativamente modesta; sua principal zona de domínio correspondente ao sul de Minas e à orla oriental do planalto, em São Paulo e Paraná.

Uniformidade: Quanto aos solos a uniformidade é marcante; a bacia é dominada em sua quase totalidade por solos lateríticos. Ainda aqui, porém, não podemos perder de vista as nuances locais, dadas pela presença de solos azoais.

Do ponto de vista das suas condições humanas, as diversidades regionais são igualmente importantes. A uma área setentrional ainda fracamente povoada e ocupada por populações procedentes de outras regiões do país opõe-se a região com seus núcleos de povoamento mais ativos e sua população composta por escravos e germânicos. O Estado de São Paulo por sua vez, com apreciável densidade demográfica, representa, tanto do ponto de vista do seu meio físico quanto do seu meio humano, uma espécie de zona de transição entre ambos.

Esses aspectos refletem-se na ocupação e utilização da terra. A diversidade dessa utilização está ligada tanto às condições naturais quanto às condições históricas de povoamento.

A Serra do Mar impõe à economia regional um imenso tributo, cuja significação não pode ser desconhecida. Uma parte desse tri-

buto, porém, pode ser paga com a utilização da própria escarpa para a produção de energia elétrica, como no exemplo dado pela Light. Novas instalações desse tipo poderão ser criadas em outros pontos de São Paulo e Paraná. A utilização desse potencial a ser criado torna esta região um dos mais importantes centros de energia elétrica do mundo.

Navegação: Entretanto, a frequência de acidentes ao longo dos cursos de água aliada à orientação geral dos rios — correndo das proximidades da costa para o interior, ao contrário do que acontece em outras regiões — fizeram da Bacia Paraná-Uruguaí uma região pouco propícia ao desenvolvimento da navegação fluvial.

Os nossos rios, correndo do reverso continental da escarpa marítima para o interior, favoreceram o desenvolvimento de uma idéia mais simbólica que real de cursos de água convidando os homens para as grandes viagens de penetração continental. Na realidade, porém, as viagens por esses rios constituíram-se sempre em duras e penosas empreitadas. Os rios da bacia foram, em todas as épocas, vias de circulação medíocres, tanto para os homens quanto para as suas riquezas. Tão arrojadas, aliás, foram as viagens ao longo desses rios, que os feitos dos Bandeirantes ficaram gravados na história como verdadeiras epopéias.

Ora, rios que são vencidos somente à custa de feitos épicos não são rios que se prestem, economicamente, à livre circulação dos homens e das suas riquezas, diz o estudo realizado pela Comissão de Geógrafos da AGB.

O desenvolvimento de uma política de utilização do potencial hidráulico pelos Estados integrantes da bacia não constitui apenas uma providência desejável, mas sobretudo necessária para o desenvolvimento econômico da região, eis a conclusão da comissão citada, que entretanto não exclui as possibilidades de desenvolvimento da navegação local em diversas zonas da área em apêço.

Aliás, podemos informar que, não obstante as conclusões pessimistas dos geógrafos da Comissão, a Divisão de Estudos e Planejamentos da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai realiza intensos estudos sobre navegação fluvial. Conforme já tivemos ocasião de informar (Visão, 8 de julho de 1955), o grande sonho secular do Brasil de concretizar a intercomunicação do país pelo interior, seria possível pela ligação das bacias do Paraná, Paraguai e Araguaia (Amazonas) através da conexão dos Rios Miranda e Taquari.

Abrangendo áreas em que os processos histórico-geográficos do povoamento evoluíram de maneira muito distinta, a Bacia Paraná-Uruguai apresenta acentuados contrastes tanto na distribuição quanto nas suas densidades demográficas. Áreas densamente povoadas, com população rural numerosa e núcleos urbanos populosos, ficam ao lado de zonas fracamente povoadas e áreas ainda vazias de população.

A diversidade de aspecto apresentado pela distribuição espacial da população decorre de causas geográficas e históricas. As antigas áreas de matas apresentam maior adensamento demográfico que as áreas de campos e nestas são as áreas de campos limpos mais povoadas que as de campos cerrados. As áreas de campo, ligadas tradicionalmente à atividade pastoril, aparecem como zonas de fraca densidade e de grande dispersão da população. Exemplos: campanha gaúcha e campos de criação de Mato Grosso.

Recursos: Zonas praticamente despovoadas localizam-se na porção ocidental da bacia: extremo oeste de Santa Catarina e Paraná, região mato-grossense da bacia, sudoeste de Goiás e extensas áreas do Triângulo Mineiro. Trata-se de áreas ainda não atingidas pelas ondas de povoamento e, por isso, de áreas com recursos em potencial.

Na bacia, a zona mais importante pelo seu contingente populacional, localiza-se no planalto paulista, norte do Paraná, planalto sul-mineiro, noroeste do Rio Grande do Sul, vale do Rio Uruguai e vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina. As áreas de população menos densa e mais dispersa localizam-se na campanha gaúcha, planaltos catarinenses e paranaense, Triângulo Mineiro e sul de Goiás, seguindo-se-lhes as áreas fracamente povoadas de Mato Grosso e sudoeste de Goiás (nesta região a densidade é inferior a 1 habitante por quilômetro quadrado).

Um dos problemas mais agudos da nossa economia agrícola é o êxodo rural. O decréscimo da população rural é praticamente generalizada em toda a bacia. Apenas o noroeste do Rio Grande do Sul e sudoeste e norte do Paraná e as zonas da Alta Araraquarense e Noroeste mostram um acentuado aumento da população rural sobre a urbana, devido serem áreas de ocupação recente.

A região da Bacia Paraná-Uruguai é importantíssima para a economia nacional. Os maiores centros industriais do país ali se localizam (cerca de 70% da produção industrial do Brasil concentra-se na área). Quanto à produção agrícola atinge a 75% do total do país. A mesma região dispõe ainda de um enorme potencial hidráulico, calculado, segundo alguns técnicos, em mais de 50% do total brasileiro (energia elétrica instalada 67%). Em área cultivada alcança 67% do Brasil.

É também onde o sistema de transportes atingiu o maior desenvolvimento, dentro do relativo atraso em que se encontra o país neste particular.

Estradas de ferro e rodovias reclamam melhorias e expansão em diversas zonas, para atender ao rápido desenvolvimento da região. Os rios, por sua vez, devem ser aproveitados como vias de transporte, além de fontes de energia elétrica.

Caldas (MG), região citrícola de Limeira, região de produção de marmelo de Delfim Moreira, Passa Quatro, Virgínia, Itanhandu e Itajubá (MG).

● **Monocultura:** Áreas de produção de café em grandes fazendas e cana de açúcar para grandes usinas. Em São Paulo localizam-se nos espigões interfluviais do Tietê, Aguapé e Peixe, e no Paraná ocupam a região de terras roxas que se estende de Cambará para além de Apucarana.

Para o conjunto da bacia verifica-se que a irrigação é pouco praticada. Além de evitar os desastres agrícolas decorrentes de secas prolongadas, a técnica de irrigação constitui uma das armas na luta contra a exaustão do solo.

Entre os problemas agrários, o de crédito é considerado fundamental. Mais do que a saúde, a subnutrição e o impudismo são deficiência do crédito rural um dos fatores de decréscimo da produção agrícola.

A região agropastoril da Bacia Paraná-Uruguai constitui a mais importante do país pela área efetivamente utilizada e pelo volume e valor de produção. Nela está localizada a zona do café, produto básico da economia nacional. E nela se localizam ainda os principais centros de produção do mate e da uva. As áreas pastoris mais importantes do país também se encontram no interior da bacia, à qual pertencem, ainda, os principais centros de produção de carnes e de laticínios. Além desses produtos, é ainda principal ou importante produtora de algodão, arroz, batata inglesa, cana de açúcar, feijão, fumo, mandioca, milho.

Estas citações evidenciam a importância política e econômica desta região no quadro da economia nacional.

Localizam-se na região da Bacia do Paraná-Uruguai os mais importantes centros industriais do país, inclusive São Paulo, o maior cen-

tro industrial da América Latina. No Estado bandeirante situam-se ainda os centros industriais de Sorocaba, Jundiaí e Campinas. Também os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná são pontilhados de inúmeras cidades em que se pratica um tipo qualquer de atividade industrial. Infelizmente, numa rápida reportagem como esta não comporta exposição mesmo geral da vasta e variada produção industrial da área. Aliás, as estatísticas a respeito são muito incompletas e o próprio grupo da Associação dos Geógrafos Brasileiros que estudou os problemas econômicos da região para a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai reconhece essa falha.

A bacia é rica em jazidas minerais. Um dos trechos mais importantes das indústrias extrativas minerais está localizado no Estado de São Paulo, na zona de Apiaí, onde existem veios, contendo chumbo, zinco e cobre. As reservas de minérios de ouro aí existentes, com um conteúdo de 5 gramas por tonelada, são estimadas em 50.000 t.

Na região já se exploram minas de Agata e Ametista (região de Ibicui e Quarai, RS), Amianto (Andrelândia, MG), Apatita e Bauxita (Araxá, MG), Bauxita (Popo de Caldas, MG), Carvão (Tatuí, Cerquilha, Buri, SP; Curiúva, Ibaíti, Siqueira Campos, PR), Chumbo (Apiaí, Iporanga, SP), Cristal de Rocha (Cristalina, Go), Cromita (Piauí, MG), Cobre (Apiaí, Itapeva, SP), Cromo, (Piracanjuba, Go), Estanho (Mogi das Cruzes, SP; São João Del Rey, MG), Ferro (Ipanema, SP), Grafita (Itapeverica, SP), Magnetita (Parnaíba, SP), Manganês (Sororro, SP; S. João Del Rey, MG), Níquel (Liberdade, MG), Rutilo (Vales do Corumbá e São Marcos, Go), Talco (Ponta Grossa, PR), Tungstênio (Jundiaí, SP), Urânio (Popo de Caldas, São João Del Rey, MG), Xisto Betuminoso (São Marcos, Itati, PR), Zircônio

(Poços de Caldas, MG; São João da Boa Vista, SP) e Zinco (Apiaí, SP).

Madeira: Uma das riquezas da região — se bem que hoje esteja consideravelmente desfalcada — é a de madeiras. O destaque da exploração e da indústria madeireira do sul do Brasil decorre: 1) da proximidade de grandes mercados consumidores; 2) de melhores condições de transportes; 3) de condições climáticas favoráveis e, 4) existência de floresta relativamente homogênea e possuidora de madeiras de grande aceitação nos mercados nacionais e mundiais (araucária).

No tocante ao transporte terrestre, verifica-se uma relativa densidade ferroviária nas áreas de povoamento antigo de São Paulo e Minas e extrema rarefação nos demais Estados da bacia. Embora haja uma ligação direta entre São Paulo e Porto Alegre, essa estrada não desempenha realmente a função de elo entre essas duas regiões, pois o traçado e o equipamento dessa ferrovia são péssimos, resultando daí falta de eficiência e rapidez no transporte de mercadorias e passageiros. A construção do tronco principal sul, motivo de discussão, deverá sanar essa falha.

A região conta com densidade de rede rodoviária mais densa do que a de ferrovias. Porém as estradas que permitem um tráfego regular e seguro em todas as épocas do ano são poucas. A política de pavimentação de estradas é de data recente e não há dados para precisar a extensão das rodovias pavimentadas na Bacia Paraná-Uruguaí.

O transporte aéreo desempenha papel cada vez mais crescente, devido à extensão geográfica do país. São Paulo aparece como o mais importante centro de ligação aérea entre as diferentes regiões da bacia. Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre mantêm relações apenas parciais com as áreas que lhe são política ou economicamente subordinadas.

No sistema de transporte os portos figuram como fatores deci-

sivos. Santos — o mais importante e o melhor equipado da região —, Paranaguá, São Francisco, Itajaí, Imbituba, Laguna, Florianópolis, Porto Alegre e Rio Grande são portas de acesso para o comércio internacional ou de cabotagem.

Potencial: "Se a energia é a base da civilização e a base do poder econômico duma região ou país, a Bacia do Paraná-Uruguaí está fadada a ser o núcleo econômico mais importante da América Latina. Para tanto, a região aguarde somente a decisão dos que a povoam. A quantidade, o potencial e a distribuição geográfica das quedas d'água na extensa área da bacia justificam as afirmações que acabamos de fazer. A bacia possui 49,8% do potencial hidráulico do Brasil. Essa cifra, todavia, refere-se à chamada região sul, formada por São Paulo e os três Estados sulinos. Se considerarmos o sul de Minas e o Triângulo Mineiro (região leste), os Estados de Goiás e Mato Grosso (região centro-oeste), em suas áreas pertencentes à Bacia Paraná-Uruguaí, essa participação ultrapassa de muito 49,8% (55%, segundo Lens César)."

Estas observações feitas pela Comissão de Estados da AGB demonstram a importância da região em apêgo quanto ao seu potencial hidráulico. Os governos de S. Paulo e R. G. do Sul já planejam e realizam obras hidrelétricas de vulto.

Com uma população que se estima em cerca de 29 milhões de almas, a Bacia Paraná-Uruguaí representa uma área vital para a economia nacional, como ficou exposto nas rápidas informações acima.

O trabalho da Comissão Interstadual, de estudar e planejar o desenvolvimento conjugado da grande região, deve, pois merecer maior atenção da parte da opinião pública. As injunções de ordem política não devem influir nelas senão como fator positivo e construtivo, e não como causa desagregadora e destrutiva, como acontece com frequência.



BRASÍLIA, O PROJETO VENCEDOR

LÚCIO COSTA

(Transcrito da "Revista Brasília")

"... José Bonifácio, em 1823, opõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de Brasília".

Desejo inicialmente desculpar-me perante a direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação mária do partido aqui sugerido para a nova Capital, e também justificar-me.

Não pretendia competir e, na verdade, não concorro, — apenas me apresento com um conselho de uma solução possível, que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta. Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples *maquis* no desenvolvimento da idéia apresentada senão eventualmente, na qualidade de mero consultor. E se procedo assim cãndidamente é porque me compareço num raciocínio igualmente simplório; se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da es-

pontaneidade original, ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida; se o não é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido o meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.

A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa d'ele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como, no entender de cada concorrente, uma tal cidade deve ser concebida.

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de pre-encher satisfatoriamente sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civí-*

tas, possuidora dos atributos inerentes a uma Capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuido de uma certa dignidade e nobreza de intenção, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual capaz de tornar-se, com o tempo, além do centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.

Dito isto, vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução:

1 — Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dêle toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz.

2 — Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada.

3 — E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária — inclusive a eliminação dos cruzamentos — à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatória — tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local, e dispondo-se ao longo desse eixo o grosso dos setores residenciais.

4 — Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais, e, por fim, a estação fer-

roviária, foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do eixo transversal que passou assim a ser o eixo monumental do sistema. Lateralmente à interseção dos dois eixos, mas participando funcionalmente e em termos de composição urbanística do eixo monumental, localizaram-se o setor bancário e comercial, o setor dos escritórios de empresas e profissões liberais e ainda os amplos setores do varejo comercial.

5 — O cruzamento desse eixo monumental, de cota inferior, com o eixo rodoviário-residencial impôs a criação de uma grande plataforma liberta do tráfego que não se destine ao estacionamento ali, remanso onde se concentrou logicamente o centro de diversões da cidade, com os cinemas, os teatros, os restaurantes, etc.

6 — O tráfego destinado aos demais setores prossegue, ordenado em mão única, na área inferior coberta pela plataforma e entalada nos dois topos mas aberta nas faces maiores, área utilizada em grande parte para o estacionamento dos veículos e onde se localizou a estação rodoviária interurbana, acessível aos passageiros pelo nível superior da plataforma. Apenas as pistas de velocidade mergulham, já então subterrâneas, na parte central desse piso inferior que se espraia em declive até nivelar-se com a esplanada do setor dos ministérios.

7 — Desse modo e com a introdução de três trevos completos em cada ramo do eixo rodoviário e outras tantas passagens de nível inferior, o tráfego de automóveis e ônibus se processa tanto na parte central quanto nos setores residenciais *sem qualquer cruzamento*. Para o tráfego de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo com cruzamentos sinalizados mas sem cruzamento ou interferência alguma com o sistema anterior, salvo acima do setor esportivo, o que acede aos edifícios do setor comercial ao nível do subsolo, contornando o centro cívico em cota inferior, com galerias de acesso previstas no terrapleno.

8 — Fixada assim a rede geral de tráfego automóvel, estabeleceram-se

to nos setores centrais como nos sidenciais, tramas autônomas para trânsito local dos pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão, em contendo levar tal separação a tremos sistemáticos e antinaturais não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser inimigo inconciliável do homem, mesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família. Ele só se desumaniza, readquirindo *vis-a-vis* pedestre feição ameaçadora e estilo, quando incorporado à massa anônima do tráfego". Há então que pará-los, mas sem perder de vista e em determinadas condições e para comodidade recíproca, a coexistência se impõe...

9 — Veja-se agora como nesse arbougo de circulação ordenada se integram e articulam os vários setores.

Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no ângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. Criou-se então um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na rampina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa da autoestrada que conduz à residência e ao aeroporto. Em cada ângulo dessa praça — Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se — localizou-se uma das casas, ficando as do governo e do Supremo Tribunal Federal na base, a do Congresso no vértice, e a frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num semicírculo de terraço, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente revestido de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação em termos modernos, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma fase monumental imprevista. Ao longo dessa esplanada — o Mall, dos ingleses, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e auxílios. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos superiores, contíguos ao edifício do

Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em sequência — todos com área privativa de estacionamento — sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor este também contíguo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital de Clínicas, e onde também se prevê a instalação do Observatório. A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, principalmente, por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam.

10 — Nesta plataforma onde, como se viu anteriormente, o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Time Square e Champs Elysées). A face da plataforma debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos ministérios, não foi edificada com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. Na face frontal foram concentrados os cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme constituindo assim o conjunto deles um corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame. As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da Rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou de galerias cobertas (arcades) e articuladas a pequenos

pátios com bares e cafés, e "log-gias" na parte dos fundos com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão. O pavimento térreo do setor central desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vazado em toda a sua extensão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva, e os andares se previram envidraçados nas duas faces para que os restaurantes, clubes, casas de chá, etc., tenham vista de um lado para a esplanada inferior, e do outro para o aclave do parque no prolongamento do eixo monumental e onde ficaram localizados os hotéis comerciais e de turismo, e mais acima, para a torre monumental das estações radioemissoras e de televisão, tratada como elemento plástico integrado na composição geral. Na parte central da plataforma, porém, disposto lateralmente, acha-se o saguão da estação rodoviária com bilheteria, bares, restaurantes, etc., construção baixa, ligada por escadas rolantes ao "hall" inferior de embarque separado por envidramento do cais propriamente dito. O sistema de mão única obriga os ônibus, na saída, a uma volta, num ou noutro sentido, fora da área coberta pela plataforma, o que permite ao viajante uma última vista do eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário-residencial, — despedida psicologicamente desejável. Previram-se igualmente nesta extensa plataforma destinada principalmente, tal como no piso térreo, ao estacionamento de automóveis, duas amplas praças privativas dos pedestres, uma frente ao teatro da Ópera e outra, simetricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçado sobre os jardins do setor cultural e destinado a restaurante, bar e casa de chá. Nestas praças, o piso das pistas de rolamento, sempre de sentido único, foi ligeiramente sobrelevado em larga extensão, para o livre cruzamento dos pedestres num e noutro sentido, o que permitirá acesso franco e direto tanto aos setores do varejo comercial quanto ao setor dos bancos e escritórios.

11 — Lateralmente a esse setor central de diversões, e articulados a ele, encontram-se dois grandes núcleos destinados exclusivamente ao comércio — lojas e "magazins", e dois setores distintos, o bancário-comercial, e o dos escritórios para profissões liberais, representações e empresas, onde foram localizados, respectivamente, o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos. Estes núcleos e setores são acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento, e dispõem de autoportos para estacionamento em dois níveis, e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central. No setor dos bancos, tal como no dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa ala térrea com sobreloja de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma sequência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias. Dois braços elevados da pista de contorno permitem, também aqui, acesso franco aos pedestres.

12 — O setor esportivo, com extensíssima área destinada exclusivamente ao estacionamento de automóveis, instalou-se entre a praça da Municipalidade e a torre radioemissora, que se prevê de planta triangular com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos "studios" e mais instalações, e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura. De um lado o estádio e mais dependências tendo aos fundos o Jardim Botânico; do outro, hipódromo com as respectivas tribunas e vila hípica e, contíguo, o Jardim Zoológico, constituindo estas duas imensas áreas verdes, simetricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que os pulmões da nova cidade.

13 — Na praça Municipal, instalaram-se a Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública. A penitenciária e o hospício, conquanto afastados do centro urbanizado, fazem igualmente parte deste setor.

14 — Acima do setor municipal foram dispostas as garagens da viação urbana, em seguida, de uma banda e de outra, os quartéis e numa larga faixa transversal o setor destinado ao armazenamento e à instalação das pequenas indústrias de interesse local, com setor residencial autônomo, zona esta rematada pela estação ferroviária e articulada igualmente a um dos ramos da rodovia destinada aos caminhões.

15 — Percorrido assim de ponta a ponta esse eixo monumental, vê-se que a fluência e unidade do traçado, desde a praça do Governo até à praça Municipal não exclui a variedade, e cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo plásticamente autônomo na composição do conjunto. Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental localizado sem prejuízo do desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo.

16 — Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem. Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas

livres previstas no interior das próprias quadras.

Dentro destas "superquadras" os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra.

Ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras a instalação de garagens, oficinas, depósitos do comércio em grosso, etc., e reservando-se uma faixa de terreno, equivalente a uma terceira ordem de quadras, para floricultura, horta e pomar. Entaladas entre essa via de serviço e as vias do eixo rodoviário, intercalaram-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma, ora por outra, e onde se localizaram a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro, disposto conforme a sua classe ou natureza.

O mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de feragens, etc., na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, cabeleireiros, modistas, confeitarias, etc., na primeira seção da faixa de acesso privativa dos automóveis e ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina. As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contigua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando assim as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só.

Na confluência das quatro quadras localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema a fim de torná-lo acessível a quem proceda de

outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude, com campo de jogos e recreio.

17 — A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaiçadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alamêda, de acesso autônomo e via de serviço para o tráfego de caminhões comum às quadras residenciais. Essa alamêda, por assim dizer, privativa do bairro das embaiçadas e legações, se prevê edificada apenas num dos lados, deixando-se o outro com a vista desimpedida sobre a paisagem, exceituando-se o hotel principal localizado nesse setor e próximo do centro da cidade. No outro lado do eixo rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação. E, seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população.

18 — Previram-se igualmente setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira para que as casas construídas nos lotes de topo se des-

taquem na paisagem, afastadas umas das outras, disposição que ainda permite acesso autônomo de serviço para todos os lotes. E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas, de alto padrão arquitetônico — o que não implica tamanho — estabelecendo-se porém como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional de tais concessões.

19 — Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão e grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação.

20 — Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intata, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água. O Clube de Golfe situou-se na extremidade leste, contíguo à residência e ao hotel, ambos em construção, e o Iate Clube na enseada vizinha, entremeados por denso bosque que se estende até à margem da represa, bordada nesse trecho pela alamêda de contorno que intermitentemente se desprende da sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredo. Essa estrada se articula ao eixo rodoviário e também à pista autônoma de acesso direto do aeroporto ao centro cívico, por onde entrarão na cidade os visitantes ilustres, podendo a respectiva saída processar-se, com vantagem, pelo próprio eixo rodoviário-residencial. Propõe-se, ainda, a localização do aeroporto definitivo na área interna da represa, a fim de evitar-lhe a travessia ou o contorno.

21 — Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental distribuindo-se a cidade em metades Norte e Sul; as

quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e finalmente o número do apartamento na forma usual, assim, por exemplo, N-Q3-L ap. 201. A designação dos blocos em relação à entrada da quadra deve seguir da esquerda para a direita, de acordo com a norma.

22 — Resta o problema de como dispor do terreno e torná-lo acessível ao capital particular. Entendo que as quadras não devem ser loteadas, sugerindo, em vez da venda de lotes a venda de quotas de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito, a fim de não entrar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras. Entendo também que esse planejamento deveria de preferência anteceder a venda das quotas, mas nada impede que compradores de um número substancial de quotas submetam à aprovação da Companhia projeto próprio de urbanização de uma determinada quadra, e que, além de facilitar aos incorporadores a aquisição de quotas, a própria Companhia funcione, em grande parte, como incorporadora. E entendo igualmente que o preço das quotas, oscilável conforme a procura, deveria incluir uma parcela com taxa fixa, destinada a cobrir as despesas do projeto, no intuito de facilitar tanto o convite a determinados arquitetos como a abertura de concursos para a urbanização e edificação das quadras que não fôssem projetadas pela Divisão de Arquitetura da própria Companhia. E sugiro ainda que a aprovação dos projetos se processasse em duas etapas, — anteprojeto e projeto definitivo, no intuito de permitir seleção prévia e melhor controle da qualidade das construções.

Da mesma forma quanto ao setor do varejo comercial e aos setores bancários e dos escritórios das empresas e profissões liberais, que de-

veriam ser projetados previamente de modo a se poderem fracionar em subsetores e unidades autônomas, sem prejuízo da integridade arquitetônica, e assim se submeterem parceladamente à venda no mercado imobiliário, podendo a construção propriamente dita, ou parte dela, correr por conta dos interessados ou da Companhia, ou ainda, conjuntamente.

23 — Resumindo, a solução apresentada é de fácil apreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não exclui, conforme se viu, a variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigências de aparência contraditória. E assim que, sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo deramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamentos, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre. E por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro, rodovia que poderá ser construída por partes, — primeiro as faixas centrais com um trevo de cada lado, depois as pistas laterais, que avançariam com o desenvolvimento normal da cidade. As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios. De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins.

Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade-parque. Sonho arqui-secular do Patriarca.

O NOVO DIRETOR DO HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

ASSUMIU SUAS NOVAS FUNÇÕES O DR. GENYSON AMADO, QUE VINHA DIRIGINDO A DIVISÃO MÉDICO-HOSPITALAR DO IPASE

Nomeado pelo Sr. Paiva Muniz, presidente do IPASE, para substituir o Dr. Pedro Nava, exonerado a pedido, assumiu suas novas funções como diretor do Hospital dos Servidores do Estado o Dr. Genyson Amado.

O NOVO DIRETOR

Ex-diretor do HSE, o Dr. Genyson Amado exercia até agora o cargo de chefe da Divisão Médico-Hospitalar do Departamento de Assistência do IPASE, pertencendo ainda ao quadro efetivo de funcionários da Autarquia.

É autor de trabalhos sobre administração e organização hospitalar, tendo representado o IPASE e outras entidades em congressos médicos no exterior.

Nos próximos dias terá reeditado um estudo seu sobre planejamento de hospitais que lhe valeu elogiosas referências de revistas e entidades médicas estrangeiras.

A POSSE

A cerimônia de posse do Dr. Genyson Amado se realizou no gabinete do presidente do IPASE, seguindo-se a transmissão do cargo no Hospital dos Servidores do Estado. Recebeu ainda o novo diretor do HSE uma manifestação dos funcionários do Departamento de Assistência, tendo falado o diretor do Departamento Dr. Salvador Ferreira França Júnior.

No IPASE discursou de improviso o Sr. Paiva Muniz, que lamentou a exoneração do Dr. Pedro Nava e saudou o Dr. Genyson Amado, ressaltando-lhe as qualidades funcionais já demonstradas em muitos anos no IPASE. No HSE falaram o Sr. Paiva Muniz, Dr. Nestor Cerveira, em nome do Dr. Pedro Nava; o Dr. Pedro Abdala, em nome da Associação dos Servidores do HSE e o Sr. Jesus Neves Ribeiro, chefe do Serviço do Pessoal do IPASE.

Agradecendo aos oradores, o Dr. Genyson Amado fez um relato de suas realizações quando pela primeira vez diretor do HSE e uma síntese de seus planos administrativos futuros.

CARTA DO SR. PAIVA MUNIZ

O presidente do IPASE enviou a seguinte carta ao Dr. Pedro Nava, numa demonstração de apreço pelos relevantes serviços que aquele médico prestou ao IPASE, quando diretor do HSE:

"Tenho em mãos a sua carta de 6 do corrente, tão cordial quanto atenciosa, através da qual o caro amigo me solicita exoneração do cargo de Diretor do Hospital dos Servidores do Estado, por ter sido convidado pelo Exmo. Sr. Presidente da República para o desempenho de outra comissão.

É claro que diante de motivos tão poderosos — e tão lealmente expostos — vejo-me forçado a conceder o que me pede.

Vejo-me forçado é bem o termo, pois se o faço é com o desprazer e, posso mesmo declarar, com aquela espécie bem explicável de egoísmo contrariado que se apodera de todos os que, colocados na cúpula de uma administração pública, apoiados num trabalho de "equipe", vêem-se inesperadamente privados de uma colaboração como a sua, caracterizada pelas mais invulgares qualidades de clareza, cultura, justiça e senso do dever. A perda é, sem dúvida, muito grande.

Consola-me, apenas, o pensamento de que o próprio motivo invocado no seu pedido significa mais uma prova do reconhecimento dos seus méritos pessoais, e intelectuais — vindo, como vem, do eminente Chefe do Governo.

Nada me tem a agradecer o ilustre e prezado amigo. A mim é que cabe expressar estes sentimentos. E não somente a mim, como, sobretudo, ao IPASE, e em particular ao HSE aos quais o amigo serviu com tanto brilho e tanta eficácia, imprimindo à sua passagem nessa Casa o zelo do perfeito Administrador.

Despedindo-me do colaborador direto e não do Amigo constante, agradeço-lhe os bons votos formulados e os retribuo tendo em vista a nova e honrosa missão que lhe foi confiada."

AGÊNCIA DE PASSAGENS BORBUREMA



EMPRESA VIAÇÃO NORDESTINA

WALFREDO RÉGIS

TRANSPORTES DE PASSAGEIROS - ÔNIBUS CONFORTÁVEIS E RÁPIDOS

RIO — NORDESTE

MINAS - BAHIA - PERNAMBUCO - PARAÍBA - R.G. NORTE - CEARÁ
CAMPO DE SÃO CRISTÓVÃO, 11 - TEL. 34-5619 — RIO DE JANEIRO

MONUMENTO AO EXPEDICIONÁRIO DO BRASIL

ante multidão, na manhã de 16 de junho, assistiu ao desenrolar dos atos programados — Consagradoras homenagens à FEB — O povo testemunha o seu aprêço ao Marechal Mascarenhas de Moraes — Um instante pungente de saudade — Palmas e flôres para os "pracinhas" desaparecidos na II Guerra Mundial — Os discursos oficiais — Brilhante desfile aéreo e militar encerrou as solenidades

As manifestações do mais intenso entusiasmo cívico, Porto Alegre inaugurou, na manhã de 16 de junho, o monumento ao Expedicionário.

Desde cedo, começou a afluir ao local o povo que Farroupilha, face voltada para a Avenida José Bonifácio, pôde ver vindo de todos os bairros da cidade, ao mesmo tempo que os corpos, e as unidades militares, as bandas e o coro orfeônico, iam tomando os lugares que lhes estavam destinados no local das cerimônias.

Nessa clara manhã banhada por um sol radiante, o quadro que se ia formando era festivo e imponente, em só tempo. O céu, de um azul profundo e límpido, oferecia ao Monumento, talhado em belíssimo granito branco do Rio Grande do Sul, o adequado contraste que lhe ressaltava a pureza das linhas, a harmonia dos volumes, a majestade do conjunto. Bandeiras desfraldadas por toda a parte ondulavam sob a brisa leve, por sobre milhares de flâmulas que as crianças das escolas agitavam no ar, impacientes de alegres.

A partir das 9 horas, começaram a chegar as autoridades e convidados especiais. Destacava-se a presença da Associação dos Ex-Combatentes da FEB, tendo à sua frente o Dr. Sadi Fischer, seu Presidente e General da Reserva do Exército. Os ex-pracinhas traziam suas condecorações e ocuparam o local especial, à frente do Mo-

numento, distinguidos pelos aplausos e por calorosas demonstrações de simpatia do público.

• •

Precisamente às 9,20 horas chegou ao local, já tomado por verdadeira multidão, o Marechal Mascarenhas de Moraes, Comandante da Força Expedicionária Brasileira e que ostentava ao peito suas valiosas condecorações. — Acompanhado de sua Exma. esposa, Dona Adda Brandão Mascarenhas de Moraes, foi o ilustre militar recebido com grandes homenagens que traduziram, em seu calor e eloquência, a estima e a admiração que lhe vota o nosso povo. As palmas e vivas voltaram a estrugir quando o Marechal Mascarenhas de Moraes apareceu no palanque oficial, ladeado pelo Governador do Estado, Eng. Ildo Meneghetti, e pelo General Jaime de Almeida, Comandante do III Exército. Denotando a mais viva emoção, o Comandante da FEB agradeceu, com gestos, aquela carinhosa recepção.

As 9,30 horas, instante fixado para início de cerimônia, o palanque oficial encontrava-se repleto, e o público espraia-se pelo Parque Farroupilha e pela Avenida José Bonifácio, em torno ao soberbo marco de granito e bronze, cujos grupos escultóricos e placas comemorativas se encontravam cobertas por grandes faixas de seda com as cores nacionais.

Ocupando a tribuna reservada aos oradores, o Prof. Edgar Luiz Schneider, a convite da Comissão Executiva, iniciou as solenidades, pronunciando o discurso oficial de oferta do Monumento ao Expedicionário.

A ORAÇÃO DO PROFESSOR EDGAR SCHNEIDER, EM NOME DA COMISSÃO EXECUTIVA

Oferecendo à Capital do Estado, em nome da Comissão Executiva, o Monumento ao Expedicionário, assim falou o Prof. Edgar Schneider: "Fala muito alto, neste monumento, o símbolo da vitória, ao termo de luta cruenta e procelosa. Superada que foi, numa voragem cruciante, não admira, pois, que ao ato de justiça, expresso neste duplo arco de triunfo, se associe o júbilo cívico do povo, que o festeja. Com efeito entre o entusiasmo e a cooperação de todos, em meio da intrepidez e da abnegação da Força Expedicionária, o Brasil viveu e sublimou, em pleno curso da segunda conflagração, a epopeia grandiosa, que agora se perpetua.

BRASIL — O LIBERTADOR DE POVOS

Quando se remonta a esse conflito mundial, não se duvida do acerto que, então, moveu a nossa Pátria. Antes que uma inspiração fugaz, foi a tradição que a conduziu nos acontecimentos, que esbraseavam as consciências e avigoravam as energias. Entrando a grande guerra, é evidente que a Nação o fez conscia de seus deveres, fiel a si mesma e sem disputar interesses. Daí a limpidez da atitude, que assumiu e fala ao orgulho de todos nós.

Mas, sobravam ao nosso país os antecedentes nos quais se louvar. Coubera ao Brasil erigir, muito cedo, a paz e o arbitramento em apanágio da política exterior. Nunca se envolveu em guerra de conquista, que tanto o realçaram a do Paraguai e as intervenções no Rio da Prata. Incruenta foi a demarcação de suas fronteiras, em cuja diligência optou pelo laudo interna-

cional da arbitragem. São disso testemunho o Amapá e as Missões. Jamais consentiu, também, em usurpação do território, embora pudesse transigir, como o fez em relação ao caso do Acre, após uma série de honrosas negociações, presididas pelo gênio diplomático de Rio Branco e nas quais teve magistral atuação a figura apostolar de Assis Brasil.

Diante dessa política internacional, pautada pela lealdade e pelo desinteresse, não estranha que o General Bartolomé Mitre chamasse ao Brasil de "vencedor de tiranos e libertador de povos", sem mesmo reivindicar hegemonias, mercê de intransigente e proverbial pacifismo.

Realmente, vários e memoráveis são os textos que, em nosso país, inscreveram os meios pacíficos, à feição de roteiro nas esferas internacionais. A todos sobressaiu a prescrição do primeiro estatuto republicano, que os subsequentes apenas revigoraram. Dessarte, se explica que enviasse uma embaixada à Segunda Conferência da Paz, em cujo plenário Rui Barbosa propugnou, entre outras garantias, uma magistratura capaz de prevenir os conflitos armados.

Mas, não obstante todas as nações então reconhecerem, de modo solene, o princípio do arbitramento, como obrigação, é certo que, volvidos sete anos, rebentava uma nova guerra que, a breve trecho, conflagraria o universo civilizado.

Dois decênios após, outra convulsão ainda havia de surgir, que culminou no atentado de Pearl Harbour, arvorado em supremo desafio à América livre. Sensível a seus vínculos continentais, como o fora quando da primeira, não tardou que nosso país rompesse suas relações com a Alemanha, a Itália e o Japão. Decorridos apenas alguns meses, já os submarinos fascistas torpedeavam, no lapso de dois dias e a pouca distância de Sergipe, cinco navios mercantes, sob o pavilhão brasileiro. Em consequência disso, morriam centenas de patrióticos nossos absolutamente inertes, inclusive crianças.

A CAMINHO DA GUERRA

Dessarte, resolvia-se a interferência imediata e direta do Brasil nas operações de beligerância, que não favoreciam, através de vitórias espetaculares, os países do Eixo.

Mas, logo que anunciada, a abertura do voluntariado assinalou-se pela afluência mais impressionante, pois não houve uma só região do país que deixasse de concorrer à formação da Força Expedicionária. Outro modo não se explica que a integresse uma juventude entusiasmada e galharda, que requintava em sensibilidade patriótica. Ameaçada estava a civilização nos seus atributos substanciais — a liberdade e a Justiça, em cuja defesa não podia, com efeito, vacilar uma nação, que sempre as tivera em ponto de honra.

A custo se imaginara uma emulação igual, que oscilava entre a impavidez e o devotamento da mocidade, atenta ao apelo da Pátria, afrontada nos seus bríos e a a discriminação dos corsários nas suas águas territoriais. Mas, a contribuição em serviços não conheceu idades, que todas a prestaram, sem esmorecimentos nem preferências. Revelou-se ao Brasil, nessa hora trágica, a sua unidade cívica, sobranceira à divisão de crenças, de classes e de partidos.

Graças a essa identidade militante, um só pensamento afoitava os espíritos, arrebatados pela causa comum, que consistia em vencer as forças da agressão e da conquista. Exército, Armada e Aviação, todos os arsenais e todos os valores humanos, reuniram-se e congregaram-se, visando a desagrar a honra nacional, salvar as nações oprimidas e restituir todas ao convívio entre os povos livres.

Nesse empenho glorioso, assim de civis como de militares, em plena guerra total, os esforços e os recursos do Brasil não depararam limites, pois que todos timbravam em estimar, como insuperáveis, os benefícios da paz e cooperação internacionais.

Semelhante convicção já se enraizara entre os aliados, depois que

a bafejara, em termos explícitos, a famosa Carta do Atlântico, onde se acenava com uma organização de após-guerra, estribada em "largo e seguro sistema de segurança geral", resultante da igualdade jurídica das nações, que Rui Barbosa vitoriosamente sustentara em Haia.

Mas, antes que isso fôsse possível, um longo caminho havia que percorrer. Depois de assegurada a defesa das Américas, através do aparelhamento militar do Nordeste, abria-se nas costas do Mediterrâneo um novo campo ao concurso do Brasil.

Terminados seus preparativos, embarcou nosso primeiro escalão, a que se seguiram os demais. Vencida a distância, que o separava da Europa, estava o Brasil presente ao cenário, onde mais árdua se fazia a luta e o inimigo concentrava seus maiores recursos, integrando a poderosa Linha Gótica. Apesar dessas circunstâncias, que o facies geográfico exacerbava, recrudescendo o denodo da Força Expedicionária, sob o comando do glorioso Marechal Mascarenhas de Moraes, assessorado por um escol de oficiais brasileiros.

IDEALISMO E BRAVURA

Dentro da península itálica, a ruína das posições alcantiladas dos Apeninos, entregaram-se os expedicionários aos avanços perigosos e às pugnas encarniçadas, que se rememoraram entre um misto de emoção e de ufania. Sob um clima estranho e em meio às dificuldades do acesso, persistiram a coragem e o devotamento que outros, talvez, não tivessem já afastados de suas condições nativas. Sem embargo disso, as legiões brasileiras culminaram em lances heróicos, que realçaram o idealismo e a bravura de seus soldados.

Sem dúvida, tiveram seus revezes, como os têm todos os exércitos em campanha. Mas, é certo que compensaram, em muito, os seus triunfos, nos quais arrostraram todos os sacrifícios, numa epopéia de sangue e de glórias.

Encetadas as primeiras operações do Vale do Serchio, não mais cessaram, senão a curtos intervalos, os seus prêlios, a caminho da vitória. Ficara assim evidenciada a dupla capacidade ofensiva e defensiva da Divisão Brasileira, que se atestou com o inimigo em várias frentes. Caracterizaram-se diversamente os sucessivos ataques: nuns foi dominante a orientação tática; noutros sobressaiu o aspecto sangrento, enquanto foi comum a todos, entre os expedicionários, a combatividade e o destemor.

Muitas foram as missões, em cujo desempenho, oficiais e soldados, se assinalaram pela audácia e pelo desapego, bem como muitas as operações, que se efetuaram, dias a fio, sob intenso fogo de metralhadoras e morteiros. Estão neste caso e lembradas o são neste monumento: Camaiore, Monte Prano, Monte Valimona, Barga, Galicano, São Quirino, que sobrelevaram ao longo da primeira fase: verificaram-se a seguir, em pleno curso invernal, as operações de defensiva nos Monte Belvedere, Castelo, Vale de Marano, Torre de Nerone, Soprasso e Castelnuovo de Vergato; e, afinal, as jornadas de Montese, que teve 426 baixas em quatro dias, Zocca, Collecchio e Fornovo de Taro, que produziu a rendição da 148ª Divisão Alemã, parte duma divisão Panzer e remanescentes duma divisão de Bersagliere, ou seja ao todo 14.779 prisioneiros, entre os quais um general germânico e outro italiano.

Vários combates, notáveis pela intrepidez e surpreendentes pelo desfecho, realizaram-se sem apoio aéreo e preparação da artilharia. Enquanto noutros as previsões desceram às minúcias, aglutinando todas as armas, que agiram em concerto uníssono e persistente até ao desbarato do exército inimigo. Foi o que agigantou a tomada de Castelo — o monte fantasma, em cujo espigão os expedicionários hastearam, ao cabo de sangrentas investidas, o pavilhão do Brasil, como a maior vitória, dentre os marcos radiosos, cuja sequência apenas cessou

quando a paz arraiava os horizontes, assegurando ao mundo o ocaso de seus sacrifícios.

SEM ÓDIOS NEM VINDÍCIAS

São feitos que devem servir de emulação entre as gerações futuras. Recontá-los nas escolas e evocá-los nas comemorações nacionais é revigorar um idealismo que assentou sobre a solidariedade e a coesão, como pilares da mais nobre cruzada humana. Não se quisera um testemunho mais expressivo que as condecorações outorgadas pelo Alto Comando Americano, em sinal de reconhecimento de suas ações, a vários soldados e oficiais da Divisão Brasileira.

Afinal, encerradas as hostilidades, couberam ainda às tropas brasileiras os encargos da ocupação militar. Assim o fizeram, mantendo perfeita harmonia com a população civil, sob um ambiente que redundou em maior prestígio da própria Força Expedicionária. Neste sentido, seus integrantes souberam, de fato, granjear a admiração e a estima de todos, sem quebra da disciplina e mútuo respeito.

Consequentemente, pela magnitude da contribuição, que prestou, o Brasil sobremaneira serviu ao orbe civilizado, em cujo seio passou a constituir também, uma unidade ponderável. Tanto o mostrou pela dignidade e valor, pela constância e altivez, pela dedicação e heroísmo. Dêsse modo, conduziu-se através da guerra e dela saiu, sem ódios e sem vindícias, deixando em solo estrangeiro, onde se cobriu de louros, as cinzas de seus bravos redivivos. É a planura de Pistóia, em cuja terra todos repousam, a recordação em miniatura da mais sublime arrancada humana.

Antes que passageira, foi realmente duradoura, a causa da campanha esposada pelo Brasil, que outra não apontam os séculos senão a liberdade, como baluarte comum aos povos fortes e independentes.

Unido a todos pelo destino, outra atitude não estava, pois, reservada ao Brasil senão acompanhar as nações que se opunham aos agressores macabros nas suas am-

ções e truculentos nos seus processos. Dai porque a segunda grande guerra, que tanto se dilatou, não se propunha apenas liquidar a mística totalitária, como garantir o universo atabalhado a restauração da paz e concórdia internacionais — a sementeira regada pelo sangue da mais cruel hecatombe.

Dêsse modo se explica que a reação liberal interessasse os vários continentes e convergissem a extirpar o nefasto sistema político, onde quer que florescesse, como esteio da humilhação e do cativo. Um agelo que desgarte se difundira, olapando todas as franquias civilizadas, havia de destruir-se até aos seus mínimos resíduos. Assim o sentiam todos os povos que se batiam pela derrota dos países do Eixo, os verdadeiros responsáveis pela inquietação universal.

AS NAÇÕES UNIDAS

Meus Senhores: Antes que terminassem, porém, as operações de guerra, alvoreceu entre os combatentes, que estarciam perante destruição ciclópica e multiforme, a busca de organização internacional, cujo empenho consistisse em reservar de igual espetáculo as gerações porvindouras.

Dai a Carta do Atlântico, onde se condensaram as quatro liberdades, que tinham em Franklin Delano Roosevelt e Winston Churchill seus empenhos de projeção mundial e aos quais se deve o advento das Nações Unidas, cuja declaração assinada a 1 de janeiro de 1942, traçou normas de sobrevivência pacífica, o fulcro da cooperação e fraternidade universais.

Missionários e apóstolos dêsse angelho fizeram-se, em realidade, para vários povos, sem distinguir entre neutros e beligerantes. A experiência ulterior de Hiroshima fixara a todos advertidos que uma nova guerra seria a própria desordem do mundo, sob a pressão das armas nucleares.

Desarte, se justifica que os ditos não ficassem só nos textos, mas, porquanto a entidade nascente enveredou pela execução de este programa de assistência técnica

e científica, econômica e cultural, de molde a conduzir as diferentes nações a um nível satisfatório de saúde e bem-estar.

Não houve setor de irradiação civilizadora que não deparasse nas instituições, criadas e mantidas pelas Nações Unidas, uma solução às suas reivindicações, a começar pela Justiça e a terminar em eficiente concurso material por meio duma ação conjunta.

Jamais se concebera, em verdade, um organismo que mostrasse maior receptividade, nos seus serviços variados e complexos, às aspirações orgânicas da espécie humana, sem rivalidades e sem discriminações.

Imbuídas dêsse espírito, duas iniciativas surgiram, quando a fome rondava, entre as inquietações do após-guerra, os povos que ainda não haviam restabelecido todas as suas atividades e, pois, se ressentiam de baixo nível de ocupação — a UNRRA e o Plano Marshall.

Se vis pacem, para pacem — foi o lema que incorporaram às suas relações internacionais, sob um clima de entendimento e apoio recíproco, os povos desejosos de progredir e conviver em regime de liberdade e segurança maiores.

Representam mais de meia centena os países formadores das Nações Unidas, que enfeixam a maior conquista sobre a guerra, visto que se esforçam em conjurá-la, quando seria ela a ruína total da civilização, provocada que fôsse pelo conflito entre as duas filosofias sociais, que hoje dividem o mundo.

Assim o têm demonstrado as suas interferências sempre que aparece, não importa onde, qualquer contenda aberta ou em potencial. Seus esforços têm convergido sobretudo a apartar os exércitos e a desarmar os espíritos, graças à conjunção de legiões, vindas de todos os quadrantes.

Foi o que, em dias recentes, ainda fez o Brasil, ao participar da expedição, reclamada pela guarda do Canal de Suez, em face da questão entre Israel e o Egito.

Se nos campos da Itália à custa de sangue, enobreceu as suas tradições, não é de admirar que, em

terras do Egito, honre agora seus compromissos, ao serviço da ordem e harmonia internacionais, que se propusera proteger e consolidar.

Uma causa que, entre seus defensores, teve tais paladinos e, entre seus paladinos, conheceu tais heróis, faz naturalmente jus à notoriedade entre os vindouros.

Volidos ao Brasil os expedicionários da Itália, que sobreviveram aos dias da luta, impunha-se duradoura homenagem em memória daqueles cuja vida se perdera em meio às batalhas em terras estranhas.

O MONUMENTO DA VITÓRIA

Meus Senhores: A luz de um passado, repleto de abnegação e de bravura, é certo que o Rio Grande do Sul cedo tivera a percepção da generosa epopéia. Aos quadros da Força Expedicionária incorporara filhos seus, que participaram da guerra e padeceram nas carnes seus dardos cruéis. Uns sucumbiram nos campos de luta e cujos nomes estão inscritos neste monumento; outros regressaram ao seio da Pátria, trazendo recordação ainda muito viva da pugna sangrenta e pertinaz.

Não estranha, pois, viesse a amanhecer, entre os sul-rio-grandenses, que sempre estiveram ao serviço do Brasil, a intenção de prestar a todos os legionários, em honra de seus feitos, um testemunho de eternecida glorificação.

É o que explica a ereção deste arco de triunfo, em plena metrópole do Rio Grande, em cujo solo cedo assentou praça a sentinela da Nação, vigilante e heróica, consciente e devotada.

Sob os auspícios dessa identidade, a cerimônia que ora se realiza, sobre revestir-se de festivo cunho nacional é o preito da comunhão gáucha, que o rende jubilosa e com orgulho.

Resolvendo tomar a si a generosa iniciativa, quando ainda não se haviam dissipado os fragores da guerra, estava o "Correio do Povo" seguro da receptividade da população

inteira. Foi o que, realmente, demonstrou a acolhida espontânea e entusiástica, que deparou em todos os recantos do Estado. Não houve um só que se revelasse impermeável ao cometimento, que se assinalou pela série interminável de contribuições. É sabido que, sem distinção de classes, de posições e de fortuna, todos os seus habitantes se apressaram em trazer uma ajuda pecuniária, de proporção variável e ditada por exemplar voluntariedade.

Igualmente apreciáveis, em conjunto, foram os auxílios financeiros da Prefeitura Municipal e Governo do Estado. Outrossim, valiosa foi a intervenção da representação federal do Rio Grande junto ao Governo da União, que entregou a importância necessária à conclusão das obras.

Não se descobririam, talvez, antecedentes que ressaltassem, de modo mais expressivo, a inspiração da cruzada e a valorizassem, em termos tão conclusivos e tão ardentes. Cedo se esqueceram suas origens, porque o Rio Grande fez dela um ponto de fé, que irmanou todos os espíritos numa solidária exaltação aos bríos, em cuja projeção se haviam engrandecido, em defesa da civilização, os soldados do Brasil.

É o que surpreendéis, nas várias faces deste duplo arco triunfal, que simboliza, graças ao gênio do artista e escultor Antonio Carangi, a evocação da vitória. Retratada nas suas assomadas mais sublimes, que tantos foram os seus triunfos, a campanha da Força Expedicionária não poderia deparar um monumento, onde melhor revivessem suas glórias.

Afinal, um monumento que resgata uma dívida e abre à contemplação das gerações presentes e vindouras um exemplo de desprendimento e de heroísmo.

Em nome da Comissão Executiva, tenho assim a honra de entregá-lo à guarda carinhosa da Cidade de Porto Alegre e ao culto cívico dos nossos compatriotas".

O ATO INAUGURAL

Serenados os aplausos que acorrem ao discurso do Prof. Edgar Luiz Schneider, as autoridades e convidados especiais deixaram o pátio oficial, dirigindo-se para o Monumento, sob intensa expectativa da multidão.

A "Marcha da Expedicionário", no da FEB, cortou os ares, vociferando pelo Côro Orfeônico do Instituto de Educação, enquanto a primeira esquadrilha de aviões a jato escava nos céus a homenagem da FAB aos seus heróicos camaradas e armas, desaparecidos na II Guerra Mundial.

Simultaneamente, o Marechal Mascarenhas de Moraes e o Engenheiro Ildo Meneghetti cortaram as fitas simbólicas. Foi um instante de grande emoção, sublinhado pelas palmas e aclamações do povo, as quais continuaram, uníssonas, enquanto se descerravam, logo após, os diferentes grupos alegóricos e placas de bronze do Monumento, o qual foi feito pelas mais destacadas autoridades presentes.

EM NOME DA CIDADE, FALA
O PREFEITO LEONEL BRIZOLA

Recebendo, em nome da Cidade de Porto Alegre, o Monumento ao Expedicionário, o Prefeito Leonel Brizola pronunciou o seguinte discurso:

"Há poucos instantes, em uma cerimônia que comoveu até às lágrimas todos os que aqui se encontram e aos que em seus lares acompanham a transmissão deste ato cívico, ouvimos reverentes a chamada de um por um dos brasileiros que tombaram no solo italiano, em defesa da Pátria, do nosso Brasil. Esta chamada dos mortos da FEB da FAB é tanto mais emocionante quando se recorda a maneira heroica como esses homens lutaram e morreram em combate. Na guerra, a morte é inevitável, mas saber morrer, o morrer bem não é missão fácil. Não o foi para os que hoje reverenciamos e nunca o será para nenhum de nós. O Brasil

é um dos poucos países do mundo que tem consignada em sua Constituição a proibição de guerras de conquista. Somente lutamos no passado e lutaremos no futuro quando agredidos, mas aí tem se revelado sempre a fibra do nosso homem, desse homem heterogêneo que vai do seringueiro rude do Amazonas, passando pelo nordestino, o mineiro, o paulista e chegando a nós gaúchos, que ainda temos nas veias o ímpeto dos farroupilhas. O brasileiro não gosta da guerra, mas quando chamado a combater nunca foi capaz de fugir à luta, de acovardar-se. Muito ao contrário, os exemplos de heroísmo e de desamor à vida se contam aos milhares e aqui, hoje, nesta hora, nos reunimos para inaugurar um Monumento que conta mais uma vez um hino de heroísmo ao Soldado brasileiro, um Monumento em memória dos pracinhas da FEB, dos aviadores da FAB e dos marinheiros que protegeram o Brasil durante a segunda guerra mundial, que morreram lutando contra a tirania e contra um sistema de governo incompatíveis com a nossa época e com o nosso temperamento.

Meus senhores. Nos países que têm perdido milhões de homens em combate, na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra, existe sempre um Monumento ao Soldado Desconhecido, a esse Soldado anônimo que ganha as guerras e é esquecido no pós-guerra, que ferido física ou moralmente, volta para a casa inutilizado muitas vezes, a esse Soldado que nem sempre recebe o reconhecimento devido. E esse Monumento que hoje inauguramos simbolizará para todo o sempre, para o porto-alegrense, para o gaúcho e para o brasileiro não somente um monumento em homenagem ao expedicionário da segunda guerra mundial, mas um Monumento ao Soldado Brasileiro, ao Soldado Desconhecido. Aqui, ao pé desse Monumento, reverenciamos os nossos heróis, tenham eles perecido na segunda guerra mundial, na primeira guerra mundial, na guerra do Paraguai ou em outras campanhas

militares. O Monumento ao Expedicionário simbolizará, assim, para nós gaúchos um Monumento ao Soldado Brasileiro, a esse homem que nas horas amargas da nacionalidade sempre soube cumprir com o seu dever, e quando falamos em Soldado simbolizamos o homem de nossas Forças Armadas, pertença ele ao Exército, à Marinha ou à Aeronáutica, seja ele Soldado, Cabo, Sargento, Tenente, Capitão, Major, Coronel, General ou Marechal. E o Soldado do Brasil, que na caserna aprende só uma coisa: servir à Pátria e SERVIR BEM A PÁTRIA.

Excelentíssimo Senhor Marechal Mascarenhas de Moraes o homem que na História do Brasil figurará ao lado de um Caxias e de um Osório, de um Tamandaré e de um Barroso e de um Salgado Filho, Porto Alegre neste momento curva-se ante V. Exa., pois V. Exa. representa para nós o exemplo, a dignidade do soldado brasileiro, do soldado brasileiro que lutou e morreu na Itália, do soldado brasileiro que lutou e foi ferido na Itália, do soldado brasileiro que lutou e voltou ao Brasil para se reintegrar na vida civil, do soldado brasileiro que, felizmente, nunca precisou disparar suas armas contra um inimigo. Porto Alegre e o Rio Grande na vossa pessoa saúdam as Forças Armadas do Brasil.

Há poucos instantes referi-me ao soldado brasileiro que lutou na Itália e voltou para reintegrar-se na vida civil, ao soldado que hoje certamente se conta às centenas entre esta multidão que assiste a tão tocante cerimônia. E é preciso que se diga que esse soldado não foi esquecido, apesar de ainda existirem algumas injustiças. Esse soldado foi amparado pelo Governo Federal, que lhe proporcionou empregos, que lhe está proporcionando agora moradias. Esse soldado aqui em Porto Alegre, de parte da municipalidade, sempre teve o melhor tratamento. Um pedido de um expedicionário sempre foi atendido com presteza e não poderia ser diferente, pois nós, pela nossa origem, não poderíamos deixar de

seguir o exemplo do brasileiro — o inolvidável Presidente Getúlio Vargas — que, mais do que ninguém, se preocupou em dar aos nossos pracinhas e aos soldados da Pátria geral um tratamento digno e altaneiro.

Meus senhores, recebo em nome da Cidade o Monumento ao Expedicionário, o Monumento ao Soldado Desconhecido e o fazendo não poderia deixar de destacar o papel importantíssimo que desempenharam para o seu erguimento um jornal e dois homens. O jornal, o "Correio do Povo". Os dois homens, Breno Caldas e Alcides Gonzaga. A eles devem os pracinhas o ver perpetuado em pedra e bronze os seus feitos gloriosos nos campos de luta e a eles deve Porto Alegre mais um relevante serviço: o de ter proporcionado oportunidade para que a nossa população e as nossas forças econômicas contribuíssem para homenagear os que tombaram por nós. O "Correio do Povo" tem sido paladino de todas as boas causas do Rio Grande e Breno Caldas e Alcides Gonzaga os timoneiros seguros dessa nau que inspira confiança a todo o Rio Grande.

A Força Expedicionária Brasileira, aos Soldados, aos Marinheiros, aos Aviadores, a Pátria agradecida! O Brasil não tem mais inimigos."

PALAVRAS DO GENERAL ARMANDO CATANI, PELA LDN

Foi o seguinte o discurso do General Armando Catani, em nome da LDN:

"A Liga de Defesa Nacional — neste dia festivo, em que o povo gaúcho, num público testemunho de costumário civismo, perpetua, no monumento granítico, os feitos imperecíveis dos bravos que tombaram em defesa das invioláveis tabuas de nossos direitos — compadre a esta comovente cerimônia, que tem o sabor de imensa saudade, ungida e acrisolada compreensão patriótica, para associar-se, com fervor e sinceridade às homenagens póstumas aos filhos do Brasil, nos-

sos irmãos, que afamaram, nas augustas regiões romanas, as galas de nosso nome e os esplendores de nossa história.

Esta obra monumental, senhores, eterniza um dos mais emocionantes capítulos de nossa existência, o qual esmalta a espartana decisão de mantermos intangíveis as consoladoras crenças que as ternuras maternas nos convenceram, as quais só a morte extinguirá.

Ao culto cívico de nossos compatriotas, entregamos este santuário, certos de que, as gerações vindouras, com as mãos postas no coração, aqui virão fazer, por todo o sempre, as suas orações de amor ao Brasil.

Quando negras nuvens anunciavam o incêndio devorador, o Brasil, porque imune a instintos indezados, seguro da lealdade de seus condutores, obediente à voz da razão, experimentou angustiosa antipatia moral, ao sentir que se forjavam, à sombra dos tratados internacionais, as algemas escravizadoras da consciência universal.

E que a casa de Rio Branco, o Itamarati, templo venerável de severas meditações, de respeito às coisas superiores, legou-nos lições sublimes de retilínea conduta, de fraterna solidariedade humana, as quais nos guiam, como um facho de luz inextinguível, porque inextinguível a nossa confiança no predomínio da boa-fé diplomática, sobre os ineficazes, porque falsos tratados de paz que, na verdade, têm apenas proporcionado ao mundo os proveitos materiais de breves armistícios.

Diante do mundo amotinado, cego de exóticas idéias, enfraquecido por egoísmos rebeldes, dividido por espantosos antagonismos e lutas entre raças e nações, a sensível alma nacional acusou, de logo, o terremoto que, em convulsões violentas, ameaçava gretar as bases sólidas da civilização contemporânea, em cujo bronze esculpimos o sinal de Constantino, inatacável à ferrugem de falsas e insustentáveis doutrinas, firmadas no terreno move-dido do desdém pelos altos ensinamentos das verdades cristãs.

Aos apelos da fraternidade humana, derivados da convicção em Deus, os gênios do mal respondiam com enganosas promessas, forjadas com esmêro, com perfeita malícia dos sofismas, por forma a iludirem os mais experimentados estadistas das potências pacifistas, os quais evangelizavam um sistema mundial, inspirado nos mais altos preceitos da equidade e da moral, uma Sociedade de Nações que, conforme sentenciava Paul Valéry, se confundisse com uma sociedade dos Espíritos.

Infelizmente, a consciência jurídica dos que se julgavam árbitros de homens e de povos, esmaecia-se à medida que aumentava a ambição, já excessiva, de domínio sobre as nações soberanas e ciosas da sua liberdade, preciosa idéia, sublimada com a insuposição de recíprocas responsabilidades.

Esqueciam-se que estávamos todos dispostos, com a força das armas e os imponderáveis da alma nacional, a impedir se consumasse o plano funesto das condenadas doutrinas do espaço vital e da fatalidade geográfica.

Nós, os de Vera Cruz, pagamos pesado tributo, experimentamos o calvário de todos os sofrimentos, no cumprimento da palavra empenhada, em obediência aos ensinamentos de nossos maiores, irreduzíveis na fidelidade às convenções de ordem política, social e econômica da família humana.

Por vocação cristã, nunca endeusamos os Atilas; preferimos curvar-nos ao pé da Cruz, santo lenho de incompreensíveis torturas e justificadas esperanças, no afã de recobramos as forças da fé, perdidas após insistentes ofensivas da impiedade, de sobressaltos, provocadas por extravagantes doutrinas alienígenas.

Entre a estátua da liberdade, intencionalmente a confrontos, e a arrogância de Niederwald, figura simbólica de subalternos preconceitos de raça e religião, os povos zelosos da tolerância entre as criaturas, deviam escolher: a luz ou a sombra, o ser ou o perecer.

De todos nossos amôres, escolhemos a liberdade que não prescinde da autoridade, subordinada aos preceitos da razão; que não prevareque os costumes, não fira as severas regras da moral.

Esta a liberdade vivificante, bem supremo que, dia a dia, devemos consolidar, com prudência e tato, para não perdê-la, submersa no torvelinho de indomáveis paixões políticas, inimigas do progresso e da democracia.

Para isso, possuímos um Código em vigor, permanente, imutável na consciência do soldado e do cidadão, no qual estão reunidos todos os elementos capazes de conduzir o Brasil aos seus magníficos destinos: a *Constituição*, que foi jurada para nos proporcionar um regime democrático, que assegure a liberdade de pensamento, de palavra e de opinião; entretanto, não nos esqueçamos de que, por fortuna, esse indesviável roteiro patriótico não acoberta os abusos dos extravios da Lei: é, portanto, nossa espada, nosso escudo.

Consequentemente, outro não podia ser o voto do Brasil, nas horas amargas e decisivas para a civilização contemporânea, voto sem debates, imperativo de limpa formação espiritual, pois, na casa de Rio Branco está ancorada a eternidade do Brasil, na expressão exata de ilustre compatriota.

Rejeitamos os tratados sem cláusulas, de que nos fala Bocaíuva; por isso, convocado o Brasil, para o sacrifício supremo, seus filhos, com engrandecido senso de pundonor nacional, que o milagre do patriotismo desperta, congregaram-se à sombra benéfica do pavilhão estrelado, para, nos alterosos Apeninos, restituir ao mundo o predomínio do Direito, misterioso talismã, pérola preciosa do afortunado século dos Antoninos.

Monte Castelo e Montese são quadros comoventes dos intrépidos soldados do Marechal Mascarenhas de Moraes; Pistóia, epílogo de infinitos martírios, de amarguradas jornadas emancipadoras.

Ao contemplarem, no futuro, as telas de púrpuras cores, celebradas com a imolação dos vencedores, dos vencedores de Sedan, os filhos de nossos filhos, quais gigantes de Kellermann, com a devoção dos crentes, vivarão o Brasil dos Guararapes, alvorada de uma Pátria; vivarão Monte Castelo e Montese, ressurreição de muitas pátrias.

Ao escrevermos, amanhã, a história deste século atormentado de confusos clamores, a *Fôrça Expeccionária*, que tem seu nome ligado aos brilhantes feitos de nossas armas na Itália, aparecerá, em traços claros, como intemorata defensora da honra nacional, cuja banarrota moral ela não permitiu se consumasse.

Guardemos, pois, no Panteão da Pátria, os que, sacrificados no altar do dever, nos enviaram dos túmulos florentinos de Pistóia, com um Código de virtudes cívicas, a notícia de suas dores e de sua indomável coragem.

Pondo nossa confiança em Deus, exortemos o educador na cátedra universitária, o militar na caserna, o jornalista na imprensa, o sacerdote no púlpito, a que levem, pela palavra e pela ação, aos que sofrem na miséria e soluçam na orfandade, a segurança da disposição pacífica de nossa gente.

Os duros ensinamentos da última guerra — que marca, pelas armas em presença, na terra, mar e ar, a capacidade criadora do homem, ao passo que o inferioriza, pela dolorosa revelação de sua irrefreável crueldade — clamam pela reabilitação espiritual dos desviados da fé, clamam por uma era de paz, não a paz utópica, instável, de soberbos e de humildes, de senhores e de escravos, geratriz da intranquilidade social.

Ao contrário, lutemos com afínco, por uma paz durável, heróica, ao amparo do poder supremo da toga austera, inspirada nas sublimes lições do Sermão da Montanha.

Libertemo-nos do ceticismo dissolvente de Keyserling, confiemos na regeneração da humanidade, no im-

pério de um dos mais belos ornamentos do coração: a divina caridade.

A "diritta via", do genial Home-ro do cristianismo, é o rumo certo a seguir, distantes da selva escura, dispostos a dominar, particularmente, a fera que temos dentro de nós, animados com a presença confortadora do Guia, Mestre e Senhor.

Que se apague da memória dos povos a visão sinistra de Némesis: a vingança nada constrói; é caudal de lágrimas e sangue.

Glorifiquemos a fraternidade cristã; entretanto, suspeitemos dos gritos de fraternidade, de igualdade, profanadores de todos os deveres, amachucadores de todos os princípios, que a demência do Terror e da Guilhotina exemplifica.

Confiemos em que este monumento tenha o condão de avivar as nossas crenças, de gravar em nossos corações, além muito além de sua granítica vida, as impressionantes palavras de Jefferson: "Jurei sobre o altar de Deus não dar tréguas a qualquer forma de tirania contra o pensamento humano".

Saíamos desta cerimônia, de acri-solada espiritualidade, de culto às tradições, às glórias passadas, juntando as mãos e as almas, numa estreita comunhão de pensamento, para, na esfera alta e serena das idéias, convocarmos, sem palavras estereis que ocultem a verdade, os brasileiros, civis e militares, de terra, mar e ar, para, apercebidos ao sacrifício, prontos a extremas renúncias, redimirem ao Brasil, não permitindo que a descrença — ferrugem roaz dos povos decadentes — invada nossos corações, desumane nossos sentimentos.

Do homem a matéria é fraca, tenhamos fé na robustez de seu caráter, nos primores de seu incontaminado patriotismo, alavanca que erguerá aos merecidos alcandores o prestígio da Lei e a imperecível soberania do Espírito.

Finalmente, senhores, que nos leve o pensamento à casa da mu-dez perpétua, na distante Pistóia para, com as lágrimas da saudade

e as flôres sempre vivas da gratidão, prometemos, unidos na mesma fé, aos bravos que, no sono da morte, sonham com o triunfo da Justiça e a liberdade do Brasil, prometemos, repito, que não permitiremos seja infecundo seu generoso sangue, que é afinal, o nosso próprio sangue.

DISCURSO DO GENERAL PAIVA CHAVES, EM NOME DOS EX-COMBATENTES

Falando em nome dos Ex-Combatentes da FEB, o General Paiva Chaves pronunciou o eloquente discurso que segue:

"O homem de guerra, talvez como uma reação contra a precariedade de sua vida material, sempre ameaçada, talvez porque só em estímulos muito altos encontre energia para vencer as revoltas do instinto que a defende, quando cessa a brutalidade da luta, apegar-se menos às coisas da matéria que às do espírito, alimenta-se mais de ideal que de pão. Por isso, na vibração, no frenesi, nas conseiras devastadoras das jornadas de combate, ou no tédio aplastante das pausas que entre elas se estiram ou nas ascensões, inebriantes dos momentos da vitória ou nas quedas sem parada das horas de derrota; quando se alça aos ápices da exaltação ou quando se despenca até o fundo insondável do desalento; em todos os instantes da sua vida de campanha, "Bem merecer da Pátria" é o anseio supremo do guerreiro, seu maior estímulo e mais seguro conforto.

Consagrado a ela quando parte, na aceitação antecipada do sacrifício total, nada para ele conta mais que a consagração com que ela o acolhe no regresso.

Erguendo este monumento, deu o Rio Grande do Sul aos expedicionários do Brasil, em cujo nome me tocou o privilégio de agradecer-vos, prêmio de valia insuperável, glorificação definitiva, no preito mais completo de reconhecimento e de saudade.

Em triunfo, fazia-se na Roma antiga o regresso dos guerreiros que haviam alargado os limites do Império. Teatral e faustoso, passava o cortejo pelos arcos monumentais, la pelas ruas enguirlandadas, por entre aclamações. Na testa, marchava o Senado incorporado. Logo após, em clangores triunfais, trombetas como que proclamavam a desgraça dos vencidos, que seguiam acorrentados, na materialização de uma derrota de cuja extensão diziam os carros transbordando de despojos e as hostes ostentando o nome das cidades e províncias subjugadas. Vinha, então, o General vitorioso, num carro tirado por quatro cavalos brancos, enroupado em púrpura e ouro, coroado de louros, impando, todo marcialidade, esquecidas ou recalçadas para o fundo da alma as angústias dos dias de incerteza. Seguiam-nos os principais chefes, em seus corcéis de batalha. E os legionários, numerosos, indiferenciáveis, lentos e imponentes, na força tranqüila de suas fileiras emmassadas, fechavam a coluna.

Também sob arcos de triunfo desfilavam os guerreiros de Napoleão, soberbos nas suas fardas enodoadas pelo pó de toda Europa, decoradas pelo sol do deserto.

Aro do Triunfo, pelas suas linhas arquitetônicas e pelo espírito que o erigiu, este monumento consagra os combatentes brasileiros da segunda guerra mundial, que por ele, ante vós também, agora, desfilam. Desfilam, sim. Não os podeis ver com os olhos da carne, dessa carne que em tantos deles já se consumiu.

Olhai-os, porém, com a imaginação, cujos horizontes nunca se fecham, cujo poder de evocação não da cerceia. Vê-de o cortejo triunfal que formam, magníficos de força realizada, fisionomias esculpidas em traços fundos, pelos infinitos de sofrimento e resignação, pelas tensões, pelos paroxismos de violência que crisparam seus nervos em dias e noites de guerra.

Ai vão todos eles. Todos: mortos e vivos. Soldados, Marinheiros,

Aviadores. Podeis ouvir a batida rítmica de seus passos.

Para receber e agradecer as honrarias que lhes tributais, vieram hoje de toda parte. Vieram de Psitôia, onde o sol dourado enfeitava agora as suas cruces, pequenas, modestas, iguais, brancas, bem alinhadas, que a bandeira do Brasil se estira à brisa toscana para cobrir, num gesto largo de carinho e proteção. Vieram do fundo dos mares, das carcaças engrinaldadas de algas, de seus navios torpedeados. Vieram do Norte, do Centro, do Sul.

Uns deixaram posições de destaque, que o sucesso no mundo lhes fez alcançar. Abandonaram outros, por momentos, o ramerrão de existências que se consomem sem brilho nem realce.

Evadiram-se, alguns, da vida mergulhados pelos desajustamentos que a guerra gerou. Vieram mesmo de cemitérios outros que não o de Psitôia, mortos anônimos que a glória não quis.

Ai vão todos eles. À frente em obediência às regras de cortesia, dos desfiles terrestres, podeis ver os Marinheiros e os Aviadores.

Marinheiros das estafantes jornadas de escolta e patrulhamento, proas rompendo mares calmos ou enfurecidos, dia após dia, mês seguindo mês e completando anos, na luta sempre renovada das vontades indobráveis, dominando as imperfeições das máquinas fatigadas.

Marinheiros dos heroísmos sem retumbância nos comboios lentos e resignados, assegurando os transportes indispensáveis por vastidões semeadas de perigos, em viagens de que tanta vez não houve regresso.

Aviadores das enervantes missões de patrulhamento da costa e das gloriosas missões de caça e bombardeio nos céus da Itália.

Ai vão todos eles... Esses que levam bordada nas vestes de couro uma estranha avestruz — que se escuda no Cruzeiro do Sul e comanda belicosa "Senta a pua"; são os rapazes do 1º Grupo de Caça. Que bravos! Muito moços todos, adolescentes alguns, deixaram vo-

untariamente vidas fáceis e felizes para irem olhar a morte bem nos olhos, arremetendo com seus corpos contra toda sorte de objetivos terrestres, que atacavam a baixa altitude, empolgante na calma do seu arrôjo ilimitado.

Embora não somassem quatro dezenas, oito deles não voltaram. Morreram em acidentes de treinamento; morreram abatidos pela Artilharia Antiaérea, entrando solo a dentro com seus aviões desgovernados, com seus para-queadas que não se abriram; morreram torrados em cabos de alta tensão e envolvidos nas explosões que seus próprios projéteis haviam provocado. E por que transes: passaram os que foram abatidos e não morreram! Os que sofreram meses de cativeiros, os que viveram ocultos no chão do adversário, e os que só conseguiram voltar às linhas amigas, esgueirando-se por centenas de quilômetros, de território inimigo, despidos na proteção do uniforme, arriscando a denúncia a cada passo.

Agora é a FEB que desfila, no seu verde-oliva, puxando a chumbo, a "cobra fumendo", no escudo do braço.

Fôsse ela, como nos cortejos romanos, precedida pelas suas présas de guerra, e diante de vós estariam passando: uma Divisão inteira, a 149ª Divisão de Infantaria Alemã, com a totalidade de seus meios de combate e de vida; os remanescentes da 90ª Divisão Panzer Grenadier e o que sobrara da Divisão Bersaglieri Itália. Milhares de viaturas automóveis, centenas de canhões e de viaturas hipomóveis, 5.000 cavalos, 14.799 homens germânicos veteranos, muitos ostentando distintivos da África Korps, dos Soldados de Romel nos areais do deserto; e, também, jovens de menos de 20 anos, representantes da última raspagem no potencial humano da Alemanha esvaída; Bersaglieri de Mario Carloni, sofrendo a derrota na Pátria duplamente invadida, desfilando por essa mesma estrada de Forno por onde passavam seus aliados apanhados na mesma derrota, mas ainda carregados das centenas de bicicletas,

das sêdas dos linhos, das casimiras, que suas mãos de rapina haviam arrebanhado em terra amiga.

Marcha imponente de forças inimigas, que os brasileiros encurralaram em manobra que o arrôjo e a imaginação caracterizaram, improvisando transporte com os caminhos de sua Artilharia, aliviando-se de meios de fogo para ganhar mobilidade.

Fôssem eles, como nos cortejos romanos, precedidos pelos disticos que evocavam as cidades subjugadas, e Camaioire, Fornaci, Galicano e Barga, Porreta Terme, Gastelnovo, Montesi, Zocca, Formigne, Parma, Collecchio, Fornove di Taro, Piacenza, Cremona, Lodi, Alexandria, Torino, estariam, agora, a cantar em nossos ouvidos a música de seus nomes harmoniosos.

Ai vão todos eles. À frente, pisando a terra do pago, marcha o CHEFE: General João Batista Mascarenhas de Moraes. Não vai em púrpura enroupado nem são visíveis os louros que o coroam. Não tem nenhum brilho particular o verde-oliva que o uniformiza com seus comandados, no que no entanto, como que fulguram as letras da palavra "Brasil" a brancar no escudo do braço. Só saiu da modéstia em que se compraz a sua discreção de vitorioso porque sentiu que, mais uma vez, lhe coube a honra e o sacrifício de ocupar, sem hesitações, o lugar de Chefe.

Essas que o seguem, nas quais a singeleza do uniforme não consegue cobrir a graça feminina, que põe ondulações de dança mesmo na rigidez do passo militar, são as enfermeiras. Elas, como as suas companheiras do 1 Grupo de Caça, merecem que as sigamos com os olhos pela admiração agrandados, de gratidão enternecidos. Enfrentaram o desconhecido, sofreram desconfortos, afrontaram incompreensões, expuseram-se ao perigo e à calúnia, para que, ao homem da sua terra não faltasse a mão da mulher brasileira a pensar-lhe a carne dilacerada, a melguice da mulher brasileira a acalmar-lhe os nervos exacerbados, a piedade da mulher brasileira a fechar-lhe os olhos

apagados, que graças a elas não se extinguíram em terra estranha sem uma última visão da pátria.

Vem, agora, os bravos que viveram. Camaioire, Monte Prano, Monte Castelo, Castenuovo, Montese, Zocca, Collecchio, Fornovo, na euforia da vitória: que sofreram as ansiedades das patrulhas sorrateiras, em que cada gesto podia atrair o tiro fatal, em que cada passo podia detonar a mina traiçoeira, que curtiram a raiva dos ataques fracassados; que elangueceram nas horas lentas das defensivas de inverno, enterrados em posições que o inimigo sempre dominava, a vista perdida nas extensões nevadas cujas reverberações lhes queimavam os olhos. Seguem-nos os homens dos Serviços, não menos necessários à vitória nas suas tarefas sem fascínio, não isentas de risco, pródigas em penas e canseiras. Os correspondentes de guerra, também, não faltam ao desfile, solidários com os guerreiros de cujos feitos partilharam e que seus escritos enalteceram.

Aí vão todos eles. Os que venceram na vida e os que a vida venceu. Os que a guerra engrandeceu e dela trouxeram honrarias, nomeada e prestígio. E os que a guerra imolou e dela trouxeram pobres corpos mutilados, espíritos mutilados, almas mutiladas. Vão todos, porém, transfigurados, impregnados de um orgulho tranqüilo. De uma dignidade que emana de todas as suas atitudes. Sentem-se dignos dos aplausos que recebem. Do chefe ao último soldado, cada qual com o conhecimento dos fatos que sua posição hierárquica permitia, têm consciência de haver bem merecido da Pátria.

Poucos, realmente, sabem toda a história da Força Expedicionária Brasileira. Mas eles a conhecem. Porque a viveram. Porque a sofreram. Sabem que a FEB nasceu mal, contraditoriamente organizada sob um regime de ditadura para defender a democracia. Que só se concretizou porque o sentimento patriótico foi mais forte nos governantes do que suas tendências ideológicas e os fez se inclinarem dian-

te dos imperativos da posição geográfica e das ligações históricas do país, e os fez sentir como seu povo, enamorado da liberdade e indignado com o trucidamento de mulheres e crianças, nos torpedeamentos cobardes de naus inermes. Sabem das repercussões nefastas no recrutamento de seus elementos que tiveram a falta de preparação psicológica e as variações no efetivo do Corpo Expedicionário, concebido inicialmente para se compor de 3 Divisões e que acabou formado por uma única grande Unidade.

Lembram-se das dificuldades que tiveram que vencer, num Exército em que a doutrina francesa se sedimentara, armado à européia, para se adaptarem de relance às práticas norte-americanas, corporificadas em regulamentos que foi mister traduzir de afogadilho, e a um armamento desconhecido, distribuído com parcimônia para o treinamento.

Têm consciência de que as necessidades do quadro internacional da guerra os fizeram empenhar-se num teatro de operações duplamente ingrato. Ingrato porque considerado secundário, com missão principal de fixação de forças adversárias que nunca permitiu a superioridade de efetivos necessária às avançadas espetaculares, numa região mais propícia à defesa que ao ataque, que, ao contrário, salvo na gloriosa arrancada final, condenou-os a uma agressividade sem frutos evidentes, cujos resultados não se prestavam para enaltecer no Brasil a sua ação e repercutir-se em aplausos que lhes elevassem o ânimo. Ingrato porque nele predominavam montanhas, que o inverno vestia de branco e nas quais tinham de se bater, eles, os homens dos trópicos e das planuras.

Ainda, bem viva está na sua lembrança a expectativa desconfiada com que os receberam seus camaradas de armas, membros de Exércitos orgulhosos de suas ricas tradições guerreiras. E vivas, também, na sua sensibilidade, as decorrências da posição de hóspedes num sistema logístico alheio, sujeitos a regime de alimentação estra-

ho, com a impressão permanente de estarem na "casa dos outros", mesmo nos hospitais e centros de repouso e diversões a agravar os efeitos de uma mudança de ambiente que não tinha igual nos seus aliados.

Não se lhes desfez da memória a lembrança das condições em que foram engajados, parceladamente, com a preparação inacabada e o armamento a se completar nas linhas de frente.

Nem se lhes apagou do espírito, sobretudo do espírito dos chefes a angústia de se baterem com efetivos que os deixavam sem flexibilidade diante de reveses momentâneos e sem meios para explorar o sucesso, obrigados, com uma só Grande Unidade, a jogar tudo em cada parada.

Mas a lembrança das dificuldades que venceram só valoriza a seus olhos os resultados que obtiveram. Têm consciência que esses resultados não foram em nada inferiores aos obtidos pelos seus vizinhos norte-americanos do campo de batalha. Pela 1ª Divisão Blindada, veterana

das campanhas da África e do Sul da Itália, ressuscitada de Anzio, pela 10ª de Montanha, instruída e equipada com intentos de perfeição. Sentem que se tornaram, eles, também, veteranos. Que conquistaram o respeito e a estima dos seus irmãos d'armas. Que enfim, projetaram o Brasil, como pode e precisa, no âmbito internacional dos conflitos de nossa era.

Talvez seja por isso que é tão firme o seu passo altaneiro e seu porte, a traduzirem na atitude física a certeza moral dos que honraram o Brasil.

Lá vão todos eles. Já se atenua o ruído de seus passos e se perdem ao longe aos acordes das fanfarras que os cadenciam.

Dentro em pouco o cortejo que em nossas imaginações formamos, ter-se-á desfeito. Debandados, seus componentes retornarão às vidas e aos túmulos que só deixaram para desfilar ante o povo do Rio Grande do Sul, no único gesto que lhes pareceu capaz de agradecer à homenagem magnífica que este monumento materializa".

NORMAS DE TRABALHO EM GRUPO

- 1 — *Fale francamente.* A reunião pertence aos participantes. Diga o que pensa. A casa é sua. As idéias de cada um sôbre o assunto valem o que valem as de todos os demais, isto é, são extremamente importantes.
- 2 — *Ouçá cuidadosamente o que os outros dizem.* Procure compreender os outros, mesmo que discorde do que estão dizendo. Procure compreender quais os motivos que os levam a fazer tal ou qual afirmação.
- 3 — *Fique sentado durante todo o tempo.* Orientador ou participante, nunca fale de pé.
- 4 — *Nunca interrompa quem estiver com a palavra.* Espere que o outro termine seu pensamento.
- 5 — *Não monopolize a discussão.* Fale pouco. Fale coisas que tenham realmente importância. Se a discussão esmorece, faça perguntas que despertem novo interesse.
- 6 — *Não fuja da reunião.* Não fique calado, apático ou indiferente. Se não entender alguma coisa, pergunte. Peça exemplos, fatos, casos concretos. Formule suas dúvidas. Procure analisar o que ouve, à luz da sua experiência.
- 7 — *Se discordar de alguma coisa, diga.* Faça-o com naturalidade, sem ênfase, com bom humor.
- 8 — *Não deize sua observação para depois.* Fale logo que sentir a necessidade de esclarecer algum ponto obscuro ou de contribuir com sua experiência. Não espere que o líder lhe peça para falar. Se muitas pessoas quiserem falar ao mesmo tempo, levante o braço e aguarde que o líder lhe dê a palavra.
- 9 — *Traga perguntas para a reunião.* Traga material para o debate. Escreva notas, pontos que não compreende bem do assunto, artigos de jornal, opiniões com que concorda ou discorda, afirmações que ouviu no rádio, em conversa, numa conferência, etc...
- 10 — *Leve os problemas do grupo para casa.* Estude-os. Reflita sôbre eles. A discussão é a primeira etapa de um longo processo educacional que deve terminar no fôro íntimo de cada um, pela reflexão sôbre o que foi dito, pela elaboração de um ponto de vista pessoal sôbre os problemas tratados.

(Extraído do livro: "A Educação dos Grupos", de José Arthur Rios, 1954, adaptação de Suggestions for Group Discussion Leaders e Suggestion for Group Discussion Members, Dep. Agr. Norte-Americano.)

DEFESA NACIONAL recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

SCHEID — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas 529-S/1211 — Tel. : 23-4830.

EUS GENERAL S. A. — Matriz: Rio, Av. Presidente Wilson, 165, 9º andar — Tel. 42-4092 — Filiais: Rio, Av. Brasil, 555 — Telefone 28-4135 — São Paulo: Rua Bento Freitas, 146-150 — Telefone 34-4699 — Curitiba: Av. 7 de Setembro, 1927-1941 — Distribuidores: Belo Horizonte — Pneumasa — Pneus, Máquinas e Acessórios S. A. — Av. Olegário Maciel, 484 — Tel. 2-4731 — Porto Alegre: Cronwood S. A. — Rua Garibaldi, 664 — Tel. 6150 — Salvador: Simtral — Sociedade Importadora de Máquinas, Tratores e Acessórios Ltda. — Av. Frederico Pontes, 120 — Tel. 6014 — Caixa Postal 720 — Agentes Depositários — Recife: Denis Paredes & Cia. — Av. Guararapes, 154, 5º andar — Tels. 6985 e 7875 — Caixa Postal 469.

BRICA DE SACOS DE PAPEL — Artigos escolares e para escritórios — Papéis em geral — Barbantes — Caixa Postal n. 4538 — End. teleg. "JOMECRI" — Jorge, Mendes & Cia. — Fábrica: Rua 29 de Julho, 220 — Depósito: Rua Flávia Farnese, 120 — Escritório e loja: Praça 11 de Junho, 203-A — Tel. 52-2094 — Rio de Janeiro.

IFICINIO CRISTAL — M. Pereira Coronha & Cia. — Rua São Francisco Xavier, 176 — Tel. 28-2616 — Distrito Federal.

AFICA ARTECOR LTDA. — Tricômias — Policromias — Rua Flack n. 138 — Tel. 29-5689 — Rio de Janeiro.

DIO TÉCNICA ATLAS — F. Perroni — Acessórios para rádios — Travessa Rodrigues Marques, 127, Bangu — Tel. 448 — Rio de Janeiro.

METALÚRGICA FEDERAL — Fundição de Metal e Bronze — Rua Alfredo Dolabela Portela n. 89 — Tel. 43-2010 — Rio de Janeiro.

ILAMI" DISTRIBUIDORA NACIONAL DE LAMINADOS S. A. — End. tel. "Dilaminos" — Rua Camerino n. 87 — Tel. 52-2174 — Rio de Janeiro.

CIEDADE ARMAZENADORA E COMERCIAL ATLANTICO LTDA. — TRANSPORTES URBANOS — Armazenagens de mercadorias em geral — Rua Santana n. 21 — Tel. 43-2768 — Rio de Janeiro.

CHADO CARNEIRO S. A. INDÚSTRIA E COMERCIO — Madeiras e Materiais de Construção — Cereais — Charque — Manteiga — Produtos químicos — Rua do Acre n. 90, 7º — Tel. 43-2482 — Rio de Janeiro.

BRICA DE CALÇADOS CORCOVADO — Indústria brasileira — Del-fim, Madeira & Cia. Ltda. — Rua Antunes Maciel n. 81 — Telefone 28-3706 — Rio de Janeiro.

RGE MENDES & CIA. — Papelaria em geral — Praça 11 de Junho, 203-A-loja — Rio de Janeiro.

- NOTRE DAME DE PARIS** — Modas e Tecidos em Geral — Largo de São Francisco, 18 — Rio de Janeiro.
- "ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA.** — Escritório: Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel.: 22-9981 — Rio de Janeiro.
- LABORATÓRIO J. AUBRY & CIA LTDA.** — Rua Prudente de Moraes, 1420 — Ipanema — Rio de Janeiro.
- GUSTAVO VEIGA & CIA.** — Rua dos Andradas, 72-Loja — Rio de Janeiro.
- IMPORTADORA UNIVERSAL LTDA.** — Rua Sacadura Cabral, 53 — Rio de Janeiro.
- HOTEL EXCELSIOR** — Av. Atlântica, 1800 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA** — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n.º 40 — Rio de Janeiro — Tels.: 42-0335 e 42-1316.
- REMINGTON RAND DO BRASIL S.A. (CASA PRATT)** — Máquinas de escrever, Máquinas de calcular, Máquinas tabuladoras, Arquivos e Fichários — Rua Buenos Aires, 283 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHA"** — Casemiras finas de pura lã — Fábrica: Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1833 — Rio de Janeiro.
- BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL** — Matriz: Avenida Rio Branco 39/41 — Tel.: 43-4885 — Filial: Avenida Nilo Peçanha, 12 — Tel.: 52-6122 — Agências: Campo Grande — Av. Cesário de Melo, 1188-b — Tel.: CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas, 43-A — Tel.: MHS 1022 — Jacarepaguá — Av. Geremário Dantas, 56 — Tel.: JPA 453 — Méier: Rua Frederico Méier, 22 — Tel.: 29-7915 — Penha: Rua Custódio de Melo, 81-A — Tel.: 30-5311.
- COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA** — Rua Marquês de Sapucaí, 200 e José Higino, 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.
- FABRICA DE MÓVEIS IRMÃOS UNIDOS** — Carpintaria e Marcenaria — CUNHA IRMAO — Tel.: 32-1626 — Rua Júlio do Carmo, 112 e Rua Benedito Hipólito, 105/7.
- ALFAIATARIA BOTAFOGO** — Artigos finos para homem — JARBAS LISBOA — Rua São Clemente, 85 — Botafogo — Tel.: 26-2977.
- MARCENARIA ITAJAHY** — Caixas para vitrolas e móveis em geral — Rua Nóbrega, 163 — Niterói — Estado do Rio.
- ORGANIZAÇÕES OLIVEIROS** — Serviços de Carpintaria e Marcenaria — Esquadrias — Móveis em qualquer estilo — Armários imbutidos, etc. — E. VILLAS BOAS — Tel.: 42-7229.
- IMOBILIÁRIA ESTRELA DO BRASIL** — ZELMAN GAMIS — Rua João Vieira, 693 — Rio de Janeiro.
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAÇÃO S. A. — "ICOMI"** — Empresa de Mineração — Av. Presidente Vargas, 290, 10º Tel. 23-5890 — Rio de Janeiro.

BRASILIANAS

Distribuição percentual, por atividade do produto doméstico bruto em diferentes países

PAISES	Renda "per capita"	Distribuição por atividade (%) do produto doméstico bruto						
		Agricultura, sil- vicultura e pesca	Indústria	Energia elétrica, transporte e co- municação	Comércio	Banco, seguro e aluguéis	Administração pública	Serviços
m renda "per capita" acima de US\$ 400								
Estados Unidos.....	1.870	5	37	9	17	9	13	9
Canadá.....	1.310	10	39	11	13	10	7	10
Nova Zelândia.....	1.000	24	29	11	18	6	3	11
Inglaterra.....	800	8	43	15	12	10	10	7
Irlanda.....	780	4	50	10	13	4	7	12
Escócia.....	750	20	26	11	14	6	9	4
Frância.....	740	13	38	19	12	5	4	9
Alemanha.....	510	10	55	9	9	3	9	5
Suécia (1).....	500	11	43	9	11	9	7	10
Suíça.....	460	18	30	12	15	7	10	8
m renda "per capita" abaixo de US\$ 400								
Brasil.....	360	15	26	8	17	11	11	12
Argentina.....	310	34	40	9	9	3	11	4
Índia Sul-Africana.....	300	15	36	9	14	4	9	13
Etiópia.....	250	41	29	7	9	10	6	7
Índia.....	220	32	19	8	12	8	7	14
Índia.....	190	22	30	9	17	5	17	17
Índia.....	150	39	21	6	10	9	6	9
Índia.....	140	48	12	6	11	9	5	9
Índia.....	120	31	30	5	16	2	12	4
Índia.....	120	35	14	7	8	9	16	11
Índia.....	70	53	8	3	10	6	5	9
Índia (2).....	60	46	12	—	18	6	5	7

Fonte dos dados originais — Fundo Monetário Internacional.

(1) A coluna "Indústria" inclui energia elétrica.

(2) A coluna "Indústria" inclui energia elétrica e a coluna "Comércio" inclui transporte.

● Os nossos motores na história

(CNI — NOTÍCIAS)

A Fábrica Nacional de Motores foi construída durante o período da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de fabricar motores de avião. Cogitava-se, inicialmente, de produzir o motor radial "Wright", de 450 HP, usado em aviões de treinamento. Quando, porém, a Fábrica se encontrava aparelhada para dar início à sua produção normal, já a guerra havia terminado, e, em face do rápido desenvolvimento que atingiu a indústria aeronáutica, os referidos motores tornaram-se obsoletos. Procurou, então, a Comissão Construtora da Fábrica Nacional de Motores transformar os seus objetivos, tendo entrado em entendimentos com firmas americanas, para um estudo de cooperação industrial, com vistas na produção de veículos automotores. Tais entendimentos não chegaram, todavia, a bom termo.

Constituída, pela Assembleia Geral de 17 dezembro de 1947, em sociedade de economia mista, "ex-vi" do Decreto-Lei n. 8.699, de 18 de janeiro de 1948, com o capital de 400 milhões de cruzeiros, subscreveu o Governo 99,54% de suas ações, tendo sido a última quota integralizada em dezembro de 1950.

Até fins de 1948, as atividades da FNM se restringiram à fabricação de unidades de refrigeração, fusos filatórios e serviços de revisão de motores de avião, com resultados praticamente negativos nos dois primeiros casos.

Em janeiro de 1949, firmou-se contrato com a "Fábrica Automobili Isotta Fraschini S. p. A.", de Milão, Itália, para compra da licença de fabricação do veículo IF-D-80, provido de motor de 100 HP, a óleo diesel, com capacidade de 7,5 toneladas de carga útil. Esse contrato, entretanto, teve curta duração, por falta de apoio oficial do Governo Italiano, que acabou levando a referida empresa a encerrar suas ativida-

des. Contudo, durante sua vigência, a Fábrica montou cerca de 200 veículos, muitos dos quais ainda se encontram em funcionamento, sendo-lhes assegurada assistência técnica regular.

Em 5 de julho de 1950, foi assinado o primeiro contrato de cooperação industrial com a "Alfa Romeo S. p. A.", de Milão, indicada pelo Governo Italiano para substituir a empresa em liquidação.

Pelo novo contrato, a "Alfa Romeo" se obrigava a fornecer 1.000 chassis de caminhões e ônibus, desmontados em grupos, ao mesmo passo em que cedia os direitos e licença de fabricação do veículo T-950, movido a óleo diesel, com 8,5 toneladas de carga útil e capacidade de reboque de 14 toneladas, motor de 130 HP, a 4 tempos.

As vantagens apresentadas no contrato com a "Alfa Romeo" dizem respeito, não só à sua execução, mas também, à forma de pagamento e melhor qualidade do veículo.

Devido ao atraso ocorrido na integralização do capital social da Fábrica, esse programa de cooperação industrial somente começou a ser executado a partir de 1951, com prejuízos financeiros. Contudo, foi possível avançar a nacionalização do veículo até o índice de 30%, em relação ao peso, no ano de 1953.

Esse foi o período crítico da história da Fábrica, que se viu, por vezes, forçada a retardar o pagamento de salários a seus empregados.

Foi autorizada pelo Governo a vender parte de seus terrenos aos Institutos de Previdência Social, o que permitiria obter, aproximadamente, o montante de 100 milhões de cruzeiros, não só para reequipamento como, e principalmente, para fornecer-lhe os necessários recursos de capital de giro. Em virtude das dificuldades financeiras que atingiram aqueles Institutos, essa medida não obteve êxito.

Recorreu a Fábrica, em seguida, ao Banco Nacional do Desenvol-

vimento Econômico, que, após empreender estudos, concedeu um empréstimo de 109 milhões de cruzeiros, destinado a reforçar o capital de giro da Fábrica, bem como 6,5 milhões de cruzeiros, para aquisição do ferramental necessário ao avanço da nacionalização programada.

Esse financiamento permitiu a realização, em bases econômicas, de um programa industrial compatível com o vulto e a importância da FNM, bem como tornou possível, nos últimos anos, firmar o seu conceito e retirá-la da situação de déficits acumulados em que se vinha debatendo, para apresentar, nos três últimos balanços, bons saldos positivos.

● Carburadores produzidos em larga escala no Brasil

A firma D. F. Vasconcelos, fundada em São Paulo no ano de 1941, com a finalidade de produzir instrumentos óticos para objetivos militares, diversificou recentemente suas atividades, iniciando a fabricação dos primeiros carburadores nacionais, dos tipos "Zenith" e "Stromberg", de tipo universal, para o mercado de reposição e que servem para motores de automóveis, caminhões, motores marítimos e industriais de capacidade entre 200 e 300 pólégadas cúbicas.

A citada organização industrial acha-se preparada, outrossim, para fornecer carburadores como equipamento original para os fabricantes de automóveis e caminhões, setor manufatureiro que se desenvolve no Brasil.

Para este primeiro ano de trabalho em sua nova linha de produção, a firma D. F. Vasconcelos programou 20.000 unidades, somente para reposição. Esses carburadores destinam-se, especialmente, aos automóveis norte-americanos com motor em linha. Futuramente, a fábrica atenderá, também, às necessidades dos produtores de motores em "V", tanto para reposição como para a novel indústria automobilística nacional.

Serão atendidos, ainda, os fabricantes de motonetas, motocicletas, bicicletas motorizadas e pequenos motores estacionários. Com a produção prevista para o corrente ano, será suprido, por enquanto, unicamente o mercado nacional.

O carburador, de fabricação cem por cento nacional, requer matéria-prima toda obtida no mercado interno, sem precisar, portanto, de materiais importados. A matéria-prima utilizada é a seguinte: ligas de zinco, latão, aço, molas, peças de borracha sintética e guarnições.

O complicado aparelho alimentador do motor tem 99 peças, todas elas de alta precisão, observando-se rigoroso controle em cada fase de fabricação.

Utilizando equipamento de várias procedências (norte-americano, alemão, brasileiro e de outros países), processa-se a fabricação dos carburadores da seguinte maneira: fundidas as peças principais (corpo e cabeça), são as mesmas encaminhadas para a usinagem, abertura de furos, etc., para depois ser montado o conjunto e, finalmente, proceder-se à testagem. As partes internas são torneadas ou estampadas na própria firma, cuja marca — D.F.V. — se observa no produto, o qual segue rigorosamente os desenhos e especificações fornecidas pela Zenith Carburetor Division, da Bendix Aviation Corporation, Estados Unidos, que concedeu licença para a fabricação dos carburadores dos tipos "Zenith" e "Stromberg".

Um aspecto importante da fabricação de carburadores é a fase final, em que o produto é testado, antes de sua entrega ao mercado.

Essa fase é desenvolvida com o maior cuidado no estabelecimento industrial focalizado nesta reportagem, sendo de notar que, enquanto vários fabricantes estrangeiros costumam testar seus carburadores na proporção de um para cada lote de unidades, na firma paulista os testes são feitos em um por um dos carburadores e em todas as condições; marcha

lenta; meia carga e plena carga, no banco de provas, o qual, primeiramente, produz vácuo nos aparelhos. E os carburadores só são aprovados quando oferecem leitura de suas condições rigorosamente idênticas às dos carburadores-mestres fornecidos pelas fábricas de origem.

A firma D. F. Vasconcelos começou suas atividades produzindo unicamente instrumentos óticos para fins militares, tais como telêmetros, binóculos, etc., instalada em quatrocentos metros quadrados e contando somente com três empregados. Atualmente, a empresa dispõe de 7.200 metros quadrados de área construída, na Avenida Indianópolis, n. 1706, S. Paulo, SP e emprega 450 operários e funcionários administrativos.

Sua atual linha de produção cobre os campos da fotografia, de instrumentos topográficos, de observação, de astronomia e de medicina. Saídos de sua fábrica, já foram colocados no mercado nacional 1.500 teodolitos-repetidores com bússola, cujas características originais os tornam, em muitos pontos, superiores aos similares até há pouco importados. Também foram entregues ao comércio cerca de 1.200 telescópios para astrônomos amadores, câmaras fotográficas do tipo "caixão", com objetiva acromática de alta qualidade, "flash" próprio, painel único para todos os comandos, duplo uso de filmes no que se refere ao tamanho, etc., estando já projetada a produção, dentro em breve, de outros tipos de máquinas fotográficas mais complexas.

Outros artigos manufaturados pelo estabelecimento industrial em aprêço são os seguintes: binóculos prismáticos e de outros tipos, conta-fios, espelhos com luz, estereoscópios, fotoscópios, lunetas de observação, lupas, monoculares prismáticos, poliôpticons, refratômetros e telelupas.

Esclareceu ainda, o Diretor da firma Sr. Heitor Rocha Azevedo Júnior sobre o fato de uma indústria de instrumentos óticos ter

acrescido às suas atividades a fabricação de carburadores, artigo inteiramente diverso de sua especialidade inicial:

— Toda a indústria ótica requer aparelhamento mecânico de alta precisão, que, via de regra, é também de grande capacidade de produção. Por esse motivo, geralmente, os fabricantes de instrumentos óticos procuram uma aplicação no ramo da mecânica de alta precisão para o excesso de capacidade de sua seção mecânica.

A fábrica da firma D. F. Vasconcelos está abastecendo, por ora, somente o mercado interno, não obstante ser o único estabelecimento industrial no gênero existente no hemisfério sul em todo o mundo. Por diversos motivos de ordem cambial, a firma ainda não começou a colocar os seus produtos no mercado externo; todavia, espera fazê-lo brevemente, contando, para tal, com o decisivo apoio da CACEX.

• Indústria moageira em Goiás

— Goiás, que já foi exportador de trigo, prepara-se para recuperar a sua expressão na produção desse cereal e contar, em breve, com uma indústria moageira, a "Moinho Goiás Limitada", cujas instalações já se encontram em adiantada fase de construção, em Goiânia.

As experiências de plantio de trigo em Goiás resultaram em êxito absoluto. Em 1956, as culturas particulares, sem qualquer processo de adubação, apresentaram rendimento médio superior a 900 quilos por hectare, sendo que nos campos e subestação do Ministério da Agricultura o rendimento atingiu 1.900 quilos.

O planejamento e a organização do "Moinho Goiás Limitada", a funcionar na Rua 257, na Vila Nova, vêm sendo acompanhados pelo economista José Almeida, Diretor do Departamento Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Goiás. Falando a reportagem, declarou que a exco-

lente qualidade do trigo goiano, só comparada ao trigo de origem canadense, despertou naturalmente o interesse de um grupo de industriais italianos para a instalação do moinho destinado ao seu beneficiamento.

Trazem esses industriais — acrescentou o Sr. José Almeida —, além do seu capital, a experiência da cultura e industrialização de trigo adquirida na Itália, norte da África, Grécia, e México. Compreenderam eles a impossibilidade da expansão do trigo em Goiás sem um moinho localizado na própria zona de produção, que evitasse o transporte do grão a longas distâncias, para receber beneficiamento.

A construção do moinho foi iniciada em julho do ano passado e o seu custo é orçado em vinte e cinco milhões de cruzeiros. Produzirá farinha de trigo, semolina, farelo, farelinho, remoldo e rações balanceadas. Inicialmente terá a capacidade para beneficiar 50 toneladas de trigo em grão, por dia, já estando prevista a sua ampliação para 100 toneladas, em futuro próximo. Prevendo essa ampliação, os proprietários da indústria adquiriram uma área de oitocentos metros quadrados, da qual, agora, está sendo aproveitada a metade. Do conjunto se incluiu um silo com a capacidade para 3.000 toneladas.

As máquinas já foram embarcadas na Itália.

• Comércio do Brasil com os países da Área de Conversibilidade Limitada

O exame do comércio do Brasil com os países integrantes da Área de Conversibilidade Limitada — Alemanha Ocidental, Austria, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália e União Belgo-Luxemburguesa — revela que em 1956, relativamente aos resultados de 1955, verificou-se declínio nos montantes globais do comércio nessa área, tanto do lado das exportações, como no das importações. Para esse grupo de países as exportações brasileiras no

ano passado alcançaram o valor de 323 milhões de dólares e as importações 212 milhões, contra 336 e 292 milhões de dólares, respectivamente em 1955. Pelo visto, a diminuição das exportações foi de 13 milhões e a das importações de aproximadamente 80 milhões.

ANÁLISE DESSES RESULTADOS

Convém salientar, todavia, que esses resultados não significaram que a instituição da Área de Conversibilidade Limitada tenha sido prejudicial ao desenvolvimento do comércio do Brasil com aqueles países, mas até pelo contrário, proporcionou o saneamento das inúmeras distorções que prevaleciam antes do sistema de pagamentos multilaterais, tais como as reexportações e operações de trânsito motivadas pelas sensíveis diferenças existentes entre o custo das diversas moedas-convênios e as de livre conversibilidade. Por outro lado, se considerarmos a grande parcela das exportações brasileiras para esses países, anteriormente objeto de reexportação e comércio de trânsito, notadamente para a área do dólar e de outras moedas fortes, o que recentemente não tem sido praticamente possível de realização, concluiremos que aquele montante a menos nas exportações para os países da ACL haja se recuperado naquelas áreas. Sabemos, por exemplo, que as nossas exportações para a Suíça, no último ano, cresceram razoavelmente, bem como foram consideráveis os acréscimos registrados na área das moedas convertíveis. Se fosse possível, no momento, a apuração estatística das mercadorias importadas do Brasil pelos países da Área de Conversibilidade Limitada constataríamos que as importações para consumo interno nos mesmos se processaram em maiores proporções. Também é necessário considerar a ligeira redução havida em 1956 na relação de troca. É mister ressaltar ainda que antes da adoção do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais quase todos os países que hoje integram essa área aplicavam o regime de

deságios nas nossas divisas, notadamente a Alemanha, Itália e Holanda, o que contribuía para baratear no mercado interno desses países as mercadorias importadas do Brasil, enquanto os preços de suas exportações para nosso país eram proporcionalmente majorados. Isso deu lugar a uma procura mais intensa de produtos brasileiros, uma vez que eram facilmente reexportados.

No tocante às importações, a queda acentuada no ano de 1956, notadamente na área de conversibilidade limitada, foi devida à necessidade que teve o país de conter suas compras externas a fim de obter meios para liquidar compromissos atrasados. Sabe-se que na ocasião da assinatura dos novos acordos o Brasil possuía saldos devedores em quase todos esses países, saldos esses que foram e ainda estão sendo liquidados à custa das nossas receitas normais de exportação. Somente com a Alemanha os nossos compromissos naquela ocasião eram da ordem de 60 milhões de dólares. Excluindo-se a Inglaterra, com a qual temos um acordo de pagamentos parcelados dos nossos atrasados comerciais, nos demais países ora integrantes da ACL eram credores do Brasil de outros 25 milhões de dólares. Acredita-se que a quase totalidade desses compromissos já esteja liquidada. Estas são as principais causas determinantes da retração das compras brasileiras naqueles países. Convém chamar a atenção, também, para o fato de a França, segundo mercado da área, ter demorado muito a aderir ao sistema de pagamentos multilaterais, o que determinou uma paralisação quase total do intercâmbio comercial franco-brasileiro durante quase seis meses.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Em 1956, o valor das exportações do Brasil para os países que integram a Área de Conversibilidade Limitada representaram 22% do total mundial, enquanto as importações absorveram 17%. Se considerarmos apenas o nosso comércio

com a Europa, essa área detém perto de 58% das exportações e 47% das importações. A análise das trocas efetuadas em cada um desses países apresenta movimento irregular.

Com a Alemanha Ocidental o declínio do valor das exportações e importações em 1956 foi da ordem de 10%, motivado, principalmente, do lado das exportações, pela queda das remessas de algodão em rama e cacau. Outros menores produtos também sofreram ligeiros declínios. Isso pode ser explicado quase que simplesmente pela falta de incentivo às exportações por parte desse país. No tocante ao algodão, o problema limitou-se muito mais às pequenas disponibilidades exportáveis do Brasil. Quanto às importações, registrou-se sensível redução em quase todas as grandes classes de produtos importados da Alemanha, destacando-se, entre outros, as máquinas, veículos e seus pertences, devido, principalmente, ao reflexo das medidas internas adotadas em nosso país.

Com a Grã-Bretanha, enquanto se assinalou uma redução de 12% no valor das exportações brasileiras para aquele mercado, as importações cresceram de 150%. Determinaram os menores níveis das exportações as pequenas compras de cacau e de vários outros produtos. O aumento das importações foi devido à maior disponibilidade de divisas surgidas com a instituição do Sistema, pois antes as receitas brasileiras em libras eram quase que completamente utilizadas na liquidação dos compromissos assumidos e na compra de petróleo e de peças e equipamentos indispensáveis. O aumento das importações da Inglaterra, em 1956, se processou em todas as classes de mercadorias.

O valor das exportações para a Holanda aumentou de 20% em 1956, ao passo que as importações diminuíram de 60%. Os principais produtos da pauta de exportação brasileira para a Holanda tiveram um lugar destacado no aumento. No tocante às importações, a redução se deu principalmente nas aquisições de borracha, navios, barcos,

cassiterita. Somente esses três produtos apresentaram uma diminuição da ordem de 22 milhões de dólares, o que significa dizer que outras rubricas da lista de importação da Holanda tiveram os seus contingentes aumentados.

Com a União Belgo-Luxemburguesa, registramos, em 1956, um aumento de 44% no valor das exportações e uma redução de 32% no as importações. Quase todos os produtos da pauta exportada para

Bélgica acusaram aumento de contingentes. Enquanto as importações declinaram quase que uniformemente em todas as classes.

Itália, França e Austrália, em conjunto, acusaram uma redução de 5% no valor das exportações. Isto deveu-se quase exclusivamente à sensível diminuição das compras italianas no Brasil. Notou-se mesmo ligeira melhoria nas nossas vendas aos mercados franceses. As importações brasileiras nesses três mercados reduziram-se de 55%, tendo sido fortemente contraindas as compras do Brasil na França (-33%). Também as nossas importações na Itália foram 40% menores. Isso até certo ponto foi mo-

tivado pela demora de adesão desses três países ao Sistema de Pagamentos Multilaterais, o que determinou maior rigor por parte das autoridades brasileiras no tocante à distribuição de divisas para compras naqueles mercados.

Não obstante os quantitativos do comércio do Brasil com os países da área de conversibilidade limitada não terem apresentado cifras aparentemente animadoras, pelas razões acima mencionadas, o Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais apresenta, por outro lado, aspectos altamente positivos. Promoveu o abandono, por parte dos países participantes, das operações de "switch" que geralmente praticavam, uma vez que o estabelecimento do leilão único para as compras brasileiras naquela área resultou na equalização dos âgios das respectivas moedas oferecidas aos nossos importadores. Registrou-se também maior regularidade na oferta de divisas ACL e crescente elevação dos seus níveis, o que vem dando margem à queda paulatina dos âgios e à conseqüente redução, em cruzeiros, dos preços das mercadorias importadas desses países.

• Comércio do Brasil com os países da área de conversibilidade limitada

Países	Import. (US\$ 1.000)		Export. (US\$ 1.000)	
	1955	1956	1955	1956
A.C.L. - Total.....	232.366	212.190	336.287	323.476
Alemanha	88.034	79.602	104.404	94.071
Austrália	3.920	1.819	5.973	4.282
Francia	78.404	26.400	54.671	61.360
Grã-Bretanha	17.687	44.500	63.398	54.960
Holanda	33.095	13.849	32.474	50.647
Itália	48.718	29.279	47.529	32.345
União B. Luxemb.	24.608	16.656	17.648	23.939

• "Fabuloso o futuro petrolífero do Brasil"

(Do noticiário)

O General Alfredo Intzaugarat, presidente da "Yacimientos Petrolíferos Fiscales", da Argentina, que

estêve recentemente no Brasil em visita aos trabalhos da PETROBRAS, ao regressar à sua pátria fez à imprensa as seguintes declarações:

"É fabuloso, incalculável, o futuro petrolífero do Brasil. Uma

rápida visão do que a PETROBRÁS já realizou em seus poucos anos de existência, o contato que tive com os jovens técnicos e demais trabalhadores da empresa, o conhecimento dos seus planos, levam-me à certeza de um destino grandioso para o Brasil na indústria do petróleo. É realmente contagiante o entusiasmo, a confiança, a fé desses jovens no Brasil e na PETROBRÁS. Bastaria esse material humano para fazer do Brasil, em pouco tempo, uma potência de expressão mundial em petróleo".

O General Alfredo Intzaugarat, depois de examinar, detidamente, os dados relativos à produção na-

cional de petróleo e às atividades das duas refinarias da PETROBRÁS, a de Mataripe e a de Cubatão, afirmou:

"Os resultados conseguidos pela PETROBRÁS estão entre os melhores do mundo, inclusive a Argentina, onde temos uma experiência muito mais antiga. Difícilmente o destino de uma empresa poderá ser tão brilhante como o da PETROBRÁS. É a opinião de alguém que conhece o assunto".

"A PETROBRÁS é um sucesso" — concluiu o presidente da "Yacimientos Petrolíferos Fiscales", da Argentina.

● Carregamentos de óleo bruto recebidos pela Refinaria Presidente Bernardes, desde 20-IX-56 até 5-IV-57

N.º Carregamento — Nome do navio	Data Carregamento	Data Término Descargas	Barra a 15°C Descarregados
1956			
1 — Presidente Dutra	13-9-56	26-9-56	112,87
2 — Presidente Dutra	25-9-56	30-9-56	117,565
3 — Presidente Dutra	6-10-56	16-10-56	92,686
4 — Presidente Dutra	21-10-56	26-10-56	115,926
5 — Presidente Dutra	31-10-56	5-11-56	118,211
6 — Presidente Dutra	11-11-56	17-11-56	117,294
7 — Presidente Dutra	21-11-56	27-11-56	118,523
8 — Presidente Dutra	2-12-56	8-12-56	85,271
9 — Caravelas	8-12-56	14-12-56	105,817
10 — Presidente Dutra	13-12-56	19-12-56	107,493
11 — Caravelas	19-12-56	25-12-56	116,568
12 — Presidente Dutra	25-12-56	30-12-56	30,552
12 — Presidente Dutra	25-12-56	31-12-56	89,276
1957			
13 — Mataripe	1-1-57	8-1-57	118,726
14 — Presidente Dutra	7-1-57	12-1-57	110,131
15 — Mataripe	13-1-57	18-1-57	112,843
16 — Presidente Dutra	19-1-57	23-1-57	103,688
17 — Mataripe	26-1-57	2-2-57	117,824
18 — Presidente Dutra	1-2-57	7-2-57	117,583
19 — Mataripe	2-2-57	11-2-57	106,825
20 — Presidente Dutra	12-2-57	17-2-57	103,635
21 — Mataripe	18-2-57	23-2-57	104,769
22 — Presidente Dutra	24-2-57	28-2-57	112,557
23 — Mataripe	3-3-57	7-3-57	109,129
24 — Presidente Dutra	8-3-57	13-3-57	97,285
25 — Mataripe	17-3-57	23-3-57	99,298
26 — Goiânia	25-3-57	2-4-57	147,380
27 — Mataripe	31-3-57	5-4-57	115,326
			3.001,946

FONTE: Petrobrás.

As jazidas de minério de manganês do Amapá

(Do Boletim da ADESG, de julho de 1957)

HISTÓRICO

As primeiras ocorrências de minério de manganês no Amapá foram assinaladas pelo Eng. Josafredo Borges, quando, em 1934, realizou uma viagem de estudos ao vale do Rio Amapari, a serviço do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Em 1941, o caboclo Mario Cruz numa de suas muitas viagens pelo Rio Amapari, transportando gêneros e pessoal para a região dos garimpos de ouro, pernitoou na Serra do Navio, junto ao igarapé do Baio, apanhando na ocasião amostras do minério de manganês, na suposição de que fossem de ferro.

Em 1945, com a descoberta das jazidas de minério de ferro no Rio Vila Nova, Mario Cruz levou as amostras que trouxera do Rio Amapari ao Governador Janary Gentil Nunes, ainda na suposição de que fossem amostras daquele minério.

Constatadas serem amostras de minério de manganês, o Governador as encaminhou para o Rio de Janeiro, onde o geólogo Glycon de Paiva confirmou serem elas de minério de alto teor. Em seguida, foram as jazidas visitadas e estudadas pelo Dr. Glycon de Paiva que teve então oportunidade de constatar a sua importância prevendo o seu valor.

O então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, ciente pelas autoridades competentes da riqueza do achado, baixou o Decreto-lei n. 9.858, de 13 de setembro de 1945, que declarou reserva nacional as jazidas descobertas e determinou o seu estudo e aproveitamento por intermédio do Governo do Território Federal do Amapá, assegurando a este participação direta nos proventos que resultassem da exploração do minério.

ARRENDAMENTO DAS JAZIDAS

Depois de longos estudos, decidiram as autoridades governamentais arrendá-las, mediante o pagamento de determinado "royalty", a ser fixado, e a imposição de inúmeras obrigações e encargos aos arrendatários.

Aberta uma concorrência para o arrendamento, de conformidade com bases assentadas pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, a ela compareceram a Companhia Meridional de Mineração, associada à United States Steel Co., a Hanna Exploration Co., e a Indústria e Comércio de Minério S.A. — ICO-MI, de Belo Horizonte.

A concorrência foi vencida por esta última, tendo o Governo Federal, pelo Decreto n. 24.156, de 4 de dezembro de 1957, autorizado o Governo Territorial a contratar o arrendamento da exploração das jazidas do minério.

Iniciados os trabalhos de prospecção, ficou constatada a necessidade da inversão de considerável capital para se obter um aproveitamento econômico do minério.

Após intensivas procuras no mercado interno, verificou a arrendatária a impossibilidade de levantar no país os capitais exigidos pelo empreendimento, razão por que, com o conhecimento e autorização do Governo da União, representado pelos Poderes Legislativo e Executivo, apelou a arrendatária para o mercado externo, obtendo afinal um empréstimo no valor de sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares (US\$ 67.500.000,00) do "Export and Import Bank of Washington", para fazer face não só às despesas de compra de equipamentos no exterior como às despesas no país. As obras foram orçadas em quarenta e cinco milhões de dólares (US\$ 45.000.000,00) enquanto os eventuais acréscimos decorrentes da inflação, juros vencidos e imprevistos seriam cobertos pelo excedente do empréstimo.

A PESQUISA

A pesquisa das jazidas foi a mais completa no gênero, que já se realizou no Brasil.

O levantamento cobriu a área de 2.500 Ha e as sondagens geológicas com brocas de diamante atingiram a 195 perfurações, totalizando a extensão de 10.108 m.

A cubação do manganês foi acompanhada de meticulosa análise química das amostras obtidas nas perfurações, trincheiras e galerias executadas. As análises químicas foram em número de 4.000 e na cuba-

ção do minério só se computou o que apresentava teor igual ou superior a 46 % de manganês.

As pesquisas feitas determinaram a existência de pelo menos 16.000.000 de toneladas de minério de manganês e cobriram 65 % da área demarcada de 2.500 Ha. Uma estimativa conservadora permite admitir um mínimo de 20.000.000 de toneladas como sendo a reserva das jazidas.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de julho do corrente ano :

a) Do exterior :

- Espanha — Ejército — Revista ilustrada de las armas y servicios.
 — "Guion" — (Revista de los mandos subalternos).
 França — Revue Militaire d'Information.
 Paraguay — Revista de las Fuerzas Armadas de la Nacion.

b) Nacionais :

- "O Miliciano", da Assoc. Ben. Sarg. da Pol. Militar.
 "Carta mensal", da Conf. Nac. do Com.
 "Mensagem Econômica", da Assoc. Com. de Minas.



Noticiário de Interesse Militar

O QUE DEVE SER MUDADO

Cap Eng JURANDYR CARIPUNA MAUÉS

"Dai-nos forças Senhor, para aceitar com serenidade tudo o que não pode ser mudado. Dai-nos coragem para mudar o que pode e deve ser mudado. E dai-nos sabedoria para distinguir uma coisa da outra." Que esta belíssima oração seja lida e aplicada por quem possuir... atribuições para resolver o problema que a seguir vou explanar, é a súplica que eu crescento a ela.

Quem se preocupa com o exato cumprimento das normas regulamentares, cuja falta de exigência é apontada como um dos principais males dos homens do nosso país, e vive na região amazônica, não pode aceitar com serenidade o atual uniforme de passeio dos cabos e soldados. sinto-me constrangido, embora jamais o tenha deixado de fazer, em dar arte de cabo ou soldado encontrado em trajes civis, pois, sempre, sou levado a meditar qual seria o meu procedimento, se fôsse obrigado a usar tal uniforme. E nesta conjectura, com tristeza, chego à conclusão de que, pelo menos na região amazônica, o uniforme de passeio dos cabos e soldados é um permanente convite à prática da transgressão das normas disciplinares, em virtude de suas duas principais características — DESCONFORTO e ANTI-HIGIENE. A túnica de brim VO incorporada e fechada no colarinho, a calça de gabardine e a temperatura ambiente da Amazônia formam a mais perfeita e eficiente aparelhagem para o homem turco, que possa existir no mundo. Em poucos minutos, o suor do homem recebe o tratamento especial para ser triplicada a sua produção transformado numa camada sebácea, misturada com poeira, que fica aderente ao pano do uniforme. Resultado, numa tentativa de aliviar tal suplicio, no mínimo, o homem sente a necessidade de desabotoar o colarinho. Para manter-se a túnica mais ou menos limpa, é preciso que seja lavada diariamente. E não há bolsa nem tecido que resista a tanta sujeira...

Nas fronteiras da Amazônia já está sendo utilizada a calça de brim VO escuro e em Manaus e Belém, foi tolerado apenas o uso da camisa bege, sem a túnica ou blusão. Estas duas concessões constituem uma prova irrefutável de que a túnica, seja de gabardine ou de brim, e a calça de gabardine não são condizentes com o clima da Amazônia.

Já que os oficiais e sargentos tiveram minorado o desconforto de seus uniformes, por que para os cabos e soldados, que em hipótese alguma podem andar à paisana, não se adotam medidas com a mesma finalidade?

Como penso que, simultaneamente com a indicação do erro, deve ser apresentada uma solução, não deixo de consignar qual o uniforme que me parece adequado para o clima da Amazônia. El-lo: sapatos pretos, meias VO, calça de brim VO escuro, com o vinco feito por meio de uma costura, cinto de lona com fivela de metal, o atual tipo de camisa bege com mangas curtas e sem gravata, e gorro de brim VO escuro, sem pala. Este uniforme poderia ser também utilizado pelos oficiais e sargentos, mediante a adoção dos distintivos das armas ou serviços e das insígnias dos postos ou graduações em metal, nas pontas do colarinho da camisa bege, permanecendo o bordado das insígnias dos postos ou graduações no gorro sem pala.

Aos que possuem a intransigência de não admitirem as sugestões acima, fundamentando-se no conceito de que não sou "técnico" no assunto, peço que aceitem, pelo menos, o conselho e pensamento seguintes:

— venham conhecer a Amazônia, com túnica e calça de gabardine.

— Se os homens falassem apenas sobre o que sabem, o silêncio geral seria insuportável.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO CHEFE DA 14ª CR, CO- RONEL MOACIR ARAUJO LOPES, NA OPORTUNI- DADE DA INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DA ORGA- NIZAÇÃO

— O art. 1º da Constituição firma o dogma da soberania dos Estados Unidos do Brasil, expressando que eles mantêm, sob regime representativo, a Federação e a República e estabelecendo complementarmente que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido.

— No entanto, no estado atual da civilização, este dogma tem de ser alicerçado na força, sem o que não passaria de uma utopia. E a mesma Constituição, em os seus arts. 176 e 177, especifica a base que lhe dá substância e realismo:

— As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais e permanentes, destinadas a defender a Pátria, a garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei.

E mais além, em seu art. 181, fixa o modo de constituir as Forças Armadas, dentro do espírito e da letra da expressão inicial, de que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido, ao determinar que — todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria.

A instituição do Serviço Militar é, deste modo, a pedra fundamental, real, objetiva, da soberania nacional, na base de que o sagrado ônus da sua expressão física, recai sobre todos os brasileiros. — Nenhuma instituição nacional apresenta a sua universalidade e a sua grandeza.

* * *

Seguramente esta maravilhosa legislação, a mais perfeita e equânime, de que, na fase atual da ascensão das massas humanas, poderíamos

dispor, surgiu, progressivamente, à custa de esforços de brasileiros iluminados.

* * *

Sob a pressão dos dramáticos acontecimentos surgidos com a Primeira Grande Guerra, que, há pouco mais de dois decênios, envolveu o mundo, agigantou-se uma figura clarividente de patriota. Compreendendo a necessidade de engajar a honra nacional, nos sagrados objetivos da defesa da Pátria bem-amada, lançou Olavo Bilac, na campanha que se impôs, todo o ardor do seu entusiasmo e todo o capital constituído da confiança dos brasileiros no gênio do vate imortal. Pelo Brasil a fora, em conferências memoráveis, no Rio, em São Paulo, em Minas, no Paraná, nas Universidades, nos Colégios, nos Clubes, nos Quartéis, nos comícios, diretamente ao povo, comoveu a alma brasileira e apontou-lhe o rumo certo de canalização do seu patriotismo nunca desmentido — o *Serviço Militar* — Foi o seu grande PRECURSOR. Quase ao acaso, repetiremos trechos de discursos, inigualáveis :

* * *

No Banquete de 2 de abril de 1917, em São Paulo :

"Assististes e estais assistindo a uma nova e radiante floração da energia, da coragem, do fervor, do patriotismo, de todas as antigas e formosas virtudes do povo brasileiro. Homens de cérebro e de Coração, de ação e de afeto estão dirigindo este exército de apóstolos (Liga da Defesa Nacional), em que me alisto soldado obscuro, mas dedicado.

Há poucos dias visitei nesta capital o quartel de um dos nossos admiráveis batalhões de caçadores. Diariamente, chegam levadas de voluntários ; e alguns destes são trazidos por seus pais, por suas mães, por suas irmãs, por suas noivas. É o lar que entrega as suas flores ao quartel ; é a família que entrega a sua honra ao Exército... Já todos sabem que o alojamento militar é escola, ginásio, oficina...

A oposição à lei do Sorteio Militar desapareceu. E, depois do que estamos observando, a oposição seria um crime."

No Colégio Paula Freitas, no Rio, em 19 de novembro de 1917 :

"... Houve sacrilégio e ultrage. A nossa bandeira, símbolo de paz e de justiça, de trabalho honrado e modesto, de concórdia e lealdade, de afirmações de ordem e de aspirações de progresso, foi ofendida e ferida, quando viajava como nuncia de labor e de bondade. Ela cobria, em mares remotos, sob céus estranhos, a vida e a atividade de irmãos nossos, que iam levar o nosso comércio a povos amigos."

No Instituto La Fayette, no Rio, em 20 de dezembro de 1920 :

"Soldados devem ser e sempre serão todos os brasileiros, já que, felizmente, abolida em nossa terra a tradição funesta da existência de uma casta militar, todos os filhos do Brasil terão a honra e o sacrifício de vestir uma farda, manejar uma carabina e sendo necessário, verter o seu sangue e imolar a sua alma.

Sendo soldado, sereis cidadãos. Não é só nos campos de batalha que a bravura e abnegação fazem os homens dignos e grandes. Estas virtudes, no tempo de paz, são ainda mais necessárias e mais difíceis...

Não podemos, nesta terrível fase da vida da humanidade, admitir que um cidadão deixe de ser soldado. Quando se trate de defender a família, e a Pátria, a fraqueza é um crime e o descuido é uma desonra."

Aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, em 9 de outubro de 1915:

"Nunca fui, não sou e não serei um militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da classe militar é justamente a militarização de todos os civis; a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados. Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina e da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória."

A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: dela saíam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão."

o o o

Por uma patriótica e feliz compreensão do valor do órgão do Serviço Militar, a 14ª Circunscrição de Recrutamento, sediada no Município e na Cidade de Sorocaba, por parte do seu Governo, na pessoa do Dr. Gualberto Moreira, temos a honra de inaugurar, nesta data e, neste momento, a nova sede desta Circunscrição. Sede capaz de lhe permitir cumprir, realmente, com dignidade, suas elevadas finalidades, qual seja a da execução e fiscalização do Serviço Militar, em larga faixa do território paulista, abrangendo 131 municípios, com mais de 2.300.000 habitantes.

Temos a honra e a rara oportunidade, outrossim, de realizar esta inauguração com a presença, praticamente, de quase toda a sua ecletica equipe de trabalho, constituída de militares e civis, chefes e chefidos, num significativo e patriótico toque de reunir, pelos sagrados interesses do Brasil. Não faltou a esta reunião nem mesmo a presença significativa dos dignos ex-Chefes desta Organização e Chefes das outras Circunscrições de Recrutamento, do território do Estado de São Paulo.

o o o

Nenhuma homenagem nos poderia ser mais grata que inaugurarmos, nesta sede, e no andar onde são realizadas as atividades específicas da CR, o retrato do vate maravilhoso e do patriota imortal.

o o o

"SABER É VIVER, É EXPERIMENTAR É MESMO SER", diz BERGSON.

Não poderíamos inaugurar um retrato, citar as palavras proféticas e estuantes de patriotismo construtor e dinâmico de BILAC, sem nos impormos, aos componentes da equipe de trabalho da 14ª CR, um exame de consciência.

Temos mantido a sagrada instituição do Serviço Militar, na altura dos ideais dos seus fundadores e das superiores necessidades da Pátria!

Temos mantido esta instituição, a mais universal, na parte que nos diz respeito, com a pureza, a beleza e a fortaleza necessárias para com as suas superiores finalidades e de acordo com os nossos compromissos para com o Brasil?

A Lei do Serviço Militar, complementando as prescrições da Constituição, penetra-lhe o espírito e fixa que todo o brasileiro é convocado ao sagrado serviço da Pátria, no ano civil em que completar 18 anos de idade, independente de qualquer chamamento. Se não tiver a honra de servir, na ativa, nas Unidades ou outras Organizações do Exército, permanece como excedente, às ordens do Brasil, alerta, durante todo um ano, só sendo liberado dessa situação, ao serem licenciados do serviço ativo, os mais afortunados. Incluído na reserva das Forças Armadas, continuará, por 28 anos, com a obrigação do Serviço Militar. Fixa ainda a Lei, e os diplomas legais que a complementam, que é o município, a célula do Estado, o encarregado do arrolamento dos brasileiros que devam ser convocados (alistamento); de manter em dia a situação deles e de quitá-los, no devido tempo, com o Serviço Militar (quanto ao fornecimento dos Certificados de Reservista de 3ª categoria). Fixa, outrossim, que o presidente dos Órgãos Municipais (Juntas de Alistamento Militar) são os seus Prefeitos. Entrega, deste modo, numa clarividência e sabedoria máximas, o grande encargo da execução do Serviço Militar, à célula do Estado — o Município — e à maior autoridade dele, eleita pelo povo — o seu Prefeito — para que esta autoridade dirija a execução da maior e mais digna servidão imposta aos brasileiros — a do Serviço Militar obrigatório, pelo qual se constituem as Forças Armadas, para garantirem a Constituição, a ordem e a lei dos Estados Unidos do Brasil, República Federativa, em que o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Realmente, para 60 homens militares, trabalhando em uma CR, cerca de 500 civis trabalham nas Juntas de Alistamento Militar, sob a direção da autoridade máxima do Município.

Repito a pergunta: Temos mantido a sagrada instituição do Serviço Militar, na altura das superiores necessidades da Pátria e dos Brasileiros? Temos pecado, por ação ou por omissão, na direção e execução da missão, transcendente?

Responda a consciência de cada um de nós. — Mas, sobre tudo e sobre todos, valha-nos este propósito de revigorarmos as nossas convicções democráticas, de aplicarmos de maneira altruística a nossa liberdade, para dignificarmos a instituição nacional por excelência. Para tal, apesar das dificuldades, e estas são inerentes aos magnos empreendimentos humanos, coloquemos em posição digna os elementos encarregados deste Serviço: — instalações decentes e funcionais, pessoal dignificado, capaz e em número suficiente. Demos-lhe apoio material e moral. Não transijamos com o que está tão diretamente ligado à dignidade da Pátria. Melhoremos o nosso mecanismo, para que possamos produzir com SEGURANÇA e RAPIDEZ, as duas condições básicas para a produção das JAM, das DR e da CR. E dignificando, deste modo, o Serviço Militar, situemo-nos em condições, legais e morais, de reagir segura, justa, mas violentamente, contra aqueles que sujam a instituição militar, cobrando serviços que, por lei, são gratuitos; fornecendo documentos gratuitos; locupletando-se e prevaricando à sombra magnânima da Pátria.

• • •

Componentes da equipe de trabalho desta Organização, estou seguro de que interpreto os vossos pensamentos, expressando a honra de servirmos ao Brasil, na sagrada instituição do Serviço Militar.

A 14ª CR agradece, penhorada, a presença dos ilustres Generais, Chefes de sua equipe, dos ilustres Prefeitos Presidentes de JAM, entre os quais, o Chefe do Governo do Município de Sorocaba e dos muito distintos convidados.

NORMAS PARA NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO DE INSTRUTORES

AVISO N. 584-D5/D1, EM 6 DE JULHO DE 1957

A fim de padronizar a indicação, a nomeação e a exoneração de Instrutores dos estabelecimentos de ensino do Exército, resolvo:

I — Ficam adotadas as seguintes "Normas para Nomeação e Exoneração de Instrutores dos Estabelecimentos de Ensino do Exército":

A) DA INDICAÇÃO

1. A indicação de oficiais para o desempenho das funções de Instrutor (Instrutor-Chefe, Instrutor, Instrutor-Estagiário, Auxiliar de Instrutor) compete aos Comandantes ou Diretores dos Estabelecimentos de Ensino, que proporão à autoridade competente, pelos canais hierárquicos, a nomeação dos mesmos.

2. Só deverá ser proposto para qualquer das funções de Instrutor o Oficial que:

a) tenha, no mínimo, 3 (três) anos arregimentados em Corpo de Tropa, se Oficial das Armas, e 3 (três) anos no exercício de qualquer função do respectivo quadro no Exército, se Oficial dos Serviços. No caso de ser Capitão ou 1º Tenente deverá contar, pelo menos 1 (um) ano de arregimentação, no posto;

b) tenha demonstrado aptidão para o seu desempenho;

c) não esteja no quadro de acesso para promoção, a não ser que possa exercer a função no caso de ser promovido;

d) não venha a ultrapassar, se pertencer às Armas, no caso de função do Quadro Suplementar, 6 (seis) anos de afastamento da tropa, dentro do prazo para o qual foi nomeado;

e) não venha a ultrapassar, dentro do prazo do exercício das funções, 12 (doze) anos consecutivos de permanência na Capital Federal e 10 (dez) anos nas demais guarnições;

f) não contraria o art. 8º da Lei de Movimento de Quadros, caso tenha sido recentemente promovido;

g) não venha a incidir no art. 9º da Lei de Movimento de Quadros, na data em que deva ser desligado, por motivo de sua nomeação;

h) satisfaça as condições do art. 54 da Lei do Ensino Militar, § 2º, do art. 1º, e parágrafo único, do art. 4º, do Decreto-lei n. 8.097, de 16 de outubro de 1945, Aviso n. 654, de 4 de outubro de 1951.

3. As propostas obedecerão ao modelo anexo e deverão ser expedidas pela autoridade proponente com antecedência mínima de 4 (quatro) meses da data em que os Oficiais deverão assumir as funções.

4. O estudo das propostas é da competência:

a) do Estado-Maior do Exército, quando se tratar de funções de Quadro do Estado-Maior da Ativa;

b) da Diretoria-Geral de Ensino e do Departamento Geral do Pessoal, competindo a este o encaminhamento ao Ministro da Guerra (se for o caso) quando se tratar de funções do Quadro Suplementar nos estabelecimentos ou cursos que tiverem subordinação à Diretoria-Geral de Ensino;

c) das Regiões Militares e do Departamento Geral do Pessoal, competindo a este o encaminhamento ao Ministro da Guerra (se for o caso), quando se tratar de funções do Quadro Suplementar nos estabelecimentos ou cursos que tiverem subordinação total às Regiões Militares.

B) DA NOMEAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

5. A nomeação de Oficial para as funções de instrutor será feita:

Por Portaria Ministerial nas seguintes condições:

a) pelo prazo de 2 (dois) anos para todos os estabelecimentos de ensino, exceto a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Técnica do Exército e Escola de Veterinária do Exército;

b) pelo prazo de 3 (três) anos para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de acordo com o art. 93 do Regulamento respectivo;

c) pelo prazo de 3 (três) anos para a Escola Técnica e Escola de Veterinária, de acordo com o Capítulo IX do Decreto 10.389, de 3 de setembro de 1942 (Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército).

6. Do ato da nomeação, que deverá ser publicado, no mínimo, com 2 (dois) meses de antecedência, constará a data em que o Oficial-Instrutor deverá assumir as funções.

7. O Oficial que estiver exercendo as funções de Instrutor não poderá ser movimentado antes de cumprir o prazo para o qual foi nomeado, mesmo que seja promovido, salvo por conveniência do serviço ou a juízo do Ministro da Guerra.

7.1. Excetuam-se os casos previstos no item 12, observadas as condições dos itens 19 e 22, tudo das presentes Normas.

8. O Auxiliar de Instrutor, quando promovido a Capitão, se já tiver satisfeito as condições do parágrafo único, do art. 8º, da Lei de Movimento de Quadros, completará o prazo para o qual tiver sido nomeado, preenchendo a vaga com a designação de Instrutor, salvo se houver incompatibilidade hierárquica.

C) DA RECONDUÇÃO

9. A recondução às funções de Instrutor, do Oficial que tenha concluído o prazo de sua nomeação, será possível, uma única vez, por necessidade do ensino ou da instrução:

a) por 2 (dois) anos, para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército;

b) por 1 (um) ou 2 (dois) anos, para os demais estabelecimentos de ensino.

9.1. O Oficial que completar o prazo para que foi nomeado, nas condições expressas no item 8, não poderá ser reconduzido.

10. A recondução obedecerá às demais condições estabelecidas para a nomeação.

D) DA EXONERAÇÃO

11. Findo o prazo para o qual foi nomeado (ou reconduzido) o Instrutor será movimentado pela autoridade competente.

12. O Oficial poderá ser exonerado das funções de Instrutor, antes de completar o prazo de sua nomeação (ou recondução):

- a) por conveniência da disciplina;
- b) por motivo de saúde, devidamente comprovado;
- c) por deficiência no exercício das funções;
- d) por conveniência do serviço, a juízo do Ministro da Guerra.

13. A exoneração é da competência da mesma autoridade que fez a nomeação.

E) DISPOSIÇÕES GERAIS

14. O Oficial que, pela primeira vez na sua carreira, fôr nomeado Instrutor e o que o fôr para estabelecimento de nível superior àquele em que já tenha exercido essas funções, desde a sua apresentação no estabelecimento até o fim do terceiro mês do primeiro ano letivo (fim do sexto mês, no caso das EAO e ECEME), será considerado Instrutor-Estagiário. Durante esse tempo, frequentará o Curso de Instrutores, quando previsto no Regulamento do respectivo estabelecimento, sem prejuízo dos demais trabalhos escolares, ministrando a instrução que lhe couber.

Findo o prazo do estágio, caberá ao Instrutor-Chefe pronunciar-se sobre as suas qualidades para o exercício da função.

14.1. Será dispensado do estágio o Oficial que:

- a) seja nomeado para as funções de Instrutor-Chefe;
- b) já tenha exercido função de Instrutor em outro estabelecimento de nível mais elevado.

15. O Instrutor-Estagiário, uma vez confirmada a sua capacidade para a função, passará à categoria de Instrutor, por ato do Comandante do estabelecimento.

15.1.* O tempo que o Oficial-Instrutor passou como Instrutor-Estagiário será computado como de Instrutor, não só para a contagem dos prazos estabelecidos nas presentes Normas como, também, para efeito da Lei de Promoções.

16. Poderão ser nomeados Instrutores dos estabelecimentos de ensino, Oficiais que venham a concluir cursos desses mesmos estabelecimentos, desde que as funções sejam consideradas arregimentadas, de especialização ou de Estado-Maior, satisfeitas as demais condições para nomeação, desde que isso seja permitido pelos regulamentos respectivos.

16.1. Para Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, só poderá ser nomeado Oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa.

17. O Oficial exonerado das funções de Instrutor poderá ser proposto para funções de outra natureza no próprio estabelecimento, desde que o tempo total de sua permanência não ultrapasse de 5 (cinco) anos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e de 4 (quatro) anos nos demais estabelecimentos.

17.1. Excetuam-se os casos de exoneração por conveniência da disciplina ou por deficiência no exercício das funções.

18. Também poderá ser proposto para funções de Instrutor o Oficial que estiver no exercício de funções de outra natureza, no estabelecimento, obedecida a condição de prazo de permanência, acima fixada.

19. O Oficial-Instrutor, que, promovido, deva ser exonerado, em face do art. 8º da Lei de Movimento de Quadros, permanecerá nas funções até o fim do ano letivo.

20. O tempo passado pelo Oficial em qualquer das funções consideradas arregimentadas, de acordo com o art. 11 da Lei de Promoções, não será considerado "afastado da tropa" para os efeitos do art. 7º da Lei de Movimento de Quadros.

21. Nos estabelecimentos onde as funções de Instrutor não estejam compreendidas nas citadas no item anterior, as funções previstas para Tenente Auxiliar de Instrutor poderão ser exercidas por Capitão, com a designação de Instrutor.

22. Os Oficiais exonerados das funções de Instrutor, quando Capitães, sem o Curso da EsAO, não poderão exercer funções fora da tropa, antes de decorrido o prazo de 1 (um) ano.

23. O Oficial exonerado de Instrutor só poderá ser novamente nomeado para funções dessa natureza depois de decorrido o prazo de 1 (um) ano.

23.1. Exceetua-se o caso previsto na alínea b) do item 12.

II — São revogados todos os Atos Ministeriais (Notas, Avisos, etc.) que contrariem o presente Aviso, no que se refere a Instrutores.

MODELO DE PROPOSTA PARA NOMEAÇÃO OU RECONDUÇÃO DE INSTRUTORES

Ministério da Guerra

Estado-Maior do Exército — (... Ex)

(Escala Intermediária)

(Estabelecimento de Ensino)

PROPOSTA PARA NOMEAÇÃO (RECONDUÇÃO) DE INSTRUTOR

I — Nome

II — Posto, Arma ou Serviço e identificação

III — Função atual

IV — Função e Curso ou assunto para que é proposto

V — Preenche todas as condições do n. 3 das Normas baixadas pelo Aviso n. de de 1957.

VI — Data em que deve assumir as funções

VII — Cursos que possui, datas e menções (ou graus)

VIII — Já foi Instrutor? (mencionar de que, onde, data e motivo da última exoneração)

IX — Pretende candidatar-se, nos dois próximos anos, a algum curso ou concurso? (1) (mencionar qual e data)

X — Observações (2)

.....

Data,

(Assinatura)

(1) Só em casos excepcionais serão propostos oficiais que não pretendam permanecer nas funções durante todo o prazo da nomeação. Esses casos deverão ser devidamente justificados no item X observações.

(2) Mencionar a vaga referente à proposta, inclusive a dependente do afastamento de outro instrutor que tenha solicitado exoneração ou deva ser exonerado por qualquer outro motivo, declarando, nesse caso, o tempo que ainda assiste ao substituído.

— Consignar rápido juízo que faz do Oficial proposto.

— Dar outras informações julgadas úteis para o atendimento da proposta, inclusive as justificativas citadas na nota (1).

DEFINIÇÕES METEOROLÓGICAS

Brisa do mar — Vento local que sopra do mar para terra durante o dia em consequência do resfriamento desigual das superfícies terrestre e marítima.

Brisa de terra — Vento local que sopra da terra para o mar quando a superfície marítima é mais quente do que a terra. Esse fenómeno ocorre durante a noite, quando a terra se resfria pelo processo de "radiação".

Chuva leve — As gotas são facilmente identificáveis, individualmente, não se verificando borrito sobre as superfícies duras. As poças formam-se lentamente e são necessários, geralmente, mais de 2 minutos para que molhe os calçamentos, telhados, etc. O ruído deste tipo de chuva vai de um leve tamborilar a um tamborilar suave. (Média horária de acumulação no pluviômetro: menos de 2,5 mm).

Clima continental — Classe de clima característico do interior de um continente. Comparado com o clima marítimo, o continental tem maior alcance diário de temperatura.

Equilíbrio estável — Quando uma massa de ar que se está deslocando para uma nova posição, volta à sua posição primitiva.

Bourdon — Tubo metálico, fino, fechado e geralmente recurvado. O ar no tubo é evacuado. O metal é de tipo todo especial a fim de se contrair ou dilatar rapidamente, com as variações da temperatura das principais peças do Termógrafo — H. G.

Nivômetro — Aparelho com que se avalia a espessura de neve que cai em determinado ponto da terra, durante determinado tempo.

Gulf-Stream — Corrente oceânica, forte e quente, do Atlântico Norte, que começa entre a Flórida e Cuba e dirige-se para Nordeste, em direção ao Norte da Europa.

Gráfico adiabático — Gráfico da temperatura em relação à altura, na qual a pressão é lançada numa escala logarítmica e as quedas adiabáticas, para o ar seco e para o ar úmido, são indicadas por ratura. O Tubo de Bourdon é uma linha inclinada.

(Do noticiário)

ATOS OFICIAIS

Decretos, leis, portarias, avisos e notas até 18 jul 57

DECRETO N. 41.763 — DE 3 DE JULHO DE 1957

Manda acrescentar um parágrafo único ao art. 2º do Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. É acrescentado ao artigo 2º do Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954, que aprovou a 2ª Parte do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército, o seguinte:

"Parágrafo único. Para oficiais e praças que sirvam em guarnição cujo clima aconselhe e mediante autorização do Ministro da Guerra, as blusas de instrução serão confeccionadas de meias-mangas, com bainhas simples, com costura."

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 5-VII-57.)

DECRETO N. 41.764 — DE 3 DE JULHO DE 1957

Cria a Companhia de Parque Central de Motomecanização, orgânica do Parque Central de Motomecanização.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere

o art. 87, inciso I, da Constituição e de acordo com o art. 19 da Lei n. 2.851, de 25 de agosto de 1956, decreta:

Art. 1º. Fica criada a Companhia de Parque Central de Motomecanização, orgânica do Parque Central de Motomecanização.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 5-VII-57.)

* *

DECRETO N. 41.765 — DE 3 DE JULHO DE 1957

Cria, no Exército, Companhias de Serviço Industrial

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e de acordo com o art. 19 da Lei n. 2.851, de 25 de agosto de 1956, decreta:

Art. 1º. Ficam criadas as Companhias de Serviço Industrial que deverão se integrar nos Arsenal de Guerra do Rio e General Câmara e Fábricas do Realengo, Presidente Vargas, da Estrêla, do Material de Comunicações de Bonsucesso e de Curitiba.

Art. 2º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1957; 136^a da Independência e 69^a da República.

("Diário Oficial" de 5-VII-57.)

* *

PORTARIA N. 1.348 — DE 4 DE JULHO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, consoante o que propõe o Estado-Maior do Exército e usando das atribuições que lhe confere o disposto no art. 59 da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942), resolve:

a) Autorizar o funcionamento, no ano de 1957, do Curso de Preparação à Geodésia e Topografia, na Escola Técnica do Exército, nos termos das Instruções aprovadas pela Portaria n. 125, de 16 de abril de 1952 (art. 10 e seus parágrafos);

b) Dispensar de parte do estágio que realizam, no corrente ano, na Diretoria do Serviço Geográfico, os oficiais da turma de Topografia, de 1956, que forem matriculados no Curso de Preparação à Geodésia e Topografia (Portaria n. 210, de 2 de maio de 1953);

c) Fixar em 17 (dezessete) o número de vagas do referido Curso, as quais serão preenchidas segundo a ordem de classificação intelectual dada pelo grau do Curso (art. 8^o das Instruções para o Curso de Topografia, Portaria n. 125, de 16 de abril de 1952);

d) Tornar sem efeito a fixação de 12 vagas no Curso de Preparação da Escola Técnica do Exército e destinadas ao Curso de Geógrafos, conforme consta da Portaria n. 1.957, de 3 de novembro de 1956;

e) Determinar que o Curso Teórico de Topografia, em funcionamento na Escola Técnica do Exército (Portaria n. 125, de 16 de abril de 1952), tenha a duração de 8 meses, a partir de 1957, inclusive, com início no primeiro dia útil de março e que, o estágio prático na Diretoria do Serviço Geo-

gráfico (Portaria n. 210, de 2 de maio de 1953), para os oficiais que se destinem ao Curso Técnico de Geodésia e Topografia, tenha a duração de 4 meses;

f) Autorizar a matrícula, no Curso de Preparação da Escola Técnica do Exército, a partir de 1953, inclusive, independente do concurso de admissão, dos oficiais possuidores de Curso de Topografia da Escola Técnica, com estágio na Diretoria do Serviço Geográfico e que tenham obtido a menção "Muito Bem" ou "Bem", dada pelo grau do Curso (Portaria n. 125, de 16 de abril de 1952);

g) Que os oficiais habilitados com o Curso de Preparação da Escola Técnica do Exército, e que ingressaram no mesmo nas condições estabelecidas pela letra f) da presente Portaria serão matriculados no 1^o ano do Curso de Geodésia e Topografia.

("Diário Oficial" de 5-VII-57.)

* *

AVISO N. 545 — D-5-F — EM 23 DE JUNHO DE 1957

Em solução a uma consulta do Exmo. Sr. General Comandante da 3^a Região Militar e de acordo com os pareceres do Estado-Maior do Exército e da Diretoria do Serviço Militar, resolvo que, aos alunos das Escolas Preparatórias de Cadetes, oriundos do meio civil, que forem desligados por falta de aproveitamento deve ser fornecido certificado de reservista de 2^a categoria, desde que tenham concluído com êxito a instrução militar básica.

("Diário Oficial" de 2-VII-57.)

* *

PORTARIA N. 1.399 — DE 13 DE JULHO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista que, de todos os cursos em funcionamento na Escola de Instrução Especializada, somente o Básico de Material Bélico tem o estudo e

espacho de requerimento dos candidatos a cargo do Departamento e Provisão Geral, trazendo inconvenientes para o Planejamento a Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização, resolve, de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército, alterar a redação do § 5º do § 2º das "Instruções para funcionamento do Curso Básico de Material Bélico", baixadas com Portaria n. 42, de 19 de março de 1948, que passa a ser a seguinte:

II — Organização do Curso.

5 — Matrículas:

a) Terão preferência para matrícula os oficiais em serviço no serviço de Material Bélico, mediante indicação da Diretoria Geral de Material Bélico à D. A. E.

b) Os oficiais que desejarem especializar-se em Material Bélico, deverão requerer ao Diretor de Aperfeiçoamento e Especialização, matrícula no respectivo curso, no mínimo 30 (trinta) dias antes do início deste.

("Diário Oficial" de 17-VII-1957.)

* *

AVISO N. 587-D2 — EM 9 DE JULHO DE 1957

As seguintes normas são estabelecidas para consideração sobre a urgência de transmissão e decifração de radiogramas cifrados no Ministério da Guerra:

1. Os radiogramas de acôrdo com a urgência ditada pela natureza dos assuntos serão classificados do seguinte modo:

Normal — é o que se escoja dentro dos horários previstos e na ordem de sua entrega ao serviço.

Urgente — é o que se escoja dentro dos horários previstos prestando os normais.

Urgentíssimo — é aquele que se escoja dentro do menor prazo possível, modificando, se necessário, os horários, mesmo com prejuízo das demais mensagens.

2. Chegado à estação de destino o radiograma cifrado deve ser entregue ao destinatário nos seguintes prazos:

Urgentíssimo — 1 hora.

Urgente — 2 horas.

Normais — 4 horas.

3. A autoridade militar que assina a mensagem é responsável por sua classificação segundo o critério estabelecido no item 1º.

4. A abreviatura ou palavra que designa a classificação da mensagem, quando esta classificação não for normal, deve constar do respectivo cabeçalho, precedendo imediatamente a designação do destinatário e o endereço.

5. A classificação constante do presente Aviso será considerada também na transmissão, observando-se no tráfego a procedência ditada pela respectiva ordem de urgência. Em consequência, as mensagens urgentíssimas deverão ter tratamento especial de transmissão, tomadas pelas autoridades competentes as necessárias medidas a fim de lhes assegurar a transmissão independente de horários normais de trabalho.

6. O presente Aviso substitui o de n. 1.199, de 9 de novembro de 1956, que fica revogado.

("Diário Oficial" de 11-VII-1957.)

* *

AVISO N. 601 — EM 11 DE JULHO DE 1957

Concessão de férias e permissão para afastamento das respectivas sedes

Tendo em vista evitar prejuízos para as atividades industriais e de construções militares, decorrentes da entrada em férias ou do afastamento da localidade em que serve, do pessoal pertencente às Organizações Industriais e Comissões de Obras subordinadas ao Departamento de Produção e Obras, as quais tenham, também, vínculos de subordinação, para fins disciplinares a Comando de Região Militar, declaro, de acôrdo com o pa-

recer do Estado-Maior do Exército:

a) O referido pessoal não deverá constar dos planos Regionais de Férias;

b) Assim, também, o mesmo pessoal, somente, poderá afastar-se da respectiva sede em objeto de serviço ou não, com prévio conhecimento do Departamento de Produção e Obras.

("Diário Oficial" de 15-VII-957.)

* *

(*) PORTARIA N. 1.385 — DE 10 DE JULHO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59 da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942), e de acordo com a proposta do Estado-Maior do Exército, resolve aprovar as "Instruções para o Concurso de admissão à 1ª Série Ginásial dos Colégios Militares de Belo Horizonte e de Salvador", que com esta baixam.

("Diário Oficial" de 13-VII-957.)

* *

PORTARIA N. 1.384 — DE 10 DE JULHO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista o que propõe o Estado-Maior do Exército e usando das atribuições que lhe facultam o art. 59 da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942), resolve aprovar as "Instruções Reguladoras da Transferência de Alunos do Curso Científico dos Colégios Militares para as Escolas Preparatórias", que com esta baixam:

1. É permitida a matrícula nas Escolas Preparatórias, por transferência, de alunos que frequentem o Curso Científico dos Colé-

(*) As instruções a que se refere a presente Portaria serão publicadas em "Boletim do Exército".

gios Militares. Essa matrícula, que será efetivada no início do ano letivo, poderá ser concedida para o 2º ou para o 3º ano, das Escolas Preparatórias.

2. O candidato à matrícula por transferência, deverá satisfazer às seguintes condições:

a) Ter frequentado, com aproveitamento, em Colégio Militar, todo o ano letivo anterior ao da matrícula na Escola Preparatória;

b) Ter idade menor de 20 anos, para o 2º ano, e menor de 21 anos, para o 3º ano, referidas a 31 de dezembro do ano da matrícula;

c) Possuir a aptidão intelectual avaliada do seguinte modo:

a — Para matrícula no 2º ano das Escolas Preparatórias, ter obtido nota de aprovação seis ou superior, na 1ª série do Curso Científico do Colégio Militar, em cada uma das seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês e Matemática.

Ter sido aprovado, em exame livre e prévio, nas disciplinas de Geografia da América, especialmente do Brasil e Histórias da América, especialmente do Brasil, que não figuram no currículo do 1º ano científico dos Colégios Militares;

b) Para matrícula no 3º ano das Escolas Preparatórias, ter sido aprovado com nota seis ou superior, na 2ª série do Curso Científico do Colégio Militar, em cada uma das seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Matemática, Física, Química e Desenho;

c) Satisfazer, após deferido o requerimento de inscrição, aos demais requisitos exigidos aos candidatos ao concurso de admissão ao 1º ano das Escolas Preparatórias.

3. Classificação intelectual para a matrícula:

— Os candidatos constituirão dois grupos: um para o 2º e outro para o 3º ano; dentro do número de vagas existentes terão preferência para matrícula:

a) No 2º ano — os que obtiverem maior número de pontos, so-

do-se as notas de aprovação das em cada uma das disciplinas da 1ª série do Curso Científico do Colégio Militar, mais as do exame livre, de acordo com o disposto na letra a) do item 2; em caso de empate, o mais velho terá preferência;

b) No 3º ano — os que obtiverem maior número de pontos, somando-se as notas de aprovação das em cada uma das disciplinas da 2ª série do Curso Científico do Colégio Militar; em caso de empate, o mais velho terá preferência.

Exame prévio:

A Diretoria do Ensino de Formação baixará Instruções designando uma das Escolas Preparatórias para a realização do exame de que trata a letra a) do item 2, a qual organizará e fará executar as provas, a correção e a publicação dos resultados, e o diploma final.

5. Inscrição para matrícula:

— A solicitação de inscrição para matrícula deverá ser feita em requerimento dirigido ao Diretor do Ensino de Formação, entregue no Colégio Militar do candidato, e será assinado pelo interessado (ou responsável se fôr o caso), contendo a preferência do mesmo em relação às Escolas Preparatórias. Essa petição deverá dar entrada no Colégio Militar até 20 de dezembro do ano anterior ao da matrícula e na Diretoria do Ensino de Formação até o dia 28 do mesmo mês.

— No encaminhamento daquele documento o Comandante do Colégio Militar prestará informações precisas sobre a classificação intelectual do candidato de acordo com o estabelecido no item 2, anexando, ainda, toda a documentação exigida nas "Instruções para o Concurso de Admissão às Escolas Preparatórias".

("Diário Oficial" de 13-VII-1957.)

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Alte Luiz A. de Oliveira Bello.

Prof Nilo Bernardes.

Eng Tupy Corrêa Pôrto.

Cel Moacir Araujo Lopes.

Cel Av Armando de Menezes.

Ten Cel Wolfango Teixeira de Mendonça.

Maj Francisco Ruas Santos.

Maj Kleber Assumpção.

Cap Jurandyr Capiruna Maués.

Cap Carlos Gomes da Silva.

Cap Rubens Mario Jobim.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

EX-LIBRIS



Cr\$ 10,00

S. M. G.
IMPRENSA DO EXERCITO
RIO DE JANEIRO — 1957